

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

DENISE CRISTINA ROSÁRIO VIEIRA

**GUATAPARÁ, DA FAZENDA AO NÚCLEO COLONIAL:
OS ESQUECIDOS IMIGRANTES JAPONESES**

**ARARAQUARA - SP
2019**

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO - MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

DENISE CRISTINA ROSÁRIO VIEIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. ORIOVALDO QUEDA

**GUATAPARÁ, DA FAZENDA AO NÚCLEO COLONIAL:
OS ESQUECIDOS IMIGRANTES JAPONESES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, nível de Mestrado, da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

ARARAQUARA - SP
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

V714g Vieira, Denise Cristina Rosário

Guatapar, da fazenda ao núcleo colonial: os esquecidos imigrantes japoneses/Denise Cristina Rosário Vieira. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2019.

208f.

Tese (Mestrado) - Programa de Ps-Graduao em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

1. Fazenda Guatapar. 2. Imigrao japonesa. 3. Memórias.
4. Núcleo colonial Guatapar. I. Título.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Denise Cristina Rosário Vieira*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lucia Blat Migliorini
Moura Lacerda – Ribeirão Preto

Prof. Dr. Rodrigo Mateus Silva
ETEC – Ribeirão Preto

Dedico este trabalho a Meu Querido Avô Antônio Dolencsko (in memoriam), devo a este pai com açúcar que sempre manteve viva as Memórias da Fazenda Guatapar, Meu Anjo da Guarda.

*Dedico aos meus filhos Augusto, Eduardo e Vinícius, minhas sementes na Terra
Aos meus irmãos, Marielle e Daniel*

Dedico também a todos os imigrantes e seus descendentes, que passaram pela Fazenda Guatapar, principalmente aos japoneses que com a sua resiliência, fizeram do solo guataparaense um município próspero e dedicado à agricultura, do café, do arroz, do bicho da seda, da raiz de lótus, da lichia, da pitaya, do alho negro e das próximas reinvenções.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida, pela força e coragem e por me guiar para o caminho da sabedoria.

Ao meu pai que sempre me incentivou a estudar, estudar, estudar e nunca parar de procurar novos caminhos e possibilidades.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Oriowaldo Queda, que me acolheu de braços abertos, me conduzindo com paciência e maestria, por toda confiança e apoio e por ter acreditado em minha capacidade, até quando eu mesma não acreditava.

A todos os professores deste programa, que me ensinaram tanto, não só na academia, mas também na vida. Vocês serão meus eternos mestres. Obrigada pela excelência!

As queridas secretárias Silvinha e Ivani, que sempre me receberam com um sorriso paciência para responder aquelas perguntas mais bobas possíveis, e que mesmo indiretamente, contribuíram para a minha formação.

Aos professores da banca examinadora, Prof. Dra. Vera Lúcia Blat Migliorini, que me acompanha desde a Iniciação Científica como minha primeiras Orientadora, Prof.Dr. Hildebrando Herrmann, que com maestria possibilitaram melhorar e engrandecer esta pesquisa.

Ao Meu Coordenador e pesquisador da Imigração Italiana, Rodrigo Mateus Silva, que somente pode participar da etapa de defesa de minha pesquisa, gratidão pela imensa colaboração, sua ajuda foi de grande importância para a finalização deste trabalho.

Ao Centro Tecnológico Paula Souza pelo apoio em minha capacitação e valorização profissional docente.

A amiga Juliana de Aquino Mendonça, amiga e futura mestre, que sempre dava um jeito de segurar as pontas, mesmo naqueles momentos que o pensamento era surtar. Ao colega Leandro Agiani Silva pela colaboração nos mapas e nas risadas.

Aos meus Verdadeiros Amigos, obrigada por sempre me ouvirem e me alimentarem! Que sempre estiveram comigo, nos momentos bons e ruins, me lembrando as coisas importantes desta vida! A todos que passaram pela minha vida durante esses 2 anos, meus sinceros sentimentos de gratidão.

Ao meu marido pela paciência...



Foto: Daniel Rosário, 2019

*No dia em que a flor de lótus desabrochou
A minha mente vagava, e eu não a percebi.
Minha cesta estava vazia e a flor ficou esquecida.
Somente agora e novamente, uma tristeza caiu sobre mim.*

*Acordei do meu sonho sentindo o doce rastro
De um perfume no vento sul.
Essa vaga doçura fez o meu coração doer de saudade.
Pareceu-me ser o sopro ardente no verão,
procurando completar-se.*

*Eu não sabia então que a flor estava tão perto de mim
Que ela era minha, e que essa perfeita doçura
Tinha desabrochado no fundo do meu coração.*

Rabindranath Tagore, 1861

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo principal levantar e registrar memórias da imigração japonesa em Guatapar, a partir de junho de 1908 até os dias atuais. Desde a chegada das primeiras famílias japonesas  extinta Fazenda Guatapar, ainda como distrito de Ribeirão Preto até a oficialização como município em 1992. A Fazenda Guatapar, uma das maiores do nordeste paulista, assumiu um papel fundamental no desenvolvimento de Ribeirão Preto no final do século XIX e início do século XX. Juntamente à vinda dos imigrantes, por meio da mão-de-obra assalariada, nasce uma nova maneira de se administrar fazendas. Neste mesmo período, a abolição da escravatura teve o papel fundamental no desenvolvimento da arquitetura, tpica das fazendas de café do nordeste paulista. Com a quebra da bolsa de Nova York, começa a crise cafeeira, assim a Fazenda Guatapar  vendida em 1942 para a Refinadora Paulista S/A, deste modo em 1962 negociou com a Sociedade Civil Jatak do Brasil, empresa de colonização japonesa, três mil alqueires paulistas para a criação de um novo núcleo de colonização japonesa pós-guerra. Para esta pesquisa, foi fundamental o embasamento teórico da iniciação científica concluída em 1998, que trata do inventário arquitetônico de Guatapar; o Trabalho Final de Graduação sobre o mesmo tema; a “*fanpage*” Fazenda Guatapar–Memórias, de responsabilidade da autora, tal qual pesquisas documentais nos Museus da Imigração; Imigração Japonesa; Associação; consulta ao Arquivo Histórico de Ribeirão Preto; Cartórios de Registro Civil e de Imóveis e uso de fontes fotográficas de arquivo pessoal. O Núcleo Colonial Guatapar, conhecido na região por “Mombuca”, fundado em parte do território agrícola em discussão, foi o recorte utilizado para a busca de respostas às diversas questões referentes à imigração japonesa, o uso da terra para a agricultura, suas reinvenção, motivação, dificuldades encontradas e a adaptação ao país receptor. Foi analisado, ainda a atual situação da colônia japonesa do município para melhor compreender as transformação ocorridas ao longo de todo esse processo.

Palavras-chave: Fazenda Guatapar, imigração japonesa, memórias, Núcleo Colonial Guatapar

ABSTRACT

This research has as main purpose to raise and register the Japanese immigration's memories in Guatapar, as of June 1908 until nowadays. Since the arrival of the first Japanese families to the extinct Guatapar Farm, then part of Ribeirão Preto district until its officialization as a municipality in 1992. Guatapar Farm, one of the largest farms in the northeast of São Paulo, played a fundamental role in the development of Ribeirão Preto at the end of the XIX and beginning of the XX centuries. Additionally, with the arrival of the immigrants, a new way of farm management began, through employed manpower. In this period, slavery abolition had a central role in the development of the architecture in this period, typical in coffee farms in the northeast of São Paulo. Together with the fall of the New York Stock Exchange, the coffee crisis begins, Guatapar Farm was sold in 1942 to the Refinadora Paulista S/A. In 1962, this company negotiated with Jatak Civil Society of Brazil, Japanese colonization company, three thousand bushels to building a new nucleus of Japanese colonization after war. For this research, it was extremely important the theoretical basis in the scientific initiation concluded in 1998, that deals with the Guatapar architectural inventory. The Final Graduation Work about the same issue; and the "fanpage" Guatapar Farm–Memoirs, from author's responsibility, as documental researches in the Museums of Immigration; Japanese Immigration; Associations; researches in the Historical Archive of Ribeirão Preto; Civil Registry Offices and Real Estate and photographic sources of personal archive. The Guatapar Colonial Nucleus, known in the region as "Mombuca", founded into part agricultural of the territory in discussion, it was the clipping used for look for answers to many questions related to Japanese immigration, the used of farmland for agriculture, its reinventions, motivations, found problems and adaptation to the receiver country. It was analyzed the current situation of the Japanese colony of the municipality to better understand the transformations that arisen throughout this progress.

Keywords: Guatapar Farm, Japanese immigration, memories, Guatapar Colonial Nucleus.

LISTA DE SIGLAS

AACEG – Associação Agro Cultural e Esportiva Guatapar

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento

CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia

CELPAG – Celulose e Papel Guatapar

CELPAV – Celulose e Papel Votorantim

COAG – Cooperativa Agrícola de Guatapar

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimnio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

GP – Grupo de Produção

JAMIC - Japan Migration and Colonization

JEMIS - Japan Migration Financial Assistance

NCAH - Núcleo Curadoria do Acervo Histórico, Centro

SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa esquemático da localização dos prédios e colônias da sede da Fazenda Guatapará.....	22
Figura 2 Cartão postal com fotografia de Guilh. Gaensly, ao fundo a colônia São João.....	23
Figura 3 Terreiros de secagem de café, fotografado por Guilh. Gaensly publicado em cartão postal.....	24
Figura 4. Planta da Nova Vila Guatapará (1949), área doada pela Refinadora PaulistaS/A.....	7
Figura 5. Mapa Territorial de Guatapará após emancipação.....	28
Figura 6 - Fazenda Lajeado e suas derivações no fim dos século XIX e a configuração atual dos municípios.....	36
Figura 7 - Casa de beneficiamento de café.....	37
Figura 8 - Imigrantes italianos em 1887 ao lado da casa dos Prado na Fazenda Guatapará ...	40
Figura 9 - Imigrantes italianos na colônia São Martinho, uma das primeiras colônias construídas na Fazenda Guatapará 1887	43
Figura 10 - Japoneses acenam no Porto de Kobe: ansiedade e insegurança	44
Figura 11 -Propaganda mostra os navios e o destino, o Brasil: imigrantes foram trazidos para cumprir cinco anos de contrato nas lavouras	47
Figura 12 - Hospedaria de Imigrantes, chegada dos primeiros japoneses em junho de 1908.	48
Figura 13 - Estação ferroviária abaixo do "Benefício de Café" - Ramal Mogiana	53
Figura 14 - Casas construídas para receber os imigrantes italianos e japoneses.....	54
Figura 15 - Imigrantes japoneses e europeus ao lado da casa de beneficiamento de café em 1909	55
Figura 16 - Imigrantes italianos e japoneses na colheita do café	57
Figura 17 - Mulheres japonesas usavam lenço e roupas brancas no trabalho com a plantação de café e seus carregadores, nota-se a presença de crianças trabalhando e acompanhando os familiares.....	59
Figura 18 - Conjunto Arquitetônico onde localizava-se o armazém e o açougue.....	60
Figura 19 - Ford vermelho com Sartório e Hirano ao lado do Engenho	64
Figura 20 - Parte do mapa do município de Ribeirão Preto de 1938, presença da Colônia Mombuca.....	68
Figura 21 - Umpei Hirano e os imigrantes japoneses na Fazenda Guatapará	70

Figura 22 - Grupo de meninas com vestido e chapéu executando exercícios. Meninos em fila na lateral e frente de um aparelhos de ginástica (barra) assistem a demonstração do professor, à esquerda, parte de um prédio de alvenaria. 1926.....	72
Figura 23 - Umpei Hirano à frente dos imigrantes na lida com os cafeeiros	73
Figura 24 - Vista de uma carroça e dois homens (imigrantes japoneses) numa estrada. No canto direito, um pilar de madeira da casa de um dos retratados. Vista de parte do telhado de sapê. 75	
Figura 25 - Grupo de crianças, meninos e meninas, apanhadores de algodão, posando em primeiro plano. Vista de parte da plantação de algodão e, no fundo, uma mata.	77
Figura 26 - Grupo de 7 pessoas (homens e mulheres) realizando a colheita de arroz. Ferramentas agrícolas à médio plano, no fundo fardos amarrados (1914).....	78
Figura 27 - Imigrantes japoneses em 1930.....	80
Figura 28 - Hikoma Udihara e seu veículo de trabalho e propaganda. Fotografia: Autor desconhecido (provavelmente o próprio Udihara, utilizando o timmer da câmera).....	83
Figura 29 - Deslocamento das primeiras famílias da Fazenda Guatapar para Juqueri	87
Figura 30 – Kenkite Simomoto juntamente com seu irmão Ryotaro e esposa.....	87
Figura 31 - Deslocamento de um grupo de japoneses originários da Fazenda Guatapar de Juqueri para Cotia.....	88
Figura 32 - Deslocamento de japoneses da Fazenda Guatapar para Motuca - formação da Colônia Tkio.....	89
Figura 33 - Fotografia datada de 15 de janeiro de 1918, luta de sum em sufrágio pelas vítimas da malária da colônia Tkio, em Motuca	90
Figura 34 - Deslocamento de grupo liderado por Umpei Hirano rumo à Cafelândia - Formação da Colônia Hirano.....	92
Figura 35 - Antes de dar início às atividades,  forçoso derrubar a mata virgem	93
Figura 36 - Colonos do Núcleo Hirano	95
Figura 37 - Cooperativa Agrícola de Cotia e JAMIC buscam área para instalação de um núcleo colonial do Pós-Guerra	103
Figura 38 - Localização no Núcleo Colonial Guatapar  sede da Fazenda Guatapar e a extensão da mesma no município de mesmo nome.....	104
Figura 39 - Recorte revista "Visão" de 19 de janeiro de 1962 (Anexo C)	106
Figura 40 - Projeto de Implantação do Núcleo Colonial Guatapar - Uso do Solo	107
Figura 41 - Bombas instaladas para irrigação e drenagem da várzea do núcleo.....	109
Figura 42 - Bombas em funcionamento para a irrigação.....	109
Figura 43 - Imagem aérea sentido Oeste-Leste 1979	110

Figura 44 - Sistema de Irrigação Planejada realizado no Núcleo.....	111
Figura 45 - Imagem aérea sentido Norte-Sul 1979	112
Figura 46 - Parte da área alagada pelos canais de irrigação	115
Figura 47 - Cultivo do arroz na várzea alagada pelo sistema implantado. 1979.....	118
Figura 48 - Projeto Original do Núcleo em tamanho reduzido em língua japonesa. 1962 ...	120
Figura 49 - Placa com a mensagem de Junichiro Koizumi em português.....	123
Figura 50 - Prédio da Cooperativa Agrícola de Cotia instalado no núcleo urbano da nova colônia - 1973	124
Figura 51 - Tori, monumento japonês na praça japonesa do núcleo urbano isolado de Mombuca	126
Figura 52 - Uso do solo do núcleo urbano, perímetro urbano isolado. 2018	127
Figura 53 - Treinamento sobre manipulação de ovos - 1973	128
Figura 54 - Imagem aérea da Cooperativa Agrícola de Cotia - Unidade Guatapar em 1973	129
Figura 55 - Cooperativa Agrícola de Guatapar - 2018	130
Figura 56 - Uso do solo agrícola atual no Núcleo Colonial Guatapar.....	131
Figura 57 - Plantao da Raiz de Lotus divide espaços com a cana-de-aucar entre os canais irrigados.....	132
Figura 58 - Plantao raiz de lótus e ao lado plantao de milho e cana de aucar	132
Figura 59 - A fazenda experimental Ourofino.	136
Figura 60 - Partida de beisebol no campo da comunidade japonesa de Guatapar.....	139
Figura 61 - Time de Gateball do Núcleo Colonial Guatapar.....	140
Figura 62 - Shogo Shitara como professor da língua japonesa	142
Figura 63 - Localizao dos três cemteros existentes no município de Guatapar.....	149
Figura 64 - Mausoléu onde foram depositados os restos mortais do antigos imigrantes sepultados no cemtero da Fazenda Guatapar.....	151
Figura 65 - Pose para o registro de visita do Embaixador do Japão em frente ao Palacete - 1933	154
Figura 66 - Pose para o registro de visita do Embaixador do Japão no pátio do palacete com colonos japoneses. 1933	154
Figura 67 - Visita do Embaixador do Japão, pose ao lado de uma das casas da colônia. 1933	155
Figura 68 - Foto dos administradores da fazenda entre 1930 e 1940, registrada em frente à Igreja de São Martinho	156

Figura 69 - Colônia e casas já existentes junto à construção do novo moinho de ração.....	157
Figura 70 - Outro ângulo da foto aérea com as construções já existentes e as novas instalações	158
Figura 71 - Ramais ferroviários da Mogiana e Paulista que passavam por Guatapar	159
Figura 72 - Mapa do Município de Ribeirão Preto elaborado pelo Departamento Geográfico e Geológico (1935-1938)	161
Figura 73 - Detalhe do mapa onde aparece a sede da Fazenda e a Colônia Mombuca e a ligao por meio de um ramal férreo e a localizao da fábrica de farinha de mandioca.....	162
Figura 74 - Anúncio da farinha de mandioca fabricada junto à estão de Monteiro, às margens do ramal de Jataí (O Estado de S. Paulo, 2/1/1921)	162
Figura 75 - Imigrante japonês pela estrada do "varjão"	181

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
LISTA DE FIGURAS	11
SUMÁRIO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 Guatapar: de fazenda  criao de município (1885-1993)	21
2.1 Imigrao e a política fundiária rumo ao Oeste Paulista	28
2.2 A Fazenda Guatapar e a Sociedade Promotora de Imigrao de Martinico Prado.....	32
2.3 A imigrao japonesa na Fazenda Guatapar de 1908 a 1923	43
3 A saída da Fazenda Guatapar para a formao dos núcleos coloniais.....	82
3.1 Formao de núcleos coloniais.....	85
3.2 A Vila Cotia e a Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC	96
4 As colnias do período ps-guerra	99
4.1 JAMIC – Estrutura e Funcionamento	99
4.2 As Novas Colnias e a Cooperativa Agrícola de Cotia.....	101
4.3 A JAMIC no Núcleo Colonial Guatapar – Mombuca	105
4.3.1 A Criao da Colônia Guatapar aos olhos de Yasuo Kondo.....	113
4.4 Caracterizao da Colônia Guatapar segundo a Associao Agro Cultural e Esportiva de Guatapar.....	122
4.4.1 O processo de estabelecimento da colônia.....	123
4.5 Da Cooperativa Agrícola de Cotia  Cooperativa Agrícola de Guatapar	128
4.6 Agricultura no Núcleo	130
4.6.1 Proibio do cultivo de cana-de-aocar	133

4.6.2	A Nova Fazenda Experimental da Zentakuren	135
4.7	A Associação Agro Cultural Esportiva de Guatapar	136
4.7.1	O beisebol em Guatapar	138
4.7.2	O Clube dos Praticantes de Gateball.....	139
4.7.3	Educao e a preservao da língua japonesa.....	140
4.7.4	Cerimnia do Chá	143
4.7.5	Os desafios da preservao da Identidade Cultural da Colônia Guatapar.....	144
4.8	Planejamento urbano e o município de Guatapar	147
4.9	O Cemitério de Mombuca e a Homenagem aos Imigrantes de 1908	148
5	A relao entre as duas frentes migratórias 1908-1962.....	153
5.1	100 anos da imigrao japonesa, a área, a posse e a preservao	166
	CONCLUSÃO.....	175
	CONSIDERAOES FINAIS	179
	REFERÊNCIAS	182

1 INTRODUÇÃO

A imigração japonesa, que em junho de 2018 completou 110 anos, assim como todas as frentes migratórias, contribuiu para a formação da identidade brasileira, é de fundamental importância o seu entendimento no processo de formação dos municípios mais jovens do estado de São Paulo, como é o caso de Guatapará.

Com 25 anos de emancipação, Guatapará ainda não reconhece sua vocação voltada às práticas agrícolas, assim como seu potencial para o turismo agrícola e cultural levando-se em consideração o Patrimônio Material e Imaterial relacionados à cultura japonesa presentes no município bem antes de sua independência política e administrativa de Ribeirão Preto. Há um certo rancor por parte de Ribeirão Preto em relação à Guatapará desde sua emancipação. O mesmo rancor é perceptível entre os moradores do núcleo urbano de Guatapará e os moradores do Núcleo Colonial Guatapará (Mombuca). O Núcleo Colonial Guatapará se localiza no mesmo território onde algumas das primeiras famílias vindas a partir de 1908 foram instaladas, mas não possuem ligação com as famílias da colonização de 1962. A Colônia Japonesa tem papel fundamental no desenvolvimento econômico do município com a agricultura, cultura e turismo, mas a administração municipal não considera como uma vocação econômica e aparenta ter certo desprezo pela comunidade, que muitas vezes realiza seus eventos de forma independente.

O objetivo desta pesquisa através do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Araraquara, foi o resgate das memórias da imigração japonesa no município de Guatapará desde 1908 quando ainda denominado Fazenda Guatapará, propriedade cafeeira fundada por Martinico Prado em 1885, verificando através de registros históricos, cartográficos e bibliográficos a inter-relação com a imigração japonesa no mesmo território a partir de 1962 com a fundação do Núcleo Colonial Guatapará, conhecida na região metropolitana de Ribeirão Preto como Colônia Mombuca. Hoje o município é composto de duas áreas urbanas distintas, o núcleo urbano sede e o bairro distrital de Mombuca onde se encontra a Associação Agro Cultural e Esportiva Guatapará sede do Núcleo Colonial Guatapará, a atual colônia japonesa. O núcleo colonial teve sua fundação em 12 de janeiro de 1962, configurando uma nova fase da imigração japonesa do pós-guerra na região de Ribeirão Preto.

Os objetivos específicos foram, a investigação de dados sobre todas as levas de imigrantes japoneses vindas para a Fazenda Guatapará até 1942, data da última leva anterior à Segunda Guerra Mundial; investigação de dados sobre todas as levas de imigrantes japoneses vindas no pós segunda guerra, que permanecem até a data atual na Colônia Mombuca em

Guatapar; mapeamento do destino das famílias que se deslocaram da Fazenda Guatapar de 1908 até 1949, seja a volta para o país de origem, formação de núcleos coloniais, ou instalação em outras cidades; registros de relatos de descendentes de imigrantes vindos nas 42 levas anteriores  proibo de entrada de imigrantes japoneses no país; busca de imagens que registrassem as memórias da imigração japonesa na Fazenda Guatapar e arredores; delinear a cronologia da imigração japonesa desde a fundação da Fazenda Guatapar até os dias atuais de sua história.

Buscou-se o entendimento dos possíveis motivos que fizeram com que imigrações de fases bem distintas se instalassem na mesma propriedade em um intervalo de 30 anos, sem que haja qualquer ligação familiar entre núcleos de imigrantes envolvidos, quais os reais motivos que levaram o governo japonês adquirir terras da Fazenda Guatapar, mesmo quando já não havia mais nenhuma família de fases anteriores  imigração.

A pesquisa teve como metodologia a revisão de literatura com os principais pesquisadores da imigração japonesa, trabalhadores japoneses na cafeicultura, sobre o cooperativismo, e fluxos migratórios durante as duas grandes Guerras Mundiais, assim como as primeiras pesquisas e levantamentos históricos e memórias sobre a Fazenda Guatapar da própria autora. Dados fornecidos pela Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapar e visitas aos principais museus de imigração do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto e dissertações de mestrado sobre a comunidade em questão foram de extrema importância para a concretização da pesquisa. A *homepage* da rede social *Facebook* Fazenda Guatapar – memórias, idealizado pela autora teve papel fundamental com a publicação de vídeos em homenagem aos 109 e 110 anos da imigração japonesa em Guatapar, muitos relatos nos comentários de descendentes de imigrantes puderam corroborar com as buscas de informações sobre a vinda e permanências dos mesmos na Fazenda Guatapar. O encontro de um achado, um documento escrito por um morador nascido na área do recorte em estudo foi de suma importância para o fechamento das análises de informações que muitas vezes não se cruzavam, ou então não eram confiáveis.

A pesquisa abordou a trajetória das famílias que partiram do porto de Kobe em abril de 1908, aportando em junho do mesmo ano em Santos, chegando à Fazenda Guatapar através do transporte ferroviário da Companhia Mogiana. Passando pelo período da 2 Guerra Mundial, momento conturbado para imigrante no Brasil que vivenciaram episódios de perseguição e morte, como a conhecida “Guerra na Colônia” ou “Shindo Hinmei”, chegando ao pós-guerra com o estabelecimento do Núcleo Colonial Mombuca, mais tarde denominado Núcleo Colonial

Guatapar que até nos dias atuais tem verdadeira importância agrícola para o município e toda a recém-criada região metropolitana de Ribeirão Preto.

Esta dissertao está dividida em cinco capítulos distintos. O primeiro capítulo trata da apresentao da pesquisa, com um breve histórico da formao do município de Guatapar, desde a formao da Fazenda Guatapar até a sua emancipao político-administrativa.

No segundo capítulo, foi apresentado primeiramente uma retrospectiva sobre o fim do Tráfico Negreiro com a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei de Terras, ambas de 1850 e que a partir desses fatos relevantes do Brasil Império culminou no advento da mão-de-obra imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira, um histórico da formao da Fazenda Guatapar por Martinico Prado, um “forasteiro” nas terras de Ribeirão Preto, que levantou uma das maiores propriedades cafeeiras do interior paulista, e quem promoveu a imigrao europeia entre os anos de 1886 a 1895 com a Sociedade Promotora de Imigrao, ponto de partida para a imigrao japonesa nas fazendas cafeeiras. Ainda no mesmo capítulo é apresentada a imigrao japonesa na Fazenda Guatapar após 1908 até 1923, assim como nas grandes fazendas da região de Ribeirão Preto, apresentando números que comprovam que a Fazenda Guatapar foi a que mais recebeu imigrantes japoneses e também a que mais teve permanência logo após o fim dos contratos.

O terceiro capítulo apresenta os caminhos que os japoneses percorreram após o fim do contrato de colonato e a partida rumo à fundao de novos núcleos coloniais com recursos próprios. A formao da Vila Cotia com a Cooperativa Agrícola de Cotia, a Colônia Hirano em Cafelândia e a Colônia Tkio em Motuca, todas com japoneses emigrados da fazenda Guatapar até a Segunda Guerra Mundial. Eles são pontos cruciais na história da imigrao japonesa em Guatapar e no Brasil, com fatos que marcam a história da Colônia, como o Shindo-Rinmei.

O quarto capítulo abordará a imigrao japonesa a partir de 1958, no então já criado Distrito de Guatapar, com sede ainda na Fazenda Guatapar, ano este marcado pela compra da propriedade pela Refinadora Paulista S/A, com a mudança do perfil agrícola do café para a produo de laranjas, algodão e café em menor escala devido à crise cafeeira após 1930. A terceira fase da imigrao japonesa em Guatapar tem início em 1958 quando a Sociedade Civil Jatak do Brasil, empresa de colonizao japonesa, firma contrato de compra e venda de terra da Colônia Guatapar, uma área de 3.017 alqueires, praticamente a metade da propriedade da Fazenda Guatapar e em janeiro de 1962 as primeiras famílias iniciam as atividades agrícolas na nova colônia. As características deste novo tipo de colonizao diferem das duas primeiras fases da imigrao, as primeiras tem como característica o contrato por tempo determinado ou regime de slrios e a terceira fase que será apresentado neste capítulo tem como principal

característica a chegada já em posse das terras que foram divididas em função da vocação agrícola das famílias e a vocação da porção de terra.

Toda a trajetória da imigração japonesa no município de Guatapar, bem antes de sua emancipação político-administrativa de Ribeirão Preto desde a chegada dos primeiros imigrantes em 1908 foi estudada e pesquisada como forma de entender os reais motivos que levaram a instalação de uma nova colônia depois de um período complicado, marcado por perseguições, assassinatos, proibições e cerceamentos, durante a Segunda Guerra Mundial, nas mesmas terras onde foram recebidos para o trabalho na colheita do café, período áureo da Fazenda Guatapar.

Até então, não havia a intenção de aprofundar os estudos sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia por não fazer muito sentido. Mas depois de encontrar informações de que os japoneses que terminaram o contrato de mão-de-obra em 1912, partiram rumo a Juqueri, formando a Vila Cotia, foi possível compreender que fazia todo sentido entender como foi a formação da Cooperativa Agrícola de Cotia e qual a sua participação na fundação do Núcleo Colonial de Guatapar – Mombuca.

O quinto capítulo apresenta recortes de todos os fatos, relatos e documentos que evidenciam a ligação da imigração japonesa iniciada em 1908 com a nova colonização de Mombuca, uma seção da Fazenda Guatapar, sem muita importância para a agricultura aos olhos dos primeiros proprietários por tratar-se de um solo pobre para o plantio do café, e suas várzeas causadoras de malária. Este capítulo foi inserido após o exame de qualificação devido ao encontro de um documento não publicado que comprovaria a hipótese levantada pela autora, da confirmação da ligação entre as duas frentes migratórias fazendo uso do mesmo território para o desenvolvimento de uma agricultura familiar que hoje é a base econômica do município de Guatapar.

Ainda nas mesmas pesquisas de campo, foi descoberto em meio a algumas referências que um imigrante que passara pela fazenda em 1912, se tornara agrimensor, tendo papel fundamental na formação de Londrina, o qual mais tarde se torna cineasta, responsável pela produção e reprodução de filmes pelas colônias japonesas no pós-guerra quando muitos perderam por um tempo as informações de sua terra natal após as proibições de qualquer veiculação em línguas estrangeiras, principalmente as do Eixo.

Assim, foi possível entender quais os motivos da locação da gravação do curta metragem “Ch verde com arroz” de Olga Futemma em 1988, quando a pesquisadora tinha apenas 12 anos de idade e pode participar como plateia da gravação de um filme para o cinema,

aliás, tudo foi gravado em frente ao Cine Guatapará. A Fazenda Guatapará tinha cinema, que hoje é uma das ruínas que ainda permanecem no local.

Esta pesquisa enfim, trouxe muitas respostas às perguntas as quais levaram a escolha do tema dessa dissertação de mestrado, no entendimento de quais motivos levaram à implantação do Núcleo Colonial Guatapará no mesmo território que compunha a Fazenda Guatapará. Ao juntar mapas, relatos, fotografias às pesquisas bibliográficas foi possível concluir que a ligação entre as duas imigrações não tem ligação familiar e sim territorial e do objetivo de introduzir núcleos coloniais dando acesso à terra ao imigrante através da compra com intermédio do Estado. Na primeira imigração o objetivo era apenas o levantamento de pecúlio para sanear dívidas em país de origem, na segunda o objetivo era se estabelecer em uma nova forma de vida e exploração da terra através da agricultura familiar, o oposto do que a Lei de Terras decretava através de entrelinhas em 1850.

2 GUATAPARÁ: DE FAZENDA À CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO (1885-1993)

Fazenda Guatapar, uma das maiores propriedades cafeeiras do nordeste paulista, fundada em 1885 por Martinho da Silva Prado Júnior, mais conhecido como Martinico Prado, um ativista político que se fez presente contra um sistema de governo que atrapalhava os interesses dos cafeicultores e conseqüentemente, os seus interesses; um fazendeiro adepto da modernização agrícola, representante este desses novos perfis sociais surgidos no final do Império e início da República que seriam responsáveis pelo desenvolvimento do oeste paulista segundo sua biografia “Martinico Prado In Memoriam” escrita por sua filha Maria Luiza Prado em 1944, ano de seu centenário.

O nome Guatapar vem do Tupi-Guarani, originário de um cervo extinto, cuja espécie existia aos milhares na região, às margens de um córrego. Logo o córrego recebeu o nome de Guatapar, que mais tarde deu o nome  Fazenda Guatapar. Martinico Prado era conhecido como “o plantador de cidades”, organizou em 1865 uma expedição, descendo o Rio Mogi Guaçu, partindo do município de Araras até Pontal, na junção do Rio Mogi com o Rio Pardo. Tudo foi anotado, condições climáticas, geográficas, entre outros. (PRADO, 1944)

No período situado entre 1883 e 1906, a região de Ribeirão Preto tornara-se a mais importante produtora de café do país.

A Fazenda Guatapar contribuiu de maneira efetiva para a efervescência da produção cafeeira, sendo considerada uma das primeiras fazendas organizadas nos moldes empresariais dos pioneiros do nordeste paulista. Suas terras eram divididas de maneira que a maior parte era destinada ao plantio do “ouro verde”, cinco por cento da área efetiva de plantio de café era destinado ao plantio de cereais e uma pequena área destinada ao plantio de cana-de-açúcar. (SOUSA, 2009)

Desde 1997, iniciando pesquisa de Iniciação Científica, (ROSARIO,1998) onde foram levantados dados sobre a Fazenda Guatapar, verificou-se que uma área da fazenda era constituída de mais de quinhentos edifícios (Figura 1, p.21), destinados como casas de diretores, prédio para abrigo das máquinas, oficinas, depósitos, armazéns, farmácia, hospital, grupo escolar, cinema, clube, centro de puericultura, centro de serviço social, entre outros. Em 1885 foi construído o prédio de beneficiamento de café, mais conhecido por “Benefício do Café”, os terreiros para secagem (Figura 3, p.24), utilizados para a armazenagem do café de forma adequada, sem que se perdessem as safras, além de abrigar as máquinas de beneficiar café, sendo uma das primeiras a abrigar maquinários desse porte.

Figura 1 Mapa esquemático da localização dos prédios e colônias da sede da Fazenda Guataparã



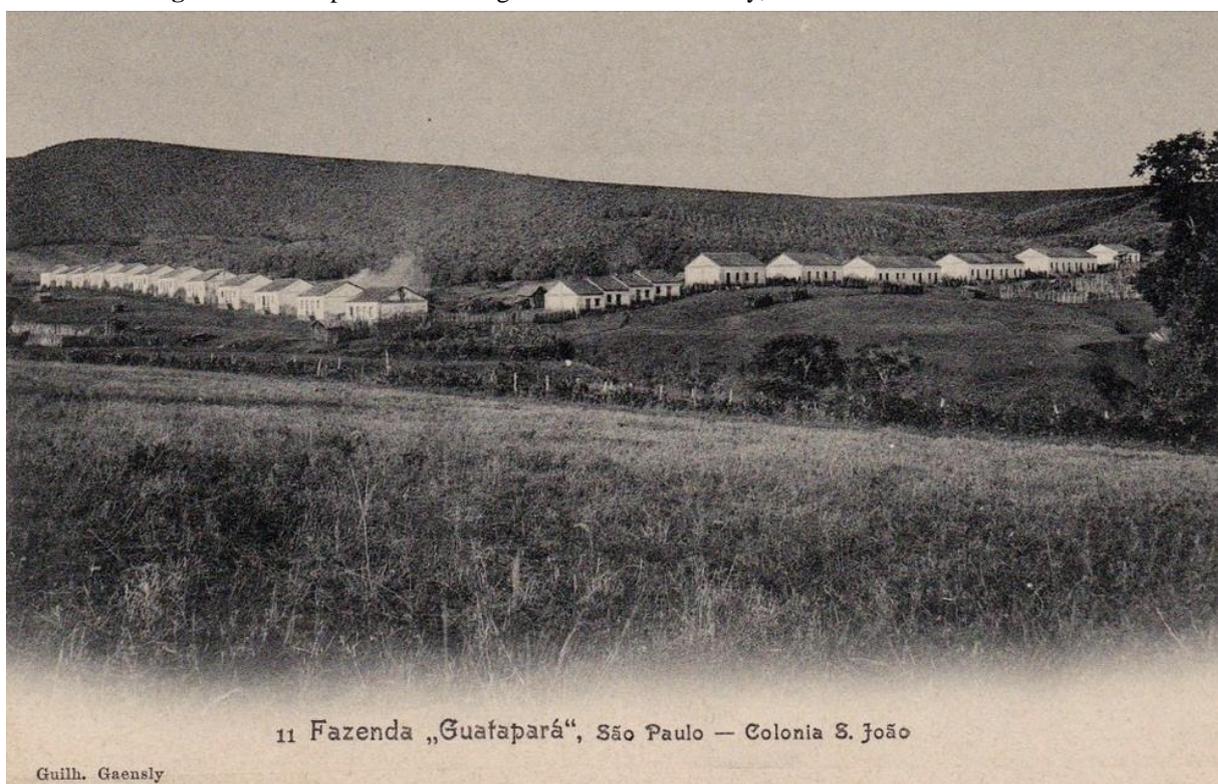
Fonte: Autora (2008)

A preferência por imigrantes italianos para trabalhar nas plantações de café não era aleatória, já que eram trabalhadores rurais em seu país de origem, o que facilitava o manuseio da terra. Essa procura por italianos coincidiu com um período em que a Itália passava por grandes transformações socioeconômicas que afetaram e provocaram mudanças nas propriedades rurais, forçando, dessa maneira, os pequenos proprietários de terras a procurarem saídas para as dificuldades (SOUSA, 2009). A fazenda Guatapará foi uma das que mais abrigaram imigrantes italianos mesmo antes da abolição da escravatura, dados levantados por entrevistas a fontes primárias e consulta ao arquivo histórico de Ribeirão Preto e cartórios de registros de toda a região (ROSÁRIO, 1998)

Com toda a movimentação causada pela vinda dos imigrantes italianos, foi preciso então, organizar uma colônia para esses imigrantes (Figura 2), para que tivessem uma instalação adequada, sendo assim, estes contavam com uma grande estrutura praticamente urbana, onde podiam contar com vários serviços como: cartório, assistência social, recreação, entre outros.

A estrutura montada por Martinico era muito avançada com relação ao desenvolvimento de algumas cidades do interior paulista, exemplo disso foi o cinema implantado na sede, poucas cidades do interior paulista contavam com esse empreendimento.

Figura 2 Cartão postal com fotografia de Guilh. Gaensly, ao fundo a colônia São João.



11 Fazenda „Guatapará“, São Paulo — Colonia S. João

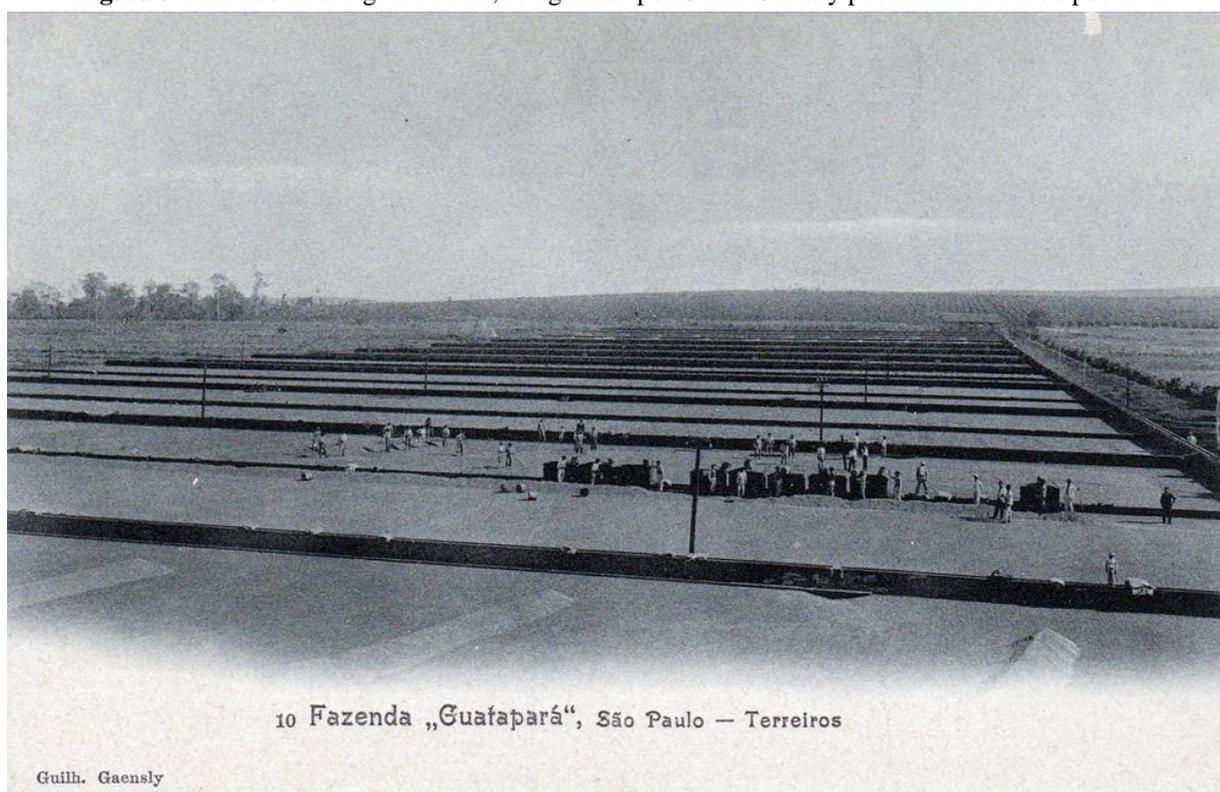
Guilh. Gaensly

Fonte: Arquivo digital

Sendo um dos fundadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, instalou em suas terras ramais para o transporte do café para o porto de Santos, montou uma grande estrutura arquitetônica para o transporte dos grãos, desde a colheita até o vagão na estação dentro da sede. No primeiro ano de fundação da fazenda, foram desbravados 260 alqueires para o cultivo do café. Com o passar do tempo, tornou-se a maior área cafeeira numa só gleba do então planalto de Ribeirão Preto. (PRADO, 1944)

O fundador tinha planos de criar uma cidade, chegando a traçar ruas. Levou até lá a ferrovia, e pensava em dar o nome para a futura cidade de Albertina, em homenagem à sua esposa – Albertina de Moraes Pinto Prado. Sua primeira tentativa foi fracassada, pois numa forte chuva toda a terraplanagem da futura Vila Albertina foi levada com a enxurrada para o córrego Guatapará.

Figura 3 Terreiros de secagem de café, fotografado por Guilh. Gaensly publicado em cartão postal



Fonte: Arquivo digital

O núcleo da fazenda tomava-se de uma configuração urbana caracterizando um município a se formar. Os novos proprietários viam isto com outros olhos, iriam perder parte de suas terras se isso se concretizasse. Daí pensou-se em transferir o núcleo para outra área fora os limites da fazenda, não só por futuramente vir a ser um município, mas também por pessoas das fazendas vizinhas utilizarem de seus serviços. Foi quando se deu a primeira tentativa de instalar a nova sede do distrito de Guatapará, localizando-se próximo à Estação Vila Albertina,

sendo uma área de grande declividade. Ruas foram abertas, mas logo depois da primeira chuva forte, todo trabalho de terraplenagem foi perdido com a enxurrada, fazendo com que o interesse pela área fosse deixado de lado.

Em 1938, por exigência do Governo Federal, os Estados e Municípios tiveram que regularizar e demarcar as suas divisas, em pontos fixos ou imóveis. Sendo assim, o Prefeito Municipal de Ribeirão Preto – Fábio de Sá Barreto, criou o Distrito de Guatapar, em 1938, cuja sede era na Fazenda Guatapar, pelo decreto n.º 9775 (30/11/1938) e instalada em 30/11/1939 (Anexo B).

Com a quebra da Bolsa de Nova York, a propriedade não consegue levar adiante sua potência rural cafeeira, e em 1942 é vendida para a família Morgante, proprietária da Refinadora Paulista S/A. No ano de 1952, a Família Morgante faz uma doação simples e pura, sem remuneração alguma,  Prefeitura de Ribeirão Preto, de uma área de terras de 119.800 m², sendo a escritura lavrada no 1.º cartório de Notas e Ofícios de Ribeirão Preto (ROSARIO, 1998)

A nova área foi localizada na parte fronteiraa  Estação Guatapar servida pelas estradas de ferro Paulista e Mogiana e em área mais plana, para não se repetir o que ocorreu com a antiga rea (Fig. 4, p.25).

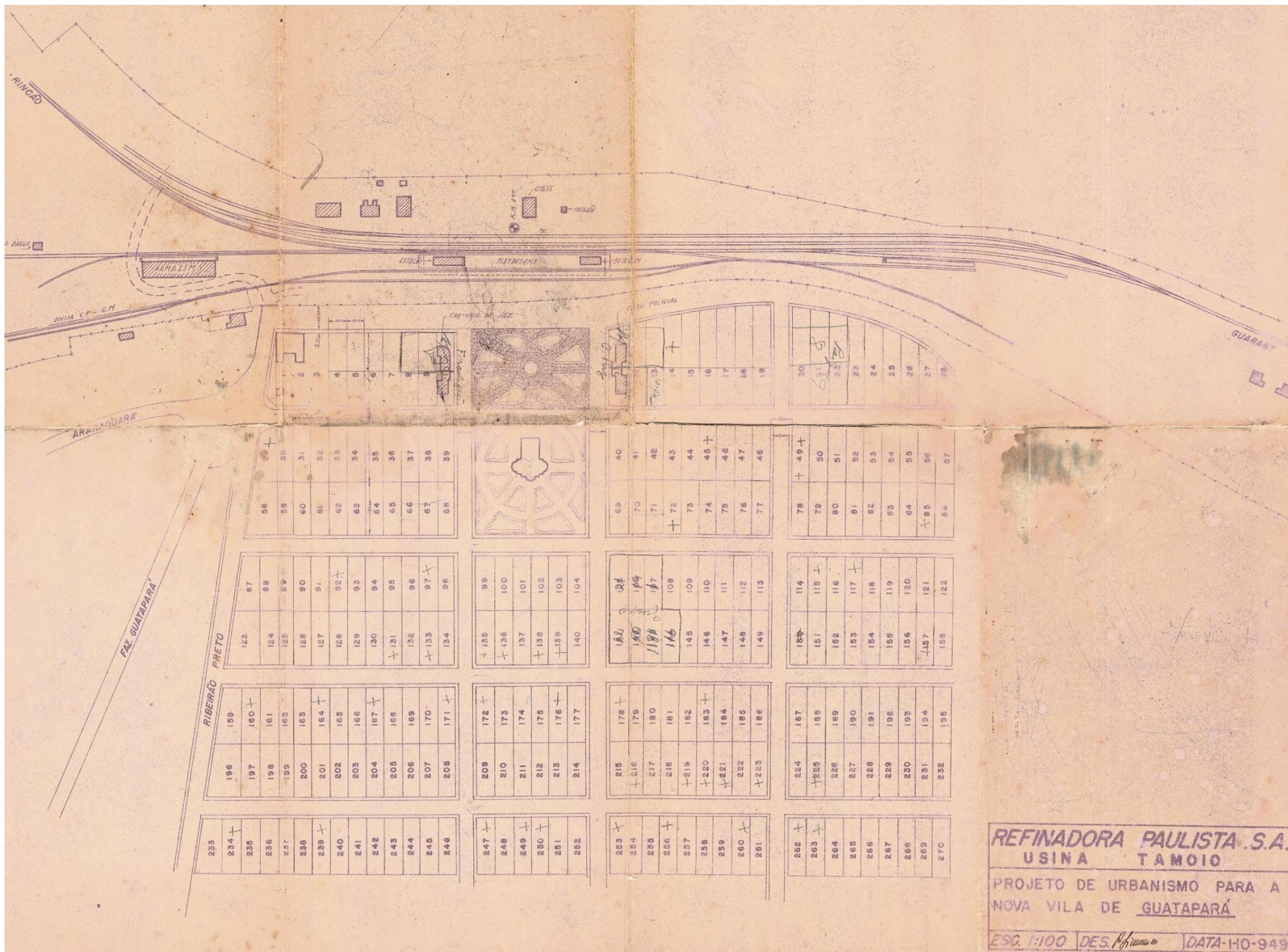
Depois de feita a doação, a área foi loteada, e em seguida foram construídas duas casas, uma para o Cartório de Registro Civil e outra para a Subprefeitura, ambas com residência anexa para seus funcionários. Ficaram ainda reservados os terrenos para a futura Igreja, Grupo Escolar e Parque Infantil, Posto e Saúde, Posto Fiscal e Delegacia¹.

Em 1962, foi fundado o Núcleo Colonial Mombuca, pela administradora JAMIC Imigração e Colonização Ltda., que comprou terras da Fazenda Guatapar para o estabelecimento de famílias Imigrantes do Japão. A JAMIC via este deslocamento de pessoas como colaboração no processo de desenvolvimento do pas². O núcleo começou a viver basicamente da agricultura, com o plantio de arroz nas várzeas do Rio Mogi Guaçu, e também com a criação de bicho da seda, e mais tarde com a implantação de granjas para produção de ovos.

¹ (ROSARIO, 1998)

² *Id. Ibid*

Figura 4. Planta da Nova Vila Guatapar (1949), rea doada pela Refinadora PaulistaS/A



Fonte: Arquivo pessoal autora

Em 1964, alguns moradores do distrito deram entrada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com um pedido de emancipação política e administrativa do distrito, quando foi realizado um plebiscito optando pela não emancipação.

No ano de 1969, as terras da Fazenda Guatapar foram vendidas para a Família Silva Gordo, proprietários do antigo Banco Português (ROSARIO, 1998).

Os novos proprietários desejavam instalar em suas terras uma fábrica de Papel e Celulose – CELPAG – Celulose e Papel Guatapar. O objetivo era implantá-la no município de Ribeirão Preto, mas foi uma tentativa sem sucesso, pois o Prefeito Municipal na época – João Gilberto Sampaio não autorizou a sua instalao no município. Decidiu-se então implantá-la em Luís Antônio, município vizinho, tendo o rio Mogi Guaçu como limítrofe e fonte de água para alimentao do sistema produtivo da indstria³

Mesmo sendo administrada por vários subprefeitos, o distrito cresceu, já possuía rede de esgoto, asfalto na avenida principal e em algumas ruas. Era muito difícil conseguir algo da prefeitura de Ribeirão Preto para o distrito de Guatapar, a distância de 60 quilômetros não ajudava, e a administrao fechava os olhos, assim eram as palavras dos antigos moradores do distrito.

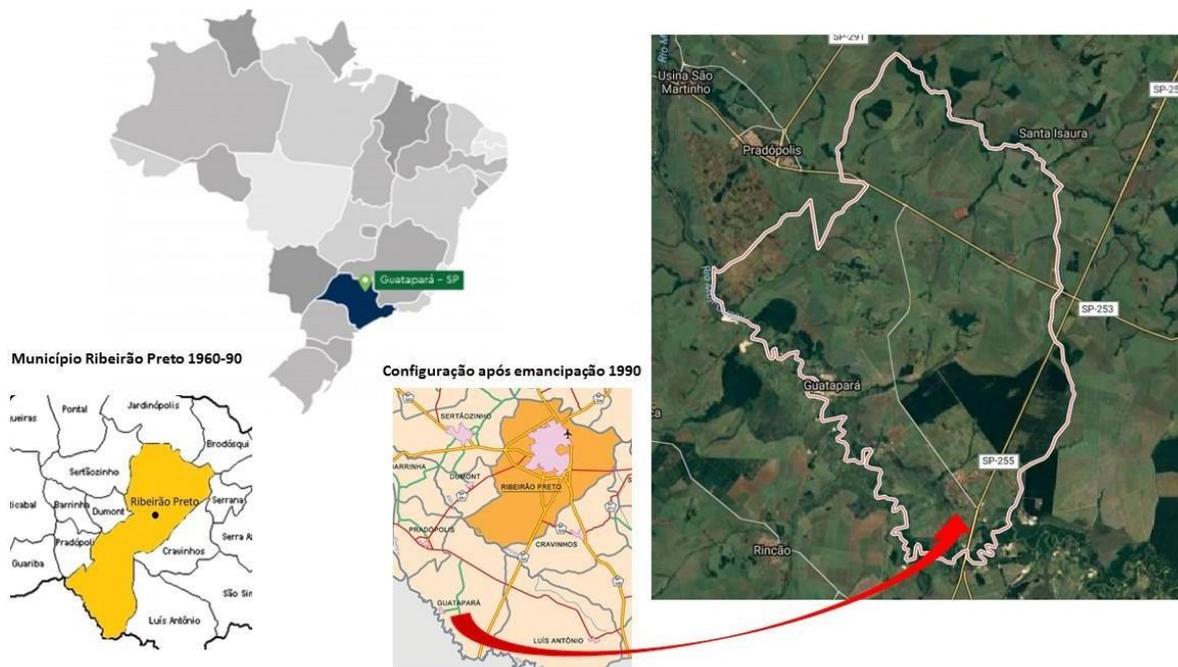
Em 1989, com a populao já cansada com o descaso a que era relegado o distrito, em um novo referendo popular, em 5 de novembro de 1989, decidiu-se pela emancipao Guatapar. O município nasceu robusto, com área de 431 km², permanecendo com quase a metade da área territorial do município de origem (Figura 5, p.28).

Somente no ano de 1993 o município teve seu primeiro prefeito eleito pelo voto direto da populao guataparaense. No primeiro mandato, foram construídos vários equipamentos necessários para o andamento de uma cidade, como Unidade Básica de Saúde, Parque Infantil no Núcleo Colonial Mombuca, pavimento das ruas da cidade entre outros, já que o município possuía uma verba arrecadada entre os anos de 1989 a 1992, que ficou bloqueada até o primeiro prefeito assumir o cargo.

Convencionou-se que a partir de 05 de novembro de 1993, o município comemoraria seu aniversário em virtude do primeiro ano de administrao emancipado e data do referendo de sua independência.

³(ROSARIO, 1998)

Figura 5. Mapa Territorial de Guatapar após emancipação



Fonte: Autora (2018)

2.1 Imigração e a política fundiária rumo ao Oeste Paulista

A partir da metade do século XIX, o café toma lugar da produção de aucar como produto de exportação no Brasil, expandindo a partir da regio fluminense em direção ao interior paulista. A regio de Campinas, Limeira e Ribeirão Preto vinha se destacando com tamanha repercussão sobre a fertilidade da *terra roxa*, terreno promissor aos olhos de Martinico Prado.

Um novo perfil elitista que começava a surgir no final do século XIX e início do XX: um republicano que começou a enraizar seus princípios no período imperial aproveitando-se muito bem das influências monarquistas exercidas pela sua família; um ativista político que se fez presente contra um sistema de governo que atrapalhava os interesses dos cafeicultores e, conseqüentemente, os seus interesses; um fazendeiro adepto da modernização agrícola. Martinico foi, com certeza, um representante desses novos perfís sociais surgidos no final do Império e início da República que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento do interior paulista (SOUSA A. C., 2003).

Antes mesmo de enumerar os motivos que levaram os cafeicultores do Oeste Paulista a preferir a mão-de-obra europeia é preciso voltar ao ano de 1850 quando dois fatos importantes

aconteceram em um espaço temporal de apenas 14 dias, ou seja, a Lei Eusébio de Queiroz (Lei 581 de 04/09/1850) e a Lei de Terras (Lei 601 de 18/09/1850).

A partir de 1850 o regime escravista começa a declinar com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico negreiro somado das atividades britânicas de repressão ao tráfico o objetivo inglês era expandir seu mercado de exportação (ANDRIOLLI, 2006).

A Lei de Terras decretada no Brasil no ano de 1850, proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse o de compra, colocando fim à forma de adquirir terras através de posses e doações da Coroa (COSTA, 1987)

De acordo com Costa(1987, p. 159):

A lei proibindo o tráfico, decretada em 1831 sob pressão inglesa, não foi obedecida até 1850, quando uma nova lei foi aprovada, novamente sob pressão da diplomacia britânica. Isso coincidiu com um período de grande expansão das plantações de café. Nessas circunstâncias, os latifundiários, cujos interesses estavam ligados às áreas em desenvolvimento, tiveram de recorrer ao tráfico interno de escravos. Diante da perspectiva de extinção da mão-de-obra escrava (que a lei de 1850 colocara), alguns fazendeiros começaram a se interessar pela imigração como alternativa para o problema de mão-de-obra. Não foi por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos.

De acordo com Costa (1987), a Lei de Terras de 1850, no Brasil, foi, em algumas circunstâncias, simplesmente desconsiderada. Os fazendeiros de café logo compreenderam que mesmo após a interrupção do tráfico de escravos poderiam obter força de trabalho mediante a compra de escravos das áreas economicamente decadentes do país, sendo assim, o tráfico interno substituiu o tráfico externo de escravos. Foi somente na década de 1880 que imigrantes foram introduzidos em grande número nas fazendas, essencialmente por meio da iniciativa privada. Foi somente na década de 1880 que imigrantes foram introduzidos em grande número nas fazendas, essencialmente por meio da iniciativa privada De qualquer forma, a terra continuou a ser adquirida por ocupação sob a proteção de documentos forjados. Apenas após a Proclamação da República é que a política de terras foi revista

Os fazendeiros do Nordeste Paulista, receosos com a expansão de suas lavouras e a escassez da mão-de obra escrava, não hesitaram em incentivar a imigração estrangeira, que, em sua maioria compunha se de italianos. Esses fazendeiros preferiam a imigração do grupo familiar à de trabalhadores assalariados. As justificativas apoiavam-se em dois argumentos: o trabalho familiar permitiria maior exploração sobre a mão de obra, já que se pagavam salários individuais e, ainda, as unidades familiares amenizariam a tendência de abandono do trabalho garantindo maior estabilidade da mão de obra nas fazendas (ALVIM, 1986).

Essa imigração ocorreu no Estado de São Paulo entre os anos de 1870 e 1920, em três momentos (ALVIM, 1986):

1º) 1870 a 1885, momento caracterizado pela articulação política do grupo do Oeste Paulista, paralelamente à desagregação da mão-de-obra escrava. Foram as primeiras tentativas de se apoiar a produção cafeeira na mão-de-obra livre, mas havia ausência de uma política imigratória definida. Os italianos, nesse momento, não eram a maioria dos imigrantes.

2º) 1885 a 1902, quando se consolidou uma nova facção econômica no poder – os fazendeiros do Oeste Paulista. O mercado de trabalho, de fato, se apoiou na mão-de-obra livre, definindo-se, assim, uma política imigratória calcada nos imigrantes, principalmente italianos.

3º) 1902 a 1920, período em que o novo grupo se manteve inalterado e no qual se consolidou, em todo país, a política imigratória iniciada por São Paulo (ALVIM, 1986, p. 54). Entretanto, o número de italianos que vieram para cá nesse último momento foi menor, pois eram atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano, já que no Brasil denunciavam as duras condições de vida que os colonos tinham nas fazendas de café.

O fenômeno migratório italiano decorreu da expansão do capitalismo que induziu a Itália a se desfazer pequenos proprietários, pequenos arrendatários ou meeiros que constituíram o contingente emigratório: vendiam a pouca terra que tinham, somavam-na aos rendimentos da venda dos mantimentos produzidos por eles e conseguiam, assim, emigrar para fugir da proletarização do campo (ALVIM, 1986, p. 60).

Em outro momento, a partir de 1885, emigram para o Brasil trabalhadores rurais assalariados, que poderiam ser fixos ou temporários, por meio da política de migração, criada pelos cafeicultores do Oeste Paulista, que conseguiram, então, realizar seu objetivo: ter à disposição mão-de-obra farta e barata. Os imigrantes tinham como promessa, por parte dos cafeicultores, a aquisição de pequenas propriedades e a possibilidade do trabalho familiar, já estabelecido na Itália e que era um valor a ser preservado por esses italianos.

Como na Itália o desenvolvimento industrial foi lento e insuficiente, não conseguindo sinônimo de italianos a buscarem seu sustento em outros países. No Brasil em absorver o excesso de mão-de-obra, o processo de proletarização do campo foi expulsão, levando os italianos a buscarem seu sustento em outros particular, tiveram que se inserir em um mercado de trabalho em fase de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, como assalariados, e que visava apenas ao lucro dos grandes proprietários. As famílias viam, na nova terra, a possibilidade de reconstrução do núcleo familiar, e o trabalho nas fazendas de café proporcionava exatamente isso, já que os fazendeiros do Oeste Paulista preferiam a imigração do grupo familiar à de trabalhadores assalariados. As justificativas apoiavam-se em dois argumentos: o trabalho familiar permitiria ao fazendeiro maior exploração sobre a mão-de-obra, já que eram pagos salários pelas tarefas e não por trabalho individual, e ainda, a célula familiar

amenizaria a tendência de abandono da lavoura, garantindo a estabilidade da mão-de-obra na propriedade. (ALVIM, 1986, p. 84)

Membros da elite agrária paulista preocupados com o futuro do escravismo, criaram inúmeras colônias particulares sob o regime de trabalho livre objetivando suprir a demanda por mão-de-obra livre em substituição ao cativo, segundo Gonçalves (2014), nas palavras entusiasmadas de José Antônio Saraiva, presidente da província na época demonstram:

É quasi geral a tendência dos fazendeiros para a fundação das colônias, sendo á isso levados quer pela falta de braços para a lavoura, quer por observarem que estão satisfeitos com os resultados obtidos aquelles, que as tem estabelecido; sendo por isso d'esperar que se vá progressivamente augmentando o número delas.

O senador Vergueiro na década de 1840, traz para a fazenda Ibicaba de sua propriedade, noventa famílias portuguesas instituindo o regime de parceria, porém não obteve resultados satisfatórios, mesmo assim não o impediu de mais tarde contratar mais oitenta famílias alemãs e com base nessas experiências, o senador fundou uma companhia para trazer imigrantes, a Vergueiro & Cia. Constituindo assim a primeira empresa privada a firmar contratos com fazendeiros e o governo (GONÇALVES, 2014).

Segundo Gonçalves (2014), no ano de 1857, a fazenda Ibicaba fica marcada pela revolta dos colonos, o sistema de parceria em meio à contradições perde rapidamente o prestígio entre colonos e fazendeiros. Devido à falta de pagamento pela colheita, dívidas contraídas pelos colonos até chegarem às fazendas, abuso por parte dos proprietários, intervenção do estado obrigando os “parceiros” ao cumprimento de contratos, explicam o prejuízo desse regime.

Ainda, de acordo com Gonçalves (2014, p. 288):

(...) os colonos vinham com o objetivo de se tornarem proprietários, mas sentiam-se reduzidos à situação de escravos; fazendeiros, acostumados a lidar com a mão-de-obra escrava, buscavam um tipo de trabalhador que a substituísse com vantagem na lavoura, ao mesmo tempo que que tinham dificuldades em lidar com relações contratuais.

Sendo assim, os episódios contribuíram pelo descrédito do regime de parceria e a desmoralização da política migratória nacional e paulista, causando assim uma diminuição do fluxo de imigrantes.

A Lei do Ventre Livre aprovada em 1871 trouxe novamente as discussões sobre o problema da mão-de-obra para a lavoura e a imigração, o governo paulista estabelece contrato com a Associação Auxiliadora da Colonização e da Imigração para introduzir 15 mil imigrantes europeus com previsão de duração de 5 anos com a participação de fazendeiros importantes como Antônio da Silva Prado (GONÇALVES, 2014).

Nesse período, os fazendeiros ainda que com o apoio do Estado, agiam isoladamente para obter mão-de-obra na Europa, afirma Gonçalves (2014, pp. 288-289):

Lutavam também para mudar a política de imigração oficial direcionada ao povoamento e colonização da província, argumentando que os núcleos coloniais eram onerosos e inúteis, não ajudando na atração de imigrantes. No entender desse grupo, o Estado devia apenas auxiliar os particulares que pretendessem introduzir colonos em suas propriedades (Congresso Agrícola..., 1988). Esse era o objetivo da Lei Provincial n. 42, de 30 de março de 1871, que autorizava o governo a emitir apólices até o valor de 600 contos de réis para auxiliar os lavradores que quisessem trazer colonos para suas fazendas, tendo cada um o direito a no máximo 10 contos, para introdução de imigrantes europeus.

Os ideais políticos de Martinico acabaram por orientar seus projetos econômicos. Como um republicano fervoroso acreditava na modernização e no progresso do país (LEVI, 1977). Contudo, também defendia que isso só seria possível com a extinção da escravidão africana, pois para esses republicanos o modo de produção escravista era um dos principais fatores de atraso do país, tanto político como econômico. Como consequência desse ideal, juntamente com outros fazendeiros, idealizou o uso da mão de obra livre na região de São Paulo, participando de inúmeras ações associadas ao incentivo da imigração europeia.

Desde 1871 havia certo entusiasmo do governo com a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil, com a chamada Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. Mas, observa-se que nesse primeiro momento, houve uma diminuição no número de imigrantes europeus. Colaborava para isso a forma como os imigrantes eram tratados no Brasil: como escravos; eram, também, desprovidos das oportunidades prometidas na Europa – lembrando que durante um longo período os dois, escravos e imigrantes, trabalharam lado a lado nas lavouras de café (SOUSA A. C., 2009).

De acordo com Sousa (2009), existiam também falhas no próprio processo de contratação, posto que as embarcações traziam muitas crianças, idosos e até mesmo enfermos, que não serviam para o trabalho nas plantações de café e eram mantidos pelo fazendeiro, fazendo-o desembolsar muito com os devidos cuidados para com estas pessoas. A Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, além de não ter os devidos critérios para as contratações, também falhava nos momentos de divulgação de trabalho no Brasil, utilizando falsas propagandas na Europa para iludir o trabalhador, fazendo com que este cultivasse esperanças de que no Brasil a vida seria um pouco melhor, e como sabemos, chegando aqui, não era bem o que eles encontravam.

2.2 A Fazenda Guatapará e a Sociedade Promotora de Imigração de Martinico Prado

Em 1886, Martinico tornou-se sócio fundador da Sociedade Promotora de Imigração. Tratava-se de uma entidade sem fins lucrativos com o objetivo de introduzir no Brasil o

imigrante europeu. Assim podemos dizer que, com o advento da Sociedade Promotora da Imigração, os fazendeiros tinham certas garantias, as de que não teriam prejuízos, pois seriam contratados somente trabalhadores saudáveis e aptos para o trabalho na lavoura de café, e por outro lado garantindo aos imigrantes contratos no quais tinham garantido o transporte da Europa até as fazendas de café, além de já partirem para o Brasil com o trabalho e com os salários acertados (SOUSA A. C., 2009).

Esta associação o impeliu mais tarde, precisamente entre 1888 a 1889, a atuar como Deputado na Assembleia Provincial de São Paulo, na qual defendeu uma série de medidas associadas à imigração de trabalhadores livres europeus, conquistando, também, uma melhor posição para o Partido Republicano na província, e fazendo algumas de suas reivindicações serem aceitas pela Assembleia. Martinico atuava diretamente nas contratações de trabalhadores, realizadas na Europa por meio de critérios pré-definidos: somente seriam contratados integrantes de uma mesma família, adeptos da religião católica, entre outras exigências.

Maria Luiza da Silva Prado (1944), em sua obra biográfica, registrou no livro *In Memoriam* apontamentos interessantes sobre a posição desse homem diante da imigração de trabalhadores. A autora chama a atenção, por exemplo, ao combate que seu pai promovera contra a imigração oriental, afirmava que os “chins” – como eram tratados os chineses – seriam uma “tragédia” para a sociedade brasileira, que seria levada ao atraso político e econômico novamente.

De acordo com Prado (1944, p.22):

Não podemos absolutamente concordar com a admissão dos chins aqui; para nossa desgraça basta esta prova de escravidão, não precisamos de escravidão de nova espécie. Não queremos, Sr. Presidente, que nossos sucessores nesta casa, que os vindouros digam que os representantes da Província de São Paulo macularam a sua história introduzindo chins, como os portugueses introduzindo escravos

Tal ideal se amparava na teoria do embranquecimento: pairava um grande medo na elite branca, medo de que os negros libertos inflamassem uma rebelião juntamente com os negros ainda escravos e que isso levasse a uma grande revolta, como ocorreu no Haiti⁴, onde os negros se rebelaram e acabaram matando todos os brancos que não conseguiram fugir. Isso justificava a teoria de não aceitar a imigração oriental, pois a necessidade, no momento, levava a sociedade a querer um perfil que se aproximasse de um modelo branco, ocidental e cristão.

⁴ Colônia francesa de produção de açúcar, os escravos de origem africana compunham 90% da população da ilha. As lutas contra os colonizadores iniciaram em 1791 e levaram à independência do Haiti, primeira República da América Latina.

Essas ações deram início ao maior processo de imigração europeia jamais visto neste continente, sendo os italianos contratados em maior número.

Entre 1869 e 1888, Martinico precisou atuar em duas frentes: como político republicano e como proprietário de fazendas defensor do abolicionismo. Começou a tomar gosto pela vida no campo a partir de 1869, quando foi residir em uma das fazendas de seu pai, a Santa Cruz, na vila de Araras. Passou, então, a administrar também a fazenda Campo Alto, outra propriedade de seu pai. A consequência desse empenho na área agrícola foi um alto crescimento nas propriedades e das finanças da família. A partir dessa experiência é que Martinico sentir-se-á apto para a função de administrador e passará a exercer uma importante influência na região então chamada Oeste de São Paulo, marcada por intensa atividade cafeeira após o declínio do Vale do Paraíba, neste fim do século XIX. Após ter vindo para as fazendas de seu pai na região de Araras e Mogi Mirim, decidiu se empenhar no “descobrimento” do chamado Oeste Paulista e verificar a potencialidade da terra para a plantação de café. Em Ribeirão Preto adquiriu as posses que originariam a fazenda Albertina. Nos relatos que teceu sobre estas terras nas cartas mandadas para seu pai e seu irmão mais velho, Antônio, observa-se que Martinico descreve a região como sendo composta por terras promissoras de grande produtividade e que dariam muita fortuna. Poucos anos depois, o comércio cafeeiro aferia verdade às impressões de Martinico, posto que esta região passou a ser a mais importante do setor naquele momento. Não por acaso, o envolvimento dos Prado na agricultura acabou desenvolvendo outras áreas econômicas, ampliando assim os meios econômicos aos quais a família tinha acesso. No século XIX a produção de café no interior paulista exigia uma rede de escoamento compatível com a produção, uma vez que as melhores terras ficavam além de Jundiá, nada mais justo que se tivesse uma rede ferroviária que passasse por toda essa região. Para que isso acontecesse, um grupo de cafeicultores fundou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no ano de 1869, como relata Marcovitch (1869 apud PRADO, 1944)

“Como se vê, já em 1869, algumas concessões eram indispensáveis para evitar as revoltas dos escravos. Martinico mostrava-se mais progressista do que o irmão, mas nem por isso deixava de ser pragmático. Em 1878, apoiou a lei que proibia o deslocamento de escravo entre as províncias, mas, em 1882, bateu-se pelo seu relaxamento, argumentando que a região de Ribeirão Preto não poderia desenvolver-se sem que os fazendeiros de Minas Gerais viessem com seus escravos. Em suma, a posição dos dois irmãos era “devagar com a abolição e depressa coma imigração”. Como se sabe, durante vários anos os dois regimes conviveram. Em 1883, trabalhavam lado a lado em Santa Veridiana, Sessenta escravos de campo, cinquenta escravos de “feitoria” e 49 famílias de imigrantes.”

Em 1876 uma campanha desempenhada por Martinico resultou na passagem dos trilhos da Companhia Paulista por Araras, localidade que se destacava como grande exportadora de café. A ligação dos Prado com a Companhia Paulista foi tão intensa que muitos acreditavam que a empresa era uma propriedade da família. Esta crença tem razão de ser, pois, por meio de uma intensa rede de amigos e parentes associados a esta empresa, os Prado mantiveram o controle praticamente completo e efetivo da companhia. Martinico também era sócio e proprietário de grandes casas de exportação, situadas, principalmente, perto do porto de Santos, sendo elas responsáveis pelo transporte, armazenamento e comercialização do café. Uma das mais conhecidas era a Companhia Prado e Chaves Exportadora, situada no Porto de Santos e cuja formação deu-se a partir de um relacionamento de parentesco entre as famílias Prado e Chaves. Com relação ao desenvolvimento de outras áreas ligadas ao café, não podemos esquecer a indústria, principalmente a indústria têxtil, que está ligada a todo um processo de fabricação de sacos de tecido para guardar o café e conservá-lo por mais tempo.

Por volta de 1877, Martinico Prado, juntamente com, Jesuíno de Melo, alcançou o distrito de Casa Branca, passando por São Simão até chegar à então Vila de Ribeirão Preto. Foi então, instigado pela curiosidade de conhecer a tão falada terra roxa, considerada muito produtiva. Constatando a grande fertilidade do solo e imaginando um futuro promissor, Martinico escreve uma carta a seu pai (Martinho Prado) e a seu irmão mais velho (Conselheiro Antônio Prado), expondo as qualidades da região. No documento de Maria Luiza Prado, fica bem explicitada a visão de um futuro promissor para Ribeirão Preto e região:

Segundo Prado (1944, p.17):

O futuro se encarregou de provar que esse entusiasmo pela zona de Ribeirão Preto em 1877 não tinha sido exagerado. Em 1917, 40 anos mais tarde, mostram-nos as estatísticas que este era o município cafeeiro mais importante do Estado de São Paulo. Com 37 milhões de pés de café.

Com essa visão empreendedora sobre a região Martinico resolveu comprar, neste mesmo ano de 1877, uma propriedade denominada Fazenda Albertina. A propriedade era ocupada pelo cultivo do café, destinado ao consumo interno e, principalmente, à exportação.

Em um primeiro momento, entre os trabalhadores desta fazenda encontravam-se escravos, que foram trazidos no período áureo do comércio de cativos. Servindo-se dos casos ocorridos nas fazendas de seu pai, Martinico adotou um novo trato com os escravos, visando evitar revoltas, como as que haviam ocorrido em 1867.

Mesmo não sendo uma das maiores propriedades de Martinico Prado, a Fazenda Albertina conseguiu render-lhe. Acredita-se que foi com esses lucros que Martinico comprou

em 1885 a Fazenda Guatapar. Essa fazenda consistia em seis mil alqueires e recebeu este nome devido ao Córrego chamado Guatapar que lhe corta as terras. Tal propriedade foi adquirida por uma quantia de aproximadamente 60 contos de reis e pertencera, até então, a João Franco de Moraes Otávio (Figura 6). Ainda em 1885, mais de 280 alqueires de mata desta fazenda foram derrubados para que fossem plantados 2.500 ps de café. Para fazer este serviço, preferiu contratar trabalhadores vindos da Bahia. Esses trabalhadores baianos foram utilizados apenas para a limpeza do terreno e para a preparao do solo, claro que esta última atividade sob a orientao de um agrônomo, sobre o qual falaremos mais adiante. No período situado entre 1883 e 1906, tal região se tornou a mais importante produtora de café do país. De acordo com Prado Jr. (1976, p. 164):

É o oeste da província de São Paulo, centralizando-se em Campinas e estendendo-se numa faixa daí para o norte até Ribeirão Preto. Esta região era até fins do século XVIII muito pouco povoada [...] Em pouco tempo, se torna o grande centro produtor de café do país.

Figura 6 - Fazenda Lajeado e suas derivaoes no fim do século XIX e a configurao atual dos municípios



Fonte: Lages (2016) Modificado pela autora

A Guatapar contribuiu muito para essa efervescência da produo cafeeira, sendo considerada uma das primeiras fazendas organizadas nos moldes empresariais. Por algum tempo ela foi administrada pelo próprio Martinico, que pouco depois passou a exercer seu poder indiretamente, pois passou a administrao dessa propriedade a um amigo, o italiano José

Sartori, que assumiu diretamente as finanças da fazenda. Em 1906, cogitava-se que era composta por seis mil alqueires de terra com dois milhões e cento e setenta mil pés de cafés plantados. Suas terras eram divididas da seguinte forma: dois mil seiscentos e oitenta e oito hectares eram destinados à plantação de café, sendo esta a maior prioridade; quatrocentos e oitenta hectares eram usados para o cultivo de cereais e quarenta e oito hectares eram aproveitados na plantação de cana de açúcar. A parte física era estruturada como o complexo de uma cidade. As terras da fazenda eram divididas em quatro partes: uma das partes denominava-se Marco da Pedra; outra chamava-se Brejão Grande; além de Monteiro e de Guatapará. Esses espaços em que a fazenda foi dividida poderiam ser comparados aos de bairros de uma cidade. Constituíam esse território, mais ou menos uns quinhentos edifícios, destinados a casas de diretores, a casa para o armazenamento de máquinas, oficinas, depósitos, armazéns, farmácias, hospitais, grupo escolar e, entre outros. Em 1885, foi construído um prédio ao qual foi dado o nome de “Benefício do Café” (Figura 7) e era empregado para armazenar o café de uma forma mais adequada, sem que se perdessem as safras, além de ser também utilizado para abrigar as “máquinas de beneficiar o café”. A Fazenda Guatapará foi uma das primeiras a possuir um maquinário desse porte. Alguns anos mais tarde, a fazenda foi equipada com um engenho construído por imigrantes italianos.

Figura 7 - Casa de beneficiamento de café



Fonte: Argolo (2004)

Sendo Martinico Prado um republicano fervoroso, segundo relata Prado (1944), além de abolicionista e de idealizador da Sociedade Promotora da Imigração, não poderia deixar de contratar para trabalhar nas suas lavouras os imigrantes europeus. Esses imigrantes eram trazidos pela Sociedade Promotora da Imigração. O próprio Martinico viajava para a Europa,

especialmente para a Itália, a fim de realizar essas contratações. A preferência pelos italianos para trabalhar nessas plantações não era aleatória, já que eram trabalhadores rurais no seu país de origem, o que facilitava o manuseio das terras no Brasil. Coincidentemente a procura brasileira por trabalhadores italianos ocorreu no mesmo período em que a Itália passava por transformações socioeconômicas que afetaram e provocaram mudanças nas propriedades rurais, forçando, dessa maneira, os pequenos proprietários de terras a procurarem saídas para as dificuldades. A grande maioria das fazendas de café da região do então oeste paulista beneficiou-se com a mão de obra barata do imigrante. As fazendas de Martinico eram sempre algumas das que mais tinham imigrantes contratados, mesmo antes da abolição da escravidão em 1888. Por conta disso, foi preciso organizar uma colônia para esses imigrantes, para que eles ficassem bem instalados (PRADO, 1944). Este espaço era composto por casas, depósitos, armazéns, farmácias e, até mesmo, residências que eram transformadas numa espécie de hospital (LEVI, 1977). Após a decadência da fazenda, tal localidade originou a fundação de uma cidade, conhecida atualmente pelo nome de Guatapará, formando assim, por meio da mistura de italianos e brasileiros, uma cultura miscigenada, a qual é percebida até hoje nas cidades do interior de São Paulo, que, em sua maioria, foram fundadas e formadas por essa mistura do imigrante, do brasileiro e também do negro liberto.

Considerada uma das maiores fazendas do sudeste do país, a São Martinho já possuía uma grande produção cafeeira antes de ser adquirida pela família Prado. Mesmo tendo duas fazendas para administrar, a Albertina e Guatapará, Martinico Prado se interessou por essa propriedade, localizada no que é hoje a cidade de Sertãozinho, embora se mostrasse receoso quanto ao investimento. Não querendo se arriscar sozinho acabou adquirindo-a em sociedade com seu irmão, o Conselheiro Antônio Prado, e com seu pai, Martinho Prado. Seu pai entrou com 50%, enquanto coube a ele e seu irmão contribuir com 25% – cada um – do investimento. O território da fazenda São Martinho era composto por cerca de 12 mil alqueires, possuindo, em média, 3,4 milhões de pés de café. Esta propriedade foi por pouco tempo administrada por Martinico Prado. Quem tomou a frente dos negócios por 40 anos foi o Conselheiro Antônio Prado, fazendo com que se tornasse uma das maiores propriedades que São Paulo já havia conhecido (AMORIM, 2001, p. 42)

Nessa propriedade dos Prado, a mão-de-obra utilizada para trabalhar a terra também foi a dos imigrantes. Como já foi dito anteriormente, a preferência para o trabalho nas lavouras dos italianos (Figura 8, p. 40), que já vinham com uma certa experiência na área, havendo também, relatos de imigrantes alemães, que vinham com a função de agrônomos, tratando

profissionalmente a terra para que o proprietário tirasse o maior proveito da mesma (ROSARIO, 1998).

Esses imigrantes concentravam-se na colônia, que era situada na região hoje de Pradópolis, onde na medida em que foram se instalando, começaram a construir casas, armazéns, lugares apropriados para a diversão em suas horas de lazer, para as típicas festas dos colonos, as quais não aconteciam apenas na São Martinho, mas sim, em todas as fazendas em que seus donos compartilhavam do pensamento de Martinico e que aderiram ao sistema de trabalho, que eram livres nas suas horas de folga, diferentemente dos escravos (PRADO, 1944).

Para atender a necessidade de braços para o trabalho na lavoura de café era preciso recrutar mão-de-obra, para a suntuosa Fazenda Guatapará. Foi neste contexto, que dois anos antes da abolição da escravatura, Martinico encabeçou a formação da Sociedade Promotora de Imigração, os primeiros municípios a receber o novo “assalariado” foi Araras, onde era localizada a Fazenda Campo Alto, propriedade de seu pai, Martinho da Silva Prado. A introdução dos primeiros trabalhadores europeus, induziu ao desprestígio do velho sistema de mão-de-obra servil.

Em 03 de agosto de 1887, os vereadores de Ribeirão Preto aprovam por unanimidade a libertação dos escravos em todo município, em 05 de agosto do mesmo ano, na Câmara Municipal foi aberto um livro para registrar as alforrias de acordo com a referida lei (LAGES, 2016, p. 64).

De acordo com Lages (2016), estava aberta a porta de entrada para europeus que vieram em massa para os cafezais de Ribeirão Preto e toda a região, mas ao contrário do que possa parecer, não era uma onda natural e espontânea. A Itália e a Alemanha, após sua união política consolidada em 1870 iniciam a sua Revolução Industrial com todas as suas consequências: êxodo rural, baixos salários, desemprego, entre outros. Estes governos aprovam leis de incentivo à emigração na tentativa de reduzir as reações sobre questões sociais ligadas ao socialismo e anarquismo.

De acordo com Santos (2008) a Sociedade Promotora de Imigração foi formada com a proposta de ser uma sociedade privada sem fins lucrativos, seus diretores não exerciam cargos remunerados de forma alguma, o que não permitiria transferências de fundos para empresas ou pessoas físicas ou ainda tornaria difícil ganhos pessoais com a atividade. Entretanto, há um lapso na documentação que não permite seguir o que acontece a partir de 1894, e não há continuidade nos registros. A imprensa da época produziu muitas denúncias contra a imigração e contra a Sociedade Promotora mencionando enriquecimento de seus sócios com as suas operações. Santos (2008) afirma que documentalmente não é possível comprová-las totalmente

e diretamente, apenas de forma indireta. Mesmo assim, este favorecimento não é dado somente da forma financeira, apesar de tudo. Os fazendeiros envolvidos na atividade puderam contratar trabalhadores a custo zero e sem todos os riscos e trabalhos envolvidos na contratação, pois a Promotora, financiada pelo Estado de São Paulo, realizava-os. Aos fazendeiros restava apenas o trabalho de se dirigirem à Hospedaria e lá escolherem os trabalhadores, sem ter a preocupação nem de pagar o transporte para suas fazendas, pois os imigrantes teriam que arcar com estes custos. Somente se não pudessem pagá-los imediatamente, os fazendeiros teriam que adiantar o dinheiro, mas que seria pago na ocasião do primeiro pagamento já na fazenda e com a colheita já feita. Além disso, com o estabelecimento de uma corrente imigratória contínua e abundante, não haveria a preocupação com o giro natural de mão-de-obra ocasionado pelas más condições de trabalho nas fazendas. Findas as exigências contratuais, ou muitas vezes antes mesmo disso, o imigrante deixava a primeira fazenda contratada para dirigir-se para outras fazendas com condições mais favoráveis ou para a cidade para trabalhos e funções urbanas, já que muitos não eram agricultores de profissão, mas que como tal foram trazidos. Apesar de todo exposto acima, a riqueza da família Prado, cresceu enormemente no período que segue à instituição e fim da Sociedade Promotora beneficiada direta ou indiretamente pelas riquezas produzidas pela sua intervenção e pelo crescimento que proporcionou ao café. (SANTOS, 2008, p.66)

Figura 8 - Imigrantes italianos em 1887 ao lado da casa dos Prado na Fazenda Guatapar



Fonte: Prado (1944)

A lavoura de café não deve exclusivamente à Promotora sua sobrevivência, é muito provável que teria sido possível continuar sem as grandes levas de braços, mas sua expansão está completamente ligada aos benefícios que ela trouxe para a oferta de mão-de-obra. A Sociedade Promotora de Imigração não salvou a lavoura como os seus defensores gostariam, mas deixou as bases e fundamentos para que a atividade se expandisse e gerasse a quantidade de riqueza que gerou e, principalmente concentrou, em mãos particulares e geograficamente. Para seus sócios, a Sociedade Promotora de Imigração foi uma sociedade antes de tudo patriótica e desinteressada que cumpriu um serviço do mais alto valor para a economia paulista e do país, salvando o café da ruína iminente e certa pela aguda falta de braços ocasionada pela libertação dos cativos que não estavam interessados em continuar a trabalhar nas fazendas. A imigração subsidiada foi a solução acordada entre eles para resolver seus problemas, com os custos repassados para o Estado que era por eles controlado, principalmente São Paulo. Dessa forma, Santos (2008) concluiu que a criação da Sociedade Promotora de Imigração para tornar realidade a imigração subsidiada foi uma forma de compensação aos fazendeiros que perderam seus cativos na libertação dos escravos em 1888. Esse custeio do transporte da mão-de-obra desde sua origem até a porta das fazendas pelo Estado leva a esta conclusão, ainda mais, a entrega do serviço à responsabilidade e administração dos próprios interessados, os fazendeiros de café, que assim tiveram a liberdade de montá-lo de acordo com as suas necessidades também reforçam tal conclusão.

Ao contrário do que afirma Perissinoto (2000 apud Santos, 2008, p.66) que defende que a partir da República o Estado se torna um “produtor de políticas” cada vez mais autônomo e independente dos grandes grupos hegemônicos da sociedade com o objetivo de fortalecer o aparelho estatal em detrimento das prerrogativas de classe, a imigração subsidiada foi um grande projeto de classe alicerçado por uma elite política e econômica, na figura dos fazendeiros de café, e depois comissários e outros relacionados com a atividade. Os homens que imaginaram o projeto imigrantista foram os mesmos que o tornaram possível politicamente e economicamente dando todo o suporte estatal existente na época. Grandes grupos familiares controlaram a criação da Sociedade Promotora de Imigração, seu braço operacional para tornar possível a entrada de trabalhadores europeus livres e que fizeram da imprensa paulista o canal responsável pela venda desta ideia aos outros setores da sociedade, não para pedir a sua opinião, mas para dela pedir referendo.

Martinico não renunciou de suas ideias republicanas que o conduziram até 1889, as vaidades e o modo de pensar aristocrático nunca lhe mereceram mais que uma indiferença

irônica. (PRADO, 1944). A revolução de 15 de novembro, significando, tal como se deu, o abandono e o repúdio das liberdades e hábitos, apenas interrompeu a ascensão democrática do país, reduzindo-o e sujeitando-o às mais grosseiras práticas de governo absolutista. (PRADO, 1944).

Martinico Prado exerceu a gerência da Fazenda Guatapará por poucos anos, foi representado pelo Conselheiro Antônio Prado, seu irmão, que durante 40 anos teve sob sua direção, criando um dos maiores blocos de cafezais em uma só propriedade, que se conheceu em São Paulo com 3 milhões e 400 mil pés de café.

Segundo Prado (1944, p. 23):

Pertence esta fazenda atualmente à Companhia Prado Chaves, firma da qual Martinico Prado foi sócio solidário. Era a companhia naquele tempo uma casa Comissária que tinha sucedido a outra, "Central Paulista", e que tratava dos negócios de café das famílias Prado, Chaves, Monteiros de Barros, Conceição e Portella, parentes e aparentadas entre si.

Sob a gerência de Paulo Prado, João Pinto Machado Portella, Plínio Prado e Ernesto Ramos, tinha ela conseguido ser a Casa Comissária mais importante de Santos, recebendo anualmente em consignação cerca de um milhão de sacas de café.

Martinico Prado faleceu em maio de 1906, a firma estava com enormes compromissos, garantidos pela importância das fortunas dos seus sócios componentes solidários, muito mais do que pelo seu capital social. Para que o inventário fosse dado prosseguimento sem enfraquecer essas garantias e sem atrapalhar a prosperidade comercial do negócio e da Sociedade, foi feito um acordo com o Banco do Comércio e Indústria São Paulo, principal fornecedor de capital de giro dos negócios da família. (PRADO, 1944)

Os herdeiros de Martinico tiveram que hipotecar a Fazenda Guatapará na época por Dois Mil Contos de Réis, importância esta que a Fazenda em época de pujança, diga-se de passagem, passou com facilidade. (PRADO, 1944)

A viúva Dona Albertina Prado, continuou fazendo parte da empresa, mas como comandatária, sendo mais tarde, reembolsada pela Companhia Prado Chaves, dos adiantamentos que tinha sido obrigada a fazer em benefício da empresa.

Segundo Prado (1944), Martinico, nos anos de 1888 e 1889, proprietário de uma grande fazenda, sócio de outra ainda maior, comissário de café em larga escala e pai de 12 filhos, motivos mais que prováveis teriam contribuído para seu desinteresse pela política.

As contínuas notícias de trabalho semiescravo e condições indignas nas fazendas de café do Brasil fizeram com que a imigração de italianos para o Brasil caísse, e se desviasse para os Estados Unidos e Argentina. Em 1902, a Itália ativa o "decreto Prinetti", proibindo a

imigração subsidiada para o Brasil, devido aos relatos de trabalho semiescravo nas fazendas de café de São Paulo (Figura 9).

Figura 9 - Imigrantes italianos na colônia São Martinho, uma das primeiras colônias construídas na Fazenda Guatapar 1887



Fonte: Prado (1943)

Após breve recuperação, a imigração europeia sofre nova queda, provocada pela I Guerra Mundial. Com o fim do conflito a lavoura recupera-se, levando a novo surto migratório. Em 1927, encerram-se os subsídios para a vinda de novos imigrantes. Em 1930, com a crise provocada pela superprodução do café, o governo brasileiro impõe restrições à imigração, que só voltaria a crescer após a II Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria.

2.3 A imigração japonesa na Fazenda Guatapar de 1908 a 1923

Em abril de 1908, partiram do porto de Kobe no Jap, 781 pessoas com destino ao Brasil com o sonho da prosperidade nas lavouras de café do interior de São Paulo (Figura 10, p.44). O responsável pela organização deste novo empreendimento foi Ryo Mizuno, considerado pelos japoneses o “Pai da Imigração Japonesa” no Brasil. (HOMMA, 2016)

Figura 10 - Japoneses acenam no Porto de Kobe: ansiedade e insegurança



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Antes de elencar os motivos da contratação de braços orientais na lavoura de café, é preciso apresentar as razões que motivaram a partida destas famílias para uma terra desconhecida, de tradições completamente diferentes de tudo o que viviam no Japão.

Em 1868, o governo japonês inicia uma série de reformas (a restauração Meiji) que visavam a modernização e a inserção do país na economia mundial e uma das medidas tomadas foi o incentivo à emigração. Outra razão para incentivar a emigração é o fato de que já naquela época os japoneses se preocupavam com o problema do crescimento demográfico e procuravam novos lugares para viver. As primeiras relações do Japão com o Brasil surgem nessa época. Em 1895, é firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, porém, sem nenhuma menção quanto à vinda de imigrantes. O Brasil só vai se interessar pela mão de obra japonesa em 1902, quando o governo italiano restringe a vinda de novos imigrantes através do Decreto Prinetti. Por outro lado, o Brasil começa a se tornar uma boa saída para o plano de expansão japonês quando em outros países, como no Canadá e nos EUA, são criadas barreiras para dificultar a entrada e a permanência de japoneses em seus territórios. Além disso, o incentivo à emigração foi uma das soluções encontradas pelo governo japonês para diminuir a

miséria e o alto índice de desemprego que se registrava no país na época, fruto da própria restauração Meiji.

É fato incontestável e amplamente divulgado que o navio *Kasato Maru* trouxe ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses em 1908, iniciando de maneira efetiva o processo de imigração. O processo de imigração japonesa no Brasil iniciou-se bem antes de 1908 e em condições pouco românticas. O *Kasato Maru* foi apenas o primeiro resultado de anos de discussões, impasses e negociações entre Brasil e Japão. Para entender por que a imigração ocorreu, é preciso antes entender a situação sócio-político-econômica em que se encontravam ambos os países na segunda metade do século XIX.

No século XIX, a economia do Brasil era agrícola e extremamente dependente da monocultura cafeeira. A cultura do café, por sua vez, dependia totalmente da mão-de-obra de escravos negros.

Não bastava, entretanto, trocar um tipo de imigrante por outro. No século XIX, os brancos cristãos tinham um forte preconceito contra todo o resto da humanidade, e no Brasil os asiáticos eram tidos como “negros amarelos”. Em 1880, Oliveira Martins, escritor e político português, chegou a publicar argumentos contra a imigração asiática afirmando que “a perigosa tentação de ir buscar braços a outro viveiro de raças inferiores prolíficas embriaga muitos espíritos”, e concluía com “um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa” (HAKKOSHA). Entre julho e agosto de 1892, o jornal *Correio Paulistano*⁵ publicou artigos de Francisco Cepeda que se referia aos asiáticos com expressões como “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”, e que “o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora” (PRADO, 1944)

Mas o que fazia os japoneses se interessarem em ir para lugares distantes cuja população não era exatamente receptiva? O Japão da segunda metade do século XIX foi um país de dramáticas transformações. Durante dois séculos e meio o Japão esteve isolado do resto do mundo, sob o controle político dos xóguns da família Tokugawa. A sociedade japonesa era feudal e a economia estava estagnada num sistema agrário e dependente da cultura do arroz, enquanto as potências ocidentais, industrializadas e tecnologicamente avançadas, conquistavam colônias na África e Ásia. A partir de 1854, com navios americanos e ingleses exigindo com

⁵(NOGUEIRA A. R., 1973)

uso de canhões a abertura dos portos japoneses, o enfraquecido governo xogunal teve que ceder crescentes privilégios comerciais aos estrangeiros, o que gerou uma crise interna sem precedentes. Revoltas levaram a uma guerra civil, que culminou em 1868 com a vitória dos que queriam a restauração do poder ao imperador, e que defendiam a modernização rápida do Japão em moldes ocidentais. Era o início da Era Meiji (1868-1912).

Em suma, imigrantes japoneses não eram desejados no Brasil. Porém é fato universal que quando há necessidade de trabalhadores, governos e contratadores tornam-se mais convenientes e menos exigentes. Assim, embora desde 1880 já se cogitasse no Brasil a vinda de imigrantes japoneses, nenhuma ação concreta foi realizada neste sentido até 5 de novembro de 1895, quando Brasil e Japão assinaram um tratado pelo qual ambos os países passaram a desenvolver relações diplomáticas, e mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram-se negociações para a vinda de imigrantes japoneses, que chegaria às vias de fato só a partir de 1908.

Em 20 anos, a modernização Meiji revolucionou o país, propiciando oportunidades para a aristocracia, que ocupou importantes cargos na nova estrutura político-governamental, e para uma emergente burguesia que enriqueceu com os métodos industriais e financeiros importados do ocidente. Mas os benefícios do enriquecimento do país ficaram nas mãos de poucos, e fazer rapidamente do Japão uma potência bélica do mesmo nível que as potências ocidentais foi mais prioritário que necessidades sociais (Figura 11, p.47). A maior parte da população vivia no campo, onde impostos crescentes levavam mais e mais famílias à fome. Em busca de empregos e melhores condições de vida, muitos migraram do campo para as cidades, e outros migraram para o extremo norte, na ilha de Hokkaido, onde ainda haviam regiões a ser desbravadas. Entretanto, sendo o Japão um arquipélago superpovoado, as opções logo se escassearam e o governo japonês passou a promover a emigração como alternativa. A primeira emigração oficial ocorreu em 1883, quando japoneses foram para a Austrália para trabalhar na pesca de pérolas. A partir de 1885 o fluxo emigratório ganhou importância, quando japoneses passaram a ir para o então reino independente do Haváí. Nos anos subsequentes, Canadá, Estados Unidos e Peru também se tornaram destino de milhares de trabalhadores nipônicos. Entre a pobreza em casa e um trabalho em terras estrangeiras – que por mais legalizado que fosse tinha obviamente muitos riscos muitos japoneses preferiram a segunda opção.

Figura 11 -Propaganda mostra os navios e o destino, o Brasil: imigrantes foram trazidos para cumprir cinco anos de contrato nas lavouras



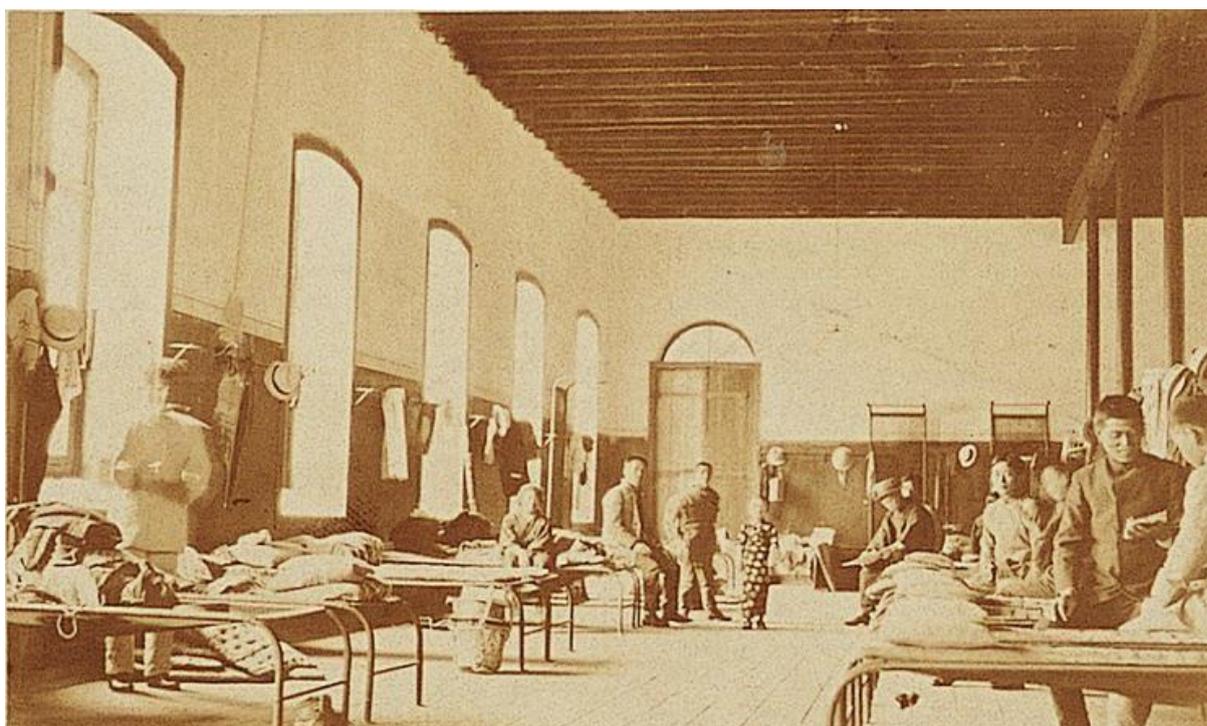
Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Contrariando as expectativas negativas de como efetivamente eram os japoneses, J. Amândio Sobral, (NOGUEIRA, 1973) inspetor de imigrantes do Estado de São Paulo, redigiu um extenso artigo publicado no jornal Correio Paulistano de 26 de junho de 1908, descrevendo suas impressões sobre os imigrantes nipônicos. Sob efeito deste primeiro impacto, em seu texto Sobral expressa abertamente que os elogios que faz ao comportamento e à aparência dos japoneses não eram um exagero de sua parte, relatando que o grau de limpeza de “gente de humilde camada social do Japão” era qualificado como “inexcedível”, e que “houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu de 1ª classe”. Ao deixarem o trem que os trouxe de Santos à

hospedaria de imigrantes em São Paulo (Figura 12), ele observou que “saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta”. Na hospedaria, os japoneses “têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos a fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto” (...) “surpreendeu a todos o estado de limpeza em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspideiras e pontas de cigarro esmagadas com os pés de outros imigrantes”.

Em 18 de junho de 1908, chega ao Porto de Santos o vapor Kasato Maru com 164 famílias e 40 avulsos a bordo contratados para trabalhar na lavoura de café. Destinavam-se, na sua maioria, às fazendas de café no interior do Estado de São Paulo, principalmente nas fazendas ao longo das estradas de ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana, esse foi o principal destino das dez primeiras levas de imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século XX (NOGUEIRA A. R., 1973).

Figura 12 - Hospedaria de Imigrantes, chegada dos primeiros japoneses em junho de 1908



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Segundo Dezem (2000), para o governo paulista e para o governo japonês as relações imigrantistas estavam em segundo plano, pois ao governo brasileiro, o maior interesse estava no imigrante europeu, enquanto para o governo japonês, o principal e mais importante país escoadouro para seus emigrantes eram os Estados Unidos da América.

Tomoo Handa em sua mais importante obra, traduzida para o português em 1988 na comemoração aos 80 anos da imigração japonesa, relata a expectativa na chegada ao porto de Santos, segundo Handa (1987, p. 19):

No navio, 800 imigrantes (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros) agitavam-se num turbilhão de excitação embriagadora à ideia da proximidade das fazendas e de seus cafeeiros, as árvores dos frutos de ouro. Às vésperas de São João os rojões subiam, explodindo estrondosamente. E, ainda, balões navegavam no céu. Contemplando comovidos o espetáculo os imigrantes tiveram a ilusão de que o povo brasileiro lhes estava dando as boas vindas.”

As famílias e avulsos foram encaminhados um dia após a chegada, por conta da inspeção sanitária antes de saírem do navio, à Hospedaria dos Imigrantes onde permaneceriam até serem encaminhados às fazendas contratantes. Foram recepcionados por seu diretor e funcionários e 5 intérpretes que já haviam chegado a São Paulo em viagem anterior: Massaru Mine, Motono Ohno, Umpei Hirano, Junnosuke Kato e Nakashi Nihei. (HANDA, 1987)

Muitos chegaram com pequenas bandeiras do Brasil e do Japão feitas de seda nas mãos, “trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável”, observou Sobral. E todos se vestiam de modo simples, mas à ocidental – o que na época foi algo inesperado. “A vestimenta europeia conquista terreno no império do Sol Nascente. Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável”. (SOBRAL, 1908 apud HANDA, 1987)

Dois aspectos que chamaram a atenção de Sobral são curiosos. Ele observou que a bagagem dos japoneses “não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os baús de folha e trouxas dos nossos operários”. Os japoneses eram imigrantes pobres, mas agiam com dignidade e educação. Trouxeram malas de vime, roupas e objetos simples, mas limpos ou novos. Pela descrição da bagagem no relatório, verifica-se que todos tinham poucas mas mesmas coisas: escova e pó dental, pente e navalha de barba (itens de higiene pessoal que na época muitos imigrantes europeus e até mesmo brasileiros não tinham); futons, makuras (travesseiros) de madeira e casacos (artigos têxteis caros para imigrantes); pequenas ferramentas, utensílios de cozinha e frasquinhos para shoyu. A maioria trouxe livros, tinta e papel (coisas que eram consideradas um “luxo” para trabalhadores braçais). De 781 pessoas, verificou-se que menos de 100, ou cerca de 13% delas, eram analfabetas – um baixo índice de analfabetismo na época. Estes eram os objetos que os japoneses, mesmo sendo pobres, se esforçaram para comprar e trazer do Japão, e que consideravam indispensáveis para começar uma vida longe da terra natal.

Outro foi o grau de confiança que os japoneses tinham em suas mulheres, “a ponto de, para não interromperem uma lição adventícia de português, lhes confiarem a troca de seu dinheiro japonês em moeda portuguesa”. Na época, os homens no ocidente não confiavam em suas esposas para lidar com assuntos relacionados a dinheiro, mas as japonesas faziam câmbio para seus maridos. Os imigrantes japoneses eram pobres, mas não eram miseráveis.

Sobral terminou seu longo relatório observando que “os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira. Se esta gente, que é todo trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito diferente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da ação do japonês no trabalho nacional”. Este foi o testemunho de um brasileiro que, tanto como outros, jamais havia lidado com um japonês, mas que por força da profissão foi o primeiro a conviver com os imigrantes pioneiros durante semanas.

É difícil precisar que impressões os japoneses tiveram ao chegar no Brasil, visto que os imigrantes do Kasato Maru não deixaram registros escritos sobre isso. É certo, entretanto, que os membros da primeira leva de imigrantes não tinham, em princípio, a intenção de se radicar de vez no Brasil. Trazidos pela empresa Teikoku Imin Kaisha (Companhia Imperial de Imigração), que firmou em 1907 contrato com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo para alocar 3 mil imigrantes até 1910 como empregados de várias fazendas de café no estado, os japoneses pretendiam ficar por cinco anos – período em que, de acordo com informações dadas pelos agentes de emigração no Japão, daria para ganhar o suficiente para retornar com economias. Os imigrantes pioneiros tinham a certeza de que iriam trabalhar muito, de que iriam ter que enfrentar dificuldades de comunicação devido a diferenças extremas de língua e costumes, mas a expectativa de poder retornar ao Japão com poupanças significativas os motivava a manter o espírito elevado. Mas os imigrantes logo descobririam que seria necessário mais do que a determinação samurai para sobreviver à realidade que os aguardava no Brasil.

Apesar de um certo grau de participação de governos no estabelecimento de regras para enviar e receber imigrantes, o agenciamento dessa mão-de-obra era essencialmente um negócio feito por empresas privadas lá e cá, e a quantidade de empresas que existiam indica que a imigração era um negócio atraente e lucrativo. Para atrair o maior número de pessoas possível, as agências investiam em propagandas que nem sempre correspondiam à realidade. No caso do Brasil – país totalmente desconhecido e exótico para os japoneses – informações

atraentes eram superavaliadas. O café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produtividade da planta seria tamanha que os galhos envergavam com o peso dos frutos, e que bastava facilmente colhê-los com as mãos. Se tudo corresse do modo que as agências divulgavam, em um mês uma família com três membros trabalhando no cafezal receberiam o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes) (HANDA, 1987)

Outras informações eram convenientemente vagas ou incompletas. O contratador brasileiro comprometia-se a “dar moradia” a cada família imigrante – mas no contrato de imigração não se especificavam as condições de tal moradia. A alimentação era por conta de cada família – mas não se explicava o exploratório “sistema do armazém” até que os imigrantes já estivessem na fazenda.

As 781 pessoas do grupo pioneiro que chegou ao Brasil em 1908 no *Kasato Maru* foram alocadas em 6 fazendas de café no interior de São Paulo. De imediato todas as expectativas positivas dos imigrantes, e até mesmo dos representantes das empresas que intermediavam a vinda de imigrantes, foram desmanteladas pela realidade das coisas no Brasil.

De acordo com Handa (1987), as “moradias” que os fazendeiros ofereceram aos imigrantes nada mais eram que as antigas senzalas de barro ou madeira construídas para os escravos negros, que haviam sido abandonadas e estavam há anos sem limpeza ou manutenção. Não havia piso, móveis, ou paredes divisórias. Não havia água ou instalações sanitárias. Quem quisesse ter iluminação em casa à noite tinha que comprar velas no armazém da fazenda, bem como quem quisesse ter algo para comer – o que se limitava a arroz de sequeiro, feijão, milho, carne ou bacalhau seco, ítems que os japoneses não gostavam e mal sabiam como preparar. Os brasileiros não cultivavam verduras ou soja, e os japoneses passaram a improvisar conservas com plantas encontradas no mato, como o picão e o caruru. Tais condições de vida subumanas causaram em poucos meses subnutrição generalizada, doenças e mortes entre os imigrantes.

No dia 27 de junho de 1908, os japoneses iniciaram as suas entradas nas fazendas Canaã com 24 famílias e Floresta com 23 famílias, todas originárias de Okinawa. Já no dia posterior, foram encaminhadas 27 famílias de Kagoshima para a Fazenda São Martinho e 23 famílias de Kagoshima, Kochi e Niigata para a Fazenda Guatapará. (HANDA, 1987)

As fazendas Dumont e Sobrado também receberam mais 67 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Myagi, Tóquio, Yamaguchi, Aichi e demais províncias.

Segundo Handa (1987, p. 19):

“Por essa época os japoneses chamavam de Kochi (terras de lavoura) as fazendas de café, e de haikô (distribuição às lavouras) o envio de imigrantes às fazendas pela companhia de emigração. Outrossim, referiam-se ao fazendeiro comokôshu (dono da

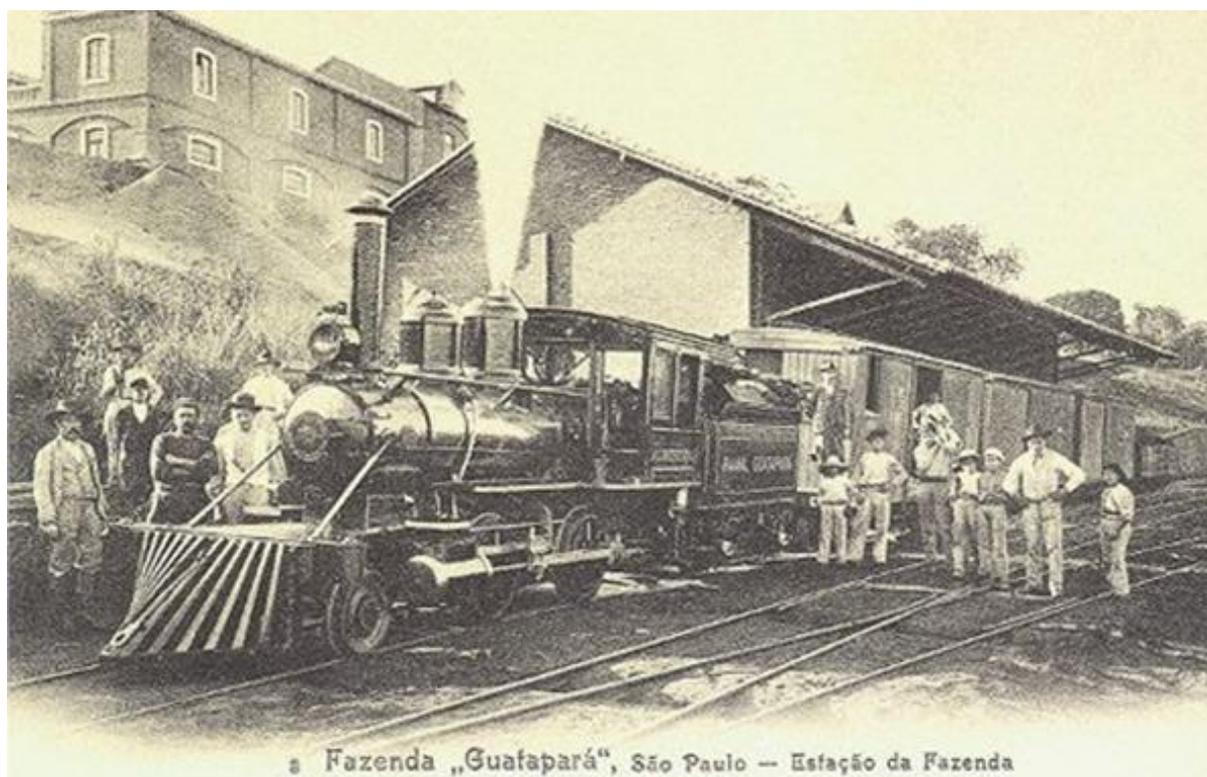
lavoura), denominavam de nyukô (ingresso na lavoura) o ato de entrar na fazenda, e shukkô, ou taikô (saída, ou retirada, da lavoura), o de sair dela. Essas expressões haviam sido criadas pelos imigrantes no Havái.”

Dificuldades de entendimento entre os imigrantes e fazendeiros devido à total diferença de cultura, idioma, usos e costumes geravam constantes atritos. “Capitães-do-mato” e “capangas” armados para levar os imigrantes aos cafezais e fiscalizar seu trabalho passavam aos japoneses a sensação de que seus contratadores não lhes tinham confiança e queriam mantê-los prisioneiros como mão-de-obra escrava. Obrigados a comprar comida e itens de primeira necessidade apenas no armazém da fazenda, os imigrantes logo perceberam que ao invés de receber um salário no fim do mês passaram a ter dívidas com os fazendeiros, dado os preços exorbitantes cobrados no armazém.

Pior mesmo era a remuneração dos imigrantes, que de acordo com as propagandas das empresas de imigração era calculada sobre uma média superestimada de 9 sacos de 50 quilos de café colhido por dia por família, que no câmbio da época equivaleria a 5 ienes e 50 itens por dia (em dois dias de trabalho no Brasil os imigrantes esperavam ganhar o salário mensal de um policial no Japão). Entretanto, ao chegar nas fazendas os japoneses foram colocados para trabalhar com cafeeiros velhos, de baixa produtividade, que resultavam numa colheita escassa, que mal chegava a 2 sacos colhidos por dia por família. Do dia para a noite passando a ser explorados como mão-de-obra escrava, empurrados para a miséria e correndo risco de vida pela situação de abandono, os imigrantes não tiveram alternativa senão fugir das fazendas e buscar outras profissões. Até o fim de 1908 apenas 359 das 781 pessoas que chegaram em junho daquele ano no *Kasato Maru* ainda se encontravam nas fazendas contratantes. Na Fazenda Dumont, que recebeu o maior grupo de imigrantes japoneses (210 pessoas), ninguém ficou (HAKKOSHA, s.d.).

No dia 28 de junho as famílias de origem de Kagoshima, Kochi e Niigata, com seu designado intérprete Umpei Hirano desembarcam na Estação Ferroviária da Mogiana em Ribeirão Preto e de lá, são encaminhados para a Fazenda Guatapará (Figura 13, p.53) pelo ramal ferroviário da mesma companhia. (HANDA, 1987)

Figura 13 - Estação ferroviária abaixo do "Benefício de Café" - Ramal Mogiana



Fonte: Arquivo digital

O ponto de entrada através da ferrovia para a Fazenda Guatapará era a Estação Guatapará, da linha Paulista que ligava Ribeirão Preto a Araraquara. A Fazenda Guatapará neste período já não contava com o seu fundador, falecido há dois anos, mas sim agora de posse de 7 sócios após a partilha: Albertina Prado (viúva), Cassio da Silva Prado (filho) e esposa, Fábio da Silva Prado (filho), Joaquim Mendonça Filho (genro) e sua esposa Corina Prado de Mendonça, Ruy Prado de Mendonça e Carlos Prado de Mendonça (netos), ambos menores representados pelo pai Joaquim.

Figura 14 - Casas construídas para receber os imigrantes italianos e japoneses



Fonte: Prado (1944)

Estas famílias foram alojadas em várias casas das colônias da grande Guatapará (Figura14), passaram por dificuldades tanto com a língua quanto com a alimentação, segundo Tomoo Handa (1987).

De 1908 a 1922, foram 42 levas de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil e dessas levas, 1112 orientais passaram pela Fazenda Guatapará (Figura15, p. 55). A maioria desses imigrantes eram agricultores que estavam prestes a perder suas propriedades no Japão por causa da sobretaxação de impostos de suas propriedades. (NOGUEIRA, 1973)

Os primeiros imigrantes japoneses foram enviados em grupos às seis grandes fazendas que se caracterizam pela grandeza de suas terras e com mais de 1 milhão de pés de café em franca produção. Nestas fazendas já trabalhavam grande número de imigrantes europeus e brasileiros, denominados colonos (HANDA, 1987).

As estações de Guatapará e Martinho Prado pertenciam à companhia Paulista de Estradas de Ferro, as de Canaã e Dumont à Mogiana, que se achavam próximas a Ribeirão Preto, formando a região da Alta Mogiana. (ROSARIO, 1998)

As atividades dos imigrantes japoneses em fazendas de café desenvolveram-se por longo tempo, fazendo com que se instalasse em Ribeirão Preto, mais tarde, a sede do consulado japonês e o escritório da companhia de emigração, que tinham por objetivo atender ao imigrante japonês. Para Handa, a região de Ribeirão Preto, e principalmente a Fazenda Guatapará são de suma importância para a história da imigração japonesa, pois nela teve início a labuta dos imigrantes vindos ao Brasil. (HANDA, 1987)

Figura 15 - Imigrantes japoneses e europeus ao lado da casa de beneficiamento de café em 1909



Fonte: Lalière (1909)

Para a Fazenda São Martinho, também de propriedade da família Prado foram 27 famílias compostas por 101 pessoas lideradas pelo intérprete Teiji Suzuki da província de Kagoshima. A São Martinho era maior que Guatapará e tinha mais de 2 milhões de pés de café, conforme Handa apresenta (1987, p. 26):

Se contemplarmos de longe uma fazenda, em toda a sua inteireza, teremos a seguinte visão: naturalmente, um verdadeiro oceano de cafeeiros, às centenas de milhares, quiçá atingindo mais de um milhão de pés, a envolver a imensidão das terras. Há um pedaço alegre, facilmente reconhecível como sede, e avistam-se casas de variados tamanhos, o pomar de mangueiras densamente copadas, as palmeiras imperiais, que na sua altivez parecem simbolizar as residências de luxo, e o amplo terreiro, revestidos

de tijolos, para a secagem do café. A partir da sede, estendem-se para um dos lados casas bem dispostas, numa reta que alcança algumas centenas de metros, em geral até o começo do pasto. Se se considerar que tais colônias costumam ser dispostas em grupos, um outro pode ser encontrado mais adiante, a estender-se igualmente em linha reta. A sensação que se tem é de uma visão de modernidade, com os cafeeiros plantados em xadrez, o terreiro quadrado e as casas de colônia dispostas a espaços certos. Mas a verdade é que a vida ali não podia ser considerada moderna. (...) Tão logo os imigrantes se estabeleciam na colônia se davam conta, claramente, de que não passavam de colonos sob contrato a serviço da fazenda. O fazendeiro e o administrador faziam-se entender através de fiscais e intérpretes. Eram conduzidos à escura colônia, iluminada apenas pela luz de velas. A maioria das casas era de chão batido. Raras assoalhadas. As pavimentadas com tijolos eram luxo. Não se podia exigir que houvesse camas. Os que ganharam leitos de madeira improvisados deveriam ter dado graças a Deus. O comum era cada um procurar fabricar sua própria cama. O grupo chegado ao anoitecer, que não teve tempo para tanto, estendeu os acolchoados trazidos do Japão onde melhor pareceu a cada um, dormindo sobre eles. Houve um grupo que teve que deitar-se sobre capim seco ou palha de milho, no chão. Naquela noite, ao pensar em seu destino de imigrantes, todos terão sentido que não era exatamente essa vida com que haviam sonhado.”

Umpei Hirano, figura importante na história da imigração como mencionado anteriormente se tornou o braço direito de José Sartório, gerente daquele imenso “mar verde” como os japoneses viam a propriedade. Tão logo, pela facilidade com que liderava as famílias de origem nipônica foi promovido a subgerente e passou a cuidar de mais interesses além da liderança das famílias de origem nipônica. (DAIGO, 1988)

Figura 16 - Imigrantes italianos e japoneses na colheita do café



Fonte: Arquivo digital

A Fazenda Guatapará possuía 2.110.000 cafeeiros (Figura 16). A plantação apresentou-se aos olhos dos japoneses como um verde e extenso mar. As imensas ondas imóveis abrigavam as telhas de cor ocre da estação e do edifício da sede da fazenda, como pequenas formações rochosas perdidas em seu vasto seio. (DAIGO, 1988, p. 20)

Muitas das fazendas de café vizinhas tiveram grande debandada de imigrantes, algumas por maus tratos de seus fiscais, outras pela desilusão com o descontentamento e a propaganda enganosa ao qual se submeteram. Toda promessa de enriquecimento foi por água abaixo e duas opções vinham ao pensamento destas famílias que muitas vezes foram formadas por pessoas desconhecidas que se uniram para atender aos requisitos de imigração, ou seja, para vir para o Brasil, alguns requisitos tinham que ser atendidos, como por exemplo ser agricultor e constituir família. Outros fatores que tiveram forte influência no descontentamento das famílias foram os desentendimentos com a língua incompreensível apesar da presença do intérprete e a alimentação totalmente diferente dos costumes japoneses.

Segundo Daigo (1988 p.21):

“Os caminhos dentro da fazenda eram de terreno arenoso, o que dificultava a locomoção de todos. Adiante, sobre uma colina que se sobressaía das demais pela altura, erguia-se uma construção branca, envolta pelo verde das árvores. Era a casa do fazendeiro. A fazenda era uma sociedade em comandita, formada com o investimento de sete sócios. Um deles, como administrador efetivo, habitava regularmente aquela

construção. A bela casa, do alto da qual se divisava toda a plantação de café, erguia-se, ao crepúsculo, imponente, como um símbolo do sonho de todos eles.”

Na descrição de Daigo (1988), sobre a chegada e a recepção dos imigrantes pode-se ter uma noção de como era a estrutura disposta aos imigrantes da fazenda. Os imigrantes foram recepcionados por José Sartório que era quem administrava de perto todo o funcionamento da sociedade. Aos imigrantes foi servido um jantar à brasileira com muita banha de porco o que era muito diferente do que os japoneses estavam acostumados. Logo que terminaram o jantar foram levados com carros de boi até às suas novas moradias

Daigo (1988, p.23) ainda relata com detalhes:

Já na manhã seguinte, Umpei começara o dia atarefadíssimo. Mesmo que, mais tarde, voltassem a adotar o modo de vida japonês, naquele momento era necessário copiar urgentemente a maneira como viviam os colonos da fazenda. Seria o modo mais rápido de se adaptarem àquela vida. Instruiu os imigrantes sobre o que fazer com mais urgência, informando-se a respeito do que julgava prioritário, com o capataz posto à sua disposição pelo gerente Sartório. Comprar fiado, no barracão da fazenda, gêneros alimentícios e objetos de uso diário. Confeccionar camas com as árvores que cada um devia abater no bosque. Fazer o colchão, com a palha do milho armazenada no depósito. Montar o fogão nas casas onde os antigos moradores não houvessem deixado um. Recolher lenha, para as necessidades de alguns dias, pelo menos, e muitas outras coisas.

Houve algumas manifestações de descontentamento a respeito do estado precário das casas das colônias, mas Umpei ponderava que não adiantaria, por hora, fazer queixas a respeito das condições encontradas. Como primeira providência prática, ele fez com que todas as famílias adquirissem, também, no armazém da fazenda, os instrumentos agrícolas necessários ao serviço do cafezal. Somente a parte metálica da enxada e do machado era vendida, ficando o cabo por conta de cada um. Foram instruídos de que, em vez de utilizar galhos ou troncos já secos, deviam buscá-los diretamente no mato, uma vez que os verdes ofereciam mais flexibilidade e conseqüente facilidade de manejo. O comprimento e a inclinação do cabo da enxada, por exemplo, deviam ser ajustados à altura da pessoa que iria usá-la. Umpei incentivou o pessoal a adiantar o trabalho. Ao mesmo tempo adquiria, sempre auxiliado pelos gestos, mais informações do capataz, sobre o que era mais importante, tanto para o serviço como para o modo de vida ao qual teriam que se adaptar.

Um fato curioso e que chama a atenção na obra de Masao Daigo (1988) é a passagem onde conta que um imigrante precisando fazer as necessidades pergunta a Hirano onde era o banheiro, pois no Japão esse compartimento sanitário era mais comum, diferente do que encontraram na Fazenda:

“- Senhor intérprete, por mais que procure, não consigo descobrir o banheiro. Umpei balançou a cabeça, negativamente.

- Realmente, aqui não existe banheiro. Pelo que dizem, as necessidades são feitas por aí, escondendo-se atrás de alguma árvore. Logo vêm os porcos, que são criados soltos, e parece que eles se encarregam da limpeza.”

Era possível observar as jovens imigrantes italianas que tinham na cabeça um lenço vermelho. Os espanhóis e russos, de algum modo, também deixavam transparecer o estilo de vestir de sua pátria. Por sua vez, as recém-chegadas japonesas traziam uma toalha branca na cabeça ao estilo *anesan kaburi*⁶ (Figura 17) enquanto os homens usavam boné, chapéu de palha, enfim, aquilo de que dispunham para se proteger. A caminhada foi relativamente curta, logo chegaram ao local de trabalho estabelecido para aquele dia. Um lote delimitado por quatro estradas formava uma unidade de plantio, cada uma com cinco mil pés de café. Cada família deveria cuidar, diariamente, de duas ou três fileiras do lote. Posicionados sempre nas extremidades, os colonos deveriam iniciar a derriçagem, todos ao mesmo tempo.

Figura 17 - Mulheres japonesas usavam lenço e roupas brancas no trabalho com a plantação de café e seus carregadores, nota-se a presença de crianças trabalhando e acompanhando os familiares.



Fonte: Museu da Imigração Japonesa no Brasil

⁶ *Anesan kaburi* é a maneira de colocar um pano na cabeça formando a base de um triângulo na parte superior da mesma. As mulheres usavam-no para evitar que o pó assentasse nos cabelos. (DAIGO, 1988)

Segundo Daigo (1988), os imigrantes, quando se decidiram a partir para o Brasil, acreditaram que, num país longínquo, existisse um Eldorado onde não vigorassem as regras de uma sociedade comum. Viveram por algum tempo a doce ilusão de que, se para lá fossem, poderiam agarrar uma fortuna que, mesmo trabalhando a vida inteira, nunca conseguiriam no Japão. Umpei, aos 22 anos, percebia agora que fora necessário fazer uma longa viagem, até o lado oposto do globo, apenas para chegar a uma conclusão tão banal: a vida do ser humano era praticamente a mesma em qualquer lugar que fosse. Onde houvesse pessoas, haveria necessariamente o seu cotidiano.

Em outra ocasião, que é relatada tanto por Daigo (1988) quanto Nogueira (1973) foi o episódio sobre a solicitação de que o pagamento aos imigrantes japoneses fosse em dinheiro e não mais em vale que era aceito somente no armazém da própria fazenda (Figura 18), que eram aos olhos de todos os imigrantes abusivo. Umpei em reunião com Sartório, conseguiu convencê-lo de que a melhor forma de pagamento naquele momento era em dinheiro, assim poderia ir até o armazém na Vila Guatapará, conseguindo assim comprar produtos de consumo a preços de atacado e distribuindo às famílias japonesas.

Figura 18 - Conjunto Arquitetônico onde localizava-se o armazém e o açougue



Fonte: Acervo autora (2019)

Mas segundo Toyama (2009, p.103):

Sobre a história de que Hirano passara a comprar bens de consumo por atacado fora da fazenda para livrar os imigrantes dos preços abusivos dos armazéns da fazenda, Nanju contesta: “Isso pode ter acontecido de vez em quando, mesmo porque é impossível ir todos os meses até a cidade para fazer as compras dos imigrantes.

Entre os pioneiros, Hirano foi o primeiro a se destacar. Pouco depois que iniciou seu trabalho como intérprete na Fazenda Guatapará, distúrbios começaram a ocorrer em fazendas para onde os imigrantes japoneses foram distribuídos, e por pouco a própria Fazenda Guatapará não foi atingida. Mas Hirano conseguiu controlar a situação, essa proeza foi levada ao conhecimento do governo estadual, que estava atento a resultados da primeira imigração de japoneses.

“Era o entardecer do dia 8 de setembro, quando Shuhei Uetsuka, representante no Brasil da Companhia Imperial de Emigração, apareceu na Fazenda Guatapará.” Ainda Daigo (1988, p. 38):

Shuhei Uetsuka viera da vizinha Fazenda São Martinho. Era o local em que, inicialmente, Umpei acumularia as funções de intérprete. Contudo, quando ficou evidente que isso seria impossível por causa da distância, Tejiro Suzuki foi destacado. Segundo Shuhei, a greve dos japoneses naquela fazenda acabou se complicando e transformou-se numa imensa desordem, o que justificou, inclusive, a intervenção de soldados da milícia estadual. As coisas se acalmaram, de certa forma, com a expulsão de 12 famílias.

Segundo Daigo (1988), Shuhei solicita a Hirano que com a sua influência, pelo menos neste lugar, contenha a dispersão dos compatriotas por não desconhecer o esforço que tantas pessoas dispenderam para que se concretizasse a vinda dos primeiros imigrantes para o Brasil. Acreditava que era missão aproveitar esta primeira experiência para conduzir ao sucesso a imigração da segunda, da terceira leva, e assim por diante. Mas, se por ventura este último reduto viesse a desmoronar, certamente o empreendimento será indefinidamente suspenso. Informava ainda que a Legação em Petrópolis já teria enviado um telegrama ao Ministério de Negócios Estrangeiros no Japão com um parecer aconselhando a desautorizar a emigração. Mas, se pelo menos em um lugar os japoneses forem bem-sucedidos, isso será a ponto estratégico para que a emigração prossiga. Acreditava-se que isso seria útil para o futuro do Japão, que padecia de uma pequena extensão territorial.

Na manhã seguinte, foi entregue a Umpei a primeira lista de exigências. Nishi, um dos imigrantes que demonstrava certa liderança adiantou-se de um grupo de homens que se aglomerava em frente às casas geminadas, antes de sair para o trabalho, e entregou-lhe um pedaço de papel no qual constava: 1. Pagar os salários mensalmente; 2. Conceder a cada família uma antecipação de 500 mil réis; 3. Pagar a diária de 5 mil réis por serviços gerais.

O contrato firmado com a fazenda mencionava claramente que o salário seria pago trimestralmente, e a administração estava isenta de qualquer obrigação de conceder empréstimo antecipado de um montante tão grande como 500 mil réis. Havia sido canalizado para a administração da fazenda todo o descontentamento acumulado pelas pessoas que, iludidas por uma propaganda exagerada no Japão, foram trazidas, a um alto custo, para um lugar onde nada ganhavam. Mesmo que se quisesse repreendê-las por uma atitude tão descabida, não havia outro interlocutor, além dele para apelarem (DAIGO, 1988).

José Sartório quando jovem fora marceneiro, sentia-se atraído pela habilidade manual dos japoneses, muito mais do que a maioria dos brasileiros, que os admirava apenas pela façanha de "serem o povo que vencera a grande Rússia na Guerra Russo-Japonesa". Por exemplo, um imigrante de qualquer outro país levaria dois dias para fazer uma escada usada na colheita do café e ainda assim o resultado muitas vezes saía precário. Aos japoneses, bastava uma espiada no original para, num piscar de olhos, fazerem uma outra, de qualidade profissional. Como artesão, o gerente-geral não apreciava as pessoas sem habilidade manual. Ele mesmo não se limitava à marcenaria, passando a consertar máquinas e, progressivamente, foi galgando uma posição de destaque dentro da fazenda. Por isso, na sua opinião, a eficiência do trabalho crescia se, ao invés de três subordinados sem muitas habilidades e com dificuldades de aprender, contasse com a ajuda de apenas um, porém capaz de assimilar rapidamente o trabalho. Quem tem aptidão manual e intelectual pode dar valor ao resultado conseguido, a muito custo, por um indivíduo menos dotado. Mas não deixa de ser penoso trabalhar com ele e suportar sua lentidão. A simpatia e o interesse especial dedicados por Sartório aos japoneses vinham provavelmente desse seu modo de pensar.

Segundo Daigo (1988) ao final da tarde do mesmo dia, umas dez pessoas, representando os chefes das famílias, foram levadas por Umpei ao escritório da sede da fazenda, Daigo (1988, pp. 46,47,48):

Apesar de exaltados, ficaram, de certa forma, inibidos, quando entraram no escritório, aonde não iam habitualmente. A entrada da sala estavam alguns guarda-costas, mal-encarados, enrolando os cigarros. Do outro lado de uma mesa grande, aguardava-os o gerente-geral, ladeado por alguns capatazes. Sartório começou a falar. - Ouvi de Hirano, intérprete aqui presente, as exigências de vocês. A administração da fazenda não tem a obrigação de atender a reivindicações como estas. Isto porque o contrato celebrado entre nós é justo e assistido pelo Governo do Estado. A administração da fazenda decidiu, portanto, expulsar os responsáveis por essa trama. As famílias cujos nomes eu mencionar agora deverão sair da fazenda até às oito horas de amanhã. Sartório citou os nomes dos chefes das três famílias. Ouvindo a tradução de Umpei, os japoneses ficaram estupefatos. Quando finalmente voltaram a si, começaram todos a implorar. - Senhor intérprete, por favor, diga-lhe que isso é um exagero. Nós apenas apresentamos aquilo que, do nosso ponto de vista, gostaríamos que fosse feito Sartório manteve-se impassível. - Não, não podemos mudar os métodos desta fazenda. - Não diga isso... - implorou um. - Absolutamente impossível - replicou inflexível o gerente.

Pressionados pela atitude rígida do gerente, os colonos se entreolharam atônitos. De repente, Nishi desabafou, triunfante: - Tudo bem! Estou livre. Vou para a Argentina. Venham comigo!

Era a época em que, no Japão, se dizia que, após cada três dias de frio contínuo, viriam quatro dias quentes. Os chefes de família cercavam os companheiros abalados pela expulsão (DAIGO, 1988).

Daigo (1988) mostra que na manhã seguinte, Umpei acompanhou as três famílias, ao lado da carroça que levava a bagagem. Hiro, a esposa de Kamii, tinha apenas 19 anos. Era uma moça com um ar infantil, que se casara às pressas para preencher as condições que lhe permitiam emigrar para o Brasil. Ela tinha os olhos completamente inchados e vermelhos de tanto chorar. Verteu lágrimas à porta das casas geminadas, chorou mais ainda, magoada por ter que se despedir das outras mulheres. Umpei teve pena da jovem, obrigada a vagar até a longínqua Argentina somente na companhia de Nishi, seu primo, e do marido, que sequer conhecia direito. Todo esse sacrifício era inevitável para preservar Guatapará, que se tornara o último baluarte dos imigrantes japoneses. Umpei permanecia de pé na estação, com o rosto inexpressivo. Dali a pouco chegou o trem que, em seguida, deixou a plataforma, levando consigo as três famílias. O último vagão, assinalado pela pequena lanterna, foi diminuindo cada vez mais, até que se misturou à poeira levantada, desaparecendo no horizonte.

Chega à Fazenda Guatapará um carro reluzente vermelho-vivo, era um Ford modelo T que começara a ser produzido naquele mesmo ano (Figura 19, p.64). O veículo, que pertencia aos acionistas da fazenda, passou a ser também usado por Sartório, o único que já sabia dirigir. Ele mostrava-se empolgado com o manejo da nova máquina, inclusive porque era sua incumbência treinar um motorista

Figura 19 - Ford vermelho com Sartório e Hirano ao lado do Engenho



Fonte: Museu da Imigração Japonesa no Brasil (2018)

Daigo (1988, p.50) apresenta o seguinte diálogo:

Uma tarde, convidou: - Hirano, você não quer experimentar andar de carro? Umpei amarrou o cavalo numa árvore à beira da estrada e sentou-se ao lado do gerente. O Ford moveu-se elegantemente, fazendo um ruído peculiar. - Que tal a sensação? Não é melhor do que andar a cavalo? - perguntou o gerente, particularmente bem humorado. A frente do veículo trotava um cavalo que, com as buzinas, afastou-se rapidamente para a beira da estrada. Quando chegaram à cidade de Guatapará, as pessoas, comentando curiosas, começaram a correr atrás do veículo. Cobrindo-as de poeira, o Ford deu uma volta pela cidade, enquanto a pequena multidão continuava sempre em seu encalço, apesar de toda a nuvem vermelha. - Que tal? Não se sente importante? - perguntou Sartório em um tom divertido e provocando no companheiro um sorriso de aprovação. - Este carro é muito bom. Muito bem feito - disse o gerente. Umpei, que andava de automóvel pela primeira vez, não conseguiu emitir um julgamento. - Os imigrantes japoneses continuarão a vir? - perguntou Sartório, mudando de assunto. - Há um contrato entre a Companhia Imperial de Emigração e o Governo do Estado de São Paulo, para trazer mais três mil imigrantes em três anos. Como vieram 791 na primeira leva, está prevista a vinda de mais 2.200 nos próximos dois anos. - É verdade... - concordou Sartório, como se já conhecesse o assunto. - Vou nomeá-lo para uma posição de destaque. Trate de recrutar muitos japoneses. Umpei aquiesceu, sem pensar muito. - Então, a partir de hoje, você pode se considerar subgerente da fazenda Guatapará

Umpei tinha motivos para duvidar, embora já estivesse bastante familiarizado com a língua portuguesa, era provável que tivesse ouvido mal. Talvez tivesse confundido alguma palavra que, misturada ao ruído do motor, soasse de modo semelhante: “Sub-ge-ren-te!”

Sartório confirmou, compassadamente, sílaba por sílaba. Ao longe, na direção em que seguia o carro vermelho vivo, estendia-se o cafezal com seus 2.110.000 pés. Indicando-o num gesto amplo e com uma naturalidade surpreendente, Sartório continuou, segundo Daigo (1988, p.):

De agora em diante, você poderá dar ordens a todas as pessoas da Fazenda Guatapará, exceto a mim. - Eu, subgerente... - balbuciou Umpei, completamente atônito. Era demais para que fosse real. E ele definitivamente não conseguia assimilar a situação.

Depois da expulsão das três famílias, de fato não poupou esforços à frente dos imigrantes compatriotas. Pesava-lhe o fato de tê-las sacrificado, exorbitando da função de mero intérprete. Por esse motivo empenhava-se tenazmente no sentido de criar condições para que os remanescentes permanecessem ali. Mesmo não conseguindo evitar uma ou outra fuga ocasional, a maioria ficara por sua causa. Àquela altura, o auge do trabalho na fazenda já estava ultrapassado. Por esse motivo, a capina passara a ser a principal tarefa exigida no cuidado dos 2.500 pés de café que competiam a cada um dos trabalhadores. Quando surgia uma folga, saíam para executar alguns serviços, como o conserto da cerca dos pastos ou trabalhos de marcenaria, que lhes rendiam pequenas receitas adicionais. Agora que os trabalhadores sazonais da colheita haviam partido, percebia-se que o número de pessoas na fazenda diminuía sensivelmente. Se por um lado Umpei arranjava serviços bem remunerados para os imigrantes japoneses, por outro, cobrava-lhes energeticamente uma capina eficiente. Por esse motivo, mesmo naquele período em que a fiscalização era bastante amena e esporádicas as rondas efetuadas a cavalo, o grupo, liderado por Umpei, se sobressaía pelo capricho do trabalho. Contribuíam ainda para esse resultado as características do agricultor japonês que sempre vivera arraigado às suas pequenas plantações. Apesar de a maioria ter exercido, na terra natal, outras ocupações, os japoneses, em geral, comungavam da crença de que ser agricultor era também assumir a tarefa de arrancar, uma por uma, as ervas daninhas e, desse modo, nunca desperdiçar um só grão de arroz. Assim, se Umpei, ao inspecionar o trabalho, apontava uma capina mal feita, eles, muito sem jeito, encolhiam o pescoço, reconhecendo o próprio relaxamento, e refaziam o trabalho sem discussão. Para os brasileiros, criados nas grandes matas inexploradas, essa meticulosidade nipônica era um comportamento meio absurdo. A propósito, nos cafezais não se usava adubo. As árvores eram derrubadas, a mata, queimada e, na terra enriquecida pelas cinzas, plantava-se o café que, por sua vez, ia consumindo, lentamente, no decorrer de algumas dezenas de anos, a força do solo. Por esse motivo, a formação dos grãos dependia, além das condições atmosféricas, quase que exclusivamente de uma capina bem executada. A proliferação descontrolada das ervas daninhas naturalmente comprometia a frutificação. Aos olhos de Sartório, o trabalho de capina, realizado pelos japoneses, apresentava-se como algo digno de

admiração. Eram, provavelmente, mais eficientes do que as formigas cortadeiras. A capacidade demonstrada pelo grupo fez com que o gerente começasse a desejar contar com eles como a principal força de trabalho no dia-a-dia da fazenda, reforçada, apenas na época da colheita, com trabalhadores sazonais. Mas não esquecia que quem coordenava esses japoneses era Umpei Hirano. Na época, as fazendas que desejassem contratar imigrantes japoneses registravam o pedido ao Governo do Estado e, de acordo com as solicitações recebidas pelas fazendas, a Companhia de Emigração efetuava a distribuição, não sendo assim permitido que uma das fazendas recebesse um número desproporcional de trabalhadores. Nessas condições, para conseguir o contingente desejado, o gerente geral de Guatapar percebera a necessidade de tomar uma medida excepcional. Optou pela promoo inusitada do intérprete  subgerncia da fazenda. O próprio Sartório era um homem que, sem possuir qualquer capital, fora promovido ao posto atual exclusivamente pela força de seu talento. Nascido na Itália, na família de um mestre de corporao, já decadente por causa da Revoluo Industrial, emigrara para o Brasil. Provavelmente, faria parte do grupo de italianos que, após alguns anos de trabalho nas fazendas de café, se mudaria para São Paulo, vindo a tornar-se a força propulsora das pequenas e mdias indústrias. Contudo, enquanto trabalhava como marceneiro e, posteriormente, como capataz de máquinas ali na fazenda, Sartório acabou criando uma série de inventos. Planejou e conseguiu completar um sistema de aproveitamento da força hidráulica do riacho que corria no cafezal, escavando canais que acompanhavam as curvas de nível, para acolher os grãos derriados. Posicionou os canais, ao final do percurso, para que se direcionassem à entrada do terreiro de secagem. Conseguiu, dessa maneira, abreviar o trabalho de transporte dos frutos, efetuando simultaneamente a lavagem e ainda a classificao em três categorias, de acordo com o peso de cada grão. Tratava-se de uma inveno que, como se dizia, matava trs coelhos com uma só cajadada. Foi graças aos méritos desse novo engenho que, na vacância do cargo de gerente-geral, ele foi imediatamente nomeado para o posto. Para Sartório, que vivenciara pessoalmente essa rápida ascensão, não havia por que hesitar em elevar o intérprete japonês ao cargo de subgerente, já que, apesar de jovem, ele se mostrava talentoso e promissor. Sartório nomeava-o, de uma só vez, a subgerente e entregava-lhe a supervisão de uma das maiores fazendas de café do Brasil. (DAIGO, 1988)

Segundo Daigo (1988), ao retornar de uma viagem a São Paulo para a Guatapar, a fim de tratar de assuntos sobre contratao das novas levas, o novo subgerente descobriu que mais algumas famílias japonesas haviam fugido durante a sua ausência. Até o momento, não havia um só fator positivo que respaldasse a sua promoo. Diante dessa dura realidade, mesmo Umpei, sempre perseverante, sentia que o ânimo lhe faltava. Quando souberam do

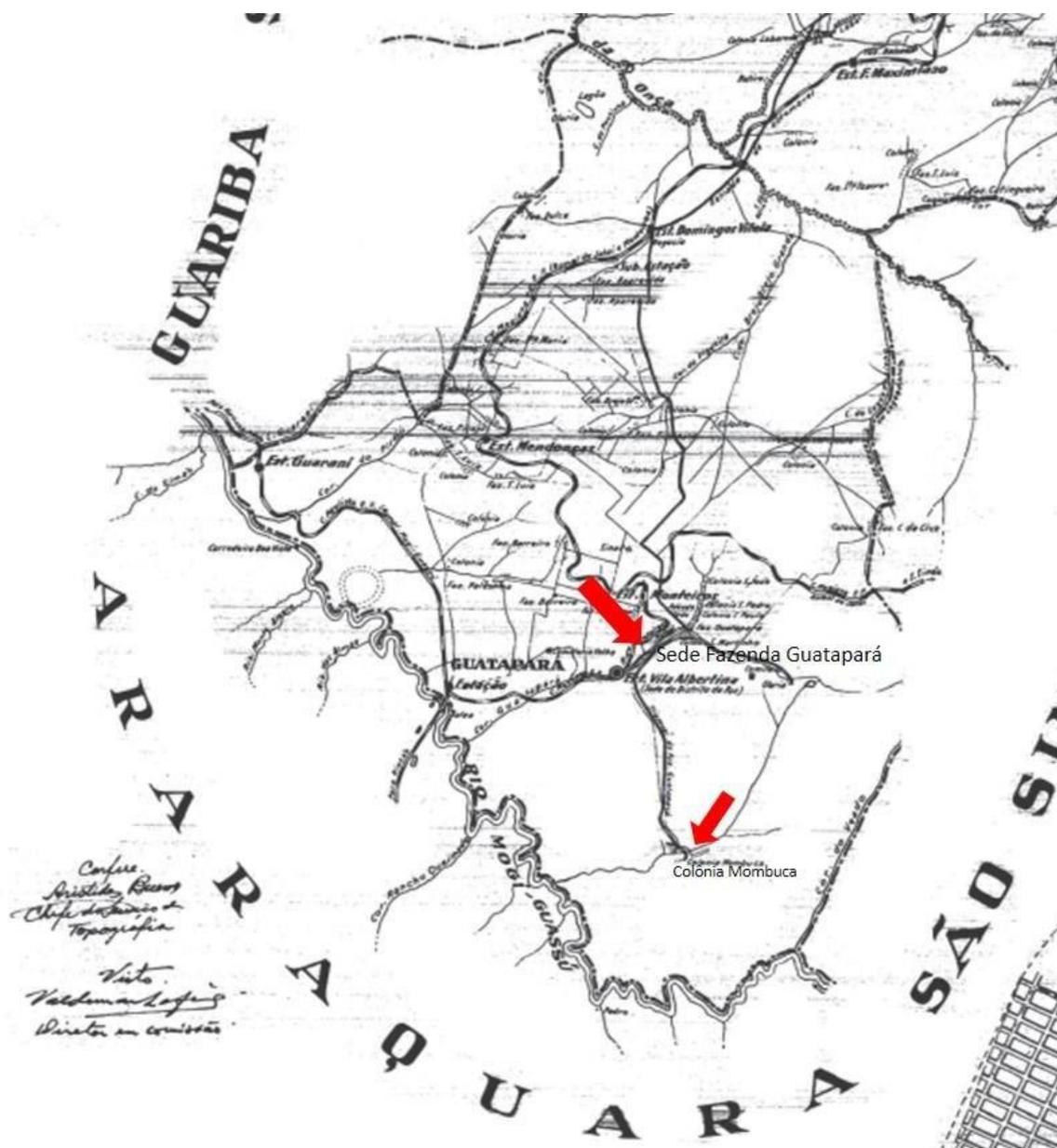
desaparecimento da Companhia Imperial de Emigração, os japoneses reuniram-se em torno dele. - Sr. Hirano, o que será de nós daqui para a frente? Mostravam-se todos abalados, uma vez que a crença de que os navios japoneses, único vínculo com a Pátria, viriam ao Brasil, ainda que esporadicamente, era o único fator que lhes transmitia alguma segurança.

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas à cultura da mandioca (Figura 20, p.68), conhecidas como "*Mombuca*", pelos canaviais e pelas destilarias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Umpei, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinquenta pessoas. Trabalhando lado a lado com essas pessoas, Umpei efetuava diariamente um giro a cavalo pelo cafezal inteiro. Essa ronda significava, na verdade, uma trabalhosa inspeção dos 2.110.000 pés de café. Fizesse sol ou chuva, ele não deixava de cumprir a tarefa que se impusera (DAIGO, 1988, p. 65).

Ainda Daigo (1988, p. 66,67,68):

Deixando-os para trás, Umpei cavalgou, num só lance, até o topo da colina, sob o céu anil de fins de outono. O cavalo transpirava, e seu pescoço reluzia banhado do suor que escorria. Aquele era o ponto mais alto do cafezal, uma colina bastante íngreme, considerada uma provação para os que nela trabalhavam. Mas, em compensação, a vista era magnífica. Logo abaixo, enfileiravam-se os três conjuntos da colônia de trabalhadores. O mais alto deles foi apelidado pelos japoneses de "Aldeia Recôndita". O próximo conjunto era "São Paulo", assim chamado pela facilidade com que se obtinha água. Abaixo deste, vinha o conjunto "Cidade dos Cabritos". A partir daí, o terreno começava a aplainar e, bem mais além, situava-se um aglomerado de casas geminadas. O centro administrativo da fazenda ficava por ali. A direita dessas casas, estavam as instalações da sede da fazenda e, muito além destas, brilhavam as águas do rio Rincão, que corria mansamente. Parando o cavalo no topo da colina, ele contemplou o panorama. A mesma imensidão que, até aquele dia, o fazia sentir-se um intruso, provocando nele um sentimento de insegurança, trazia-lhe, agora, um grande bem-estar. Sua própria existência, pequena, do tamanho de uma cabeça de alfinete, integrava-se por completo em toda aquela natureza grandiosa. Com a fisionomia descontraída, ele parecia ter deixado para trás o peso imenso que, até o momento, levava às costas. Pensando bem, tinham sido dois anos de sacrifícios. O posto para o qual fora inusitadamente elevado representava um fardo pesado demais. Esforçara-se bastante e tudo fizera, não tanto para corresponder à expectativa de Sartório, mas sobretudo para que os japoneses novatos não fossem alvo de pilhérias. Irritava-se todas as vezes que caçoavam dele, chamando-o de "Um pé". Chegou, inclusive, a fazer com que fosse chamado de Cazuhei, passando a assinar C. Hirano.

Figura 20 - Parte do mapa do município de Ribeirão Preto de 1938, presença da Colônia Mombuca



Fonte: Gleria(2013) – Modificado pela autora

A falida Companhia Imperial de Emigração cederá todos os direitos de contrato com a parte brasileira para Yoemon Takemura, de Tosa. O navio Ryojun, fretado pela recém-inaugurada Casa de Comércio e Colonização Takemura, trazendo a segunda leva de imigrantes, aportou em Santos em junho de 1910. Umpei foi buscá-los, acompanhado de Umataro Inoue. Shuhei Uetsuka, por sua vez, havia sido escolhido para representar a Casa, no Brasil. A tarefa de distribuir os colonos pelas fazendas ficara a cargo de Teijiro Suzuki. - Suzuki, mande todos para mim - solicitou Umpei de imediato. - Não diga absurdos! Estou com pedidos de 17 fazendas. Se não tivermos uma distribuição equitativa, seremos repreendidos pelo Governo do

Estado. Apesar das palavras, Suzuki concordou em mandar um contingente de 233 imigrantes para Guatapar e para isso havia uma razão muito forte. Nessa fase do reinicio da imigrao japonesa, após o fracasso quase total da primeira tentativa, as pessoas diretamente relacionadas com o empreendimento encontravam-se particularmente tensas, empenhando-se para que, desta vez, tudo corresse bem. Por esse motivo, para Guatapar, que apresentara tão bom resultado e que oferecia uma relativa estabilidade, decidiram enviar um contingente numeroso, mesmo se dispondo a enfrentar reclamaes de outras fazendas.

A Fazenda Guatapar continuou a absorver imigrantes japoneses das sucessivas levas: segunda, terceira, quarta, quinta... Com o decorrer dos anos, o número de japoneses que ali trabalhava aumentara consideravelmente. Parecia até um pequeno império, tendo como figura central Umpei Hirano. Foram tomadas algumas medidas importantes para o grupo. A parede divisória de duas casas geminadas foi derrubada, para que o local fosse transformado em um templo budista. Apesar da ausência de um monge, decidiram denominá-lo de Nishi Hongaji e todas as cerimnias religiosas, como bodas ou funerais, passaram a ser celebradas nesse recinto. Instalou-se também uma escola de língua japonesa e ao mesmo tempo, ficou estabelecido que os jovens, obrigatoriamente, deveriam frequentar o curso noturno da escola brasileira. Os moços contaram com a sorte de ter como professora a bonita irmã de um padre católico, cuja fama fez com que até os chefes de família desejassem aprender o b--b da língua portuguesa com a bela mestra "estrangeira". A comemorao do Ano Novo, o aniversário do Imperador, as festas das quatro estaes, as gincanas esportivas, ou seja, todas as solenidades da Pátria-Mãe foram resgatadas no solo paulista. (DAIGO, 1988)

Figura 21 - Umpei Hirano e os imigrantes japoneses na Fazenda Guatapar



Fonte: Museu da Imigrao Japonesa no Brasil (2018)

Hirano (Figura 21) já era um membro conhecido e respeitado mesmo no seio da sociedade japonesa, fora do âmbito da fazenda. Quando políticos e jornalistas vinham do Japão, uma visita à Fazenda Guatapar tornara-se parte do roteiro obrigatório. Alguns colegas mais jovens da Escola de Estudos Estrangeiros, como Seiji Hatanaka ou Masakichi Kitamura, também ali acorreram, buscando o seu apoio e a sua orientao. Também juntaram-se a ele Kikohei Shimba, seu irmão de sangue. De acordo com a intimidade, se o bem-sucedido subgerente convidasse: "Vamos beber esta noite!", imediatamente se formaria um grupo animado de jovens, bastante unidos. Entre os que chegaram na segunda leva, havia um rapaz de nome Seiichi Nakagawa, proveniente da província de Yamaguchi, cuja irmã, de 17 anos, se chamava Isano. (DAIGO, 1988)

Daigo (1988 p. 70,71) relata:

Sartório, em cujas têmporas, recentemente, começaram a chamar ateno os primeiros fios brancos, convidou um dia Umpei para uma refeio em sua casa. Como casara tardiamente, possuí três filhas ainda bastante jovens. A refeio, da cozinha italiana, foi preparada e servida por elas com muito esmero. - Acredito que ainda possa trabalhar por mais dez anos. Oferecendo uma fatia de leitão assado ao convidado, Sartório confidenciou: - Ainda não comentei com ninguém, mas pretendo tornar-me independente. Desconcertado pela notícia totalmente inesperada, o outro tentava entender: - Como? Quer dizer que vai se demitir daqui? O gerente assentiu. - Para começar, vou comprar terras para plantar quinhentos mil ps. Gostaria de contar com a sua ajuda para esse plano, Hirano. Queria que se encarregasse de cuidar dos cafeeiros, desde a plantao das mudas até o quarto ano, quando se dará a frutificao. Eu pretendo investir toda a minha fortuna e, em quatro anos, garanto que você também

terá ganho o suficiente para plantar uns 100 mil pés. Poderá comprar terras perto das minhas e administrar a minha fazenda e a sua. - Acha possível adquirir terras de um tamanho razoável? Apesar de achar a proposta interessante, o jovem mostrou-se descrente. Até onde sabia, os cafezais da região da Mogiana só eram vendidos pela unidade mínima de um milhão de pés cada, e nem se cogitava vender nada retalhado. - Por aqui é impossível conseguir qualquer coisa com o capital de que disponho. Mas, em algumas regiões, existem terras propícias para o plantio de café e que são vendidas em lotes menores. - Eu não sabia. Na verdade, apesar de conhecer a fundo o cafezal de Guatapará, Umpei tinha poucas informações sobre outras regiões. - Você vai me ajudar, não vai? Se tiver você comigo, estarei mais tranquilo. O gerente estava muito satisfeito com os trabalhadores japoneses, mas também não esquecia que, na verdade, quem comandava o grupo era Umpei. Umpei, por outro lado, considerava com naturalidade a hipótese de retribuir ao seu benfeitor todo o apoio recebido até então. Além do que, este lhe abria caminho para que se tornasse um fazendeiro de café. "Fazendeiro...", balbuciava intimamente. Acreditava que este era um sonho longínquo. "Fazendeiros", aqueles que pouco se interessavam pelos próprios empregados e, comumente, moravam na cidade, controlando, inclusive, a política do país... E agora, Sartório oferecia-lhe, em troca de sua cooperação, pela via mais curta e certa, a possibilidade de se tornar um deles. Além do mais, seria razoável imaginar que Sartório, dono de uma vasta experiência adquirida como gerente-geral de uma fazenda daquelas, não cometesse falhas na previsão. Muito menos seria provável que tentasse ludibriá-lo, uma vez que às suas costas estava a força representada por algumas centenas de trabalhadores japoneses. -Fazendeiro... -murmurou de modo inconsciente, ainda sob o efeito do choque inicial. Com o sorriso tranquilo de quem já havia ponderado suficientemente, Sartório observava o seu amigo japonês, merecedor de todo o seu respeito e confiança. - Gostaria que você ficasse com uma de minhas filhas ele falou, num tom casual. - Sei que você está com uma moça. Isso é bom enquanto se é jovem. Ou será que você prefere mesmo as japonesas? - Prefiro as espanholas - balbuciou o intérprete sem encontrar outra saída.

De algum modo, somente Umpei tinha logrado sucesso. Na época em que havia concentração de trabalho na fazenda, ele chegava a comandar 1.500 pessoas, entre brasileiros e japoneses (Figura 22, p.72). O seu corpo, de estatura pequena, irradiava autoconfiança e energia. Em qualquer lugar para onde fosse, era conhecido como "Hirano de Guatapará". Se avisasse que, naquela noite, queria beber, não faltariam companheiros que, para estar com ele, percorreriam dezenas de quilômetros de distância a cavalo. Além do mais, ao voltar para casa, encontrava Isano, recatadamente, sempre à sua espera. Quando participasse dos novos empreendimentos de Sartório, em quatro anos ele também engrossaria a fileira dos refinados fazendeiros de café. Não seria de todo inviável fazer uma viagem tranquila à Europa, confiando a fazenda ao irmão ou a um gerente. Na época, era comum os filhos de grandes fazendeiros estudarem na Europa. Era quase certo que, dentro de dez anos, esse padrão de vida lhe seria acessível. Era inadmissível que Sartório ou ele mesmo viessem a falir na administração de uma fazenda de café. (DAIGO, 1988)

Depois de relatar que, na legação, em Petrópolis, o trabalho que o subgerente de Guatapará vinha executando era levado em alta consideração, pediu informações sobre a situação atual. Umpei contou, à medida que ia sendo interrogado, como viviam os japoneses

em Guatapar. Contou, ainda que ele próprio, juntamente com Sartório, pretendia participar da implantao de uma nova fazenda de café:

Não diga! Deixar Guatapar? Os olhos de Matsumura brilharam. Após cogitar por algum tempo, falou: - Sr. Hirano, eu gostaria de ouvir o que pensa da emigrao. - Espero que Vossa Excelência entenda que, quando se está diretamente envolvido no assunto, s possível emitir uma opinião sincera, deixando de lado toda a cerimônia. - Opiniões sinceras são as que gostaria de ouvir. - Acredito que os imigrantes são uns desafortunados disse Umpei, acrescentando - pois vieram para cá enganados pelo Estado e pela Companhia de Emigrao. - Ora! É uma opinião bastante severa - riu amargamente Matsumura. - Desculpe ser tão franco com Vossa Excelência, mas é a pura verdade. No início, o máximo que eles conseguiam era não aumentar as próprias dvidas. Agora, a situao já melhorou bastante. No caso de Guatapar, se trabalharem com muito esforço, durante um ano inteiro, conseguirão, no máximo, pagar a passagem marítima de vinda. E será necessário mais um ano de trabalho para financiar a passagem de volta. Portanto, em dois anos, podem conseguir o suficiente para pagar o transporte de ida e volta. Mas, se quiserem juntar alguma quantia substancial, levarão no mínimo dez anos. Isso, na hipótese de nenhum membro da família ficar doente ou dar à luz. Além do mais,  necessário que estejam numa fazenda de condies excepcionalmente privilegiadas e, ainda assim, às custas de muito esforço.

Figura 22 - Grupo de meninas com vestido e chapéu executando exercícios. Meninos em fila na lateral e em frente de um dos aparelhos de ginástica (barra) assistem a demonstrao do professor,  esquerda, parte de um prédio de alvenaria. 1926



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto (2010)

O japonês, segundo Nogueira (1973), entrou nas fazendas em contato com colonos de diferentes procedências como italianos, portugueses, espanhóis, entre outros. Essa aproximao acreditamos, não provocou muitos problemas pois, dentre os informantes, somente Joaquim

Ribeiro escrevendo em 28 de fevereiro de 1911, faz referência ao fato, declarando que “encontram de parte dos colonos europeus grande má vontade para com eles (japoneses), do que resulta sempre a estabilidade.” Considerava-os, porém, fracos nos demais serviços. Como a maioria que sentira o problema, reputava a diferença do idioma como principal entrave, já que as dificuldades nos entendimentos e ajustes verbais entre as partes motivaram muitas vezes o abandono da lavoura.

A 30 de março de 1911, respondia José Sartório pela Fazenda Guatapar em uma carta bastante sucinta. Explicava o atraso da resposta por ter querido esperar a visita que fez é aquela propriedade agrícola um ministro japonês, para depois de aquilatadas as impressões dos imigrantes, poder transmiti-las a Luiz Ferraz⁷. Todavia, a transmissão foi feita de uma maneira bastante simples e generalizada. Assim, sabemos apenas que das 60 famílias ali introduzidas, somente 3 tinham sado naquele ano, e que o haviam feito por vontade própria, enquanto as demais iam-se adaptando perfeitamente e mostravam o firme propósito de continuar trabalhando na propriedade (NOGUEIRA, 1973, p. 121).

Figura 23 - Umpei Hirano à frente dos imigrantes na lida com os cafeeiros



Fonte: Museu da Imigrao Japonesa no Brasil

⁷ Chefe da seção de expediente da Diretoria de Terras, Colonizao e Imigrao da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo

Através de todos estes dados, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo elaborou um apanhado geral da situação do imigrante oriental no interior do Estado e enviou-o a Takemura Yoyemon, que a 25 de novembro do ano anterior solicitara informações a respeito. Nessa resposta é possível notar que embora os termos não deixem de expressar as opiniões emitidas pelos fazendeiros, foi feita uma escolha cuidadosa dentre os informes recebidos pela Secretaria. Para comprovar a veracidade desta afirmação, basta que citemos um pequeno trecho do texto original, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (1911 apud Nogueira, 1973, p.122):

“A impressão geral dos fazendeiros em cujas propriedades se fixaram é boa. Os colonos japoneses são considerados inteligentes, asseados, trabalhadores, muito ordeiros, comunicativos, alegres e muito sadios. Adaptam-se com facilidade ao meio. Alimentam-se mais ou menos como os outros colonos e apreciam muito o café. Resistem com facilidade aos serviços e na apanha do café mostram-se uns infatigáveis trabalhadores. Uma das maiores dificuldades está na compreensão da língua. Em geral os intérpretes conhecem muito mal o português, coisa que origina deselegâncias e suscetibilidades pela má compreensão dos contratos. Esta questão acarreta também a instabilidade dos colonos suscetíveis sempre de seduções, crentes nas vantagens que maus orientadores podem aconselhar-lhes. Nas fazendas em que o japoneses se fixaram o contentamento é mútuo e já dá bons resultados o trabalho dos colonos”.

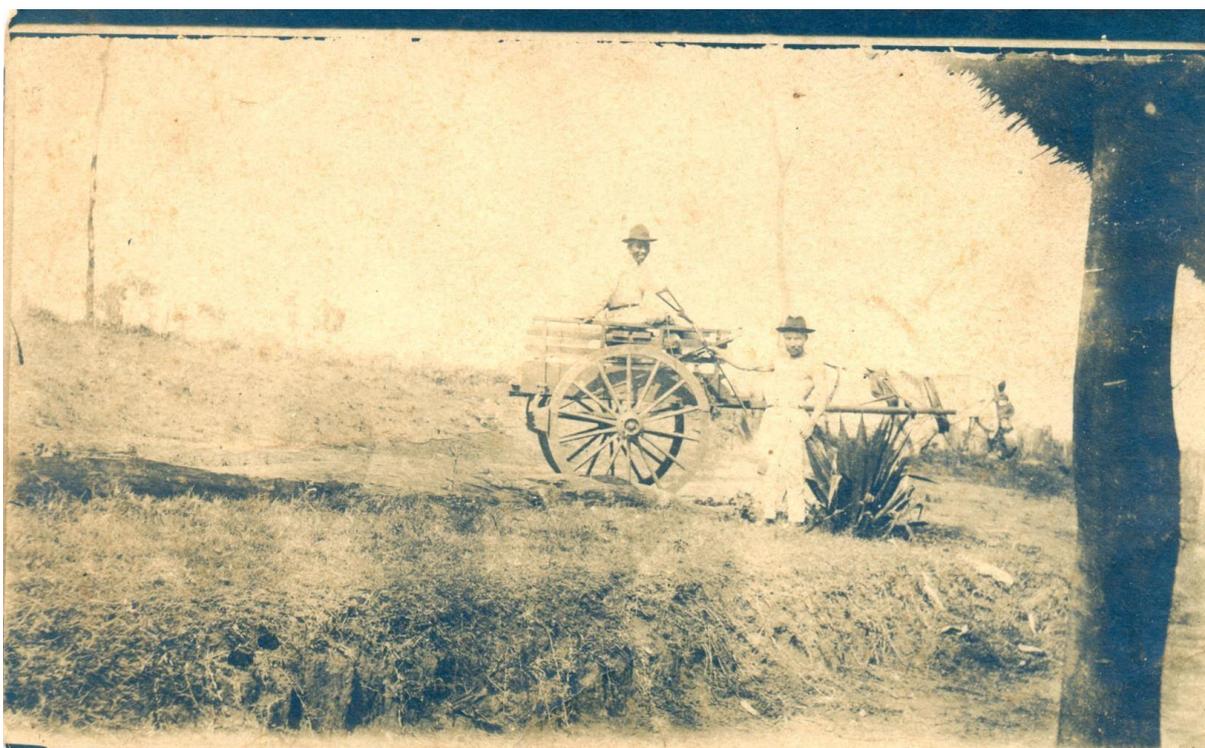
A opinião entre os japoneses, de uma maneira geral, para Nogueira (1973) era também otimista, de acordo com o relatório enviado pelo Representante Geral da Legação do Japão, Tochiro Fujita, ao ministro das Relações Exteriores do Japão a 31 de julho de 1911.

Quanto à de Guatapará, que afora a São Martinho, era a que possuía maior extensão de terras (6.300 alqueires) e cerca de 2.000.000 de cafeeiros, tinha a seu serviço aproximadamente 300 famílias das quais 60 eram japonesas, num total de 200 pessoas que, segundo o relator, estavam todas satisfeitas (Figura 23, p.73). Uma delas, vinda na segunda leva, conseguira ganhar em julho do ano anterior e maio daquele ano 1:399\$000, tiradas as despesas de 448\$000, ficara com um lucro de 950\$000. (NOGUEIRA, 1973)

O Representante Geral da Legação do Japão no Brasil, Tochiro Fujita declarava-se satisfeito com os resultados, pois não houvera fugas e conflitos como no início da imigração e os imigrantes estavam contentes. Sugeriu que, se fossem enviados novos imigrantes para as outras fazendas, deveriam ser escolhidos alguns membros da primeira e segunda leva que, além de servirem de intérpretes, fiscalizariam e orientariam os recém-chegados, servindo enfim de intermediários entre patrões e novos imigrantes. Todavia, acusava os imigrantes de não tomarem certos cuidados, exemplificando com o ocorrido na Fazenda Guatapará, onde houvera 10 mortes causadas por malária como afirma Nogueira (1973). Segundo relator, nos riachos da fazenda havia peixes. Muitos japoneses, apesar da proibição dos fiscais, iam pescar aos domingos, quando então, contraíam o mal. Dizia textualmente: “já em fase de recuperação,

alguns chupavam laranjas não maduras ou outras frutas, bebiam água em excesso” o que provocava distúrbios do aparelho digestivo que levavam muitos à morte. Outro problema, dizia, era o consumo exagerado de açúcar por parte dos imigrantes o que também era nefasto para a saúde. Por outro lado, o fato de não saberem cozinhar à maneira brasileira, estando muito presos ainda à cozinha japonesa, levava-os a se alimentarem mal, o que refletia diretamente na saúde. (NOGUEIRA, 1973, p. 126)

Figura 24 - Vista de uma carroça e dois homens (imigrantes japoneses) numa estrada. No canto direito, um pilar de madeira da casa de um dos retratados. Vista de parte do telhado de sapê.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto (2010)

Pela análise de todos esses informes percebe-se quão complexo era o problema: os imigrantes não se fixavam com facilidade; muitos não conheciam os trabalhadores agrícolas; a constituição das famílias não era normal, queixavam-se os fazendeiros. Entretanto, como em toda regra há exceção, havia os que reconheciam o valor do imigrante japonês na lavoura e eram mesmo favoráveis ao incremento de sua introdução no Estado. Em geral, todavia, os fazendeiros se mostravam satisfeitos com o trabalho dos japoneses no que diz respeito à colheita do café nas árvores (Figura 24).

Esta formação peculiar das famílias trouxe sérios problemas. Em carta ao Ministro das Relações Exteriores do Japão, datada de 21 de agosto de 1911, Fujita comentava que na Fazenda Guataparã haviam sido dadas condições especiais aos imigrantes japoneses para evitar

insatisfações, tendo sido nomeado como vice administrador um japonês para facilitar as relações entre os imigrantes e a administração da propriedade, mas dados os conflitos existentes nas próprias famílias não fora possível obter ali sucesso com os japoneses. Daí aconselhar que houvesse um maior cuidado com a escolha das famílias. É verdade que dos imigrantes ali colocados, quando da chegada da segunda leva, dezenas haviam sido atacados de malária, tendo sido os cafezais descurados, o que dera um aspecto de abandono. A situação sanitária precária, resultara na morte de 20 imigrantes. Além dessas condições de saúde, outro fator importante é o da formação artificial das famílias: 2/3 do total. Ora a idade dos filhos adotivos era em geral quase igual à dos pais e mesmo considerando que a relação familiar existia apenas no papel, constituía-se em fator desagregador e de discórdia. Ou melhor: os ordenados eram pagos por família e a elas cabia dividir a porção recebida. No caso das famílias compostas enquanto tudo corria bem, a divisão não trazia maiores problemas. Mas, quando nasciam filhos do casal real, o elemento agregado muitas vezes se revoltava com a mudança na divisão do dinheiro. Em caso de doença, a artificialidade dos laços familiares levava a conflitos. A carta que traz estes informes não tem data, nem assinatura, mas em certo trecho deixa perceber que é de autoria do intérprete Hirano, que exerceu naquela fazenda o cargo de vice administrador;

Figura 25 - Grupo de crianças, meninos e meninas, apanhadores de algodão, posando em primeiro plano. Vista de parte da plantação de algodão e, no fundo, uma mata.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto (2010)

Após relatórios sobre a quantas andavam as famílias distribuídas pelas fazendas de café, o intérprete Ryoji Nomura, da legação japonesa em Petrópolis (RJ), inspeciona as fazendas. Dos 781 imigrantes, apenas 191 permanecem nos locais de trabalho (Figura 25). A maioria havia se transferido para as cidades de São Paulo, Santos, ou para a Argentina. A imigração cafeeira começa com péssimos resultados.

Figura 26 - Grupo de 7 pessoas (homens e mulheres) realizando a colheita de arroz. Ferramentas agrícolas à médio plano, no fundo fardos amarrados (1914)



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto (2010)

Dos 906 japoneses que entraram no Brasil, 59 famílias totalizando 224 pessoas foram direcionados à Fazenda Guataparã segundo levantamento feito por Nogueira (1973). Na Fazenda São Martinho, também de propriedade dos Prado, adentraram 34 famílias, somando 103 pessoas para repor a quantidade de revoltosos e reincidentes de contrato da primeira leva (Figura 26).

Um dado relevante (Quadro 2, p.79) para efeito de comparação, as fazendas Canaã e Dumont também receberam grande número de imigrantes da primeira leva, sendo 155 pessoas na primeira e, 210 na segunda, mas nas duas foram registrados vários incidentes de fuga e revolta devido à insatisfação com os intérpretes que não os representava de maneira efetiva, à propaganda enganosa, a postura de fiscais de lavoura e ao posicionamento dos fazendeiros. Já na segunda leva, nenhuma das duas fazendas recebeu imigrantes japoneses, provavelmente um reflexo dos relatórios e visitas de Tochiro Fujita.

Quadro 1 - Número de imigrantes enviados às principais fazendas de café da região da Mogiana

Levas	Fazenda Guatapar	Fazenda São Martinho	Fazenda Canaã	Fazenda Dumont
1 ^a	90	99	155	210
2 ^a	224	103	0	0
3 ^a	413	0	0	0
4 ^a	171	121	195	0
5 ^a	2	204	97	0
6 ^a	384	4	0	0
7 ^a	2	180	0	0
10 ^a	24	14	0	0
14 ^a	120	0	0	0
16 ^a	0	60	0	0
17 ^a	80	0	0	0
19 ^a	20	220	0	0
21 ^a	0	220	0	0
24 ^a	44	0	0	0
27 ^a	20	0	0	0
28 ^a	5	0	0	0
32 ^a	5	0	0	0
34 ^a	7	0	0	0
36 ^a	10	0	0	0
42 ^a	3	0	0	0
Total	1624	1225	447	210

Fonte: Nogueira (1973)

Quadro 2 - Número de imigrantes japoneses distribuídos nas principais fazendas da Mogiana 1908 - 1923

Ano	Fazenda Guatapar	Fazenda São Martinho	Fazenda Canaã	Fazenda Dumont
1908	90	99	155	210
1910	224	103	0	0
1912	584	121	195	0
1913	388	388	97	0
1914	24	0	0	0
1917	120	60	0	0
1918	100	440	0	0
1919	69	0	0	0
1920	5	0	0	0
1921	17	0	0	0
1922	0	0	0	0
1923	3	0	0	0

Fonte: Nogueira (1973)

Em abril de 1912, o navio Itsukushima-maru aporta em Santos (SP) trazendo a terceira leva de imigrantes japoneses "Segundos Imigrantes Takemura", com 1.432 pessoas, das quais 99 famílias, totalizando 413 adentram a Fazenda Guatapar (Quadro 2, p.79).

Ainda em 1912, chega a quarta leva de imigrantes japoneses em Santos no navio Kanagawa-maru com 1.412 pessoas. Algumas pessoas dizem que este navio foi o Wakasamaru. Eles ficaram conhecidos como "Primeiros Imigrantes Toyo", pela Companhia Oriental de Emigra (Toyo Imin-gaisha), que tamb firmara com o governo do estado de São Paulo um contrato com emigrantes, sem haver qualquer relação com a Sociedade Colonizadora Takemura. A mesma companhia tentara, sem sucesso, enviar emigrantes ao Brasil em 1897. Dessa vez o número de imigrantes distribuídos foi de 70 famílias (171 pessoas) na Fazenda Guatapar (Figura 27), 30 famílias (121 pessoas) na Fazenda São Martinho e 52 famílias (192 pessoas) na Fazenda Canaã (Nogueira,1973).

Figura 27 - Imigrantes japoneses em 1930



Fonte: Arquivo digital

Em maio de 1913, chega a quinta leva, o navio Dai-ni Unkai-maru chega a Santos (SP) trazendo 1.506 japoneses "Terceiros Imigrantes Takemura". Desta vez, somente duas pessoas são distribuídas na Guatapará, em compensação a São Martinho recebe 204 pessoas e a Canaã recebe 97 pessoas. No mesmo ano, chega a sexta leva no Wakasa-maru que aporta em Santos trazendo 1.588 pessoas "Segundos Imigrantes Toyo", direcionando 384 pessoas para a Guatapará e 4 pessoas para a São Martinho. Ainda no mesmo ano, chega a sétima leva, com 2 pessoas direcionadas para Guatapará e 180 para a São Martinho.

Em março 1914, o governo do estado de São Paulo comunica a suspensão do subsídio de despesas de viagem de imigrantes japoneses a partir do ano seguinte. Em abril do mesmo ano o navio Wakasa-maru chega a Santos (SP) trazendo mais uma leva de imigrantes com 1.688 pessoas "Quartos Imigrantes Toyo" e desse número, 24 pessoas vão para a lavoura da Fazenda Guatapará.

A Fazenda Guatapará recebeu, ao todo, 1624 pessoas nas 42 Levas (Quadro 1, p. 79) de imigrantes japoneses que trouxeram mão de obra para a lavoura de café, a São Martinho recebeu um total de 1225 pessoas, a Fazenda Canaã, 447 e a Dumont 210, ou seja, a Fazenda Guatapará recebeu entre 1908 e 1923 o maior número de imigrantes japoneses dentre as fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo. Pela análise da tabela de levas e número de pessoas distribuídas, podemos verificar que há uma reposição no número de pessoas devido a mortes pela malária e outras moléstias, possíveis fugas e a finalização de contratos e partida para fundação de novos núcleos coloniais, que será visto no próximo item desta pesquisa.

3 A SAÍDA DA FAZENDA GUATAPARÁ PARA A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS

Ao contrário do que hoje se imagina, grande parte dos imigrantes pioneiros não tinha sido agricultor no Japão. Alguns dos imigrantes japoneses tinham estudo; muitos já haviam morado em cidades e trabalhado como comerciantes, carpinteiros e ferreiros, e ao fugir das fazendas, voltaram a exercer a profissão que tinham no Japão como trabalhadores independentes.

Um exemplo seria o destino do casal Udihara, que distribuído desde a segunda leva na Fazenda Guatapará em julho de 1910, com outros japoneses do navio, começou a trabalhar como lavrador nas plantações de café. A experiência como agrimensor e o ano de estudo de línguas ocidentais fizeram Hikoma Udihara se destacar (Fig. 28, p. 83). Pouco demorou para ser promovido a capataz. Depois de dois anos, cumprido o contrato inicial, Udihara atendeu a um pedido do administrador Umpei Hirano e permaneceu na fazenda até o final de 1914, trabalhando na lavoura e no escritório da fazenda. Depois, mudou-se para São Paulo. Foi intérprete, carpinteiro, garçom, motorista, fotógrafo, copeiro e mordomo. A partir de 1920, dedicou-se à corretagem de terras e à colonização. Contribuiu para a fundação de colônias e núcleos coloniais de imigrantes japoneses nas zonas servidas pelas estradas de ferro Noroeste Paulista, no estado de São Paulo, e na região de Cambará, no estado do Paraná. A partir de 1920, dedicou-se à corretagem de terras e à colonização. Contribuiu para a fundação de colônias e núcleos coloniais de imigrantes japoneses nas zonas servidas pelas Estradas de Ferro Noroeste

Figura 28 - Hikoma Udihara e seu veículo de trabalho e propaganda. Fotografia: Autor desconhecido (provavelmente o próprio Udihara, utilizando o timer da câmera).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Não está bem claro o processo de evolução dos primeiros imigrantes da condição de colono contratado da fazenda de café para fase de lavrador autônomo ou independente. Sobre o assunto não se encontra nada escrito pelos próprios interessados. Como não havia precedentes a seguir ou modelo a copiar, tudo tinha de ser feito por iniciativa própria, às apalpadelas, no escuro, até descobrir o caminho certo.

Apesar da vida de sofrimento no cafezal – ou talvez por isso mesmo – no transcorrer de um ou dois anos o colono começa paulatinamente a aprender alguma coisa sobre a situação brasileira e a prática agrícola. Pode-se supor que a ideia da independência econômica tenha nascido e evoluído no decorrer de dois ou três anos de vida na fazenda. Abandonado aos poucos aquela leviana esperança de que poderia ficar rico facilmente, apanhando com as mãos a “riqueza” pendurada diante dos olhos, agora já estava mais realista e amadurecido, convencido de que só seria possível conquistar a prosperidade mediante a lavoura independente que ele próprio dirigia (Sociedade Brasileira de Cultura JAPONESA, 1992)

Na verdade, acontece uma grande e profunda transformação na vontade do imigrante. Paradoxalmente, a dura vida de trabalhador contratado fez com que o imigrante visse nascer,

no seu íntimo ardente, desejo de independência econômica. Se, porventura, a situação das fazendas fosse tão maravilhosa como fazia crer a propaganda das empresas de emigração e seus agentes, dentro de poucos anos quase todos os imigrantes teriam retornado à pátria, com a riqueza sonhada no bolso, já que praticamente 100% deles havia viajado com o espírito decasségui⁸. Em outras palavras, se na fase de colonos das fazendas eles tivessem conseguido sucesso e a maioria tivesse regressado à terra natal, teria sido improvável a estruturação – no correr de décadas – da atual comunidade nipo-brasileira, chamada Colônia Japonesa⁹

A experiência das péssimas condições de vida e de trabalho em ambiente hostil, vivida na fazenda, quando os colonos virtualmente perderam a esperança de realizar seu sonho de “êxito”, gerou neles a energia necessária para suportar tremendas dificuldades e lutas que irão provar na fase seguinte, de lavoura autônoma e de exploração de terras virgens. Daí então aguentarem trabalhos pesados de “vomitar o sangue”, segundo uma expressão nipônica. (Sociedade Brasileira de Cultura JAPONESA, 1992)

Na realidade, porém, essa fase inicial de posse da terra não significava ainda a radicação definitiva do imigrante no país¹⁰. Para a maioria constituía uma estratégia para ganhar dinheiro e então regressar à pátria com as glórias de vencedor, conforme plano original.

No seu íntimo, todo imigrante acalentava o sonho de voltar à terra de origem o mais rapidamente possível. Por outro lado, a movimentação do imigrante nipônico no sentido de sua independência coincidia com a fase de expansão da economia do Estado de São Paulo na direção da hinterlândia¹¹. (Sociedade Brasileira de Cultura JAPONESA, 1992)

Com o aumento do ingresso de imigrantes em número cada vez maior de fazendas, acontecia o seguinte: em certas fazendas, onde os colonos cumpriam à risca os termos do contrato, os fazendeiros costumavam ceder de graça, ou mediante pagamento simbólico, parte das terras ainda inexploradas aos colonos para que eles cultivassem. Eles cultivavam arroz,

⁸ Dekassegui significa “trabalhar fora de casa”. No Japão, referia-se a trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões para outras mais desenvolvidas do país, porque o inverno interrompia a produção no campo e impedia seu sustento.

⁹ Colônia Nikkei (Nikei Korônia), ou seja, Colônia de origem japonesa, é a denominação atualmente usada na comunidade nipônica.

¹⁰ A mudança radical da mentalidade dos japoneses – no sentido da integração à sociedade brasileira – acontece no pós-guerra.

¹¹ Região afastada de áreas urbanas, ou, simplesmente, dos centros metropolitanos ou culturais mais importantes; interior.

feijão, milho, entre outros, com o que acumulavam experiência na prática agrícola do país, chegando até, ocasionalmente, a auferir um lucro inesperado.

Tudo indica que a lavoura em terra arrendada começava quando o imigrante ainda não dispunha de reserva financeira suficiente para a aquisição de um terreno, mas acreditava ter capacidade de lavrar a terra.

Para quem não dispunha de dinheiro para essa iniciativa, havia a forma de parceria agrícola. Nesse sistema, as despesas até a colheita corriam por conta do proprietário. O resultado da venda do produto era dividido entre o dono da terra e o lavrador arrendatário que fornecia a mão-de-obra.

Na época o pequeno lavrador independente não era como o de hoje que é ao mesmo tempo proprietário e desbravador de terras novas. Então aproveita-se da terra inexplorada dentro da fazenda, arrendando uma área de um ou dois alqueires do fazendeiro, cultivando-a independentemente ou com pouca ligação com a fazenda de café. Isso acontecia com colonos italianos, espanhóis ou portugueses, com todos os colonos veteranos, pois, tal como no caso daqueles que se tornaram independentes, constituía o primeiro passo para a melhoria de vida do lavrador.

Parece justo considerar que a região da Mogiana em torno de Ribeirão Preto, onde muitos imigrantes japoneses dos primeiros tempos começaram a sua vida no Brasil, na condição de trabalhador contratado, foi também o berço do movimento pela lavoura independente.

3.1 Formação de núcleos coloniais

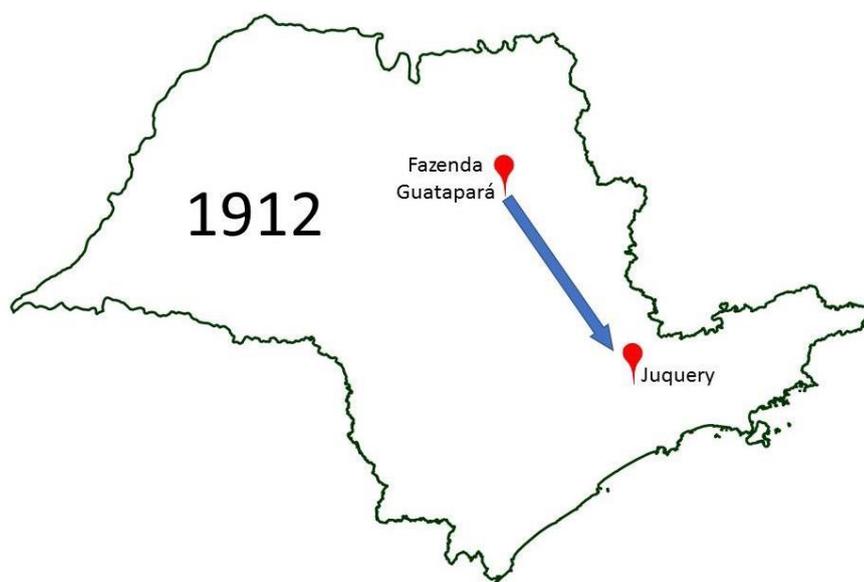
Começou, nos primeiros anos da década de 1910, a formação de núcleos coloniais, mais conhecidos como “colônias” japonesas. A formação de núcleos apresentava cinco tipos (Sociedade Brasileira de Cultura JAPONESA, 1992):

- (1) Imigrantes constituem em determinada área um pequeno agrupamento em forma de geração espontânea. Aumenta o número dos que adquirem terra nessa área e acabam por formar uma concentração de proporções consideráveis chamadas núcleos coloniais ou colônias que não pode ser confundida com a “colônia” da fazenda. Exemplos desse tipo: Mairiporã (antiga Juqueri), Suzano, Mogi das Cruzes, Cotia, sendo a primeira e a última, que serão discutidas mais à frente;

- (2) Sistema de venda de lotes de matas virgens de grandes propriedades em áreas de expansão do Estado de São Paulo e norte do Paraná, representadas aqui por Colônia Hirano, Tokyo, Brejão, Vai-Bem, entre outras, sendo discutidas adiante as duas primeiras que surgiram após a saída de imigrantes da Fazenda Guatapará;
- (3) Capital privado do Japão adquire terras ou recebe concessão sem ônus de terras devolutas e as loteia, colonizando-as com imigrantes residentes no país ou vindos diretamente do Japão sendo exemplificadas pelas colônias de Iguape (Registro e outras), Bastos, Tietê, Três Barras, entre outras;
- (4) Outra forma, que talvez não possam ser chamadas de colônias, aconteceu em época de grande prosperidade na cotonicultura, onde concentravam-se japoneses arrendatários para cultivar algodão, mas como não havia propriedade da terra sua existência era efêmera, como foram casos das regiões da Média Sorocabana, Paulista, Araraquara, Douradense, ou seja, ao longo de ferrovias;
- (5) Formação de colônias japonesas nos núcleos coloniais oficiais do governo federal ou estadual.

Juqueri (Mairiporã): Começou em maio de 1913, com a entrada de 10 famílias oriundas das Províncias de Kumamoto e Fukuoka, pertencentes à 3ª Leva, liderada por Nagatoshi Akimura, que haviam terminado o período contratual na Fazenda Guatapará. Contaram com a assistência de Takezu Umamizuka que se achava já estabelecido na região. Compraram terras na então Vila Juqueri, subúrbio de São Paulo, e para lá se transferiram. Seguiram-se outros interessados, que adquiriram terras ao redor da Vila Juqueri para onde se mudaram (Figura 29, p. 87). Em cerca de dez anos, havia sido completada a estrutura de uma colônia. Segundo Handa (1987), compraram cerca de 50 alqueires para tentarem a lavoura de batata e cebola (Figura 30, p.87), esta tentativa não foi bem sucedida em razão da má qualidade das terras, obrigando o grupo a deslocar-se para o município de Cotia, no ano seguinte. De qualquer forma foi o início da lavoura do tipo suburbano.

Figura 29 - Deslocamento das primeiras famílias da Fazenda Guatapar para Juquery



Fonte: Autora (2019)

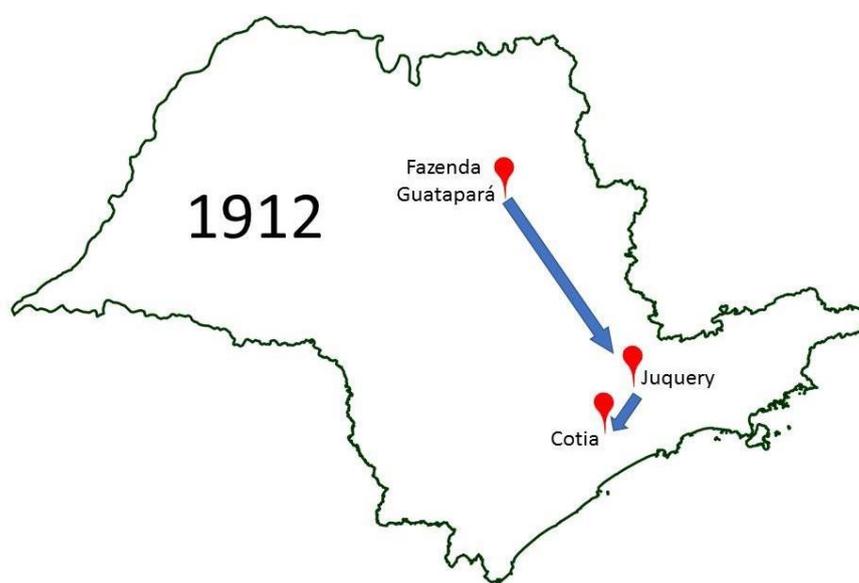
Figura 30 – Kenkite Simomoto juntamente com seu irmão Ryotaro e esposa



Fonte: Museu Histórico da Imigrao Japonesa (2008)

Cotia: Instalação da Colônia de Cotia por intermédio de Teijiro Suzuki, instalam-se em Cotia (Figura 31), Makuhei Kambara e Genzô Kayano e, logo em seguida Kurakichi Morita que, a partir do segundo semestre de 1914, acabando por formar uma considerável concentração. Desde o início, a bataticultura foi a principal atividade dos colonos, na terra que gerou, em 1927, a Cooperativa Agrícola de Cotia, organizada por produtores de batata, e ocupa posição especial na história da imigração japonesa do qual será vista mais adiante.

Figura 31 - Deslocamento de um grupo de japoneses originários da Fazenda Guatapar de Juqueri para Cotia

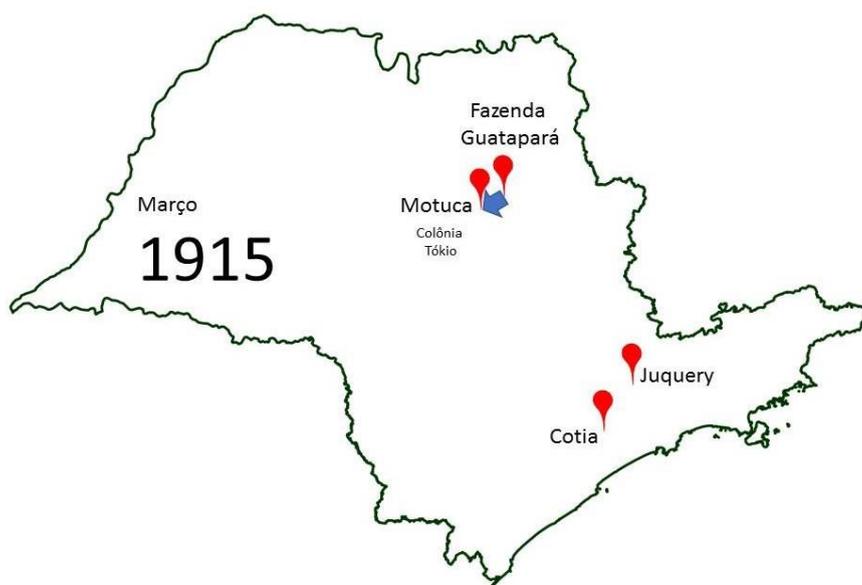


Fonte: Autora (2019)

Tokio (Motuca): Apos certo periodo na Fazenda Guatapar, onde trabalharam principalmente na lavoura de cafe, 15 familias, que compunham um grupo de 60 imigrantes, decidiram comprar uma porcao de terra para, com seu proprio esforco e sem auxilio algum, fundar o povoado que permaneceu ativo ate 1968. No dia 15 de marco de 1915, um grupo de 60 japoneses, divididos em 15 familias, apos adquirir por cinco contos de reis 84 alqueires da propriedade de Herminia Vieira Borba Moura, membro da familia bandeirante paulista Borba Gato, fundou em Motuca entao uma vila pertencente ao municipio de Araraquara, o Nucleo Colonial Tokio, considerada a primeira colonia de imigrantes japoneses criada de forma independente no pais, ou seja, sem financiamento governamental ou empresarial (Figura 32, p.89). De acordo com informacoes de um morador de Motuca postada em jornal local, o grupo firmou contrato com Herminia Borba para ocupar uma area de sua fazenda em Motuca, para

realizar desmatamento com promessa de futura compra. O acordo foi cumprido, o desmatamento atendeu às necessidades básicas, fornecer madeira para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro para alimentar a fornalha das locomotivas e também servir de dormentes, além de abrir campo para as plantações.

Figura 32 - Deslocamento de japoneses da Fazenda Guatapar para Motuca - formação da Colônia Tkio



Fonte: Autora (2019)

No primeiro ano da Colônia, oito chefes de família morreram de malária (Jornal Cenário, 2015), conforme Kizuki Nitta, morador da colônia explica: “Os colonos frequentavam bastante o brejo para plantar arroz, onde existe foco da doença e naquela época não havia posto de atendimento médico no local, por isso morreu muita gente no começo”

O nome da colônia foi sugerido pelo escrivão do cartório de Rincão, Joaquim Vieira Moura, conhecido como Sr. Quincas. Na ocasião da escritura, quando o grupo foi questionado sobre qual nome teria o núcleo colonial, os mesmos alegaram não haver pensado em nada, foi então sugerido pelo escrivão o nome de Tkio, o qual aceitaram sem pestanejar.

O líder da colônia foi Sunao Baba, que presidiu a associao local por 30 anos. Filho de médico no Japão, então com 27 anos, desembarcou em Santos no dia 26 de abril de 1914 junto com a esposa Kobaru Baba, que viera a se tornar parteira do povoado. Após estadia na Hospedaria dos Imigrantes foram destinados à Fazenda Guatapar e ficaram sob o comando de Umpei Hirano o qual os tratava friamente, talvez por demonstrar espírito de liderança (TOYAMA, 2009)

Segundo a Federação Nacional de Sumô, o sumô começou a ser praticado pelos imigrantes japoneses no início do século XX. O primeiro campeonato foi realizado na colônia Tóquio com imigrantes japoneses da Fazenda Guatapará, no interior de São Paulo, em 1914 (Figura 33). Os Undokais¹² também atraíam participantes de outras colônias da região.

Figura 33 - Fotografia datada de 15 de janeiro de 1918, luta de sumô em sufrágio pelas vítimas da malária da colônia Tóquio, em Motuca.



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa (2008)

Na época, haviam três escolas de língua portuguesa no núcleo para facilitar a comunicação com a Vila Motuca.

Na colônia cultivavam principalmente café, seda, algodão e trigo. O declínio teve início em 1935, motivado por vários fatores, entre eles a crise do café e o empobrecimento do solo. Com o fim do cultivo do café e algodão, o bicho-da-seda passou a ser a principal fonte de renda dos imigrantes durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo o Jornal Cenário, (2015):

¹² Undokai é uma palavra composta: "undô" significa esporte e movimento, e "kai" é reunião em japonês. Porém, a melhor tradução para Undokai é gincana esportiva familiar. Familiar porque participam desde as crianças que já sabem andar, até o avô mais idoso(Fonte: Nippon Club).

“Os japoneses da Colônia Tóquio tinham uma grande produção de bicho-da-seda. A seda foi muito comercializada para os Estados Unidos na fabricação de paraquedas. Eram vastas as plantações de Amoreiras naquela região, hoje inexistentes.”

A maioria das famílias que veio para a colônia considerava o local apenas como “passagem”, isto é, uma terra provisória para permanecerem alguns anos até conseguir um lugar definitivo em outras áreas mais promissoras. Isso contrariava o ideal de Sunao Babá, que sonhava em formar um povoado desenvolvido, exemplar e duradouro.

A colônia permaneceu ativa por 53, anos até 1968. No período, viveram entre 1500 e 2000 colonos no local, segundo o jornal.

A segunda Guerra Mundial teve grande influência na vida dos japoneses que viviam no Brasil. A derrota do Japão transformou a relação dos imigrantes com a população do país e até mesmo entre eles. Em Motuca, não foi diferente. A grande maioria dos habitantes da colônia no pós-guerra era dos denominados “katigumis”, facção que acreditava que o Japão havia vencido a Guerra; Sunao Baba, por sua vez, era dos “Makigumis”, grupo que reconhecia a derrota do Japão.

De acordo com o relato da filha de Sunao, Elza Baba Akama, ao Jornal Nikkei datado de julho de 2013, um grupo de katigumis enviou uma carta a seu pai com os seguintes dizeres:

“Iremos dia tal do mês tal, tome um banho (ofurô) e se purifique”

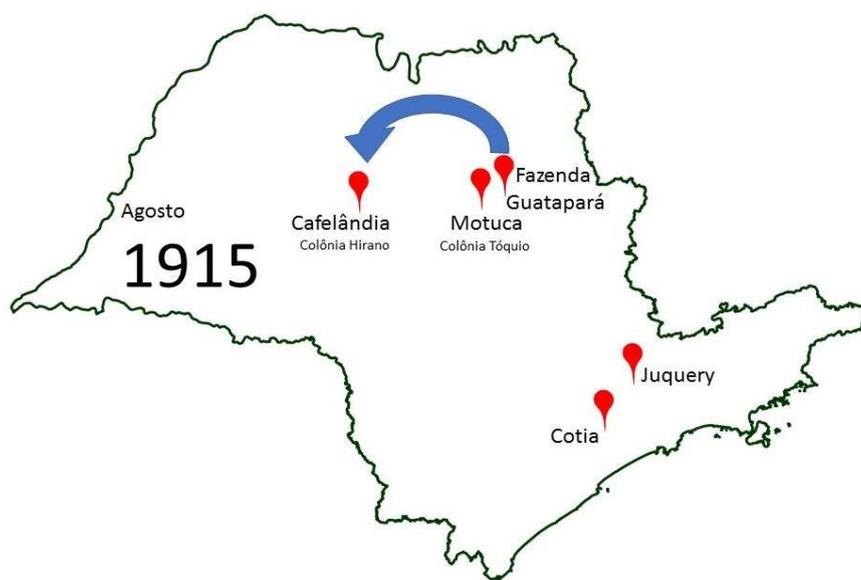
Era comum os katigumis solicitarem o “seppuku”, ou seja, ele próprio cortar a sua barriga. Um dia antes da data marcada, porém, Sunao fugiu com a família para Piracicaba.

Já longe de seu núcleo, iniciou atividade de pesquisa na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, onde contribuiu para o desenvolvimento de uma nova variedade de alface registrada atualmente como “Alface Baba”. Mais tarde mudou-se para São Paulo, onde faleceu aos 86 anos, em 1973.

Hoje a Colônia Tóquio está tomada por cana-de-açúcar, e somente algumas moitas de bambu denunciam a existência de um antigo povoado no local.

Colônia Hirano (Cafelândia): Umpei Hirano, um dos cinco intérpretes dos imigrantes do Kasatu-maru e que permanecera na Fazenda Guatapará, teve ideia de organizar uma colônia, no dia 03 de agosto de 1915.

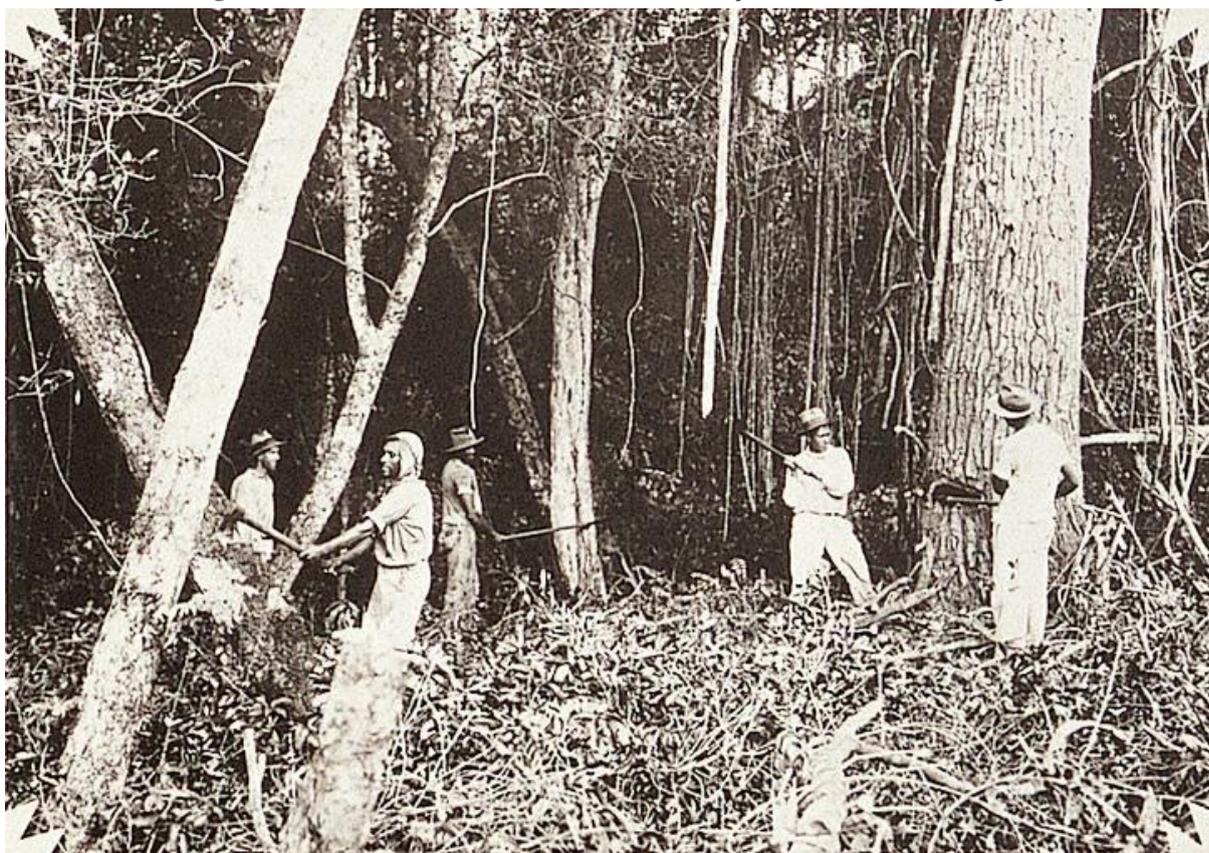
Figura 34 - Deslocamento de grupo liderado por Umpei Hirano rumo à Cafelândia - Formação da Colônia Hirano



Fonte: Autora (2019)

O período inicial do núcleo Hirano, de 1.620 alqueires e iniciando-se nas margens do rio Dourados, situado a 13 quilômetros a nordeste da atual estação de Cafelândia (antiga Presidente Pena) (Figura 34), é bastante conhecido como uma das mais amargas experiências em toda a história dos núcleos de colonização japoneses. O fundador deste núcleo, Umpei Hirano, estava em pleno acordo com o primeiro cônsul geral do Japão no Brasil, Sadao Matsumura, considerando que o futuro do japonês estaria num núcleo de colonização onde os agricultores (Figura 36, p.95) trabalhassem de modo independente.

Figura 35 - Antes de dar início às atividades, é forçoso derrubar a mata virgem



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa (2008)

Como no grupo dos pioneiros havia representantes de cada uma das províncias que tinham ficado à espera na fazenda Guatapará, uma vasta área da região baixa foi dividida e distribuída a cada representante, como área de plantio.

Ele era um dos cinco intérpretes da primeira leva de imigrantes na fazenda Guatapará, conhecido em todo o Estado de São Paulo. Passou a morar junto com os imigrantes e ali trabalhou sete longos anos e posteriormente tornou-se gerente, liderando mais de 500 famílias. Quando falou com seus subordinados japoneses sobre a implantação do núcleo, muitos que trabalhavam em fazendas vizinhas também concordaram, o número de famílias interessadas chegando a 200. Esta é uma das provas da grande confiança que depositavam nele.

Segundo Handa(1987, p. 249):

Na Hirano nijugoshunenshi (História dos 25 anos do núcleo Hirano) consta: "Apesar da sua pequena estatura, trabalhava infatigavelmente todos os dias, chovesse ou ventasse; saía a cavalo para vistoriar — pelo menos uma vez por dia — os dois milhões de pés de café, o que é uma tarefa difícil; normalmente, poucos conseguiriam fazê-lo, por mais delicados que fossem. Isto só já é o suficiente para mostrar o quanto ele era um homem esforçado." E quando este homem esforçado e dedicado soube do violento surto de malária que assolara o núcleo Hirano, não deixou de visitar cada uma das famílias para ver os doentes, quando ele próprio se encontrava adoentado. Dizem que mesmo os doentes que estavam às portas da morte, por falta de medicamentos, ficavam alegres ao vê-lo, talvez mais contentes do que receber a visita de um médico. A exploração do núcleo Hirano começou a 2 de agosto de 1915, um

dia depois que um grupo de cerca de 20 homens representantes de várias províncias, acompanhados por Umpei Hirano, desembarcou na estação Presidente Pena. O grupo foi limpando a antiga picada, passou uma noite na mata e somente no dia 3 chegou às margens do rio Dourados.

Segundo Handa (1987), este núcleo, que perdeu o seu fundador em consequência da gripe espanhola em 1919 aos 34 anos de idade, devido à baixa imunidade. Hirano tornou-se alcóolatra tentando descontar as suas frustrações na bebida, recusava-se a tomar medicação dando preferência aos outros japoneses da colônia. O núcleo conseguiu em breve formar uma cooperativa e em 1933 anexou mais 385 alqueires às suas terras, e em 1941 o número de cooperados chegava a 372. Nessa época, um grande desenvolvimento se verificou no núcleo, e a produção que passou pela cooperativa foi de 50.000 sacas de café (uma saca contém 60 kg de café limpo), 50 arrobas de algodão limpo e 25.000 sacas de arroz num ano. O grande problema no período inicial do núcleo Hirano foi o fato de os imigrantes serem totalmente inexperientes na exploração das matas virgens (Figura 33, p. 93). O conceito de que conseguindo colher pelo menos o arroz para seu sustento o japonês pode suportar qualquer dificuldade, levou-os a plantar arroz nas baixadas próximas das margens do rio, mas ninguém sabia que estas áreas eram propícias à transmissão da malária. Embora a desnutrição fosse fatal para o paciente da malária, não comiam alimentos que possuíssem proteínas, nem vegetais.

A Colônia que, na ocasião de comemoração dos 100 anos em 2015, estava reduzida a 12 famílias, entre as décadas de 40 e 50, em pleno auge, chegou a somar próximo de 300 famílias.

Na Colônia Hirano foi construído um dos primeiros templos budistas, informa Fábio Yamashita, descendente de uma das mais antigas famílias do núcleo. Depois, em 1950, no mesmo local da antiga construção inteiramente de madeira, foi levantado outro maior, com grande parte em madeira, usando a tradicional técnica japonesa de encaixe, sem o uso de pregos e outros metais.

Figura 36 - Colonos do Núcleo Hirano

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa (2008)

Além disso, o altar é suntuoso e as cores douradas contrastam com o tom branco das capas e dos *zabuton* (almofadas) colocados nas cadeiras de madeira.

Fábio Yamashita conta que desde o início do ano, a comunidade local com, a colaboração de representantes de várias entidades, trabalham intensamente para os preparativos desta comemoração. Nesse aspecto, tiveram como preocupação não somente os reparos e a limpeza nas instalações do Templo, como também a ampliação da sede da Associação Cultural Agrícola e Esportiva de Cafelândia, localizada ao lado, e as obras de manutenção do monumento aos pioneiros e do cemitério local. “É nosso costume promover uma grande comemoração a cada dez anos e desta vez foi uma ocasião especial”, explicou. (OI, 2015)

A Colônia Hirano, atualmente, está reduzida a apenas 9 famílias, conforme publicação da cerimônia em Cafelândia reverenciando os 100 anos do falecimento de Humpei Hirano no Jornal Nippak (SHIGUTI, 2019)

3.2 A Vila Cotia e a Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC

Para iniciar a história da Vila Cotia e a Cooperativa Agrícola de Cotia primeiramente se faz necessário apresentar o mais antigo personagem da história da imigração japonesa no Brasil: Teiji Suzuki.

Suzuki, em 1906, viajava em direção ao Chile em busca por condições melhores de vida e por sua vez encontra-se a bordo com Ryo Mizuno, o idealizador da imigração japonesa no Brasil. Mizuno o convenceu a vir para o Brasil em sua companhia, na ocasião do encontro, Mizuno planejava enviar emigrantes japoneses para o Brasil. O Relatório Sugimura o havia empolgado, fundou assim uma empresa em Tóquio: a Companhia Imperial de Colonização, contudo não tinha experiência no ramo e nem capital para tal façanha. Apesar de tudo, resolvera ir para o Brasil para concretizar o negócio e embarcara naquele navio rumo a América do Sul. Mizuno na embarcação apresenta uma cópia a Suzuki do Relatório Sugimura, que o convenceu a ser o pioneiro dos imigrantes no Brasil. Segundo Toyama (2015). Os dois desembarcaram no Chile e atravessaram a Cordilheira dos Andes no lombo de um burro segundo

A dupla chegou a São Paulo no início de abril de 1906 e foram recebidos por Carlos Botelho, secretário de Agricultura, e sua equipe. Eles demonstraram interesse e providenciaram visitas às maiores fazendas de café da região de Ribeirão Preto, cortada pela Estrada de Ferro Mogiana. Enquanto isso, o governo paulista, analisava cuidadosamente a proposta de Mizuno, e concluía que era preciso modificar a legislação para poder receber os imigrantes japoneses, assim como precisavam analisar o desempenho dos orientais na lida com a lavoura, assim Teiji foi utilizado como cobaia na Fazenda Monte Alegre do Coronel Francisco Schimidt, com 16 milhões de pés de café distribuídos em 700.000 hectares. Suzuki trabalhou para adquirir experiência, familiarizando-se com a vida nas lavouras do Brasil e, assim, preparar-se para receber os imigrantes a que aludira Mizuno (PADILHA, 1989).

Suzuki deixou a fazenda, mudou muitas vezes de trabalho e de domicílio. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial foi para São Paulo, estabelecendo-se com uma fábrica de brinquedos de madeira, da qual logo desistiu por falta de perspectivas no negócio.

Voltou para o interior e desta vez se fixou em Capela Velha, distrito de Paranaíba a 50 km da Capital, levando consigo um grupo de 8 jovens solteiros, dedicando-se ao cultivo de batata e cebola, mas devido ao solo não adequado desistiu do negócio. Pouco tempo depois, Suzuki e seus companheiros, em agosto de 1914, seguem para Moinho Velho. Foram com ele: Minoru Namba, Jihei Takakuwa, Jehei Harami e Suez Suzuki, seu irmão.

Precisando de gente mais experiente para o cultivo Suzuki procurou Umpei Hirano na Fazenda Guatapar, que lhe indica a família de Kurakichi Morita, precedente de Kochi, e logo depois com o término de contrato de trabalho na Guatapar, foram para Moinho Velho as famílias de Ryuma Hosoki, Massaharu Matsuoka e Komatsu Kenshima, também de Kochi e conhecidos de Morita.

O assentamento dos colonos por ordem cronológica aconteceu conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Nomes de Imigrantes que foram para Cotia e ano de entrada

Mês/Ano	Nomes Imigrantes
Agosto/1914	Tejiro Suzuki, Genzo Kayano, Mokuhei Kambara, Minoru Namba, Jihei Takakuwa, Sehei Harami e Suez Suzuki
Dezembro/1914	Kurakichi Morita
Janeiro/1915	Ryuma Hosoki, Jintaro Nakamura, Yoshiharu Nomura, Moichi Matsuoka
Abril/1915	Masaharu Matsuoka, Massahachi Matsuoka, Komatsu Kenshima, Tokie Nakano
Mai/1915	Kameichi Yamashita, Sogoro Honda, Hiroshi Idemitsu, Saburo Sanematsu, Hiroshi Mariya, Kosaku Egushi, todos de São Paulo
Agosto/1915	Massuji Yano, Hidema Mizoguchi, Toshiharu Nishimura, Masami Yano, Masayori Chikami, Tsurukichi Itami, Kikujiro Mimoto, Ueji, Yoshimoto, Susumu Uemura, Rikima Nishimura, Fuzaya Nishimura e seu filho Katuki Nishimura, Yoshimoto, provenientes de Guatapar, com apoio de Hosoki, e Yoshimoto que veio de Piracicaba
Novembro/1915	Ryotaro Shimomoto, Kenkite Shimomoto, Ken Massaki, Takei Satomi, Takechiyo Satomi, Kinnossuke Ueda, Sadomu Takaoka, Kenji Ueno, Yoshizo Kussaka, precedentes de Boa Vista e Piraju, com o apoio de Morita
1916	Santaro Okamoto, Torahari Yoshimoto e Satoro Oka
1917 a 1920	Cinco a seis famílias a cada ano
1921	Matsunosuke Kira, Ushima Kira, Harema Inoue, Chosaku Nakashima, Kameji Satomi, Yoshime Terada
1923	Mais de 40 famílias, algumas do Japão

Fonte: Padilha (1989)

Em 1928, já atingia a 200 o número de famílias estabelecidas e a maioria dos imigrantes de Cotia, no entanto, continuava originária de Kochi.

Voltando um pouco no tempo, em 1916, com o cultivo de batatas, os colonos fundaram a sua Associao da Comunidade Japonesa e começaram a pensar então na formao de uma sociedade cooperativa que lembrava sua atividade no Japão, mas devido a ideia ainda estar “verde”, resolveram não arriscar e pôr tudo a perder por inexperncia.

Em 1922, numa reunião a ideia da cooperativa voltou à tona, mas havia, então uma preocupao mais imediata, o uso de um caminhão para o transporte das batatas. O Caminhão foi adquirido e passaram a dedicar-se diuturnamente ao serviço de transporte, substituindo os carros de bois e o serviço de tropeiros.

Em 1924, considerando o apoio que o Consulado Japonês de São Paulo sempre prestara à comunidade, resolveram solicitar-lhe ajuda para a construção de um depósito em Pinheiros para as batatas, tendo obtido do cônsul, Kazu Saito, uma promessa de subvenção.

Aumentava a área de plantio e, com ela, a colheita. Em 1926, estimava-se em 70 o número de caminhões existentes, numa proporção já satisfatória de um veículo para cada duas famílias. O consumo de adubos, nos meses de julho, agosto e setembro chegara a 21 mil sacos, num valor superior a 1 mil e 6 contos de réis. E a produção atingiria 110 mil sacos.

No dia 11 de dezembro de 1927, é fundada a cooperativa de Cotia, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S.A. com 83 sócios. A data é uma referência à data oficial da entrada de documentos de registro.

Em 19 de dezembro de 1932, o Governo Federal baixou um Decreto-lei nº 22.239, que se constituiu no primeiro diploma básico do cooperativismo no Brasil, regulando a constituição, a administração, o funcionamento e no geral a vida das sociedades cooperativas. Adaptando-se à nova legislação, a cooperativa realizou em 20 de agosto de 1933 uma Assembleia Geral Extraordinária, na qual alterou seu contrato social, mudando sua denominação para COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA, ampliou a área de ação, que até esse momento era limitada à capital do Estado e sua periferia, permitiu a participação, na sociedade, de produtores de outras culturas e plantou praticamente as três colunas mestras do desenvolvimento da sociedade: Comercialização – Compras – Crédito.

4 AS COLÔNIAS DO PERÍODO PÓS-GUERRA.

Entre as colônias sob a administração direta da JAMIC, tem-se: Tomé-Açu II, inaugurada em 1963, no Pará, Várzea Alegre inaugurada em 1959, no Mato Grosso do Sul, Funchal inaugurada em 1961, no Rio de Janeiro criada para absorver os desempregados das mineradoras Bibai e Miike, Jacareí inaugurada em 1961, em São Paulo e Guatapará inaugurada em 1962, também em São Paulo, que se trata do objeto de estudo desta pesquisa.

Dentre as colônias acima, a Colônia Várzea Alegre, que não havia sido suficientemente examinada, tinha o solo pouco fértil e os imigrantes que nela ingressaram foram submetidos a tempos difíceis, sendo elevado o número de japoneses que abandonaram a colônia.

Antes que as terras da Colônia Guatapará fossem compradas pela Confederação Nacional de Agricultura e Colonização “Zentakuren”, subordinada ao Ministério da Agricultura, com o dinheiro oferecido por sete províncias distintas, o solo já havia sido submetido a um tratamento prévio, feito por técnicos japoneses. Se, por um lado, não houve problemas na parte financeira, por outro o melhoramento do solo não trouxe os resultados desejados.

A JAMIC também era responsável pelo trato dos imigrantes destinados às colônias onde predominava a agricultura independente construídas pelo governo federal ou pelos governos estaduais. A construção das colônias, o trato dos imigrantes, o financiamento das atividades agrícolas e a liderança eram responsabilidade do Brasil, que nem sempre cumpria com suas obrigações. Como resultado disso, muitos imigrantes sofreram e o número de indivíduos que abandonavam as lavouras era constante.

4.1 JAMIC – Estrutura e Funcionamento

A imigração japonesa teve início no ano de 1868 com o encaminhamento dos primeiros imigrantes agricultores para o Havaí, desde então, foi feita a promoção de emigrantes para os Estados Unidos da América e para a América Latina, sendo o primeiro país a recebê-los foi o Peru em 1900. Quando o Conselho de Emigração, órgão consultor do gabinete do Primeiro Ministro, recomendou em 1962 a união das entidades Federação de Associação Ultramarinas do Japão e a Companhia Pró Fomento de Emigração Japonesa para melhor atender e simplificar o serviço emigratório a política de emigração do Japão. (PESSINI, 1980)

A GAI IJYU JIGYO DAN (Serviço de Emigração do Japão), órgão de serviço à emigração do Ministério das Relações Exteriores do Japão, objetivava estreitar laços e colaborar com vários países, e o faz abrindo agências e sucursais no exterior. Em julho de 1964, foram estabelecidos escritórios do serviço de emigração em cada prefeitura e distritos do Japão, servindo como órgãos de prestação de serviços constantes a emigrantes, dentro e fora do país, disposto a atender a todos os serviços relativos à emigração.

No Brasil, os serviços emigratórios serão promovidos pela JAMIC – IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO LTDA. E JEMIS – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA S.A., estas entidades são como duas empresas brasileiras, duas pessoas jurídicas brasileiras, e como tal acatam a legislação vigente no país, ambas representam o Serviço de Emigração do Japão, por outro lado é também uma entidade migratória reconhecida pelo acordo de Migração e Colonização entre Brasil e Japão, ou seja, a KAIGAI tem por finalidade indicar as direções necessárias para a emigração ultramarina dos japoneses e providenciar os meios necessários para a radicação definitiva dos mesmos, dentro das leis e disposições dos países receptores, através dos seus órgãos representativos e agências instaladas dentro do país.

Cabe salientar que as despesas necessárias para realizar as atividades deste serviço, são financiadas totalmente pelo governo japonês. Assim, nos locais adquiridos pela JAMIC, para o desenvolvimento de colônias, quer no Brasil, quer no exterior, existe um financiamento de uma agência representativa da emigração japonesa, pronta a receber o imigrante e administrar as atividades da colônia.

No Brasil, eram os seguintes escritórios de administração existentes:

- São Paulo: Administração da Colônia Guatapará; Administração da Colônia de Várzea Alegre; Administração da Colônia de Tietê; Centro de Emigrantes Técnicos em São Paulo; Escritório em Londrina
- Belém: Agência de Manaus; Administração da 2ª Colônia Tomé-Açú; Instituto Experimental da 2ª Colônia de Tomé-Açú.
- Pernambuco: Escritório em Recife; Porto Alegre: Escritório em Ramos

As colônias situadas até 1980 no território brasileiro eram as seguintes, segundo Pessini (1980, p. 56): Taiano; Bela Vista; Efigênio Sales; Monte Alegre; Campo Verde; Matapi; Acará; Gurma.

A aquisição de terras pelo emigrante era realizada através de contrato de prestações anuais, que eram quitadas periodicamente, ou seja, 10% na assinatura do contrato e o restante em 9 prestações, durante 9 anos. Nos primeiros 4 anos, o colono assumia o período de carência

com a responsabilidade de pagamento de juros sobre o valor do terreno a ser pago. Depois dos quatro anos passados iniciava-se o resgate do capital. Nada proibia a aquisição do lote à vista com quitação total caso o imigrante viesse já com condições financeiras que atendesse a demanda (PESSINI, 1980).

O Japão objetivava os seguintes pontos segundo Pessini (1980, p. 61):

- No Japão: Realizar pesquisas e divulgações dos conhecimentos sobre a emigração ultramarina; atender as consultas e prestar serviços de assistência relativos à emigração; proporcionar treinamento e instruções aos emigrantes; oferecer alojamento, transportes e outras facilidades aos emigrantes na ocasião de sua translação.
- Nos países, tais como: Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, República Dominicana, E.U.A. e Canadá, para onde se destinavam os emigrantes, os objetivos eram os seguintes: Atender, consultar e orientar os emigrantes sobre suas atividades e problemas referentes às condições de vida em geral; Oferecer aos emigrantes facilidades em ajuda necessárias para a sua radicação definitiva; Aquisição de glebas de terras para formar colônia, construção de obras públicas, administração e transferência dos lotes de colonização; Dar facilidade de crédito aos emigrantes e às entidades organizadas por eles que se dedicam à agricultura, pesca e indústria; Realizar todas as atividades correspondentes aos assuntos acima mencionados

À JAMIC eram designadas outras funções, como colocação de profissionais, como técnicos industriais, engenheiros, entre outras profissões para o desenvolvimento em concomitância com os dois países assegurados pelo “Decreto-Lei nº 941 de 13/10/1969” e “Acordo de Migração e Colonização entre Brasil e Japão de 14/11/1960. (PESSINI, 1980)

4.2 As Novas Colônias e a Cooperativa Agrícola de Cotia

A Companhia Promotora de Imigração para o Exterior adquire em 1957, em Várzea Alegre, no Mato Grosso do Sul, na região de Campo Grande, uma primeira área. Desta que era distante demais de suas bases, a Cooperativa não participou, por considerar inviável estender até lá um suficiente sistema de apoio logístico a seus jovens cooperados. Em 1958, a mesma Companhia abre o loteamento rural de Guatapará, no município de Ribeirão Preto, apenas 280 km ao norte do Estado de São Paulo, numa baixada fértil do Rio Mogi-Guaçu, área apropriada

para a rizicultura, a Cooperativa Agrícola de Cotia não titubeou e logo teve participação fundamental no processo. (PADILHA, 1989)

Kenkite Simomoto, membro importante da Cooperativa Agrícola de Cotia, já conhecia essa área desde há um ano em visita acompanhado de Mamoru Hirakawa, ex-Ministro da Agricultura no Japão ao Brasil. Já era sabido de suas adequadas condições ambientais e não tinha dúvidas quanto à conveniência de seu aproveitamento.

Segundo Padilha (1989, p.106):

Esse loteamento era uma das seis fazendas que haviam acolhido, em 1908, os imigrantes do Kasato Maru. Fora objeto, já, de uma tentativa de colonização por parte de Umpei Hirano, malograda em parte pela falta de recursos financeiros, e em parte por ter ele contraído malária, o que o impossibilitou de continuar lutando por seu projeto.

Guatapar, através de Hirano passara a se constituir num centro de formação de produtores para as lavouras de batata de Moinho Velho na região de Cotia, dezenas de famílias, dentre as quais as de Morita e Yano, se deslocaram por volta de 1914, para o núcleo de Cotia, vindo a colaborar decisivamente para a criação da Cooperativa Agrícola de Cotia, sendo assim, Guatapar figura mesmo indiretamente em suas origens.

Mamoru Hirakawa resolve estabelecer em Guatapar um polo de desenvolvimento agrícola e para tanto solicita a colaboração e ajuda da CAC, e foi além, arrecadou fundos junto aos amigos e foi para o Japão. Junto às associaoes agrícolas daquele país e junto ao seu Ministério da Agricultura, consegue apressar a constituição da Zentakuren – junção das iniciais Zenkoku Noogyou Takushoku Kyodo Kumiai Rengokai, a Sociedade Civil Jatak do Brasil, em 07 de novembro de 1957 no Japão.

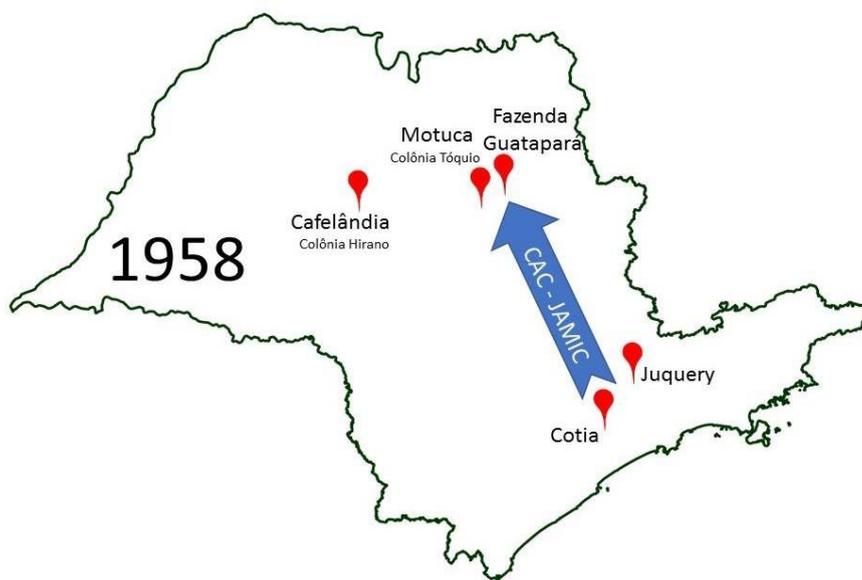
A Zentakuren se destinava a auxiliar empreendimentos de colonização no Brasil, recrutando imigrantes no Japão e buscando para eles, em colaboração com a Kaykyoren¹³, colocação em lugares apropriados a seus destinos.

A Companhia Promotora de Imigração para o Exterior adquiriu parte da Fazenda Guatapar em 1958 (Figura 38, p.104) e deu início ao reforço de barragens que haviam sido

¹³ KAIKYO-REN, um órgão vinculado ao Governo Japonês para impulsionar a imigração, fundado em janeiro de 1954, a Kaikyo-ren e a Kaigai Iju Kyokai depois serão unificadas e se tornarão a JAMIC (rgo do governo japonês que auxiliava os imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil) e a JEMIS, que posteriormente passou a ser conhecida como JICA (Japan International Cooperation Agency). (SOARES, 2008)

construídas nas margens do Rio Mogi Guaçu, para tornar possível o cultivo de arroz no brejo, sob um sistema de drenagem combinado com irrigação (Figura 37).

Figura 37 - Cooperativa Agrícola de Cotia e JAMIC buscam área para instalação de um núcleo colonial do Pós-Guerra



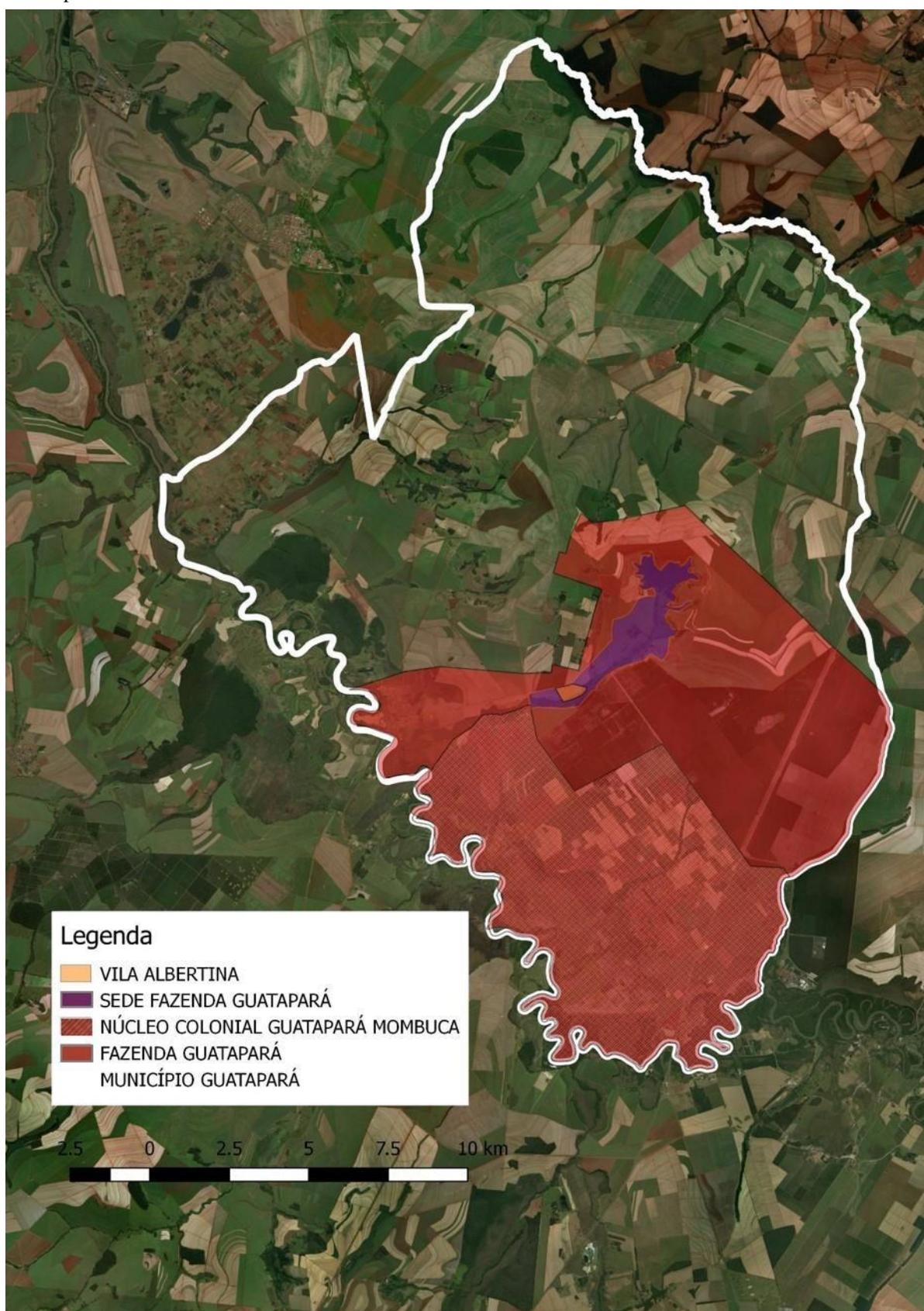
Fonte: Autora (2019)

A Kaikyoren em 1963 se funde com a Companhia Promotora de Imigração para o Exterior, se encarrega do envio de imigrantes, e a Zentakuren, de supervisionar a implantação do projeto, que ficou a cargo de uma comissão formada por representantes das três entidades. No Brasil, essa comissão ganhou mais um representante, o da Cooperativa e a comissão confiou a execução do projeto à JAMIC, agente da Companhia de Imigração e Colonização, entidade vinculada ao governo japonês, voltada para realização de atividades de colonização no Brasil

A JAMIC, em abril de 1961 criou outra comissão que foi denominada “Conselho Guataparã”, com representantes da Zentakuren, da Kaikyoren e da CAC, para em nome dela, conduzir os trabalhos.

A Zentakuren instalou, então, uma fazenda modelo, destinada à orientação dos imigrantes e ao treinamento de estagiários agrícolas, concretizando a aspiração de Mamoru Hirakawa, cujo o propósito era trabalhar para o desenvolvimento agrícola dos dois países, Brasil e Japão, independentemente de qualquer proveito pessoal.

Figura 38 - Localização no Núcleo Colonial Guataparà à sede da Fazenda Guataparà e a extensão da mesma no município de mesmo nome



Fonte: Elaborado pela autora no QGis, dados IBGE (2018)

Ficou sob a competência da CAC, no esquema consertado dentro do Conselho Guatapar, construir 113 casas, aceitar todos os colonos como associados, instalar escritório no local para proporcionar-lhes serviços de financiamentos, de compras e de comercializao de seus produtos, além de orientá-los na área dos serviços de transporte, armazenamento e industrializao que viessem eles próprios a executar, e de assisti-los em suas atividades ligadas à educao e  cultura.

Por causa da demora na instalao das obras da barragem os imigrantes começaram a chegar a partir de 1962.

Segundo Padilha (1989, p.108):

“Quando o sistema de drenagem, que incluía uma bomba de 3.000HP, movida por motor de óleo diesels, foi inaugurado, além de dezenas de autoridades federais e estaduais presentes, ali esteve, interessado e exultante, o próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.”

A CAC cumpriu com sua parte no combinado e instala o Depósito Regional de Guatapar, mas a lavoura de arroz não obteve sucesso inicial pelo fato de não haver sido concluída a rede de drenagem, entrando mais uma vez em ao a figura de Hirakawa, então vice-presidente da Zentakuren, que acompanhava atentamente, do Japão, o desenvolvimento desse projeto, segundo Ofício encaminhado ao Embaixador Walter Moreira Salles, Ministro da Fazenda pelo Sr. Tomotsune Ohta, sócio gerente da JAMIC, (Anexo D):

Logo que obteve a autorizao para a entrada dos imigrantes japoneses ao local, foi iniciada pela "Jamic" a realizao de obras de melhoramentos, principalmente a construo de um dique na parte baixa da fazenda supracitada, com as seguintes dimensões: 28 metros de largura na base, 5 metros de altura, 4 metros de largura na parte superior e 9 quilômetros de comprimento. O dique que está sendo construído com trabalhos incessantes, tem nesta data mais ou menos 80% construído e deverá ser terminado em breve tempo. É um dique indispensável tanto para irrigao como para o escoamento das águas da parte baixa e abandonada. A par da construo do dique, foram iniciadas as obras de base para instalao de duas bombas de irrigao[...]

4.3 A JAMIC no Núcleo Colonial Guatapar – Mombuca

Segundo dados colhidos na Associao Agro Cultural e Esportiva Guatapar, a JAMIC optou pela região de Ribeirão Preto para estabelecer um novo núcleo de colonizao porque já havia conhecimento sobre a Fazenda Guatapar ter recebido grande número de imigrantes japoneses de 1908 até 1923 para o trabalho na colheita do café e que devido às epidemias de malária e outras doenças se deslocaram para outras localidades: Cotia, Motuca e Cafelândia.

As características da área de várzea do Rio Mogi-Guaçu muito se assemelham às áreas de rizicultura no Japão, portanto foi pensado no desenvolvimento desta cultura após a reforma agrária e que sucedeu à Segunda Guerra Mundial.

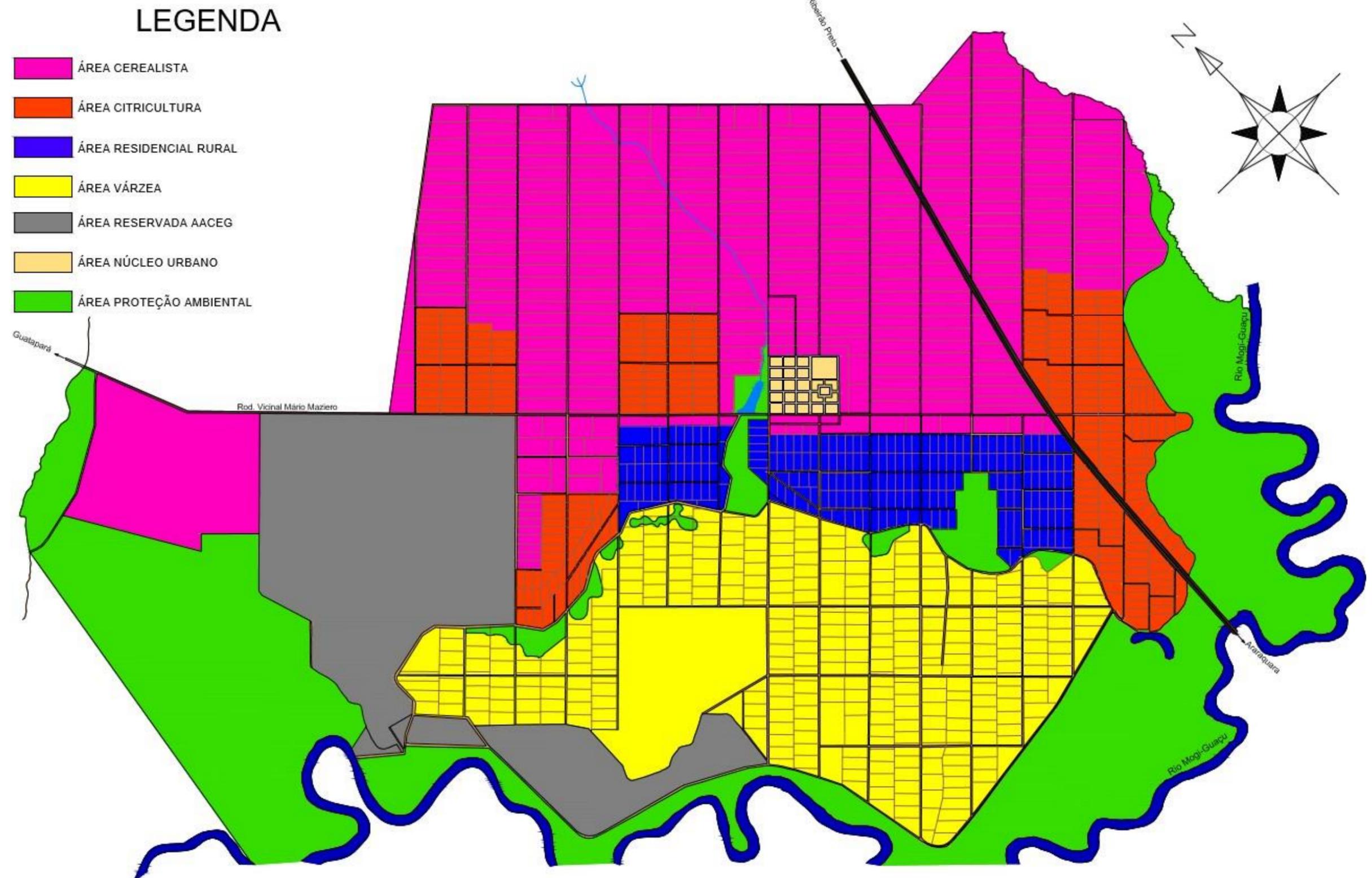
O plano de colonização de Mombuca (Figura 39) partiu de uma Federação de Cooperativa japonesa, mas a implantação foi transferida à JAMIC, pois já possuía *know how* na administração de algumas colônias e equipamentos especializados nas execuções (Figura 40, p.107).

Figura 39 - Recorte revista "Visão" de 19 de janeiro de 1962 (Anexo C)



Fonte: Dossiê -PL 4745-1962 (Anexo F)

Figura 40 - Projeto de Implantação do Núcleo Colonial Guatapar - Uso do Solo



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela AACEG

Para desenvolver o projeto de melhoramento do solo, técnicos do Japão foram convocados para implantar uma tecnologia própria japonesa, destinada à cultura do arroz, laranja e cereais como o milho e o feijão. A propriedade de Mombuca foi subdividida (Figura 40, p.107) em lotes a serem adquiridos pelos imigrantes seguindo classificação de acordo com a finalidade de cultivo e tipo de solo, somando 1236 lotes:

350 lotes na região cerealista;

270 lotes na região laranjal;

312 lotes na Várzea;

249 lotes na região Residencial;

55 lotes outras localidades

A JAMIC da instalação da colônia até 1980, já havia realizado os seguintes benefícios na localidade segundo Pessini (1980, p.76-77):

3 poços artesianos com profundidade de 130 metros cada um;

2 prédios para posto de saúde;

1 prédio para futura delegacia;

1 campo de baseball;

1 prédio para escola;

2 residências para professores;

1 salão de reuniões e de festa;

1 prédio para a Associação Cultural;

2 prédios para grupo de jovens;

120 km de estradas;

9 km de diques;

33 km de canais de irrigação;

40 km de canais de drenagem;

Estação de bombeamento para irrigação;

13 pontes de concreto armado;

100 bueiros e sifões;

A JAMIC em Mombuca também possuía até o citado ano os seguintes maquinários:

02 colhedeiças;

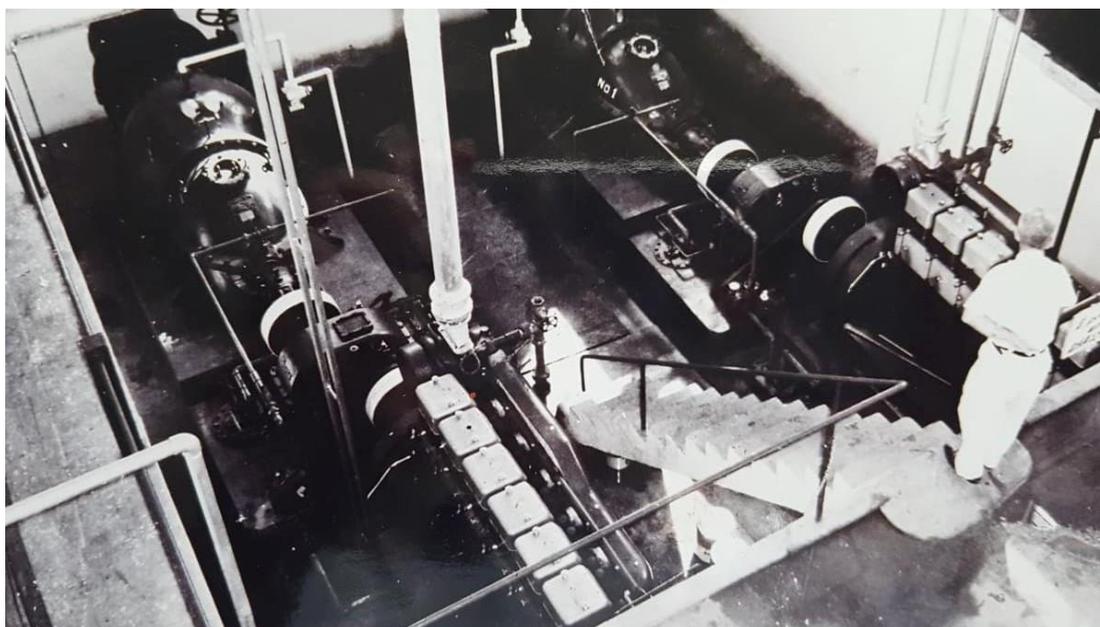
02 tratores esteira;

04 tratores com arado, grade, adubadeira e roçadeira;

02 caminhões basculantes;

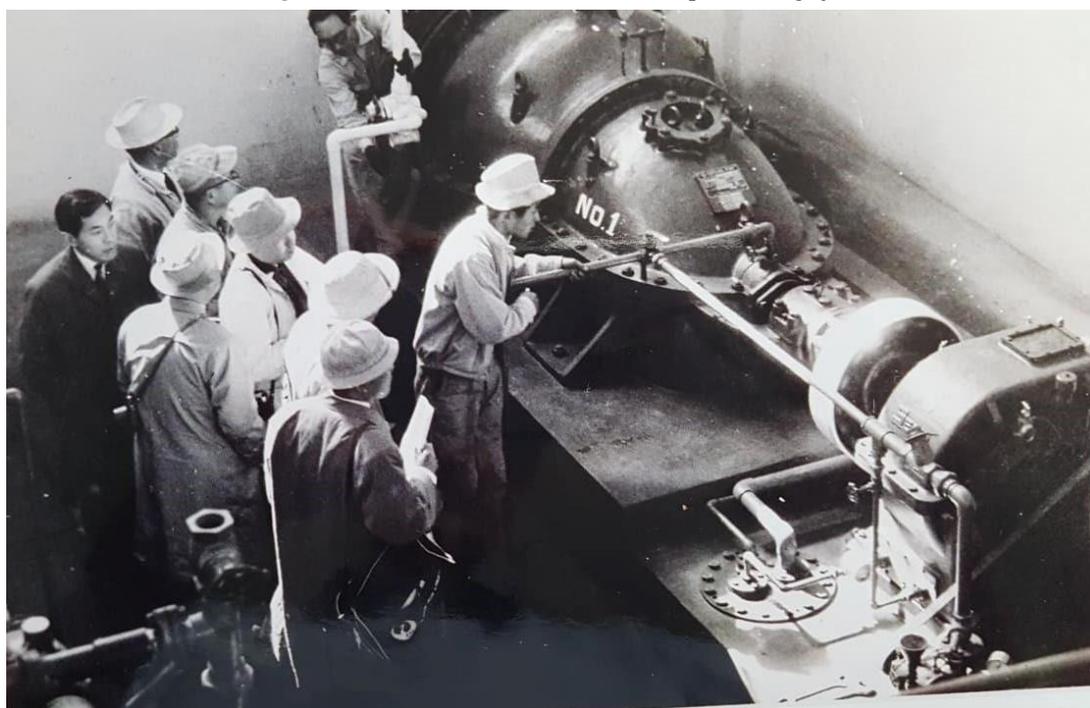
01 carregadeira;
02 scavadeiras para limpeza de canais da várzea;
02 bombas gigantescas para uso de irrigação e drenagem (Figuras 41,42) (Anexos D e E);

Figura 41 - Bombas instaladas para irrigação e drenagem da várzea do núcleo



Fonte: AACEG (2019)

Figura 42 - Bombas em funcionamento para a irrigação



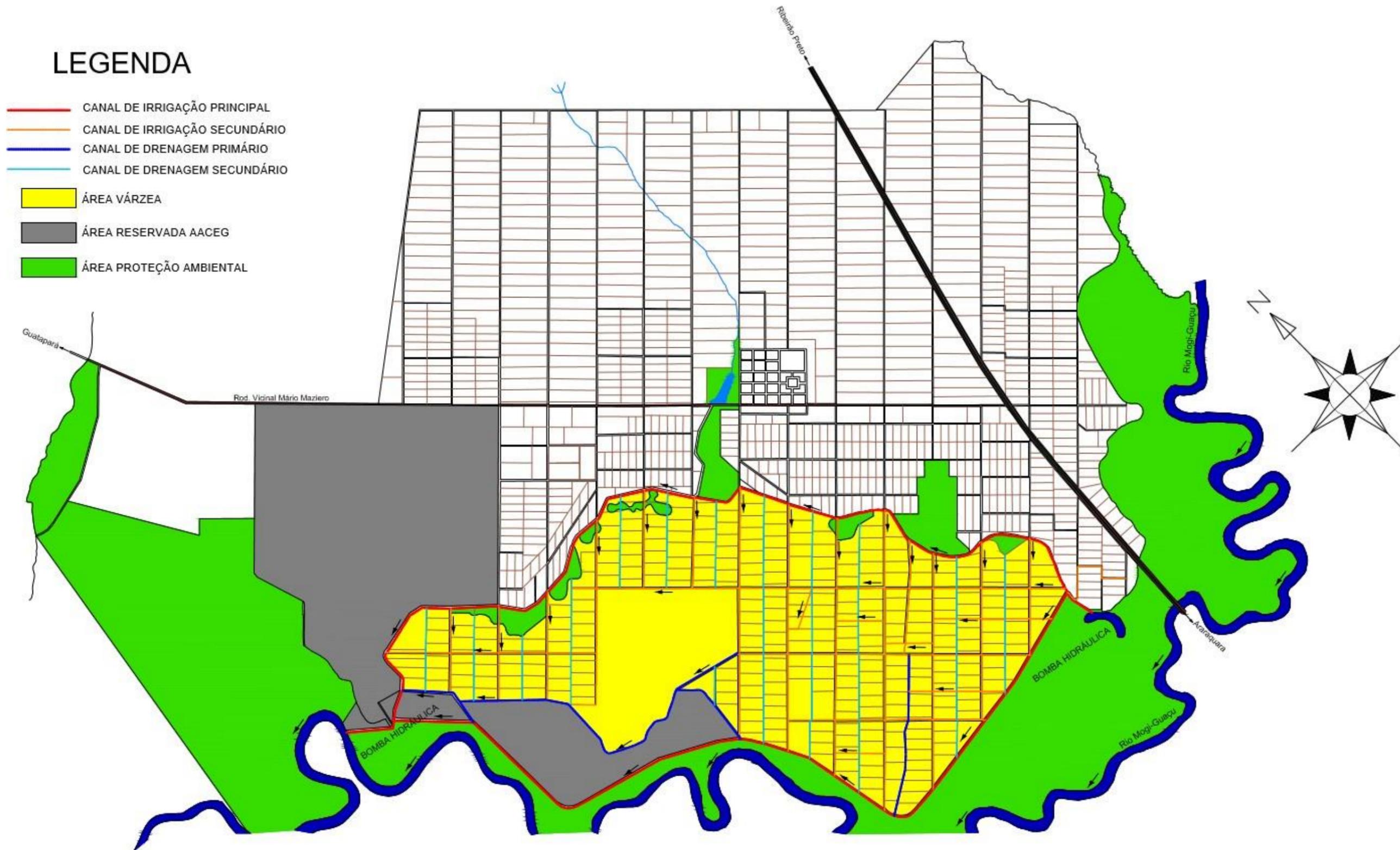
Fonte: AACEG (2019)

Figura 43 - Imagem aérea sentido Oeste-Leste 1979



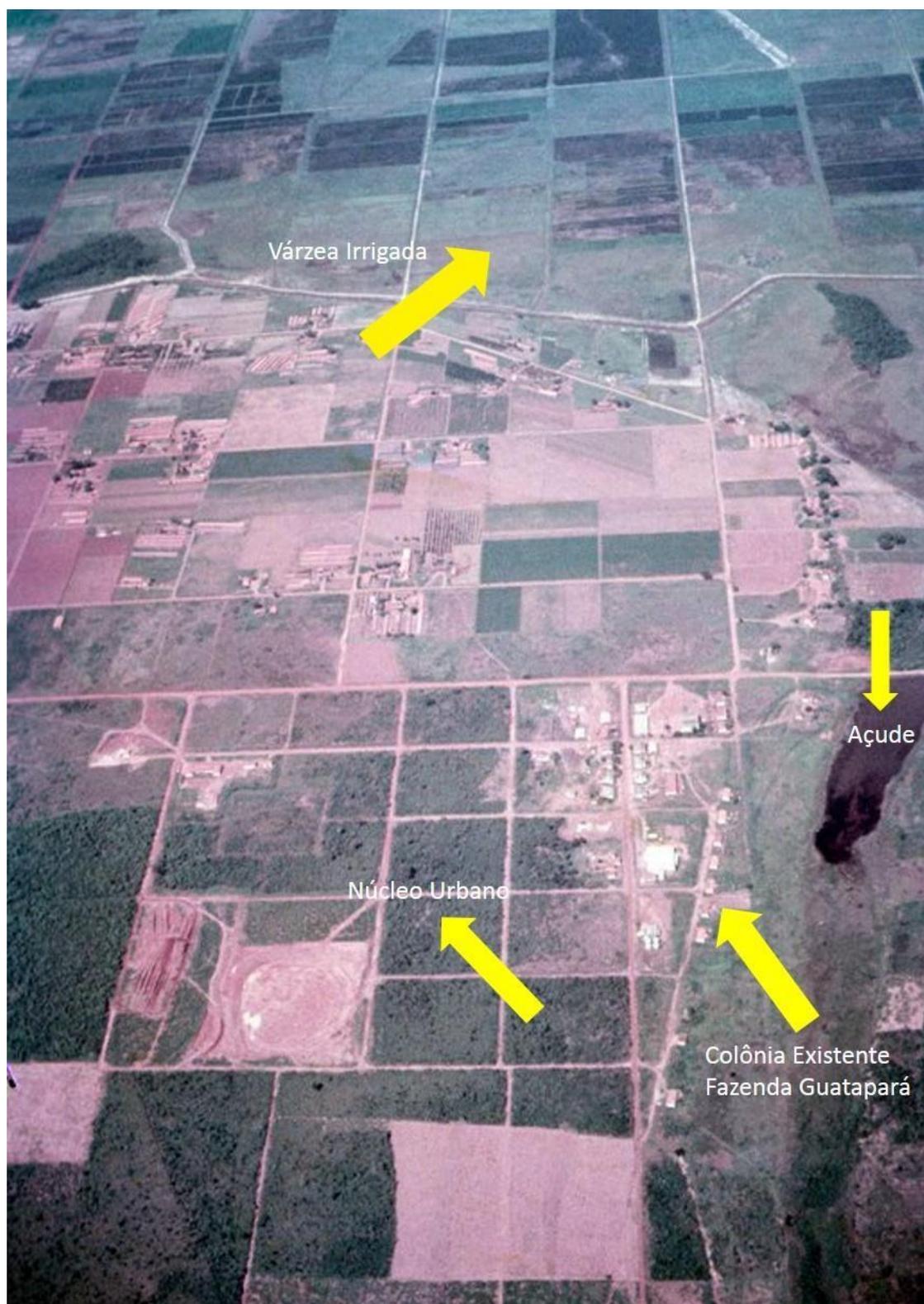
Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Figura 44 - Sistema de Irrigação Planejada realizado no Núcleo



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela AACEG

Figura 45- Imagem aérea sentido Norte-Sul 1979



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

4.3.1 A Criação da Colônia Guatapar aos olhos de Yasuo Kondo

A cada 10 anos de comemorao de aniversário da Colônia Guatapar, a Associao Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, a qual representa a comunidade associada de Mombuca, um livro  lançado em Japonês e Português.

Em 2012, no aniversário de 50 anos de estabelecimento da Colônia Guatapar, um texto de Yasuo Kondo foi publicado sobre a história de criao da colônia que apresenta detalhes memoráveis que serão apresentados a seguir.

Antes é preciso apresentar quem foi Yasuo Kondo. Graduado em Economia pela Universidade Imperial de Tkio, em 1928, trabalhou como repórter do jornal Jiji Shimp e emigrou para a Manchúria, onde foi diretor geral do Centro de Treinamento e Colonizao e do Destacamento de Milicianos da Manchúria - Mongólia (Manmo Kaitaku Giyugun Kunrenjo). Depois da guerra, foi colono da região de Sagamihara, na província de Kanagawa, e ocupou os cargos de presidente da Cooperativa Agrícola, chefe de comissão na Liga dos Colonos Agrícolas do Japão (Zenkoku Kaitakusha Renmei) e diretor da Zentakuren, o mesmo faleceu no ano de 2004

Segundo o texto de Yasuo Kondo na publicao (2012), a Colônia Guatapar foi concebida logo após um encontro entre o então presidente da Zentakuren, Mamoru Hirakawa, e Kenkichi Shimomoto,  época diretor geral da Cooperativa Agrícola de Cotia. Hirakawa, que participara das comemoraes em homenagem aos trinta anos de fundao da Cooperativa Agrícola de Cotia, na condio de representante das cooperativas do Japão, reuniu-se com Shimomoto e, ao final do encontro, ambos concordaram quanto aos benefícios de se construir uma colônia modelo unindo as forças das cooperativas agrícolas.

Para levar a cabo a criao desta colônia tão singular segundo Kondo, a Zentakuren selecionaria, dentre um grupo de agricultores de médio porte recomendados pelas cooperativas japoneses, aqueles que tivessem um capital considerável para investir e que estivessem interessados em administrar uma propriedade de grandes dimensões no Brasil, comprometendo-se a apoiá-los mesmo financeiramente. Enquanto isso, a Cooperativa Agrícola de Cotia, sendo possuidora de vasta experiência no Brasil, ficava responsável pela escolha das terras, pelo recebimento e pelo encaminhamento dos imigrantes, e pela orientao em assuntos de ordem prática.

A Fazenda Guatapar foi escolhida pela Cooperativa Agrícola de Cotia como a localizao ideal para o empreendimento, a mesma possuía 15 mil hectares de terra, em seu período áureo chegando a produzir 300 mil sacas de café com 2,11 milhões de ps de café plantados; a região era suprida por estrada de ferro e os grãos eram transportados ao local de

secagem por via fluvial através de um sistema de canaletas em alvenaria que aproveitavam o declive do terreno. Principal fazenda modelo da América do Sul nas palavras de Kondo, a Fazenda Guatapar tinha moeda própria e contava com cinema, clube, associação e escola.

A medida que o cultivo do café foi entrando em decadência, os salários pagos aos trabalhadores foram caindo e a incidência de pragas agrícolas foi aumentando, a antiga fazenda-modelo também foi perdendo seu vigor: cortes foram sendo feitos e a terra começou a ser dividida.

Inicialmente, segundo relata, estava prevista a compra de cinco dos sete mil alqueires de área da fazenda, mas a falta de capital são permitiu a compra de três mil alqueires. O valor pago por cada alqueire foi de 15 contos de réis equivalente  cinco mil ienes, totalizando 261 milhões de ienes. A Zentakuren pediu então o apoio das federações das cooperativas agrícolas de cada província. Para que a emigração fosse possível, cada província devia tomar emprestados 4,8 milhões de ienes  sua federação de cooperativas de crédito e repassá-los  Zentakuren. Ibaraki, Yamagata, Nagano, Okayama e Saga contribuíram cada uma com esse valor; Simone e Yamaguchi contribuíram com metade do valor cada, sendo o valor total arrecadado suficiente para adquirir a terra. Uma vez comprada a terra, a Zentakuren decidiu enviar a Guatapar Yoichi Kakizaki, doutor em Agronomia e chefe da seção de orientação, e Toshio Matsutani, presidente da cooperativa dos aterros marítimos da província de Chiba, a fim de melhor conhecer o terreno e as condições climáticas, aprimorando ainda mais o projeto da colônia-modelo. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, 2017)

Com relação aos cerca de 1,5 mil hectares de terreno de várzea da região, por sugestão dos antigos proprietários, havia sido construído um dique de cerca de nove quilômetros de extensão às margens do rio Mogi-Guaçu a fim de conter as cheias, após o que vinte famílias de rizicultores da província de Nagano foram instaladas na região, tendo sido muito bem sucedido o plantio de arroz naquele terreno. Contudo, na época da colheita o leito do rio acabou extravasando e as margens do leito ficaram submersas. Durante a época das chuvas, o dique impedia o escoamento da água que ficava represada nas margens. Diante da situação, os rizicultores não tiveram outra saída senão circular pela área alagada em barcos para cortar diretamente as espigas do arroz. A vida foi ficando cada vez mais insustentável e o proprietário foi obrigado a desistir do cultivo nos trechos alagadiços. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, 2017)

Figura 46 - Parte da área alagada pelos canais de irrigação



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Segundo Kondo, no Brasil da época, ainda não existiam cursos de agronomia (sic) ou engenharia florestal nem especialistas nessas áreas. Na concepção dos idealizadores, as adiantadíssimas técnicas agrícolas e florestais do Japão, bem como a experiência adquirida ao longo do tempo, seriam suficientes para que se construíssem barragens e mecanismos de escoamento d'água (Figura 46). Com isso, seria possível cultivar um arrozal limpo e arejado no local. No período de chuvas, seria plantado o arroz; no período da seca, seriam plantadas ervas e verduras com ajuda de um sistema de irrigação. Assim, foi feita uma solicitação para que o técnico Takashi Natsuaki, de Mie, fosse enviado a Guatapará a fim de adiantar a execução das obras no local. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017)

Kondo (2017, p. 47):

Dentre as obras de engenharia a serem executadas no local, estavam a elevação do nível da barragem, ajustamento e construção de outros 4.8 km de barragens, a instalação de um mecanismo de drenagem com 80cm de calibre e 100 cavalos de potência, alongamento do canal de drenagem em 4.6km e a construção de 1.65 km de rampas. O custo total das obras ficou estimado em 288 milhões de ienes.

No total, estava prevista a introdução de 375 de imigrantes. Como, pela lei brasileira, um terço dos funcionários de qualquer estabelecimento deveria ter nacionalidade brasileira, 262

famílias seriam imigrantes (44 famílias por província) e 113 seriam recrutadas na própria região. Cada família receberia 12.5 hectares de terra (1.5 hectares para habitação. Três hectares de terreno de várzea, dois hectares para o plantio de cítricos e seis hectares para as demais culturas) As propriedades ficariam distribuídas entre quinze seções, a cada seção devendo abarcar 25 propriedades. As famílias de imigrantes seriam distribuídas em grupos de seis para cada província.

Kondo (2017, p.47) afirma:

As culturas deveriam se concentrar naquelas áreas onde a água fosse drenada. No tempo das chuvas, seria cultivado o arroz, enquanto que no tempo das secas seria cultivado o tomate (1/4 hectare), batata (1 hectare), cebola (1 hectare), adubação verde (3/4 hectare). Além disso, a área destinada a habitação deveria abrigar ainda uma criação de 500 frangos e 10 porcos.

O projeto geral e o projeto das obras de melhoria do terreno foram concluídos com êxito, mas a aprovação do governo para o empreendimento demorou a sair e o Ministério das Relações Exteriores do Japão também não efetuou a solicitação junto à Secretaria de Terras e Colonização do Brasil. O depósito para a compra do terreno também não foi aceito sob o pretexto de ter sido feito em moeda estrangeira, obstando-se por completo qualquer perspectiva de início das obras.

De janeiro de 1960 em diante foram realizados diversos encontros entre os representantes dos ministérios envolvidos e os líderes das principais organizações interessadas no Japão. Em junho do mesmo ano, os vice-ministros das Relações Exteriores, da Agricultura e do Tesouro Nacional chegaram enfim a um acordo e um memorando foi confeccionado, mas as diretrizes para o início do empreendimento conjunto entre a Zentakuren e a Cooperativa Agrícola de Cotia foram abandonadas e a coordenação do projeto foi transferida à JAMIC, até então sem nenhuma ligação com o projeto, que inaugurou uma seção especial para os assuntos ligados à colônia agrícola de Guatapará.

Adaptar-se às mudanças e seguir as novas diretrizes era o único caminho para se ver concluída a construção da colônia. Pelo menos num primeiro momento, o empreendimento parecia deslanchar; o governo brasileiro aprovou a construção da colônia, as obras começaram e teve início o recrutamento no Japão.

No memorando assinado pelos três ministérios, foi incluída uma cláusula que rezava: "o capital necessário à execução do presente projeto será fornecido pelo governo (sob a forma de subsídios), pelas companhias de emigração e pela Zentakuren", a fim de reduzir os custos ao emigrante potencial. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017)

Era ponto pacífico que o governo japonês dificilmente utilizaria o tesouro nacional para custear a realização de obras de melhoria em terras estrangeiras, mas, ao mesmo tempo, exigir que os próprios emigrantes arcassem com o montante de 288 milhões de ienes necessários à realização das obras era pouco praticável. Sem o subsídio, o empreendimento acabaria frustrado. Também era delicada a posição da Zentakuren, mas afinal, o Ministério das Relações Exteriores não tinha razão para se opor ao projeto já que o orçamento do tesouro nacional para o ano seguinte previa uma concessão excepcional de 120 milhões de ienes aos governos das províncias, acrescidos ao orçamento de 30 milhões das províncias para concessão de auxílios. Depois de muitos percalços, era como se o empreendimento da Colônia Guatapará pudesse enfim ver a luz do dia.

O ideal da Colônia Guatapará, que para ser realizado exigia não somente o controle das enchentes fluviais, a construção de mecanismos de irrigação e o combate à seca e à malária, mas também a criação de um modelo de manejo intensivo e permanente, passou a atrair os esforços de diversos técnicos e especialistas em agronomia e engenharia florestal. Muitas pessoas manifestavam o desejo ardente de ver realizado este ideal. Muitos técnicos, como o primeiro presidente do centro de operações de Guatapará, Kenji Shiraishi, dirigiram-se à Zentakuren e de lá vieram ao Brasil para supervisionar as obras. Outros, como um dos cônsules, que tinha formação na área de agronomia e engenharia florestal, e os jovens da seção de obras da Cooperativa Agrícola de Cotia ou do Kaihatsu Seinentai, também contribuíram altruisticamente para a conclusão dos trabalhos. O início das obras foi adiado devido às más condições de tempo no período das chuvas, mas os primeiros imigrantes foram enfim acolhidos a 12 de janeiro de 1962. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017)

A concepção original da Colônia Guatapará foi se espalhando para outras direções, e o esforço daqueles que lutaram pelo seu ideal enfim deu seus primeiros frutos: em janeiro de 1964, a colônia foi inaugurada com a presença ilustre do presidente Juscelino Kubitschek. No primeiro ano, chegaram à colônia 49 famílias de imigrantes, seguidas por outras 54 no ano seguinte, mas, como o empreendimento levou cinco anos para ser concluído, muitos daqueles que estavam na fila de espera acabaram se dirigindo a outras colônias como a de Jacareí. Com a recuperação da economia japonesa, muitos dos jovens recém-formados nas universidades foram rapidamente contratados. O regresso, em sucessivas levas, dos japoneses que haviam emigrado para a República Dominicana também contribuiu para o desaquecimento da emigração ultramarina, fazendo com que cada vez menos pessoas respondessem ao recrutamento. Das 262 vagas do projeto original, somente metade havia sido preenchida, não

restando perspectivas para ver todas as vagas ocupadas. Poucas pessoas respondiam ao recrutamento no Brasil por ser o capital inicial necessário muito elevado.

Figura 47 - Cultivo do arroz na várzea alagada pelo sistema implantado. 1979



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Se não havia interessados, as terras não eram vendidas e ficava impossível manter a colônia funcionando. Para evitar que a terra ficasse ociosa, a JAMIC propôs as seguintes medidas, segundo Kondo (2017, p.49):

O recrutamento no Japão seria encerrado em 1964; Aumentar o número de pessoas recrutadas no próprio Brasil; Limitar a quantidade de um lote por pessoa aos colonos já estabelecidos e aumentar a área cultivada; Implementar o cultivo mecanizado nas áreas não ocupadas.

Feito isso, a JAMIC exigiu que a Zentakuren adquirisse cem lotes; a Zentakuren adquiriu sessenta, e logo inaugurou sua própria fazenda, onde foi construído um centro de treinamento para jovens agricultores. De 1966 em diante, jovens da Notakkyo fixados no Brasil e jovens que haviam vindo na condição de aprendizes recebiam treinamento no local, e a partir de 1968 foi estabelecido um programa de educação que permitia que jovens que haviam estudado em colégio agrícola ingressassem na universidade.

Cada província fornecia um subsídio aos imigrantes, que consistia na concessão de 5,05 milhões de ienes por província para as obras de melhoria do terreno e 1 milhão de ienes para a compra de maquinário para uma usina de beneficiamento de arroz. Também foram dados

100 mil ienes para cada família para instalação de luz elétrica. Além disso, a província de Okayama ofereceu ainda 500 mil ienes para cada família a título de subsídio; a província de Yamagata ofereceu apoio na compra de tratores de pequeno porte para uso coletivo; a província de Ibaraki também ofereceu doações financeiras aos imigrantes; a província de Nagano vem oferecendo, desde 1992, 500 mil ienes por ano para a educação de língua japonesa na colônia. No edital de recrutamento para a Colônia Guatapará, era possível ver um esquema mostrando o projeto para o uso da terra. Havia 22 caminhos de terra ligando a parte alta às áreas de várzea,

cada um separado do outro por 500 metros. Até mesmo as demarcações da terra e os mecanismos utilizados no escoamento dos brejos encontram-se representados no mapa, como que sugerindo que os arrozais já estão em pleno vigor (Figura 47, p.118) (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017, p. 49):

As ilustrações do esquema, porém, representam somente o projeto; são como doces desenhados no papel, que por mais apetitosos que sejam não matam a fome de ninguém. A realidade era bastante diversificada, o mato tomava conta da terra, esperando para ser desbastado; a imagem era de uma região quase intocada pelo homem, a perder-se de vista na imensidão; Na paisagem, não se via um traço sequer de arroz sendo cultivado. (Figura 48, p.120)

Os imigrantes eram recrutados mediante a garantia de que, ao contrário do que acontecia em outras colônias, no edital do recrutamento não houvessem mentiras; que seria possível cultivar a terra de maneira segura e controlada. Contudo, logo após a chegada ao Brasil os primeiros imigrantes tiveram que se lançar ao trabalho numa área de brejo e por três anos seguidos estiveram à mercê de geadas fortíssimas, que não tardaram em destruir por completo os tomates e as batatas - estas espécies tão sensíveis à geada. No projeto geral da Colônia Guatapará, publicado pela Zentakuren, lê-se (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017, p. 51):

[...] não há tufões nem terremotos de qualquer espécie, e somente de vez em quando o granizo vem assolar estas terras num lugar ou outro. Raras vezes verifica-se o fenômeno da geada, que não obstante jamais produziu qualquer efeito negativo sobre as espécies cultivadas”.

Todo o plano foi concebido sob a premissa de que nunca os agricultores iriam se deparar com geadas. Kondo (2017) então pergunta: “De onde, afinal, surgiu este erro tão crasso? “

A resposta seria que, técnicos enviados para avaliar as condições do local passaram três anos na região e, durante este período, tiveram acesso aos registros de épocas anteriores, mas se enganaram com relação ao ponto mais crucial para o empreendimento. A época, não se plantava nada nas áreas alagadiças. Os técnicos ficavam alojados nas partes mais elevadas, e se limitavam a perguntar ao brasileiro que administrava as terras sobre os acontecimentos do passado. Não era possível entrar no brejo. Nos pontos mais elevados, não havia geada e o café era cultivado sem dano algum. A diretriz fundamental da Zentakuren, de que o recrutamento não podia ser feito calcado sobre mentiras, havia caído por terra, salienta Kondo.

Ainda de acordo com Kondo, também houve um grande equívoco na divisão das terras feita pela Zentakuren. Com o objetivo de fazer a divisão da maneira mais justa quanto possível às 375 famílias, a distância da área de habitação às áreas de brejo, plantio de cítricos e demais culturas devia ser tirada de “maneira justa”. Do ponto de vista da agricultura, não podia haver maneira mais inusitada de se tirar as medidas.

Vários anos depois de se instalarem na colônia, os próprios colonos organizaram uma comissão para se fazerem reajustes na distribuição das terras agricultáveis. Ao cabo de muito esforço, as opiniões dos colonos foram ouvidas e, no final, muitos moradores acabaram se mudando para regiões ermas de cultivo de variedades domésticas, lá construíram novas casas e criaram uma “segunda colônia” dentro da colônia original.

O principal fracasso segundo Kondo, que deve ser atribuído à JAMIC foi a interrupção abrupta das obras de melhoria do terreno, que restaram inacabadas. O número de lotes onde se conseguia fazer adequadamente a drenagem e a irrigação do terreno não chegava a um terço do total. Os mecanismos de drenagem foram instalados na extremidade das seções e, por falta de colonos, muitas áreas não-cultivadas ficaram sem fazer a drenagem, impedindo o escoamento de toda a água. Além disso, era preciso uma grande quantidade de combustível para manter o mecanismo em funcionamento, o que implicava altos custos para o número reduzido de agricultores. No final, a bomba, que já se encontrava em situação de abandono, foi destruída por invasores por não haver quem a guardasse. As partes de metal foram desmontadas e roubadas.

Com o passar do tempo, a JAMIC foi dissolvida, e a Cooperativa Agrícola de Cotia entrou em colapso em 1994. Muitos foram os percalços encontrados pelos colonos durante a construção de Guatapará, mas, ao fim e ao cabo, eles constituíram um coletivo sólido e forte e conseguiram superar todas as adversidades. Desmentiram a afirmação de que “depois de trinta anos, as colônias desaparecem” e hoje se orgulham do alto índice de fixação dos colonos, ou seja 73%.

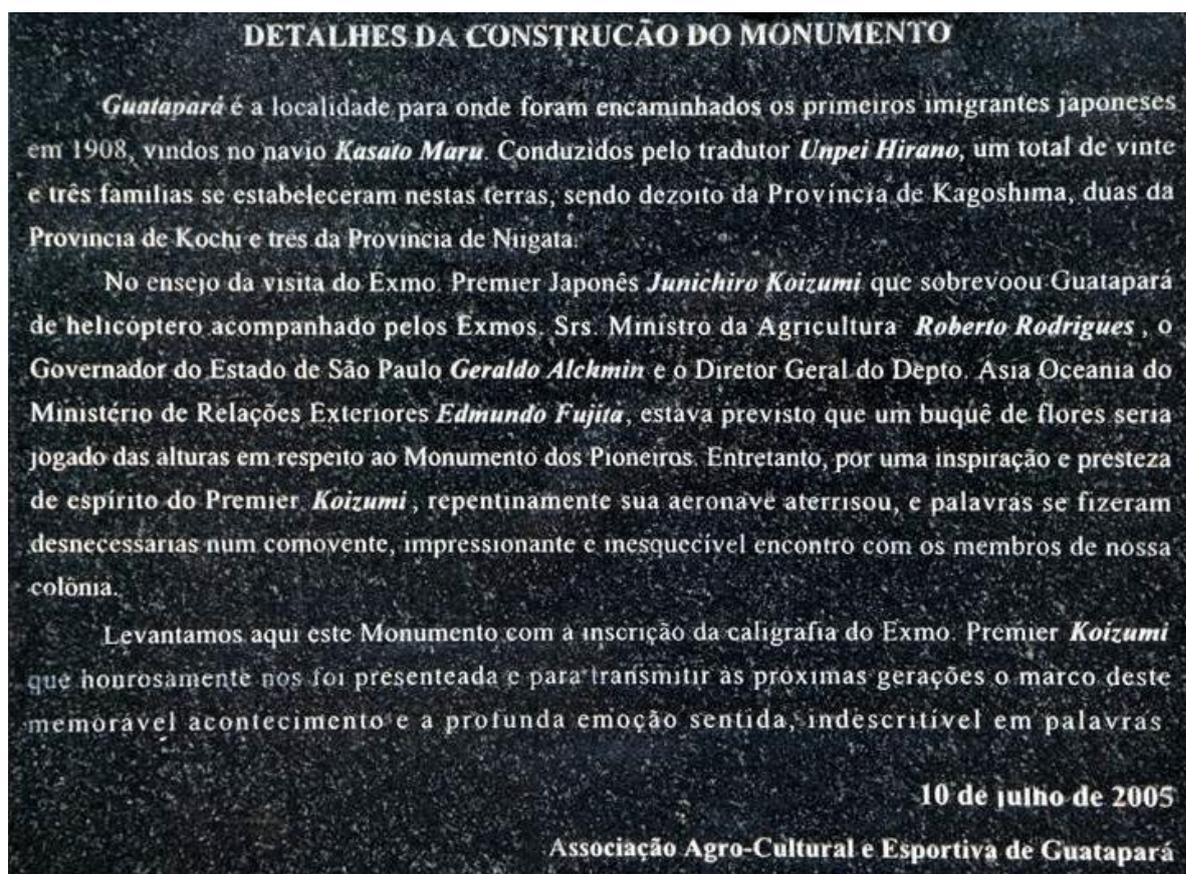
Kondo (2017, p. 51) finaliza:

Não podemos esquecer que a JAMIC, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Zentakuren e, é claro, os colonos, cada qual em sua seara, lutaram incansavelmente pela construção da colônia ideal, oferecendo seu suor e seu sangue. Não existe limite para o progresso. Os colonos envelheceram, mas o ideal que eles trouxeram ao entrar para a colônia ainda se mantém firme e forte. Hoje, livre dos entraves institucionais do passado, a colônia é capaz de gerir a si mesma sem maiores óbices. A continuidade de seu progresso agora depende da união e do esforço dos novos chefes de família.

4.4 Caracterização da Colônia Guatapará segundo a Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará

A Colônia Guatapará encontra-se no município do Guatapará, Estado de São Paulo, a uma distância de 288 km a noroeste de São Paulo. Na região, a área é conhecida pelo nome de Mombuca, pois assim era chamada nos tempos do Fazenda Guatapará. No entanto, Guatapará se tornou um município independente em 1993, quando conquistou a emancipação de Ribeirão Preto, o passou a ter seu próprio governo municipal. Em 2004, durante uma visita a uma usina de açúcar e álcool, o então primeiro-ministro do Japão, Junichiro Koizumi, desceu do helicóptero numa aparição inesperada e enviou, mais tarde, uma inscrição com os dizeres: “Emocionado. Berço da Imigração Japonesa“.

Figura 49 - Placa com a mensagem de Junichiro Koizumi em português



Fonte: Autora (2018)

A inscrição foi gravada em uma pedra e instalada em frente da sede social da Associação para que pudesse ser vista pelas gerações futuras (Figura 49). Além disso, diversos meios de comunicação (emissoras de televisão do mundo inteiro, como o NHK, jornais e revistas) se referiram a Guatapará como “berço da imigração japonesa” no período das comemorações do centenário da imigração em 2008.

4.4.1 O processo de estabelecimento da colônia

A fundação da colônia remonta ao ano de 1957, quando o ex-vice-ministro da agricultura e silvicultura, Mamoru Hirakawa, esteve no Brasil para participar das comemorações do 30.º aniversário de fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) na condição de representante da Zentakuren (Federação das Cooperativas Agrícolas e de Colonização do Japão, posteriormente conhecida como JATAK, atualmente o Centro de Pesquisas da Ouro Fino. Na ocasião, Hirakawa conversou com Kenkichi Simomoto, da CAC, e solicitou-lhe que escolhesse algumas terras para receber novos imigrantes, a imigração teria

por fundamento os convênios que seriam estabelecidos entre cooperativas agrícolas de ambos os países). Seguiu-se então um período de negociações, realizadas por ambas as partes através de cartas, até que todos os pormenores estivessem acertados. Depois, a Zentakuren solicitou o apoio das federações regionais de cooperativas agrícolas das diversas províncias do Japão a fim de reunir interessados em emigrar para o ultramar. As sete províncias que manifestaram interesse pelo projeto foram Yamagata, Ibaraki, Nagano, Okayama, Shimane, Yamaguchi e Saga. Ofereceram apoio financeiro à Zentakuren, que, após firmar um acordo com a CAC, adquiriu 7.294 hectares, quase metade dos 15 mil hectares da antiga Fazenda Guatapará, através da Agência de Fomento à Emigração Ultramarina do Japão, atualmente JICA.

Figura 50 - Prédio da Cooperativa Agrícola de Cotia instalado no núcleo urbano da nova colônia - 1973



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Ficou decidido, que a realização de obras de melhorias e divisão dos lotes ficaria a encargo da Agência de Fomento à Emigração Ultramarina do Japão; o recrutamento e traslado dos imigrantes ficaria a encargo da Zentakuren; e o treinamento dos novos agricultores, assim como a comercialização dos produtos, ficaria a encargo da CAC (Figura 50). As terras foram compradas da família Morganti em 1958 e a imigração teve início em 12 de janeiro de 1962, com a chegada das primeiras doze famílias. No projeto original, estava prevista o recrutamento

de trezentas famílias diretamente no Japão e outras 75 já estabelecidas no Brasil, mas numerosas dificuldades obstaram a execução do projeto e, no final somente 134 famílias foram trazidas do Japão e 31 famílias foram recrutadas localmente sendo a última família, da 33.^a leva, chegou à colônia em 1966. Atualmente, depois de 50 anos de numerosas transformações, a colônia encontra-se composta por 98 unidades familiares.

Os moradores da Colônia Guatapar, que se encontra localizada inteiramente no município de Guatapar, criaram a Associação Agro Cultural Esportiva de Guatapar, dotada de personalidade jurídica, com o propósito de administrar a colônia e realizar diversos tipos de atividades. As principais atividades desempenhadas pela associação são a construção do centro urbano da colônia, instalação de tubulação para água potável em toda a colônia, conservação das estradas com uso de maquinário pesado, gerenciamento do cemitério em conjunto com a prefeitura, segurança pública, Convênio Médico, atividades culturais, atividades relacionadas à agricultura e oferecimento de um centro comunitário, uma quadra de beisebol e outras instalações similares.

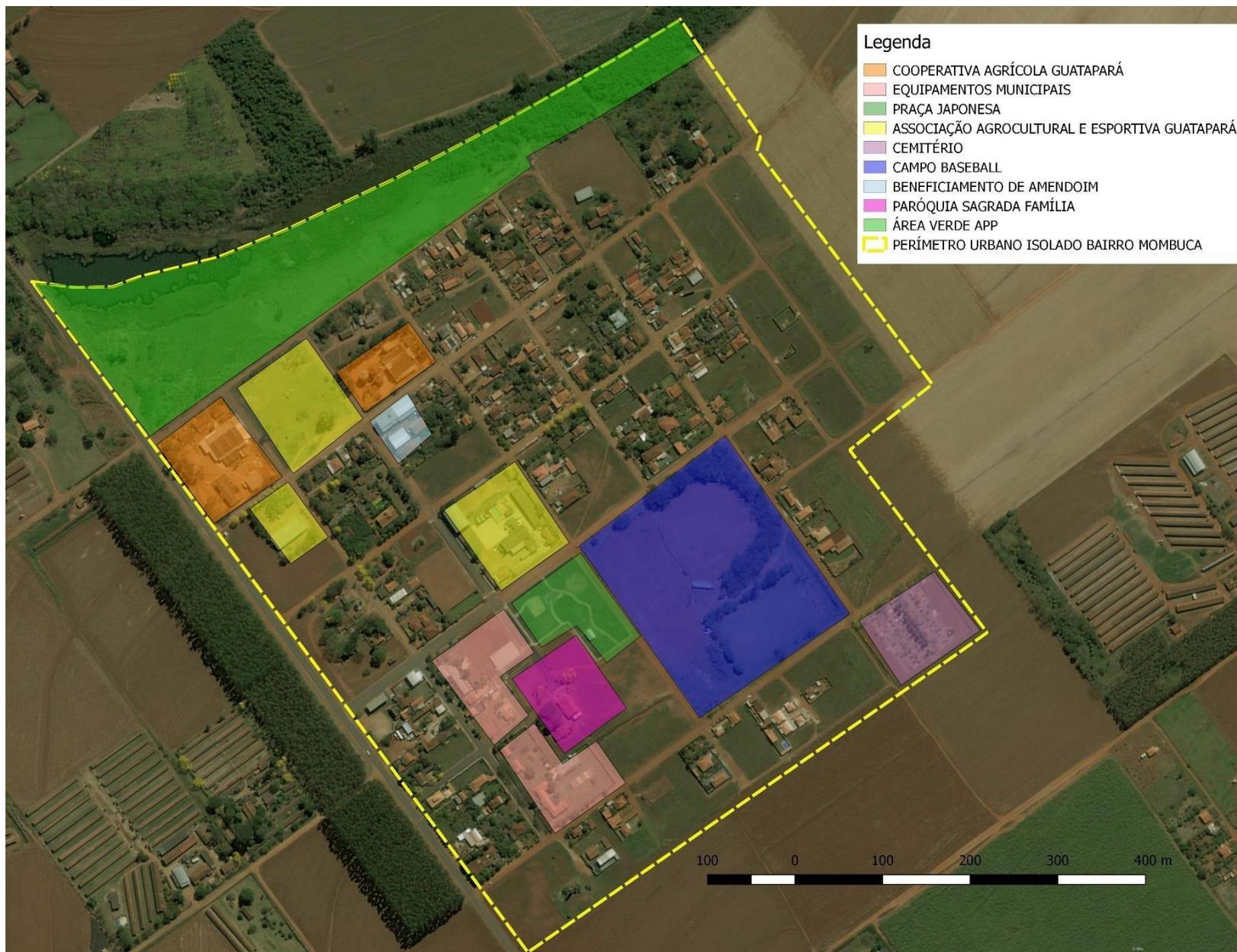
No centro urbano da colônia (Figura 52, p.127), existem duas escolas municipais, uma de educação infantil e outra de ensino fundamental de 1o ao 4o ano do ensino fundamental, uma igreja católica, um supermercado, um bar, uma praça com dois monumentos históricos ligados à história da imigração japonesa, o “Tori” (Figura 51, p.126), portal japonês instalado na ocasião dos 100 anos da imigração japonesa e as duas bombas importadas do Japão para a drenagem dos canais instalados na colônia, um ambulatório médico, a sede da cooperativa agrícola.

Figura 51 - Tori, monumento japonês na praça japonesa do núcleo urbano isolado de Mombuca



Fonte: Autora, 2018

Figura 52 - Uso do solo do núcleo urbano, perímetro urbano isolado. 2018



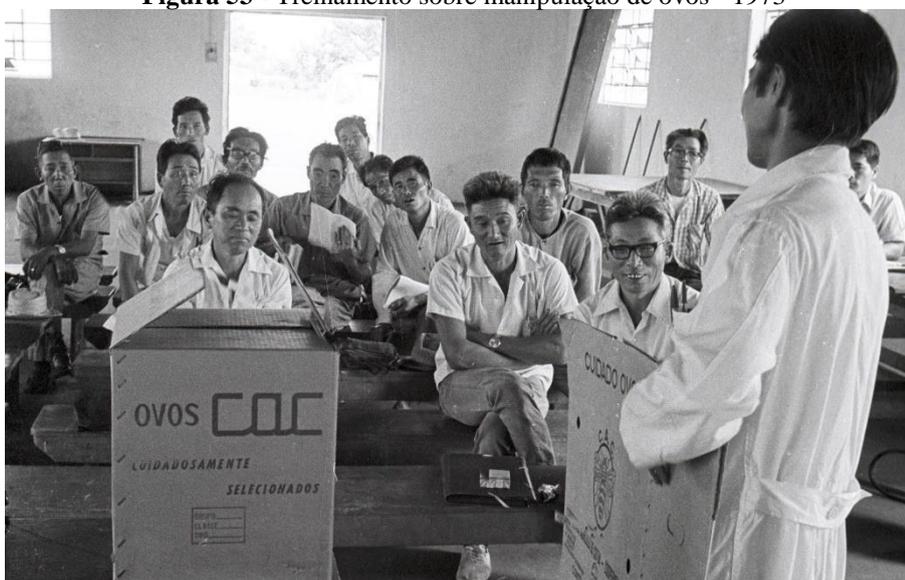
Fonte: Elaborado pela autora no QGis (2019)

4.5 Da Cooperativa Agrícola de Cotia à Cooperativa Agrícola de Guatapará

No dia 30 de setembro de 1994, quando foi decidida em assembleia geral a dissolução voluntária da Cooperativa Agrícola de Cotia, a Sociedade Agrupamento de Guatapará (Guatapará Buraku-kai) perdeu seu principal pilar de sustentação, seus trinta e dois anos de história chegavam ao fim. Com a constituição de sociedades de natureza semelhante todas elas, parte da maior cooperativa agrícola da América do Sul (GPAO, GP Cereais, GP Suíno, Fundo Assistencial), o presidente da Cooperativa de Transporte de Mercadorias de Guatapará passava a ocupar também a presidência da Sociedade Agrupamento de Guatapará, dando coerência à estrutura. É inegável a importância da Sociedade para o crescimento da colônia, dado o seu papel de referência para os agricultores profissionais. No caso dos avicultores, cumpre destacar, a Sociedade foi responsável pela realização de diversas obras de ampliação das instalações, começando pelo escritório/armazém, de modo a atender às demandas criadas pela expansão do setor avícola.

Em junho de 1977, tiveram início as obras de reforma de um espaço com 267 m² no prédio onde estava instalado o escritório, que passou a servir de local de seleção de ovos para a Cooperativa Agrícola de Cotia (Primeiro Posto Coletivo de Seleção de Ovos) (Figura 53). Em 1980, o prédio foi cedido definitivamente ao posto, logo após tiveram início as obras de ampliação. A área total do prédio era de 800m² (Figura 54, p.129). Enquanto isso, o escritório era deslocado para um espaço inconvenientemente menor, no mesmo local onde ficavam alojados os empregados.

Figura 53 - Treinamento sobre manipulação de ovos - 1973



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Figura 54 - Imagem aérea da Cooperativa Agrícola de Cotia - Unidade Guatapará em 1973



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

A fim de superar a crise que se abatia sobre a organização, os cooperados continuaram, de comum acordo, a angariar fundos para a construção de um novo centro de operações. A cerimônia de início das obras se deu no dia 20 de setembro de 1984, ao mesmo tempo eram festejados os vinte anos da cooperativa dos avicultores e o dia de agradecimento pela produção avícola. O novo centro de operações, tal como é o conhecido, foi inaugurado em 7 de maio de 1985, após um longo período de expectativas.

Dalí por diante, a Sociedade Agrupamento de Guatapará viveu um período decréscimo constante. O aumento da produção no GP Cereais e no GP Suíno também contribuiu para a realização de obras de expansão e para uma maior prosperidade geral.

Contudo, a partir de 1992, fica evidente a má administração da Cooperativa Agrícola de Cotia, que terminaria enfim se dissolvendo em 30 de setembro de 1994.

A nova geração sentia a necessidade de construir novas organizações. Graças à dedicação inquebrantável e diuturna dos colonos, em 22 de novembro de 1994, menos de dois meses depois do fim da Cooperativa Agrícola de Cotia, foi fundada, com 21 cooperados, a Cooperativa Agrícola de Guatapará. Em 08 de outubro de 1998, a COAG conseguiu readquirir em leilão, pela importância de 3,12 milhões de reais, os bens anteriormente hipotecados (Figura 55, p.130).

Figura 55 - Cooperativa Agrícola de Guatapar - 2018

Fonte: Autora (2018)

4.6 Agricultura no Núcleo

A rea da colônia apresenta 60% de terreno ondulado e os 40% restantes correspondem a áreas de brejo localizadas às margens do rio Mogi Guaçu. Os lugares mais elevados têm altitude de 560m; os menos elevados, 500m. Nas áreas onduladas o solo é de terra roxa mista, enquanto que nas áreas de brejo o solo  lodoso ou turfoso, com algumas áreas apresentando solo arenoso. A temperatura média anual é de 22.6C. A região costuma registrar geadas a intervalos que vão de trs a cinco anos. O período de chuvas começa em outubro e vai até março, enquanto que o período de seca começa em março e vai até setembro. No início, as principais atividades econmicas do núcleo eram o plantio de arroz nas várzeas do Rio Mogi-Guaçu e também a criao de bicho de seda. Hoje, Mombuca produz também milho, lichia, pitaya, cogumelo shimeji, raiz de lótus (Figuras 57 e 58, p.132), alho, flores e plantas ornamentais, pepino e macadâmia (Figura 56, p.131).

Figura 56 - Uso do solo agrícola atual no Núcleo Colonial Guatapar

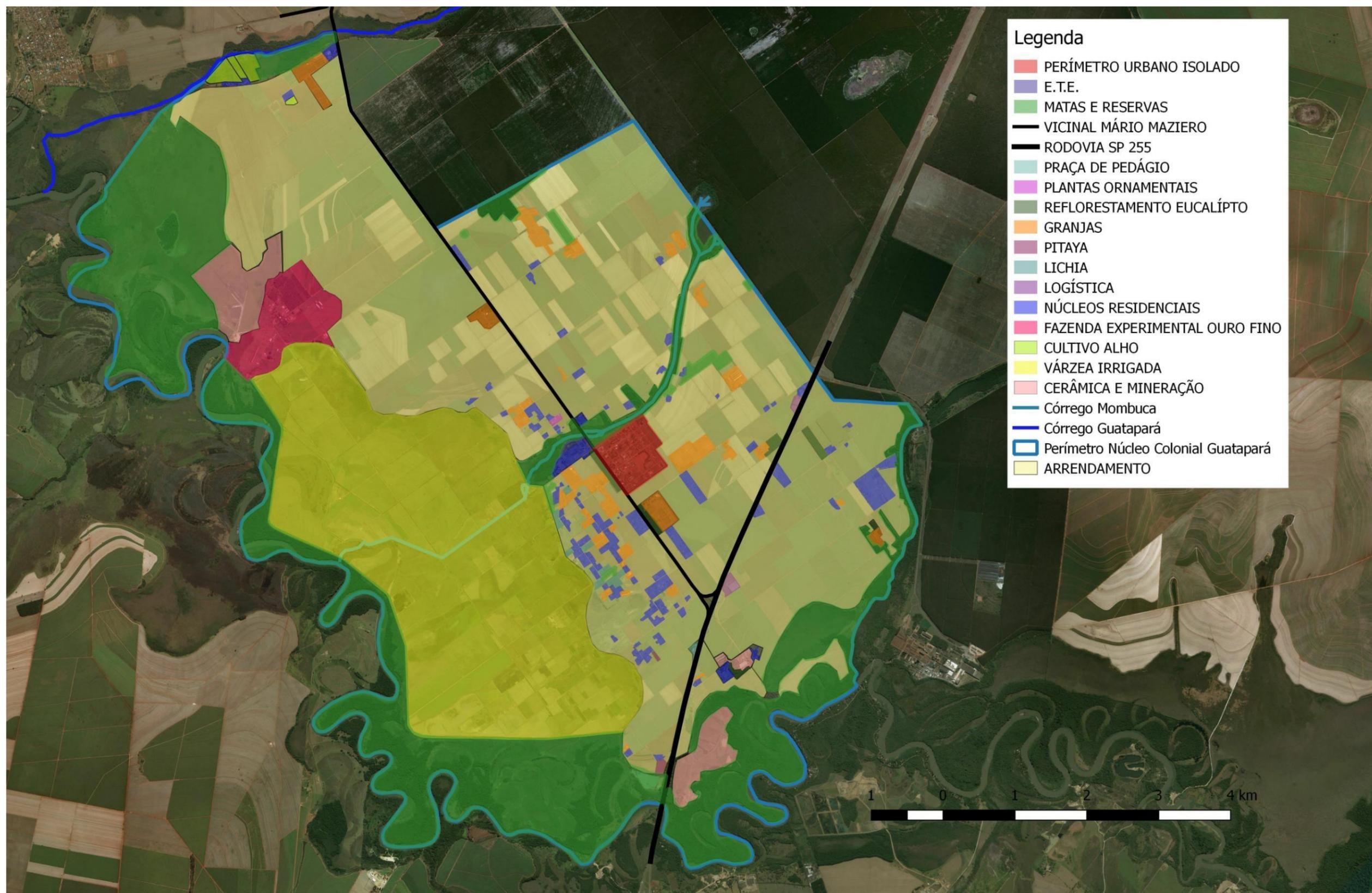


Figura 57 - Plantação da Raiz de Lotus divide espaços com a cana-de-açúcar entre os canais irrigados



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 58 - Plantação raiz de lótus e ao lado plantação de milho e cana de açúcar



Fonte: Acervo da autora (2019)

Quadro 3 - Produção Agrícola de 2015 em Mombuca

Principais explorações agrícolas do Núcleo Colonial Guatapar			
Vegetais	rea (ha)	Número de famílias	Produo Anual
Milho	100	03	720.000 Kg
Arroz	164,8	03	11.536 sacos (60 Kg)
Lichia	4,0	01	12.800 caixas (5Kg)
Pitaia*	1,0	02	*
Cogumelo Shimeji	0,5	03	8.000 Kg
Raiz de Lótus	5,6	06	55 toneladas
Alho	3,0	01	10 toneladas
Flores Ornamentais**	1,2	02	**
Pepino	1,0	01	1.500 caixas (24 Kg)
Macadâmia***	1,0	01	400 Kg
*Ainda sem dados produtivos, fase de implantao; **Viveiro de plantas ornamentais sem dados produtivos; ***Início de produo. Dados informados por Júlio Takaki, Engenheiro Agrônomo responsável pela Casa da Agricultura de Guatapar			

Fonte: Revista Painel AEAARP (2015)

Segundo a Associao Agro Cultural Esportiva de Guatapar AACEG, em Mombuca vivem 100 famílias – cerca de 500 pessoas. O engenheiro agrônomo Júlio Takaki, responsável pela Casa da Agricultura de Guatapar, diz que a maioria dessas pessoas ainda vive da agricultura e avicultura.

4.6.1 Proibio do cultivo de cana-de-aucar

Em março de 1982, depois que ficou decidida a dissoluo da JAMIC e da JEMIS, o Centro de Operaes passou a se ocupar apenas da liquidao das pendências. O chefe do Centro de Operaes retornou ao Japão em junho do mesmo ano. Os problemas relacionados à atividade agrícola que surgiam na colônia eram resolvidos pela seo agrícola do Centro de Operaes com o apoio dos técnicos Inada e Saint-Clair, da Secretaria de Agricultura e do Sindicato Rural. O problema dos paturis¹⁴, a contratao dos trabalhadores rurais, a demarcao dos limites da colônia, as excursões do treinamento de tudo participava a seo agrícola. As áreas circunvizinhas estavam mais sujeitas a poluio do ar liberada pela CELPAG¹⁵, fábrica de papel e celulose do Grupo Silva Gordo, devido ao mau cheiro de enxofre e, nestas áreas,

¹⁴Fato ocorrido no início dos anos 80 quando vários paturis foram encontrados mortos e a suspeita do uso de agrotóxicos no cultivo do arroz tenha sido a causa da mortandade.

¹⁵CELPAG – Companhia de Celulose e Papel Guatapar que no ano de 1989 passa a ser chamada de CELPAV – Companhia de Celulose e Papel do Grupo Votorantim

havia forte oposição dos moradores à fábrica. Quando veio a notícia de que nas terras que haviam sido vendidas a um brasileiro nas proximidades começaria o plantio da cana-de-açúcar, os moradores fizeram uma solicitação à AACEG para evitar que isso acontecesse. Em setembro, a seção agrícola organizou uma palestra com o tema “O plantio da cana e a sua influência sobre as áreas circunvizinhas”, com o apoio da Secretaria de Agricultura, onde foi exposto que o uso de agrotóxicos e herbicidas tem um impacto negativo sobre as terras no entorno da plantação. O plantio de outras espécies ou a criação de animais como o frango ou o bicho-da-seda se torna muito mais difícil nas vizinhanças de um canavial e, caso nada seja feito, a tendência é que a cana acabe predominando sobre as outras culturas, o que em última análise poderia levar a colônia ao colapso. Em seguida, aconteceu uma reunião na AACEG com os responsáveis das associações de produtores, que terminou com um acordo prevendo a proibição do plantio da cana na região, a ser estendido aos brasileiros que haviam adquirido as terras. As deliberações feitas durante a reunião foram mais tarde comunicadas em carta circular, no dia 20 de outubro. (Associação Agro-Cultural e Esportiva de Guatapar, 2017)

Em junho de 1984, os representantes da área próxima  fábrica de papel e celulose e da cooperativa dos sericicultores fizeram uma nova solicitação  AACEG pedindo que se confirmasse o acordo e que todos os habitantes da colônia fossem informados de que, ao se efetuar contratos de venda ou locação de terras, era sempre preciso incluir uma cláusula vetando o plantio de cana na região. Neste período, as condições particulares da colônia foram explicadas também aos responsáveis pela Usina de Açúcar e lcool São Martinho, a fim de evitar que o plantio da cana fosse introduzido na região.

De outubro de 1985 em diante, uma crise abateu-se sobre o mercado de aves e as condições climáticas, em conjunto com a queda dos preços, em muito prejudicaram os produtores de cereais, dificultando a devolução dos empréstimos que haviam sido feitos, mas o programa Proálcool, do governo federal foi criando condições mais favoráveis ao plantio da cana, fazendo com que as refinarias tentassem adquirir tanta terra quanto possível para o cultivo da espécie.

Por fim, alguns avicultores acabaram chegando  conclusão de que, ao invés de simplesmente abandonar as terras, era mais vantajoso alugá-las e exigir o pagamento adiantado por cinco anos de usufruto da rea. Também houve aqueles que defendiam que, ao invés de alugar as terras a um preço alto, era mais fácil todos se dedicarem ao cultivo da cana, de uma vez por todas. Enfim, duas famílias acabaram firmando um contrato de locação das terras com a refinaria de açúcar. A fazenda da Zentakuren, que também vinha enfrentando uma série de prejuízos, concordou que um contrato de locação e divisão dos lucros

seria mais vantajoso e que poderia trazer um novo alento de vida para o empreendimento. A Cooperativa Agrícola de Cotia oferecia 180 hectares de uma área de colina em na área chamada João Martinho, divisa com a Fazenda Guatapar (Associação Agro-Cultural e Esportiva de Guatapar, 2017).

Houve muita discussão entre aqueles que estavam de acordo com as novas medidas e aqueles que não estavam, de modo que foi necessário convocar uma comissão de avaliação a fim de vistoriar as áreas em questão e mobilizar os colonos a fim de se chegar a uma solução pacífica. As coisas, porém, foram se avolumando e os conflitos internos foram se tornando cada vez mais passionais; houve colonos que chegaram a levar o debate para os jornais da colônia. A seção executiva da AACEG Cultural então selecionou as propostas mais viáveis e decidiu transferir toda a área que já havia sido alugada para a fazenda da Zentakuren, impedindo assim a refinaria de entrar com um pedido de indenização por rescisão de contrato. Depois disso,  medida que o plantio da cana foi se tomando cada vez mais próximo e cotidiano, em agosto de 1990, a Cooperativa Agrícola de Cotia, firmou um contrato de locação de uma área de 180 hectares. O acordo que previa a proibição do plantio de cana-de-açúcar foi revogado em julho de 1992.

Hoje, percebe-se pela imagem (Figura 56, p.131) de satélite, que grande parte do Núcleo está tomado pelo plantio de cana-de-açúcar em áreas arrendadas, muitas granjas foram desmontadas por ser mais lucrativo para alguns colonos.

4.6.2 A Nova Fazenda Experimental da Zentakuren

Sobre a Fazenda onde a Zentakuren administrou o Núcleo Colonial Guatapar, em 2009, o governo do Japão suspendeu os recursos que mantinham a comunidade Mombuca.

Desde então, a Fazenda João Martins - também em Guatapar, uma das áreas em que a comunidade atuava - estava inativa e demandava cuidado. Foi quando a Ourofino arrendou as terras. A Fazenda Experimental da Ourofino foi construída em uma área arrendada na colônia japonesa Mombuca em 2012. Desde o início das operações, a Fazenda Experimental obteve junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Figura 56, p.131) a permissão para conduzir ensaios de pesquisa com defensivos agrícolas conforme recomenda a Instrução Normativa N 36, de 24/11/09 e a Instrução Normativa N 42, de 06/12/2011. Com o credenciamento, a Ourofino se tornou apta a emitir laudos de praticabilidade agronmica e fito

toxicidade, além de permitir comprovações de eficiência do produto e, assim, obter agilidade nos resultados e para o registro dos defensivos, segundo informações da empresa.

As parcerias, mantidas visando o incremento do agronegócio, agregam pesquisadores da UNESP-Jaboticabal, UNESP-Botucatu, Esalq, Unicamp, IAC – Ribeirão Preto, SGS-Gravena, Herbae, Kasuya BA, Ceres Consultoria MT, Fazu, Fundação MT, entre outras. “O que produzimos na fazenda é uma riqueza de conhecimento que multiplica resultados”, segundo Luciano Galera, Diretor de Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento.

Figura 59 - A fazenda experimental Ourofino.



Fonte: Ouro Fino (2018)

4.7 A Associação Agro Cultural Esportiva de Guatapará

Como a Cooperativa Agrícola de Cotia, da qual todos os colonos eram cooperados no início, fosse responsável pela Cooperativa de Transporte de Guatapará, esta última acabou se tornando o principal órgão associativo da região. No entanto, o surgimento de novas formas de exploração do solo e o desligamento de um número cada vez maior de cooperados reduziram o poder de alcance da instituição. Sentindo a necessidade de criar um órgão unificador da colônia, em assembleia geral realizada a 23 de setembro de 1968, foi criada a primeira sociedade cultural, “bunkakai”, que desempenhava as mesmas funções de uma prefeitura do interior.

A sociedade cultural tinha por objetivo promover a confraternização dos habitantes da colônia e trabalhar para o seu desenvolvimento. Era também responsável pela realização de cerimônias de ano novo, da maioridade, do aniversário da colônia, festa da colheita, gincanas esportivas, além de zelar pela segurança e pela saúde dos moradores, promover o intercâmbio com outras associações de japoneses das cidades vizinhas, manter a seção de jovens, a seção de senhoras e a escola de japonês, conservar as estradas da colônia, instalar linhas telefônicas e de luz elétrica e promover o melhor aproveitamento da terra, dentre outras funções. A sociedade cultural adquiriu personalidade jurídica em 1981, quando passou a ser denominada Associação Agro Cultural Esportiva de Guatapará, nome que se mantém até hoje. O centro comunitário que hoje existe no centro urbano da colônia foi construído em 1982, como parte das comemorações do 20º aniversário da colônia, utilizando-se do dinheiro cedido pela Agência de Fomento à Emigração Ultramarina e contribuições de particulares.

Estatísticas da associação

Associados: membros regulares (98 famílias) e membros semirregulares (81 famílias);

Composição da comissão administrativa: 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 tesoureiro e 4 representantes de cada seção da colônia;

São objetivos da associação: conservação das estradas, administração do cemitério, oferecimento de serviços de saúde, organização de atividades esportivas, manutenção de uma seção agrícola, realização de atividades culturais, manutenção e conservação das instalações físicas etc.; Apoio às atividades da seção de idosos, da seção de senhoras, da seção de jovens, da seção dos amantes do karaokê, da seção de beisebol, dentre outros.

A comissão de gestão financeira: é composta pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro e outros seis membros, sendo responsável pelo uso e controle dos bens pertencentes à associação e pelo setor de relações públicas;

A comissão de água e máquinas: é composta por quatro membros e é o responsável por garantir o fornecimento de água potável aos moradores, gestão dos quatro poços e reservatórios d'água e controle do uso e manutenção do maquinário pesado;

A comissão de educação: é composta por três membros e tem como objetivo o incentivo ao ensino da língua japonesa. Atualmente, a colônia conta com quatro professores e 31 estudantes da língua japonesa.

Patrimônio da associação

Imóveis: centro comunitário com 720 m² de construção, escola de japonês com 384m² de construção, ginásio poliesportivo, quatro pavilhões, três piscinas, depósito para armazenagem do maquinário e oficina.

Maquinário e infraestrutura: moto-niveladora, escavadeira, trator, caminhão pipa, duas caminhonetes, um veículo de passeio, tubulação de água potável, poço d'água, cinco tanques de armazenagem.

Terrenos: terreno do centro comunitário de um hectare, da quadra de beisebol com 5,4 hectares, plantação de eucaliptos, parque do açude de Mombuca, depósito para armazenagem do maquinário com 0,4 hectares e dois lotes no centro urbano da colônia, área para retirada e armazenagem da terra usada nas barragens com 4,8 hectares, açude artificial usado na prevenção de enchentes com 182 hectares, outro açude artificial com 13,8 hectares, terras ociosas situadas fora das barragens com 1.241 hectares, dos quais aproximadamente 180 hectares são de terreno ondulado. Também estão incluídos aqui os 9 km de barragens e a área de bombeamento d'água.

4.7.1 O beisebol em Guatapará

Em 29 de abril de 1962, foi criado o time de beisebol da colônia Guatapará, do qual participavam os membros do Kaihatsu Seinentai e os funcionários da JAMIC, tendo à frente Kenji Shiraiishi, então secretário-geral do escritório da JAMIC como técnico. A estreia do time se deu no campeonato de beisebol da região da Mogiana, realizado no município de Ribeirão Preto. Mais tarde, novos times foram surgindo nas associações de jovens em cada seção da colônia e em Mombuca, o que permitiu a realização de diversas competições dentro da própria colônia. Com o aumento no número de partidas disputadas, os times passaram a fazer parte da liga de beisebol local e outras ligas esportivas foram sendo criadas. As seções de beisebol passaram a criar, conforme a demanda, times separados para adultos, jovens, crianças, sênior e softball feminino. A quadra de beisebol foi construída graças ao esforço de integrantes da seção de beisebol (Figura 60, p. 139), da sociedade cultural e da JAMIC, sendo utilizado até hoje para a realização de cerimônias e partidas amistosas.

Figura 60 - Partida de beisebol no campo da comunidade japonesa de Guatapar



Fonte: AACEG (2017)

4.7.2 O Clube dos Praticantes de Gateball

Desde 1988, 25 anos já transcorreram, e as transformaes ocorridas durante o período foram muito grandes. Existem no terreno que pertence à AACEG, trs instalações com quadras de gateball anexas. Uma das quadras possui telhado de metal, o que permite o uso do espaço mesmo em dias chuvosos. Hoje, as novas gerações começam a ocupar o lugar deixado pelos mais velhos. mas o japones já não  tão usado como era antigamente e a maioria das atividades vem transcorrendo exclusivamente em portugues. O Clube dos Praticantes de Gateball tem hoje dez membros, dos quais nove tambem são filiados  União dos Clubes de Gateball do Brasil, sendo dois árbitros da União (Figura 61, p.140). Até 2010, todos os anos era realizado um torneio de idosos do nordeste do estado de São Paulo, que deixou de ser realizado devido à diminuição do número de participantes na colônia. Como, porém, cerca de 110 moradores da colônia se encontram atualmente na faixa dos 60-80 anos, ainda  possível que o clube volte a ter 40 membros, como na época de sua fundação.

Figura 61 - Time de Gateball do Núcleo Colonial Guatapar



Fonte: AACEG (2017)

O gateball surgiu no Japão, e como todo esporte para a “Melhor Idade”, é simples, saudável e que estimula o cérebro. Cada partida tem duração de 30 minutos e é preciso apenas de uma área simples e alguns equipamentos leves, é um esporte coletivo de taco, similar ao criquet. O jogo convida os participantes a se colocarem no lugar do outro, não é um esporte de contato, havendo pouco risco de ferimentos. Exige o uso de estratégia, assim como no go, no shogi e no bilhar. Todos podem participar, independente de gnero ou idade.

4.7.3 Educao e a preservao da língua japonesa

Logo após a chegada dos primeiros imigrantes em 1962, no dia 20 de fevereiro, foi inaugurada a Escola Primária da Colônia de Guatapar. A escola operava num prédio que havia antes servido de residência aos colonos da antiga Fazenda Guatapar e assemelhava-se, em muitos aspectos, às escolas comunitárias comandadas pelos sacerdotes budistas no Japão de

antigamente, a terakoya¹⁶. Como as aulas eram ministradas em português, trinta e três alunos de diferentes idades foram matriculados de uma só vez para que todos pudessem aprender nesta “terra estrangeira”.

A professora responsável era uma jovem chamada D. Ruth, que lecionou para os filhos dos colonos por aproximadamente meio ano, depois do que então foi trabalhar em outra escola. A professora não entendia o que os alunos diziam; os estudantes tampouco entendiam suas explicações. Pode-se imaginar o esforço e a sofreguidão que ambas as partes tinham para se comunicar.

À medida que os novos colonos foram chegando, o número de alunos também foi crescendo, e um armazém inteiro precisou ser reformado para acomodar a todos. Três salas de aula foram construídas no novo prédio, e mais tarde a própria Agência Nacional de Imigração construiu outras duas salas. À época, 170 alunos haviam sido matriculados e cinco professores trabalhavam na escola.

A educação primária aos poucos foi entrando nos trilhos; mais tarde, fundou-se a Associação de Pais e Professores, que em anos posteriores desempenhou um papel muito importante na construção de um ambiente mais fecundo ao aprendizado. Em 1964, foram inauguradas mais duas salas, completando 6 salas e mais uma sala de professores e a escola enfim passou a operar normalmente.

A escola continuou crescendo e se transformando pelos anos seguintes, mas ao mesmo tempo muitas mudanças foram tomando lugar também entre os alunos. Hoje, cinquenta anos depois da fundação da escola, o número de alunos não-japoneses já é muito maior do que o de japoneses e descendentes, fato que se deve também à diminuição do número de filhos entre os casais da colônia.

A educação dos jovens sempre foi uma preocupação comum aos colonos. Muitos dos ex-alunos da antiga escola já concluíram o ensino superior e hoje são profissionais respeitados em suas respectivas áreas de atuação.

Com a emancipação do município de Guatapará e a criação de um governo municipal, a associação japonesa doou um terreno de 0.9 hectares no centro da colônia para a construção

¹⁶ "escolas do templo, escolas primárias particulares", eram instituições privadas de ensino que ensinavam escrita e leitura para os filhos dos plebeus japoneses durante o período Edo.

de uma escola de educação infantil que deveria funcionar nos mesmos moldes formativos idealizados pelos colonos.

Já a educação em língua japonesa, no princípio, se resumia a algumas aulas ministradas pelo funcionário da Agência Nacional de Imigração Katsuhiko Arakawa a oito jovens da colônia, de duas a três vezes por semana, sempre à noite. Muitos jovens haviam abandonado os estudos no Japão para vir para o Brasil e a época em que viviam era, em muitos sentidos, uma época cheia de complicações, de modo que as aulas de japonês foram muito bem-vindas. Mais tarde, o Sr. Tsutsui e a Sra. Yukawa, da Agência Nacional de Imigração, ocuparam a função deixada por Arakawa, tendo sempre o apoio de Shogo Shitara, (Figura 62), um dos moradores da colônia. Com a transferência do Sr. Tsutsui, o ensino da língua japonesa ficou a cargo da Sra. Nishimaki, que continuou desempenhando a função por muito tempo.

Figura 62 - Shogo Shitara como professor da língua japonesa.



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Em 18 de fevereiro do 1973, a catequista Kuni Nakajima, que era professora licenciada pelo Ministério da Educação do Japão, veio trabalhar na Igreja e passou a se encarregar dos assuntos ligados ao ensino do japonês. A meta inicial era cumprir o programa tradicional de alfabetização usado da primeira à quarta série. O material didático era fornecido pela Agência Nacional de Imigração o pela Associação Nacional Japonesa dos Catequistas da Madre de Deus. As turmas de terceira a quarta séries tinham aula nas manhãs de sábado, enquanto que as turmas de primeira e segunda série tinham aula no período da tarde. Como a Prof.^a Nakajima não

conseguia dar conta de todos os alunos, alguns assistentes foram recrutados dentre os moradores. À época, 106 alunos frequentavam o curso de japonês.

Em junho de 1987, foi aprovada a construção de um prédio anexo ao centro comunitário para as aulas de japonês, que se tornaram ainda mais produtivas. Por volta do ano de 1980, a catequista Mitsuko Fukahori veio trabalhar na igreja e ficou encarregada também das aulas de japonês. A publicação do “Jornal de Guatapará”, que havia sido interrompida, foi retomada graças ao esforço conjunto de professor e alunos mas teve de ser interrompida outra vez com a partida da Prof.^a Fukahori para o região norte do Brasil. Em 1992, a Prof.^a Mami Ibe, sobrinha do Irmã Kuni Nakajima, ficou responsável pela função por aproximadamente seis meses. Anos mais tarde, Huroshi Kajino, na época universitário, veio do Japão através da Liga Estudantina de Emigração Ultramarino (Gakuiren) e também desempenhou a função zelosamente por cerca dos seis meses, ao fim dos quais teve infelizmente de retomar ao seu país. Muitos foram os frutos, nascidos desta escola. Vários estudantes foram aprovados no nível mais avançado do exame de proficiência de língua japonesa.

Em 1993, considerando-se a importância da educação, foi criada a Comissão Pedagógica da Colônia de Guatapará, subordinada à AACEG, sendo presidida por Shungo Wakiyama. Desde o início a Colônia de Guatapará sempre contou com a presença de várias pessoas preocupadas com a causa da educação. Desde 1992, o governo da Província de Nagano - conhecida como “a capital da educação” vem oferecendo 500 mil ienes anualmente, reduzido posteriormente para o valor de 250 mil ienes, como forma de estimular o aprendizado da língua japonesa em Guatapará. Além disso, desde 1977 a Colônia de Guatapará mantém relações de proximidade com a Sociedade Japonesa de Educação e Cultura, a São Paulo Nihonjin Gokko. Todos os anos, os alunos do sexto ano do Nihonjin Gokko fazem uma excursão a Colônia de Guatapará, ficando hospedados nas casas dos moradores. Da mesma maneira, as crianças de Guatapará também fazem uma excursão para São Paulo e ficam hospedados nas casas dos alunos do Nihonjin Gakko, numa espécie de intercâmbio. Nestas ocasiões, são feitas encenações de peças teatrais acampamentos e outras atividades onde os estudantes possam interagir e se divertir juntos.

4.7.4 Cerimônia do Chá

A professora Nakajima, motivada pelo desejo de legar às gerações futuras a tradição da cerimônia do chá, o “chadô”, considerado um dos elementos da cultura tradicional japonesa, construiu sua casa com um ambiente tradicional japonês, que passou a ser então utilizado para a realização da cerimônia do chá. A casa foi batizada “Iko no Ie”, traduzindo, “Casa de

Descanso” e, em maio de 1991, foi criado o Círculo da Cerimônia do Chá de Guatapará. Com o falecimento da Prof.^a Nakajima, em 1995, a “Casa de Descanso” foi doada à Associação Agro Cultural Esportiva de Guatapará.

Existem três vertentes principais da cerimônia do chá no Japão contemporâneo - na Colônia Guatapará, a vertente adotada foi a do Urasenke, à qual pertenciam os dois primeiros professores de “chadô” enviados à colônia, o casal Muneyoshi e Sonan Takeda. Os membros do círculo também viajavam de vez em quando para São Paulo a fim de receber orientação de outros professores. Após o falecimento do casal Takeda, os membros do círculo passaram a realizar a cerimônia por conta própria todos os domingos e hoje realizam cerca de três ou quatro viagens por ano a São Paulo a fim de receber a orientação da prof.^a Sokei Hayashi, enviada especialmente pelo Urasenke do Japão.

Os objetivos da prática da cerimônia do chá podem ser resumidos nas expressões “wa-kei-sei-jaku” - harmonia, respeito, pureza, tranquilidade - e “ichigo ichie” - um encontro apenas na vida, ou seja, cada experiência é única e inigualável, que são constantemente empregadas para se referir à “mente” e ao “espírito”. Os praticantes da cerimônia do chá de Guatapará vêm se dedicando a este exercício sem se esquecer jamais destas expressões. Atualmente o círculo conta com apenas quatro praticantes, dos quais um, no entanto, já obteve a graduação necessária para receber o “chamei”, pseudônimo utilizado pelos praticantes da cerimônia do chá. No ano de 2018, a sala de chá foi desmontada e a casa foi vendida para uma família não descendente de japoneses. Até o momento não se sabia ao certo onde a nova sala de chá seria montada novamente.

4.7.5 Os desafios da preservação da Identidade Cultural da Colônia Guatapará

A estrutura da ACEG atualmente compreende entre outras coisas o Sennen-kai – Grupo de Jovens, e este tem como responsabilidade manter a união dos jovens da colônia, e para participar é preciso ter mais de 18 anos, não ser casado e nem emancipado.

Segundo Cardoso (1959, p. 109):

[...] e os imigrantes, trazendo do Japão de pré-guerra aquele espírito militarista, valorizavam as associações juvenis a tal ponto que elas aparecem em número bem maior que as associações de senhoras, de velhos, de meninos etc., que existem tradicionalmente e que, por sua vez começaram a surgir no Brasil. Entretanto, se o “seinnen-kai” conseguiu viver e espalhar-se por todas as zonas de população japonesa, foi não só porque os “isseis” o desejavam, mas também porque se tomaram recursos de integração do “nissei” à sociedade brasileira, adquirindo assim função diversa do original.

Apesar de fazer parte da AACEG, este departamento não recebe repasse de recursos, sendo necessário angariar recursos próprios para a sua manutenção, reproduzindo assim a estrutura montada nas primeiras associações deste tipo na colônia japonesa no Brasil, onde a carência de recursos foi compensada pelo aumento da autonomia destas entidades em relação à estrutura frequentada pelos chefes de famílias associadas.

Para Cardoso (1959, p.109):

[...] afastados os velhos “isseis” dos conselhos e das diretorias, os “seinnen-kai” enfrentaram um problema de sobrevivência, porque não tinham meios para resolver suas necessidades econômicas. E sua independência só foi possível na medida em que certas atividades novas se foram desenvolvendo tais como bailes, concursos de beleza, jogos de futebol ou beisebol, que pudessem oferecer alguma renda.

Os recursos do seinnen-kai da Colônia Guatapará são arrecadados até os dias de hoje através de atividades promovidas na própria colônia, como festas típicas como o “Bom-Odori”, “Undokai”, Carnaval, Festa da Colheita, entre outras. Estes eventos contam com a participação da população local, não somente dos japoneses, mas de não-japoneses também, pois são praticamente as únicas formas de diversão noturna para os jovens, sem que, necessitem se deslocar para comunidades vizinhas. O perfil ocidental de algumas festas, como o carnaval, traduz de forma significativa a assimilação dos jovens do núcleo, já que são organizados por eles mesmos.

Os jovens japoneses de Mombuca são bastante integrados à cultura ocidental e em geral dominam o português e o japonês, não enfrentando dificuldades de adaptação quando da saída do núcleo para estudar ou trabalhar, já que muitos depois de terminarem o ensino fundamental, os pais preferem que a educação de ensino médio seja feita em Ribeirão Preto em colégios particulares.

Esta organização é de fundamental importância para a existência da associação, pois é em seu interior que são formadas às novas lideranças da colônia. Este processo baseia-se no incentivo ao voluntarismo e o espírito de liderança sendo estes dois aspectos apontados como fundamentais para os associados. De certa forma também funciona como elemento selecionador das pessoas que futuramente serão indicadas para cargos e quais não.

Os jovens da colônia atualmente procuram profissões fora do meio agrícola, sendo poucos aqueles que pretendem continuar o ofício dos pais, a maioria prefere fazer um curso superior e possuir vida independente, muitas vezes fora da colônia. Em relação a este fator, os moradores já começam a manifestar preocupação prevendo certa mudança na forma de condução do núcleo.

O maior desafio do núcleo, atualmente, é encontrar formas para se garantir a sucessão da segunda para a terceira geração, que promete não ser tão tranquila como ocorreu da primeira para a segunda, pois, neste caso a maioria das pessoas veio ainda muito jovem do Japão e poucos tiveram a oportunidade de trabalhar e estudar fora da colônia.

Já os integrantes da terceira geração, por possuírem mais independência financeira e possibilidade de estudar, preferem outras atividades que não a de continuar trabalhando na terra dos pais. Este é sem dúvida mais um elemento de ruptura de uma tradição cultural na colônia japonesa que se processou na maioria dos núcleos e que já se inicia no núcleo Colonial Guatapará.

O Fujinkai - Departamento de Senhoras e o Chojukai – Departamento das mulheres da Terceira Idade, são entidades que agrupam as mulheres do núcleo, funcionando de forma bastante integrada. O ingresso nestas obedecem a um critério geracional, sendo que para entrar no departamento de senhoras a mulher deve ser casada, para entrar no departamento das mulheres da terceira idade, aposentada. Estas duas entidades representam o espaço que as mulheres possuem no âmbito institucional da Associação, aglutinando quase a totalidade do núcleo. Este departamento desde a fundação da entidade vem sendo responsável pela organização de cursos de Ikebanas, culinária, cerâmica, entre outros artesanatos.

Apesar de atuar de forma bastante restrita do ponto de vista formal, as mulheres podem ser consideradas como importante grupo de formação de opinião, uma vez que como presenciado por ter residido na colônia por 13 anos, demonstram grande entendimento a respeito do histórico do núcleo, mas não somente como guardiãs da memória familiar, mas também tem grande posicionamento político dentro da colônia com relação a medidas as serem tomadas, mesmo numa sociedade patriarcal como a da colônia.

Todavia em momento algum foi mencionado que a ação poderia partir das mulheres, uma vez que mesmo tendo condições para elaborar propostas é função do homem se manifestar politicamente, regra que é bastante respeitada no núcleo, o que pode ser facilmente constatado nas visitas ao escritório da Associação, onde somente os homens se encontram a fazem reunião, a presença de mulheres está somente atrelada às duas funcionárias do escritório da AACEG, todas as decisões sempre são creditadas para os chefes de família.

Pode-se verificar que no ambiente doméstico existe a influência da mulher nos posicionamentos do cônjuge, mesmo que isto ocorra de forma discreta, as mulheres tem papel fundamental nas decisões políticas do núcleo, sendo assim, deve-se considerar que o departamento de senhoras não é apenas responsável por qualificações domésticas, culinárias, e artesanatos mas, principalmente como espaço de socialização de ideias e importante arena de

discussão de assuntos políticos que podem influenciar indiretamente o posicionamento dos chefes de família nas decisões inerentes à associação.

4.8 Planejamento urbano e o município de Guatapar

No projeto original da Colônia Guatapar, havia, no centro da gleba, uma área de 42 hectares reservada  construio de espaços coletivos, tais como escola, igreja, parque, cemitério e quadra de atividades; nos tempos da JAMIC, houve uma tentativa de se fazer o loteamento e a construio deste pequeno centro urbano, mas as exigências legais eram muitas e o projeto acabou sendo abandonado. Após chegar  conclusão de que “sem o centro não há futuro para esta colônia”, os lotes foram sendo distribuídos no regime de “locao vitalícia”, e o dinheiro da venda foi transformando em capital para a aquisio de imóveis rurais.

Na divisão dos lotes, feita em dezembro de 1983, 66 dos 176 lotes foram vendidos a 96 ienes¹⁷ por metro quadrado e a 112 Ienes por metro quadrado, gerando uma receita de 3.640.000 ienes. Em 1985, a comissão de loteamento passou a ser denominada comissão de planejamento urbano e, além de implementar uma série de melhorias na infraestrutura como vias de transporte, esgoto, etc., de maneira a beneficiar os moradores, deu início  negociaoes para a oficializao do projeto. Em 1986, a colônia foi reconhecida pela câmara municipal de Ribeirão Preto como “rea de expansão urbana”. Em 1990, na segunda divisão das terras, foram criados outros 120 novos lotes, ao todo, 303 lotes foram criados a partir deste período sendo que a maioria já foi vendida.

Em outubro de 1992, foram realizadas as primeiras eleioes municipais, sendo eleito Norberto Selli para ocupar o cargo de prefeito. Dos nove candidatos de Mombuca, três foram eleitos para a câmara de vereadores, sendo Shiro Kondo o vereador com o maior número de votos. A Vila de Guatapar que passou a ser a sede do novo município, após a economia de fundos e impostos destinados aos municípios entre 1989 e 1992, tinha um valor considerável em poupança para aplicao nos novos serviços da municipalidade, sendo assim desenvolveu-se vistosamente: ganhou ruas asfaltadas, escolas de ensino infantil, posto de saúde, entre outros serviços. No centro da colônia, foram construídos uma escola de educao infantil e um posto de saúde, além de obras de extensão elétrica e de esgoto. O reconhecimento formal da colônia veio quatro anos mais tarde, durante a gestão do prefeito Esdras Igino da Silva. O loteamento

¹⁷ O valor de 1 Iene em reais em maio de 2019  de R\$0,04

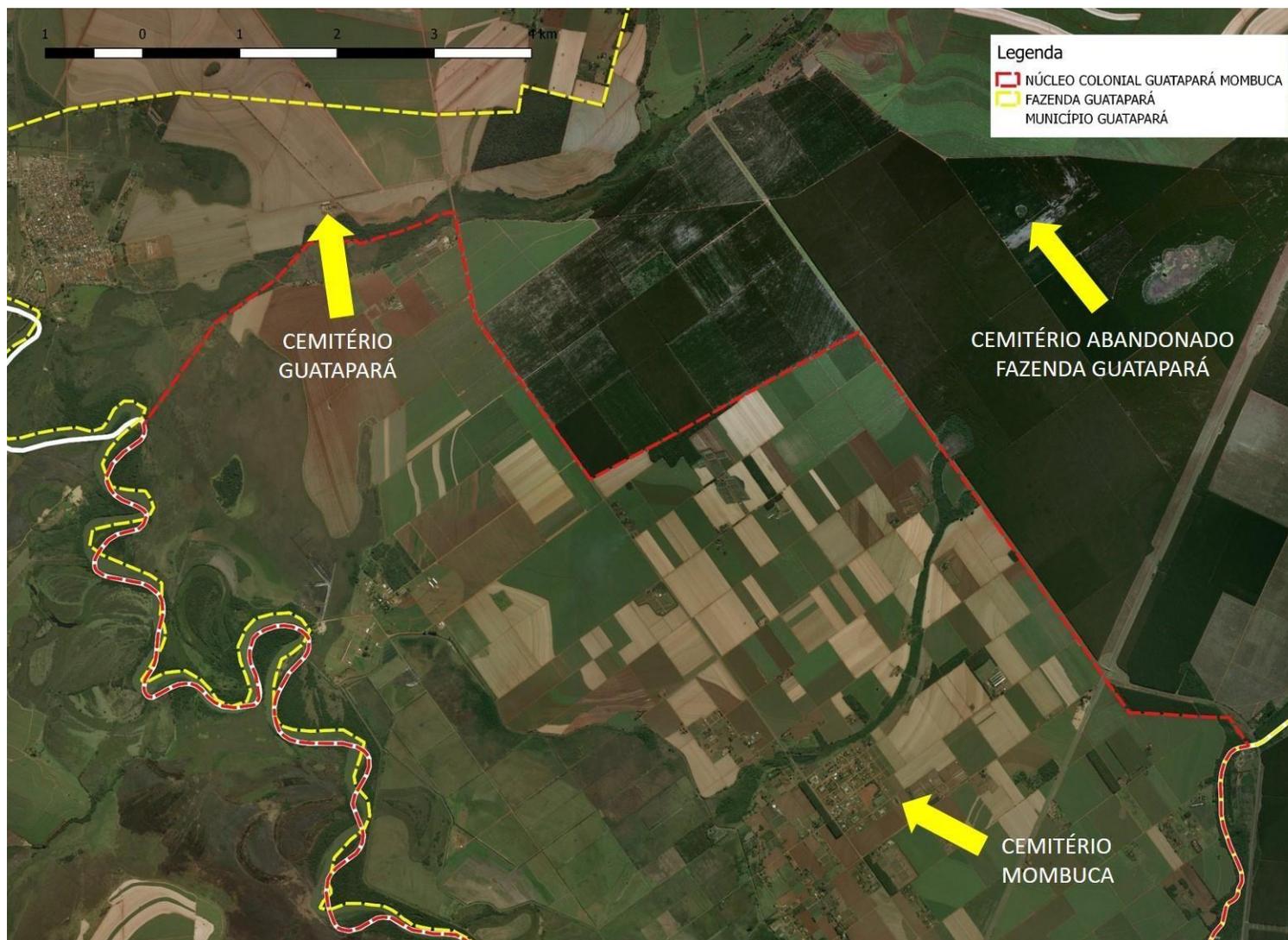
foi registrado no cartório de registro de imóveis como Vila Japonesa em abril de 1997, com isso, começaram a ser expedidos os títulos de propriedade da terra aos colonos, antes tão desejados. A prefeitura passou a oferecer serviços de transporte escolar aos moradores da colônia distante 10 quilômetros da sede do município, durante o dia e também durante a noite, levando a um aumento expressivo no número de estudantes que ingressavam no ensino superior. De 1998 em diante, teve início a cobrança do IPTU e as funções administrativas da região foram oficialmente transferidas ao município. Com isso, chegava ao fim o papel da Comissão de Planejamento Urbano, que mais tarde foi incorporada à comissão financeira da AACEG Cultural.

4.9 O Cemitério de Mombuca e a Homenagem aos Imigrantes de 1908

Em 1962 com a chegada dos primeiros imigrantes, não havia ainda cemitério na Colônia Guatapará, e os mortos precisavam ser sepultados no cemitério da antiga fazenda Guatapará, situado em meio a um eucaliptal, a mais de dez quilômetros de distância da colônia (Figura 63, p.148). As lápides eram rodeadas por grandes árvores envelhecidas, o que dava ao local um aspecto deveras lúgubre segundo os relatos de alguns moradores. Por volta de 1600 imigrantes japoneses passaram pela região desde a chegada do primeiro navio de imigrantes, em 1908, “sonhando com o dia em que cobertos de glórias retornariam à terra distante” de onde partiram. Destes, porém, estima-se que trezentos ou quatrocentos tenham tombado pelo caminho, vítimas da malária e outras moléstias que a terra repentinamente trouxe, deixando somente um rastro de pesares. (Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapará, 2017). À primeira vista que os imigrantes tiveram deste primeiro cemitério há de ter sido muito marcante, segundo o relator do Livro em Comemoração ao 50º Aniversário da colônia (2017, p.105):

A um canto, perdidas no meio da erva que cresce livre, altaneira, jaziam algumas lápides de pedra que muito pareciam as que se fazem costumeiramente no Japão. Numa delas, recoberta pelo musgo, lia-se com muita dificuldade a inscrição “venho em busca da luz eterna” (namu amidabutsu). Não havendo quem os visitasse, os mortos daquele cemitério jaziam esquecidos ali havia várias décadas, sob a terra desolada, sem nenhum contato com o mundo dos vivos. O tempo e as intempéries haviam imprimido sua marca sobre a paisagem, que agora aparecia fantasmagórica, quase perturbadora.

Figura 63 - Localização dos três cemitérios existentes no município de Guatapar



Fonte: Elaborado pela autora no QGis (2019)

Em 1962, logo após a chegada dos primeiros colonos, alguns imigrantes mais antigos (Hatanaka, Taniguchi, Yamanaka, Oda) vieram de Bastos para confortar e encorajar os recém-chegados. Ao mencionar os túmulos abandonados no meio do eucaliptal, os pioneiros insistiram para que os novos colonos não se esquecessem de dispensar aos mortos o devido cuidado. Hatanaka, que era formado pela Escola de Línguas Estrangeiras de Tokyo (Tokyo Gaigo Gakko), havia se instalado em Guatapar em 1912, trazendo outros tantos imigrantes, depois de cruzar o oceano a bordo do vapor Itsukushima-maru. Tendo vivido na região durante varios anos, Hatanaka teria contado estas e outras muitas historias aos novos moradores. Esta é a origem do atual monumento em homenagem aos pioneiros. (Associao Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, 2017)

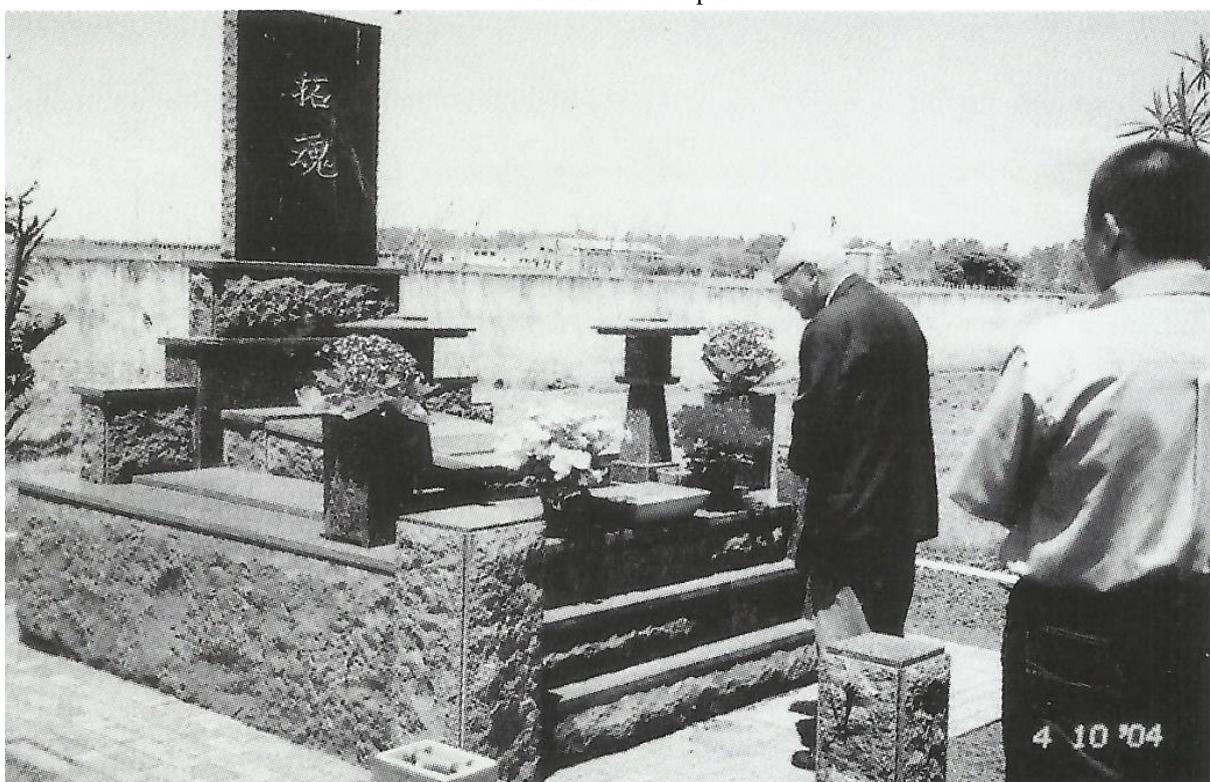
Depois do ocorrido, em 1968, um decreto da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ordenou a transferência do cemitério da antiga fazenda para uma nova área, os colonos, a trasladar não somente os nossos mortos, mas também os restos mortais dos colonos mais antigos para as novas sepulturas. Como o projeto original da colônia já previa um espaço para a construo de um cemitério, foi constituída uma comissão especial para a execuo do projeto, que havia recebido aprovao da prefeitura, em 11 de outubro de 1974.

A comissão era presidida por Ichiro Matsuda, tendo Hajime Jikihara como vice-presidente e Kanshi Fujiwara como tesoureiro. Um muro de tijolos foi construído em torno de uma área de 10.230 m². Na entrada, foram erguidos uma sala de preparao dos corpos e um almoxarifado. O responsável pela obra era Takashige Uemura. O cemitério ficou pronto em 1976, logo em seguida, os restos mortais dos primeiros imigrantes puderam ser trasladados para o novo cemitério. O projeto previa a construo, no meio do cemitério, de um monumento em homenagem aos pioneiros cujos túmulos haviam sido abandonados, de forma que os mortos pudessem ser sempre lembrados pelos moradores da colônia. A construo do monumento foi incluída entre os eventos a serem realizados por ocasião do 15. aniversário da colônia em 1977 e uma comissão especial foi novamente constituída para a realizao da obra. A comissão era composta somente por ex-presidentes da Associao Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, e por ex-presidentes da sucursal da Cooperativa Agrícola de Cotia.

A principal dificuldade encontrada durante o preparo para a construo do monumento foi o dinheiro necessário  execuo da obra. Demorou-se a encontrar um método eficaz de arrecadao de fundos. O projeto foi orçado em 70 mil cruzeiros; destes, esperava-se conseguir 13 mil junto aos moradores da própria colônia, enquanto que o resto teria que ser levantado junto ao restante dos japoneses e descendentes espalhados pelo Brasil como expressão de boa vontade. A Cooperativa Agrícola de Cotia ofereceu grande apoio ao projeto. Cerca de mil e

seiscentas pessoas de origem japonesa haviam passado pela fazenda Guatapar no período anterior  guerra para trabalhar durante períodos de dois anos como colonos na fazenda. Muitas dessas pessoas deixaram descendentes que hoje se encontram espalhados por todo o Brasil. Não se sabe se por influência destes descendentes ou não, o fato é que a quantia arrecadada foi quase o dobro do valor que havia sido orçado no princípio. Naturalmente, o sucesso da empreitada é devido também ao trabalho abnegado dos membros da comissão e da colaborao dos três principais jornais da colônia, que divulgaram amplamente o projeto. Foi com grande satisfao que os moradores de Guatapar testemunharam a repercussão da iniciativa em um número tão elevado de pessoas.

Figura 64 - Mausoléu onde foram depositados os restos mortais dos antigos imigrantes sepultados no cemtrio da Fazenda Guatapar



Fonte: AACEG (2018)

Assim, em 27 de maio, os túmulos do cemtrio da antiga fazenda Guatapar foram escavados na presença de todos os membros da comissão especial. Foram recuperados fragmentos de crânio, parte de um osso que parecia ser de um quadril, sete dentes, seis moedas antigas e um pouco de terra das sepulturas; todos estes objetos foram colocados dentro do monumento (Fig.64). O objetivo da construo deste monumento era prestar uma homenagem aos espíritos dos primeiros imigrantes e, ao mesmo tempo, deixar um registro destes importantes pioneiros nas páginas da história da imigrao. No monumento l-se a inscrio

“Takkon' que se traduz como espírito de pioneirismo, seguida de uma mensagem de Jisaburo Takagi, já falecido, então membro da comissão especial.

Mensagem traduzida para o português:

“A colônia de Guatapará que vemos hoje aqui encontra-se erigida sobre o solo da antiga fazenda Guatapará, uma das fazendas para onde foram encaminhados os primeiros imigrantes japoneses a pisarem este solo. É, portanto, um dos nascedouros da colonização japonesa neste país. O sofrimento destes bravos homens e mulheres, agravado ainda pela pestilência que grassava solta por estas pragas, foi cruelmente ceifando vidas sem conta, uma após a outra; levados a descansar no cemitério da antiga fazenda, os restos mortais destes pioneiros lá ficaram, abandonados, a assistir a outras tantas revoluções do céu. Finda a Segunda Guerra Mundial, porém, outros homens e mulheres singraram os mares e cá vieram lançar-se à dura empresa de reerguer aquilo que o tempo rasara. Assim retomou-se a colonização destas terras. O espírito que anima tão nobres desbravadores é a marca indelével da nossa colônia. Por isso prestamos nossa homenagem a estes velhos pioneiros e registramos a importância da sua obra. Que a descendência destes bravos homens e mulheres continue tão bela obra sem perder este espírito jamais; e que os pioneiros possam enfim repousar na merecida paz. Por ocasião da comemoração do 69.º aniversário da imigração japonesa para o Brasil AACEG fez erguer.”

Assim, no dia 25 de junho de 1977, durante as comemorações dos 69 anos da colonização japonesa no Brasil, foi realizada com grande pompa a inauguração do monumento (Fig. 58), evento que contou com a presença de numerosas personalidades e pessoas ilustres, antecedendo as comemorações do 15.º aniversário da colônia. Muitos visitantes do Japão vieram prestigiar a cerimônia e prestar suas homenagens aos pioneiros, em sinal de reconhecimento da importância dos imigrantes e sua história.

Em 2004, estava previsto para que o então primeiro ministro do Japão, Jun-ichiro Koizumi, lançasse flores de um helicóptero sobre o monumento, mas a aeronave acabou pousando e o premiê desceu para saudar os moradores, que o receberam com lágrimas nos olhos. Por coincidência a autora desta pesquisa estava presente nesta ocasião, que pode observar como o povo japonês respeita uma autoridade de seu país de origem. Na mesma aeronave estava presente o então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do qual os moradores nem perceberam a presença.

5 A RELAÇÃO ENTRE AS DUAS FRENTES MIGRATÓRIAS 1908-1962

Ao longo do levantamento de dados históricos, geográficos, relatos, fotografias sobre a imigração japonesa na Fazenda Guatapar, no município de Ribeirão Preto, Araraquara, Motuca e outras cidades nos arredores foi possível elencar vários indícios da existência de uma colônia de moradores nas terras onde se localiza o núcleo.

No livro de Masao Daigo, que apresenta a biografia de Umpei Hirano e sua trajetória desde a partida do Japão rumo ao Brasil sob a responsabilidade de interpretar a língua portuguesa aos recém-chegados orientais, há um trecho que faz menção a um lugar chamado “Mombuca” (DAIGO, 1988, pg. 65):

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas à cultura da mandioca, conhecidas como "mombuca", pelos canaviais e pelas destilarias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Unpei, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinquenta pessoas.

Sobre a Colônia Tomizaki, nome dado  fileira de casas próximas ao Engenho ou Casa das Laranjas, somente informações orais sobre a existência de onde foram instalados os primeiros japoneses vindos em 1908. Os relatos de Handa (1987) sobre a proximidade da várzea onde plantavam arroz, e até chegaram a contrair malária, sugerem ser próxima ao Rio Mogi-Guaçu e sua grande várzea.

Logo após a partida do grupo de imigrantes japoneses liderados por Hirano (DAIGO, 1988) rumo à Cafelândia, pouco se tem registro de relatos ou fotografias sobre a existência e permanência dos mesmos na Fazenda Guatapar e suas seções, talvez em razão da proibo de aglomerados de pessoas de origem amarela, inimigos de guerra. Algumas fotografias cedidas por Adolpho Silva Gordo (Figuras 65,66 e 67, p.154 e 155), último proprietário, antes da demolição e fim das atividades agrícolas da propriedade em questão.

Figura 65- Pose para o registro de visita do Embaixador do Japão em frente ao Palacete - 1933



Fonte: Acervo Adolfo Silva Gordo (2010)

Figura 66 - Pose para o registro de visita do Embaixador do Japão no pátio do palacete com colonos japoneses.
1933



Fonte: Acervo Adolfo Silva Gordo (2010)

Figura 67 - Visita do Embaixador do Japão, pose ao lado de uma das casas da colônia. 1933



Fonte: Acervo Adolfo Silva Gordo (2010)

Outra fotografia adquirida durante a pesquisa, foi de parte da administração da Fazenda Guatapar, reunida na Igreja de São Martinho, em dia de festa. Segundo Cláudio Ramalli, último administrador da massa falida e do acervo da Fazenda em mensagem enviada  *homepage* “Fazenda Guatapar – Memórias”, a fotografia (Figura 68, p.156) foi tirada por volta de 1930 a 1940. Todos os registros de empregados, mapas, acervo fotográfico da propriedade foi enviado para um galpão na cidade de Piracicaba, mas o acesso a esta documentao não é facilitado devido a muitos processos trabalhistas e credores da antiga propriedade agrícola.

Conforme descrio de Ramalli, a fotografia (Figura 68, p.156) mostra parte da administrao da Fazenda Guatapar, reunida na Igreja de São Martinho, em dia de festa. Acredito que a foto foi tirada por volta de 1930 a 1940. De p, da esquerda para a direita: ngelo Baldo e seu filho; Mario Graffietti; Vicente Ramalli, Breno Silveira; ngelo Ferrarezzi; Tonic, conhecido como Campeão; Domingos Mattioni, Felício Marchetti; Hirota Tziyota; Sentados: Jeronimo; Estevam Cocco; Artidoro Bassanetto. Dr. Orestes Moura Pinto; Jorge Rodrigues Barbosa; Domingos Marcantonio e João Stoppa.

Figura 68 - Foto dos administradores da fazenda entre 1930 e 1940, registrada em frente à Igreja de São Martinho



Fonte: Acervo Cláudio Ramalli (2018)

Nota-se, a presença de um descendente japonês na imagem, Hirota Tziyota, conhecido pelos antigos moradores por “Shirota”, um dos últimos imigrantes da primeira imigração (1908-1942) a permanecerem no território. Hirota foi responsável por uma das olarias à beira do Rio Mogi-Guaçu próximas ao porto na Vila Guatapará.

A Mombuca era apenas um assentamento de apoio às atividades majoritariamente agrícolas da Fazenda Guatapará. A unidade isolada era composta de duas colônias em sequência, paralelas ao riacho, com um recuo, em leve declive, de mais ou menos cinquenta metros. A primeira era de tábuas, próxima da represa que se formara devido à construção da ponte da estrada de ferro, particularidade patrimonial da fazenda. A segunda, em linha continuada, era constituída de moradias geminadas e de alvenaria, cobertas com telhas de argila, mas com o piso em terra batida, totalmente sem qualquer tipo de revestimento em nenhum dos cômodos, segundo relatos de Laudir Vicente da Silva, já falecido, em um documento de 288

páginas redigidas sobre sua trajetória de vida¹⁸, a qual relata a sua primeira infância em uma dessas casas da colônia. Sr. Laudir, nasceu em 1939 nesta colônia. Os relatos desse senhor vão ao encontro de relatos de moradores da Fazenda Guatapar quanto ao fato da existência de famílias japonesa e o trabalho com agricultura na região denominada Mombuca.

Figura 69 - Colônia e casas já existentes junto à construo do novo moinho de rao.



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

Na imagem acima (Figura 69)  possível notar na parte superior a sequência de casas com características semelhantes às colônias da sede da Fazenda Guatapar, entre as casas, na construo maior no centro da imagem, trata-se do moinho de rao construído pela JAMIC, e de frente, um conjunto de construo de aparente semelhança com às da colônia citada anteriormente.

¹⁸A pesquisadora teve acesso a este documento por meio da pesquisadora Lilian Almeida a qual tinha contato pessoal com Sr. Laudir Vicente da Silva. A intenco de Seu Laudir era que este documento fosse publicado como livro, contando algumas de suas memórias de sua trajetória de vida. O documento intitulado, “A trajetória de Vida – Pedro Mombuca” consta de vários relatos que coincidem com as hipóteses desta pesquisa, de que há uma relao territorial entre as duas frentes migratórias.

Figura 70 - Outro ângulo da foto aérea com as construções já existentes e as novas instalações



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

É possível verificar na imagem acima (Figura 70) a cobertura vegetal da área, a presença de mata de cerrado com solo arenoso, presente em maior parte das áreas próximas ao rio Mogi-Guaçu e seus afluentes (Córrego Mombuca).

Para entender toda a questão que envolve a ocupação do território denominado Mombuca em Guatapará, foi necessário buscar o significado do termo, na entomologia. *Mombuca* significa um grupo de diferentes espécies de abelhas indígenas da subfamília dos Meliponíneos, variedade de abelhas melipodídeas que depositam o mel em cabaças e não em favos. A *Geotrigona mombuca* é uma abelha social, mansa, popularmente conhecida como Guira ou jataí¹⁹. É uma espécie que constrói ninhos subterrâneos, provavelmente ocupando panelas de antigos saueiros. A abelha Guira é encontrada em áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, portanto, chega-se à conclusão que o nome da região foi dado em função da grande quantidade de abelhas da espécie devido à região de cerrado.

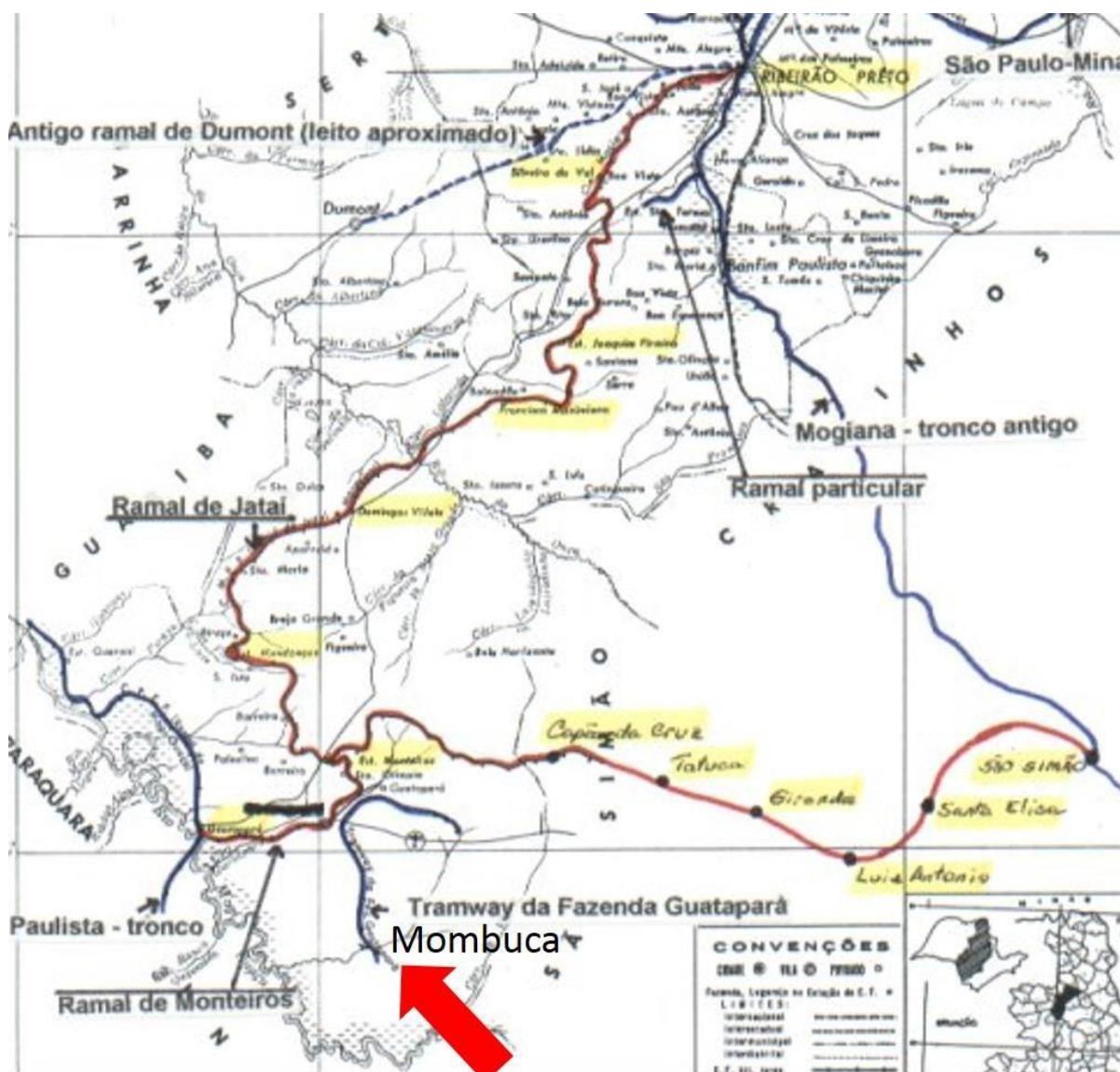
Entende-se, portanto, a não presença de cafezais nesta área em razão do solo pobre, sendo apenas cultivado a mandioca como já mencionado anteriormente.

¹⁹ Ver relato de SILVA na página 155

Segundo (SILVA, s.d, p. 05):

A existência do riacho ao fundo da colônia era fundamental, agregava subsídios prementes para a subsistência da comunidade. Além de oferecer o elemento essencial para a preparação dos alimentos e necessidades higiênicas, era abundante em peixes, como lambaris, traíras e bagres. Por tabela, completava o lazer nos impondo o vício dos banhos constantes, sem perigo, pois ainda na frágil idade nós, os pirralhos, tais quais os autênticos curumins, já éramos exímios nadadores e a profundidade da água não oferecia maiores receios por parte dos pais. Outra faceta primordial era a sua utilização para a limpeza das roupas. Cada dona de casa tinha no seu espaço exclusivo, correspondente às divisas laterais do quintal, separadas por cerca de arame farpado devido ao confinamento dos animais, como cabras e porcos, uma prancha fixa para bater e um bom eito de grama para quarar as peças.

Figura 71- Ramais ferroviários da Mogiana e Paulista que passavam por Guatapará



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/l/mapas/luizantonio.jpg>

Continuando com os relatos do antigo morador de Mombuca, (SILVA, s.d., p. 06):

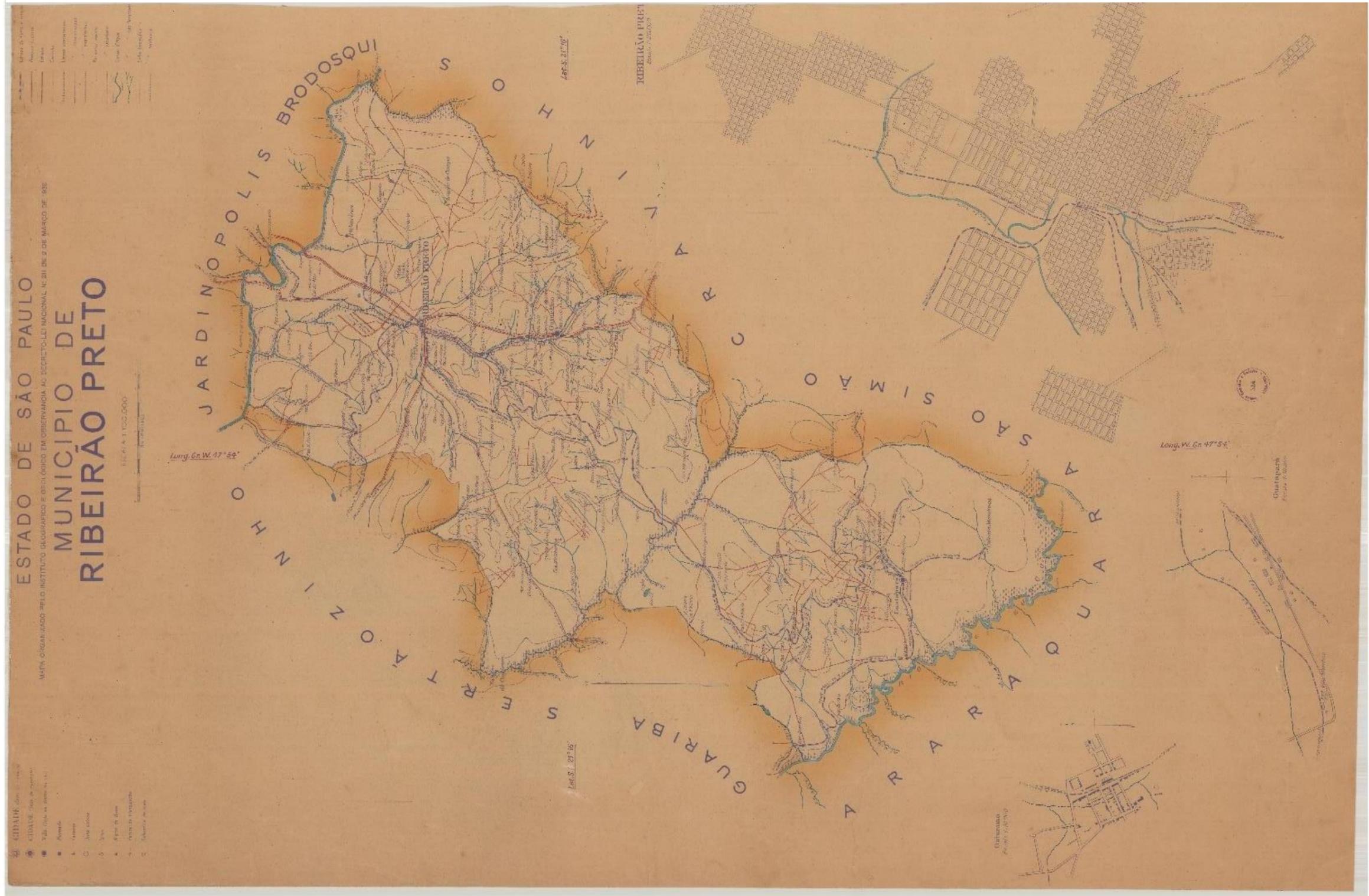
(...)Continuando com o desfile das propriedades do meu paraíso, havia condição nos arredores para armarmos as arapucas que aprisionavam pombas do mato, inhambus, codornas e tantos outros passarinhos, inclusive saracuras, cujo bico traiçoeiro exigia uma apurada cautela para a introdução da mão dentro da armadilha. Palco de magia mística era o cerrado fronteiro à colônia, onde proliferavam os tatus das raças bola, galinha e peba, aliás, esse último espécime excluído com certa relevância do cardápio pela esdrúxula preferência de cavar buraco em cemitério, afirmação dos idosos e mais vivenciados no universo roceiro. O fascínio era realçado pelos saborosos marolos, marmelos, pitangas e outros frutos camuflados no mato mediano frontal à colônia, que se traíam pelo aroma inconfundível, à exemplo das gabiobas, de sabor inigualável entre todas as frutas, pelo menos para mim. Incutia-nos uma emoção especial o pitangal silvestre, de configuração rasteira e à frente da conjunção das colônias, em cujos frutos a natureza aplicava a magia de amadurecê-los a todo instante para instigar a nossa sagacidade, o prazer que nos dava ao encontrá-los no meio das folhas. Era uma “garimpagem” constante e fabulosa. Nas adjacências, mormente no cerrado, havia o mel de jataí, assim como no quintal as cabras que nos abasteciam de leite, um alimento altamente nutritivo, também o suficiente para a confecção de manteiga e queijo. Outrossim, poderiam ser enumeradas tantas outras inerências, senão uma infinidade de aspectos com gosto de felicidade. Detalhe: encontrar um pé de marmelo carregado com frutos maduros provocava sensação idêntica à que um garimpeiro sente ao descobrir pepitas de ouro ou diamante, ou um jogador de futebol ao marcar um golimportante. No nosso caso igualmente levava ao delírio.

O documento deixado por Sr. Laudir evidencia de forma clara como era a vida na seção Mombuca (Figura 71, p. 159), descrevendo como era o percurso que fazia a ligação entre a estação Vila Albertina próxima à Colônia Tomizaki (Figuras 72, 73 e 74, p.161,162), a várzea e o cerrado (SILVA, s.d., pg. 09) :

O “trenzinho, como era carinhosamente chamado o comboio, entre outras funções, como o recolhimento das sacas das colheitas em épocas adequadas ao longo do ano, transportava para um ponto estratégico, nas proximidades do varjão, os bóias-frias das colônias da sede e do assentamento de apoio da Mombuca, montado a nove quilômetros do núcleo principal e próximo das diversas plantações. Reiterando, o café era o forte do sistema, plantado na parte mais elevada e de terra essencialmente vermelha, apropriada para tal tipo de cultivo”.

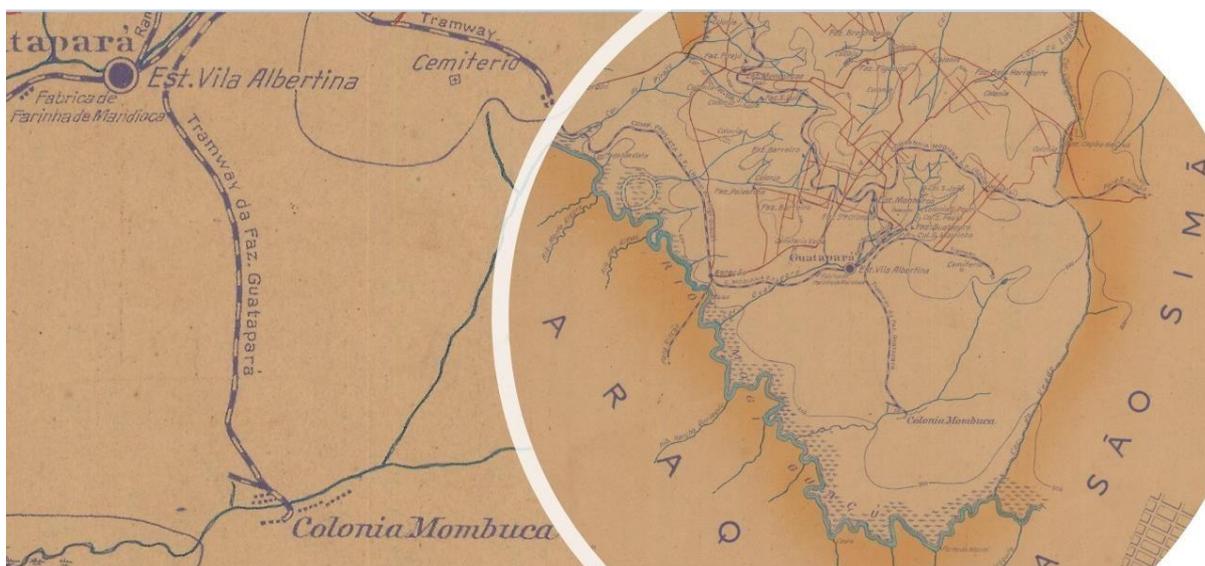
Segundo os relatos do Sr. Laudir, no “varjão” da Mombuca, onde era feita a plantação de arroz, o feitor destacava uma turma só de mulheres para a limpeza das muitas valetas que escoavam as águas quando a enchente baixava. Invariavelmente, ao término da jornada resultavam vários montes de serpentes, com destaque para a cascavel e a urutu cruzeiro, mas a jararaca-do-rabo-branco, a coral e outras espécies também causavam muito medo. Entretanto, tão bem aplicada era a perspicácia e apurada a habilidade no manejo da enxada que nesse tempo compreendido no texto não houve notícia de um único caso de óbito por picada de cobra.

Figura 72 - Mapa do Município de Ribeirão Preto elaborado pelo Departamento Geográfico e Geológico (1935-1938)



Fonte: NCAH - Centro Museu Geológico do Instituto Geológico/SMA

Figura 73 - Detalhe do mapa onde aparece a sede da Fazenda e a Colônia Mombuca e a ligação por meio de um ramal férreo e a localização da fábrica de farinha de mandioca



Fonte: NCAH - Centro Museu Geológico do Instituto Geológico/SMA Modificado pela autora

Figura 74 - Anúncio da farinha de mandioca fabricada junto à estação de Monteiros, às margens do ramal de Jatapuá (O Estado de S. Paulo, 2/1/1921)

FARINHA DE MANDIOCA

“Guataparã”

A melhor farinha do Brasil. Esta farinha, muito rica em amido, e portanto, altamente nutritiva, é fabricada com capricho e com machinismos especiais.

Preço, por sacco com 50 kilos, para partidas acima de 10 saccos :

EM S. PAULO á rua Direita, 7, sala 88 -- 14\$000.

NA FAZENDA GUATAPARã, estação Monteiros -- 12\$000.

Abatimento de 500 réis por sacco para partidas acima de 100 saccos.

Fonte: Arquivo digital

Sempre podiam contar com o doutor Orestes, médico que atendia os moradores da fazenda, que possuía o antídoto para cada variedade das espécies encontradas pelas imediações. Também não era raro o carroção, que transportava as ferramentas e demais apetrechos utilizados nas lavouras, à tarde voltar para a colônia da Mombuca arrastando uma, duas, senão mais sucuris, algumas ultrapassando os oito metros de comprimento e excepcionalmente os dez. Um caboclo experiente tirava o couro, o administrador, chamado Trita, mandava curtir e despachava para São Paulo. (SILVA, s.d.)

Um aspecto significativo, inclusive pela disposição estratégica em pontos equidistantes nas beiradas das estradas que cruzavam as plantações de milho, feijão, algodão e outras culturas, era a existência dos ranchos que, além da utilidade, adornavam a paisagem. Abertos nas laterais e com a cobertura de sapê apoiada sobre quatro, seis ou oito esteios, eram primordialmente utilizados para a guarda das sacas com grãos, de onde se fazia o traslado por carroças e carroções ao ponto onde ficava estacionado o trem de ferro. Concomitantemente também serviam de apoio para o pessoal alimentar-se à sombra, proteger-se das intempéries e descansar ao fim da tarefa, isso quando a locomotiva descarrilava ou atrasava por motivo imperioso.

O pontilhão da ferrovia na barragem do açude era o ponto preferido de alguns moleques travessos que colocavam empecilhos nos trilhos para descarrilar a maria-fumaça. Confessa no texto que nunca participou das “criminosas atitudes” por conta dos fatores óbvios, como a idade tenra, o corpo franzino, embora os reflexos não fossem mais primários, mas ficava bem escondido no meio do bambuzal para acompanhar o impacto dramático que inevitavelmente provocava os berros coléricos do maquinista. Sua frustração era não ficar sabendo que processo, ele e o foguista utilizavam para colocar de novo a roda sobre o trilho e restabelecer o tráfego depois de desistirem de procurar os malfeitores pelas redondezas e até investigar nas casas.

Relata ainda que o gerente da fazenda, da época, oriundo da Argentina, era baixinho, atarracado, tinha o rosto salpicado de protuberâncias, o que lhe dava uma aparência nada simpática. Entretanto, o aspecto que assustava os moradores da localidade era a aversão que ele demonstrava pelos animais domésticos. A insanidade incluía gatos e porcos, porém, concentrava-se com redobrado empenho sobre os cães, cuja quantidade e liberdade eram mais acentuadas, segundo (SILVA, s.d., p. 11):

Nós, os de baixa idade, circunstancialmente apegados ao símbolo animal de estimação, éramos os mais atingidos pela perversidade da sanha, o que nos fazia crer que ele tivesse sido mordido nas nádegas, nas pernas ou fosse lá onde fosse e carregasse na pele cicatrizes horrorosas. Explicando a tal antipatia do meliante, toda segunda-feira ele fazia inspeção nas duas colônias da Mombuca, razão porque desde

o romper da aurora ficávamos inquietos e alertas para denunciar o aparecimento da "baratinha" no alto da colina. Enquanto ela formava um canudo de poeira estrada abaixo, corríamos para lá e para cá, gritando com desespero os nomes dos caninos, misturando destreza com afobação, a fim de colocá-los em tempo hábil embaixo das camas, ao que também ficávamos confinados no mesmo espaço enquanto ele percorria a colônia. Era invariavelmente um teste de resistência para o nosso infantil coração, eis que o maquiavélico sanguinário fazia o trajeto de ida e volta com o revólver na mão esquerda, do lado de fora, e a direita no volante. Dentro de casa não entrava, mas se algum dos nossos vira-latas cometesse a burrice de ficar na berlinda, certamente teríamos que cavar um buraco no quintal para enterrá-lo porque a mira era infalível, mesmo com o sinistro veículo em movimento. Nós o conhecíamos por seu Trita, mas diziam os adultos que era o sobrenome. À revelia das opiniões, também criava uma expectativa amistosa, falava de um jeito debochado, contava piadas e brincava principalmente com a gurizada. Todavia, não se furtava de esculachar com energia com crianças e adultos se o momento e o motivo assim exigissem. Curiosamente, o seu esquisito carrinho sempre estava cheio de bugigangas, pois, por exigências das atividades, era comum prestar ajuda nos partos dos animais, éguas e vacas, colher amostras de plantas e pesquisar o solo para o plantio. Naquela época talvez a palavra não constasse no calendário caipira, no universo da simplicidade roceira, mas ninguém duvidava de que ele fosse uma sumidade nos assuntos da terra (*sic.*). Agronomia era um vocábulo isento de conhecimento dos ingênuos moradores da Mombuca.

Adepto de alternativas, o tal gerente introduziu num pasto reservado da Mombuca uma manada de búfalos e arranjou um terrível transtorno para os que habitavam nas proximidades da pequena represa, que ficava ao fundo das casas de tábuas. Como é sabido que essa raça de mamíferos instintivamente tem afinidade com a água barrenta, durante a noite os animais de couro negro se mostravam peritos no uso dos chifres retorcidos para arrebentarem os fios de arame farpado e com a liberdade conseguida se fartavam do brejo ao longo da área represada. Todavia, a consequência danosa era que derrubavam tudo que lhes barrasse o caminho: paiol de milho, galinheiro e até chiqueiro, ao que os suínos, dotados de instinto idêntico, aproveitavam também para o deleite no paraíso aquático camuflado sob a mistura de capim e aguapé.

Fica claro no relato, a discórdia, anteriormente citada com relação aos moradores da sede da Fazenda Guatapará, quando Silva relata a insinuação de superioridade social, como que tachando os moradores, japoneses ou não, da Colônia Mombuca de “pobretões”, de gente do “quinto mundo”, para explicitar de maneira contundente, as pessoas que moravam nas colônias da sede andavam de “nariz empinado”, como se fossem habitantes da capital do Estado e até mesmo do Brasil, na época a cidade do Rio de Janeiro. Tanto exagero no orgulho era porque desfrutavam de regalias como o cinema, o salão de bailes e o bar dentro da sede do Clube Atlético Guatapará, cujo campo de futebol era gramado e tinha até uma pequena arquibancada de madeira. Nele, como já foi citado acima, para privilégio dos aficionados da comunidade e das fazendas da redondeza, também da Vila Guatapará, o time do Palmeiras da capital treinava

quando ficava concentrado nas imponentes mansões, numa área de aspecto nobre, próximas ao Palacete. À frente delas se descortinava uma avenida iluminada e magnificamente arborizada, eis que era o reduto da família Morganti quando seus membros vinham de São Paulo e de outros centros urbanos. A tal deferência aos elencos futebolísticos, com certa prioridade era efetuada nas oportunidades em que os “periquitos” como eram chamados os jogadores, precisavam enfrentar fora de casa os oponentes de Ribeirão Preto, cognominados “leão” e “pantera”, os times do Comercial e Botafogo respectivamente. No leque dos privilégios acima mencionados, incluíam-se o lactário; a farmácia; o ambulatório, então todos de responsabilidade do doutor Orestes; também o grupo escolar; o armazém; a barbearia; a pequena igreja, onde foi batizado; a sorveteria.

Continuando o relato de Sr. Laudir, acrescenta com muito orgulho a influência da Mombuca em sua vida (SILVA, s.d., pg. 57):

Esclareço que na década de 1960 a área relativa foi vendida para a Cooperativa Cotia, com o assentamento previsto de 400 famílias de imigrantes japoneses, que na verdade não chegou a duzentas, e passou a ser conhecida como comunidade “Zentakorem”, também “Núcleo Colonial Mombuca”. Tenho prazer em profetizar que a sua condição de bairro de Guatapará reflete um futuro promissor, fadado ao progresso por oferecer um abrangente potencial turístico, eis que, a exemplo da cidade, também está localizado junto ao rio Mogi-Guaçu e à frente de um moderníssimo pedágio recentemente construído na rodovia São Carlos-Ribeirão Preto (*sic.*), denominada Deputado Antônio Machado Santana. Basta apenas que os poderes constituídos, controladores das verbas, desapeguem-se da letargia política e da atuação demagógica.

No documento é relatado sobre um armazém e venda de secos e molhados arrendado do bar da estação da Vila Guatapará, depois utilizado para beneficiamento de arroz, cuja máquina era de propriedade e operada pelo japonês Yukio Sakamoto, um dos últimos japoneses da primeira imigração (1908-1942), figura de papel importante na composição dos alicerces da Vila de Guatapará, assim como cita um dos proprietários da empresa, como “Xirota”, tratando-se de Hirota Tziyota, citado anteriormente nesta pesquisa (SILVA, s.d., p. 59):

Das singularidades da época, cito com saudade que aperta o coração a existência da Empresa, hoje extinta, que era propriedade dos sócios de origem japonesa, Xirota, Campeão e Jake. As atividades eram mescladas com a extração de areia e pedregulho, por sinal a única que atuava no ramo aquático até a década de sessenta, com a função oleira e em menor escala com o trabalho agrícola. Quando o rio bufava, inundando o varjão, as duas primeiras práticas eram interrompidas e a terceira absorvia a mão-de-obra em oferta, engrossando o contingente específico e satisfazendo coincidentemente à necessidade da colheita, principalmente do arroz, que era a cultura preferida do povo.

Algumas informações adiante apresentam inconsistências relacionadas à identidades dos últimos integrantes da primeira imigração para Guatapará, (SILVA, s.d, p. 63):

Os acontecimentos da época, como a mudança para integrar a comunidade de Guatapará, ofereciam um leque de perspectivas para acomodar o nosso espírito. O

japonês Jake (Ryoaki Miamura), sócio dos compatriotas Xirota (Ueta Thoyti) e Campeão (Tokyti Ykuhara), cujo apelido era oriundo da sua participação vitoriosa em lutas japonesas na juventude, o Jake, repito, era apaixonado por futebol. Como a idade já o impedia de praticar o esporte das multidões, ele montou um time infantil para continuar satisfazendo seu ego. A empolgação era mais pela habilidade dos filhos, Chicão e Yutaka, e dos sobrinhos, Minoro, Tadashi, Tuta, Heitor e Flávio (Moacir, o primogênito do Campeão e irmão dos três últimos citados, já participava do elenco adulto, tendo, inclusive, num jogo na Fazenda Santa Margarida, estourado a bola ao prensá-la contra o pé do adversário, que era tão forte quanto ele). Todos eram simpatizantes do Palmeiras da capital, motivando o Jake a comprar uniforme verde e branco e batizar a agremiação de Palmeirinha. A partir de então teve início um estimulante hábito recreativo para a molecada e um gostoso passatempo para a comunidade, com destaque para os pais corujas, aos domingos pela manhã, eis que na parte da tarde o campo era utilizado quase que com exclusividade pelo time adulto do Esporte Clube Guatapará(...)

Um outro documento (Anexo B), escrito por Luiz Borba Moura, Ex-Oficial do Registro Civil e Tabelionato do Distrito de Paz de Guatapará, na época pertencente ao Município e Comarca de Ribeirão Preto, exercendo a atividade no período de 02 de maio de 1945 a 01 de setembro de 1974, tendo residido no então ainda distrito de Guatapará, foi registrado como um documento oficial, utilizado pela Prefeitura Municipal de Guatapará até os dias de hoje como parte da história do município. Neste documento, denominado “Histórico da formação da Vila de Guatapará Distrito do município e Comarca de Ribeirão Preto”, Sr. Luiz Moura como era conhecido pelos moradores, descreve detalhadamente e de maneira sucinta a formação do município de Guatapará, desde o seu primeiro registro como imóvel. Neste documento é possível verificar alguns nomes de identidade japonesa a qual é possível equacionar a história da imigração japonesa em Guatapará e sua importância econômica até os dias de hoje.

5.1 100 anos da imigração japonesa, a área, a posse e a preservação

Antes de começarmos descrever sobre as memórias e sobre o possível esquecimento ou abandono da colônia japonesa em Guatapará, é preciso resgatar alguns fatos que proporcionarão um melhor entendimento sobre a questão.

A Fazenda Guatapará, como já descrito anteriormente, deu origem ao distrito de Guatapará. Em 1938, por exigência do Governo Federal, os Estados e Municípios tiveram que regularizar e demarcar suas divisas em pontos fixos. Foi então que, a pedido do Prefeito de Ribeirão Preto, Fábio de Sá Barreto, o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 9775 (30/11/1938), criou o Distrito de Guatapará, cuja sede estava localizada na própria Fazenda Guatapará, um pouco distante da estação, onde somente havia um bar e uma ou outra casa do chefe da estação e dos poucos empregados das duas ferrovias. Em 1.942, a Fazenda Guatapará

deixou de pertencer à família Silva Prado, tendo sido vendida para a Refinadora Paulista S.A. da família Morganti. Em 1962, para desenvolver o Distrito, a Prefeitura de Ribeirão Preto e a Refinadora acordaram em transferir a sede do distrito, da fazenda para a área fronteira da estação ferroviária. Por meio da Lei Municipal nº 246, de 08 de setembro de 1962, a sede do Distrito foi transferida para aquela povoação no entorno da estação de Guatapará. De sua parte, os Morganti fizeram a doação de 5 alqueires de terras e se comprometeram a construir os edifícios da subprefeitura, do Cartório do Registro Civil, do Posto Médico-Sanitário e do Posto Policial. Somando a esse esforço, a Municipalidade de Ribeirão Preto urbanizou 300 lotes, vendendo-os a particulares (ANEXO B).

A partir deste fato, a administração de Ribeirão Preto, como relata a maioria dos antigos moradores, deixou muito a desejar sobre as condições de vida no distrito, que ficava muito distante de sua sede. Muitos moradores da Fazenda Guatapará e da Vila Guatapará, faziam uso de prestação de serviços em cidades mais próximas, já que Ribeirão Preto ficava distante e para se chegar até à sede, apenas um ônibus fazia o transporte pela estrada rural da Fazenda Bela Vista e Mata de Santa Tereza, o que era penoso para os moradores.

Por outro lado, a administração municipal de Ribeirão Preto deixava a desejar na prestação de serviços essenciais como educação, saúde e infraestrutura aos moradores do distrito. Em 1964 alguns idealistas do distrito deram entrada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com um pedido de emancipação política e administrativa do distrito, quando então realizado um plebiscito que decidiu pela não emancipação. (ROSARIO, 1998)

No ano de 1972, as terras da Fazenda Guatapará foram vendidas para a Família Silva Gordo, proprietários do antigo Banco Português. Com a população já cansada com o descaso pelo distrito, decidiu-se pela emancipação política e administrativa do Município de Guatapará.

Em novembro de 1989, por meio de plebiscito, o povo de Guatapará decidiu pela emancipação do Distrito. Com isso, surgiu o município de Guatapará. Entretanto, somente em 1992, com eleições simultâneas em todo o país, a cidade pôde eleger o seu Prefeito e os seus Vereadores, os quais tomaram posse em 1993.

A preocupação então a partir de 1993 era construir um novo município, com escolas, posto de saúde, redes de esgoto e águas pluviais, asfaltamento, pois até então as ruas eram somente cascalhadas com material do próprio rio Mogi-Guaçu, muitas vezes executada pelos próprios donos de empresas de extração de areia e pedregulhos.

Entretanto, a Fazenda Guatapará, mesmo com a aquisição do Grupo Silva Gordo a partir de 1969, já dava sinais de decadência, os trilhos dos ramais que escoavam a produção cafeeira eram retirados, os pés de café eram arrancados e davam lugar ao plantio de cana-de-

açúcar nas áreas arrendadas pela Usina São Martinho. Uma tentativa de instalação de um centro agropecuário, fertilização animal e criação de gado já iniciado na gestão dos Morganti, dava continuidade à vida agrícola da fazenda.

A idealização da implantação de uma fábrica de papel e celulose, a CELPAG – Companhia de Celulose e Papel Guatapará, fez com que muitos alqueires de cerrado fossem devastados para o plantio de eucaliptos para a produção. Um empréstimo no BNDS para a instalação da planta industrial culminou no grande desastre desta última administração. O Grupo Silva Gordo, proprietário do Banco Português, não conseguiu saldar a dívida do financiamento, assim, e mais dívidas contraídas com a Usina São Martinho, o que acabou levando à falência da propriedade.

Parte da propriedade estava hipotecada ao BNDS, que em leilão foi arrematada por Antônio Hermírio de Moraes, com isso, toda a planta industrial localizada no município de Luiz Antônio, quanto à área de plantio de eucaliptos ficou para a então CELPAV – Companhia de Celulose e Papel Votorantim. Na porção de terras da CELPAV, ficou a construção do Engenho construído em 1906, que mais tarde passou a abrigar a Casa das Laranjas, local de manipulação e beneficiamento de laranjas produzidas na Fazenda Guatapará. Parte dos japoneses vindos na primeira imigração moravam em uma colônia próxima que era conhecida como Colônia Tomizaki, segundo informações coletadas de antigos moradores.

A outra parte hipotecada à Usina São Martinho, onde estava a maioria das construções que abrigavam a administração, casas de colonos, palacete, igreja, escolas, cinema, terreirões e casa de beneficiamento de café, clube atlético, campo de futebol, ambulatório, garagem, casa de hóspedes, foi entregue em pagamento da dívida o que proporcionou a demissão de todos os funcionários e colonos e o início das demolições em 1985.

A família Silva Gordo estava completamente falida, e não havendo recursos financeiros para pagamento de indenizações trabalhistas, iniciou o processo de demolições e pagamento em acordo com os colonos com casas populares em um conjunto habitacional na cidade de Taquaritinga/SP, máquinas da marcenaria, tijolos e materiais de demolição.

Mesmo com a falência e muitos moradores já evadidos do local, a Fazenda Guatapará foi locação de um curta metragem gravado em junho de 1988, no 80º ano da imigração japonesa. O elenco do filme era composto de imigrantes japoneses do Núcleo Colonial Guatapará (Mombuca). O enredo tratava-se de uma ficção sobre os “Ambulantes do Cinema”, que eram imigrantes japoneses que nos anos 50 no pós-guerra, perambulavam pelas colônias e núcleos projetando filmes japoneses para os imigrantes. É possível que neste episódio estivesse sendo

vinculando a imagem do cineasta Hikoma Udihara, que passou pela Fazenda Guatapar em 1912. Segundo Cesaro (2007, p.104):

Hikoma Udihara ainda levava os filmes que fazia às colônias japonesas no interior paulista, para mostrar o quanto a terra era fértil. Assim tornou-se o maior propagandista do Norte do Paraná. Vendeu terras de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Marialva, Maringá, Cianorte, Umuarama – todos os lugares onde a Companhia de Terras atuou. Seus filmes eram uma verdadeira ferramenta de trabalho. Vendeu milhares de alqueires até 1968/69

Grande parte dos moradores da Fazenda Guatapar, mudou-se para o ainda distrito de Guatapar (1985), parte para a Colônia Mombuca, parte para municípios vizinhos.  possível observar que muitas famílias escolheram a Colônia Mombuca como se fosse uma extensão da fazenda,  o caso da família da pesquisadora, que se mudou da fazenda em fevereiro de 1989.

Um fato que chama ateno é o conflito que existia entre os moradores da Fazenda Guatapar com os moradores da Vila Guatapar. Quando aconteciam torneios de futebol, era raro não acontecer uma desavença entre “o povo da fazenda *versus* timo”. Devido a este fato, muitos ex-moradores da fazenda resolveram mudar-se para outras cidades vizinhas como, Pradópolis, Luiz Antônio, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, Ribeirão Preto e Araraquara.

Voltando ao município já formado de Guatapar, em 1995 quase todas as casas da fazenda já haviam sido demolidas, mas algumas construoes ainda eram resistentes ao tempo e  vontade da usina em demolir e plantar cana imediatamente, mas os moradores próximos (Mombuca, Guatapar) acompanhavam as demolioes, foi quando foi noticiada a demolio da Igreja de São Martinho em plena madrugada para não surtir boatos e protestos de ex-moradores. A então, já existia a figura de um prefeito municipal e de uma câmara de vereadores, que até então era composta por alguns membros que poderiam ter feito algo pela memória do lugar. O prefeito, Norberto Selli (1993-1996) não teve força política necessária para embargar o feito, a câmara composta de um vereador de origem japonesa, senhor Shiro Kondo, filho de Yasuo Kondo, citado anteriormente, Hlvio Sanches, ex-morador da fazenda, atual morador de Mombuca e uma figura que merece a principal ateno, Sr. Guaracy da Costa Lima, último gerente da Fazenda Guatapar, estes três últimos citados não foram capazes politicamente de ao menos dar uma ateno  manuteno dos resquícios da Fazenda. O último ainda se aproveitava de sua autoridade e se fez “possuidor” de todo o patrimnio fotográfico e documental da fazenda, sendo assim, até os dias de hoje, mantm um grande acervo fotográfico do que foi a propriedade do seu auge  decadência. Fez uso das fotografias para angariar votos para a edilidade, usando dos sentimentos de tristeza das pessoas que ali nasceram e cresceram.

Mesmo tendo três vereadores e um prefeito que tivessem ligações extremamente importantes com a fazenda, não foi possível conter a demolição da Capela de São Martinho, do Palacete, da Casa de Beneficiamento e Cine Guatapar, alguns dos mais relevantes símbolos da imponência e grandiosidade da Fazenda Guatapar.

O Palacete, casa construída nos moldes dos palacetes paulistanos, de projeto e idealização de Ramos de Azevedo em meio a um grande bosque onde eram plantadas árvores em ocasiões especiais, como visitas de autoridades, como o Rei Albert da Bélgica em 1920, Alberto Santos Dumont, Juscelino Kubitschek, Embaixador do Japão entre outras figuras, foi demolido e seus escombros verdadeiramente empurrados para dentro da grande piscina que margeava a casa, e as autoridades municipais somente afirmavam que nada podiam fazer.

Em 1998, já na segunda administração municipal, agora de Esdras Igino da Silva, a notícia de que a Casa de Beneficiamento de Café seria demolida alardeou a população mais preocupada com o patrimnio histórico do município, que infelizmente se concretizou. Na época, a pesquisadora atuava na prefeitura municipal de Guatapar como servidora pública, e procurou pelo prefeito para que pudesse tomar alguma providência sobre a demolição, quando obteve como resposta a seguinte fala: - Não vamos deixar demolir, mas não quero briga com a usina, os moradores de Guatapar precisam de seus empregos!

A fala transpareceu como, “não posso fazer nada, a usina é quem manda”, ou seja, a mesma usina que teve sua fundação na Fazenda São Martinho, de propriedade de Martinico e Antônio Prado, agora punha abaixo um dos últimos exemplares da arquitetura do imigrante europeu.

Como estudante de Arquitetura e Urbanismo, orientada pelo professor de História da Arquitetura e especialista em Patrimnio Histórico, Gino Caldatto, a pesquisadora elaborou um dossiê sobre a história da Fazenda Guatapar, a qual já estava em andamento por causa dos levantamentos históricos feitos na Iniciação Científica, a partir de 1996, sob orientação da Prof. Dra. Vera Blat Migliorini. Foi dada a entrada no pedido de Tombamento pelo CONDEPHAAT, levando o Ministério Público do Estado de São Paulo a abertura de Inquérito Civil pela destruição do Patrimnio Histórico, material e imaterial do lugar, ou seja, a partir daí, todas as demolições foram paralisadas.

Já em 2004, a Lei n 1637/2004, de autoria do Vereador Slvio Martins, declara o Município de Ribeirão Preto "Berço da Imigração Japonesa". O cônsul-geral do Japão em São Paulo, Hitohiro Ishida, esteve no dia 19 de novembro de 2004 em Ribeirão Preto, na Câmara Municipal, para receber a homenagem que confere a Ribeirão Preto o “Berço da Imigração Japonesa no Brasil”. O título foi concedido pelo vereador Slvio Martins, através de Projeto de

Lei, ao tomar conhecimento de que os primeiros imigrantes japoneses que desembarcaram no Brasil em 1908, no porto de Santos, vieram para cá trabalhar nas lavouras de café.

Em 2008, no ano de Centenário da Imigração Japonesa a Associação Agro Cultural e Esportiva de Guatapar demonstrou interesse na aquisio da área do antigo Palacete, das ruínas da Casa de Beneficiamento de Café, Cine Guatapar e Grupo Escolar, que agora trata-se de uma área de proteo ambiental com ruínas das construçoes. A proposta da AACEG era receber através de doao ou então a compra da área através de interferências do Consulado Japonês em comemorao aos 100 anos da Imigrao Japonesa, já que Guatapar abrigou a maioria dos imigrantes japoneses a partir de 1908.

Segundo uma reportagem publicada na Folha de São Paulo Caderno de Ribeirão Preto no dia 18 de junho de 2008, Kizuki Nitta, na época vice-presidente da AACEG, afirma na matéria que o Consulado do Japão no Brasil foi procurado pela associao com o objetivo de conseguir profissionais para a avaliao técnica dos imóveis (ruínas) para viabilizao de um possível restauro e paralelamente negociar com a Usina São Martinho a doao de uma área de 20 hectares onde estão as ruínas do imóveis de valor histórico. Na mesma reportagem é afirmado que a Casa de Beneficiamento de café havia sido tombada pelo CONDEPHAAT em 1999. Segundo Marcelo Goulart Pedroso, promotor de Meio Ambiente: “Para que essa doao aconteça, ela vai ter que passar primeiro por mim. A usina tem responsabilidades na preservao dessas áreas”.

No dia 12 de agosto de 2013 em reunião do Conselho de Administrao da Usina São Martinho S.A., é deliberada a doao de uma gleba de 21,97 hectares destacada do imóvel rural denominado Fazenda Guatapar, de número de matrícula n 91254 do Livro 2-RG do 1 Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Preto ao município de Guatapar (Anexo G).

As memórias documentais da formao do município de Guatapar, até então estavam todas espalhadas, recolhidas em acervos particulares de acesso restrito ou praticamente nenhum acesso. Todo o acervo patrimonial, como registros de imigrantes contratados, registros de trabalhadores, contratos e até os registros de sepultamentos anteriores ao ano de 1938, foram praticamente perdidos com o fim da Fazenda Guatapar, e a única maneira era resgatar as histórias contadas por antigos moradores, como era o caso do Senhor Antônio Dolencsko, av da pesquisadora, que residiu até os seus últimos dias de vida em terras de Guatapar, e o Senhor Wilson Montanheiro, que residia na sede do município de Guatapar.

O Senhor Antônio Dolencsko era filho de um casal de imigrantes europeus, seu pai tinha o mesmo nome Antônio Dolencsko e tinha sua origem na Áustria, e viera para o Brasil

em 1914 com 14 anos de idade, consta em seu cartão de embarque que o sobrenome era “Dolenc” e por conta da pronúncia e a falta de entendimento, na Hospedaria teve seu sobrenome escrito com a inserção do sufixo posteriormente. O Senhor Antônio, era o contador de histórias a qual pôde ser quase que totalmente escrita pela pesquisadora durante a sua graduação em Arquitetura e Urbanismo. A colaboração com informações na construção de um “mapa” de onde eram as colônias, e antigas construções que já não existiam mais após a última administração da fazenda foram imprescindíveis para a construção de um breve histórico de Guatapará e a Iniciação Científica da pesquisadora.

O Senhor Antônio faleceu em 2011, e a partir daí, grande parte das memórias que ainda não tinham sido registradas foram perdidas. Dizia com orgulho que ele havia aberto as primeiras ruas do distrito de Guatapará com um trator, e era claro o sentimento de dor de uma perda irreparável, o fim da Fazenda Guatapará.

Com a morte de Antônio Dolencsko, a pesquisadora iniciou a construção de uma homepage no Facebook intitulada “Fazenda Guatapará – Memórias” em julho de 2013, compartilhando publicamente o acervo fotográfico que tinha juntado ao longo de 18 anos desde o início da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Inicialmente o objetivo da página era publicar as memórias que o avô, lhe passara ao longo da vida que não havia sido registrado de maneira científica através de livros, pesquisas entre outros.

Muitas pessoas em busca de documentação e registros de nascimento, casamento, óbito, registro de trabalho para diversos fins entram em contato através de mensagem pela página, o que fez com que a página tivesse grande acesso.

Em março de 2017, já matriculada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, a pesquisadora desejava utilizar o mesmo projeto de pesquisa para o desenvolvimento de sua dissertação, mas depois de muitas conversas, chegou-se à conclusão em estreitar a pesquisa para a imigração japonesa na Fazenda Guatapará, a fim de conservar e documentar algo que ainda estivesse vivo no Município de Guatapará.

Em junho de 2017, um vídeo de aproximadamente 4 minutos em homenagem aos 109 anos da imigração japonesa em Guatapará elaborado pela pesquisadora foi publicado na página Fazenda Guatapará – Memórias, causando muita comoção aos imigrantes japoneses e seus descendentes, assim como críticas de alguns ex-moradores. Outro fato que chamou a atenção é que a maioria dos comentários no vídeo, vinha de descendentes de imigrantes japoneses que não fazem parte do Núcleo Colonial Guatapará, mas que relatavam que seus antepassados contavam muitas histórias da Fazenda Guatapará, o que acendeu ainda mais a vontade de entender o porquê de tudo isso, ou seja, entender por que os imigrantes de Mombuca não são a

maioria nos comentários, o porquê das críticas de descendentes de outras etnias, o porquê da instalação do núcleo nas mesmas terras onde se deu o início da imigração, qual o destino daqueles imigrantes se não ficaram em Guatapará.

Em agosto de 2017 um novo fato ocorrido fez com que a página cumprisse mais uma vez a função social de preservação das memórias de Guatapará. Uma visita até a área do antigo Palacete onde árvores de várias espécies foram plantadas por figuras históricas para uma seção fotográfica fez com que presenciássemos um crime ambiental. Um jequitibá-branco centenário, da família *Lecythidaceae*, nome proveniente do Tupi, estando na lista de espécies ameaçadas do estado de São Paulo estava ao chão, picado em pedaços, prestes a virar carvão em alguma olaria ou fornalha de Guatapará. Ao lado várias outras árvores de menor porte cortadas no dia anterior ainda “sangravam” sua seiva ao chão. Luvas de pelica e marmitas descartáveis ainda frescas denunciavam o crime recente. Deste fato, um Inquérito Civil foi instaurado sob número 6906/17 sobre dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa em área de preservação ambiental (Fazenda Guatapará) para utilização em carvoarias com autorizações expedidas pela Prefeitura Municipal de Guatapará.

No dia 20 de novembro de 2017 uma nova mensagem chega à página com a notícia de que uma das laterais do portal de entrada da Fazenda Guatapará no Km 39-Sul da Rodovia Antônio Machado Sant’Anna – SP 255, havia sido destruída por algum acidente por um veículo de grande porte. Meses depois, após muitas discussões sobre a preservação do que ainda restava da Fazenda Guatapará, o portal foi reconstruído nos mesmos moldes do anterior, preservando a história do lugar. Nota-se que até o assentamento da alvenaria foi refeito com os mesmos tijolos de barro da construção original e o letreiro feito em argamassa com estêncil foi refeito e revestido com tinta branca preservando as características da alvenaria rústica da época da construção. A página não teve informações se houve abertura de inquérito sobre o dano.

Em julho de 2018, na Festa da Colheita do Núcleo Colonial Guatapará, foi realizada uma exposição fotográfica e documental sobre alguns indícios da imigração japonesa na Fazenda Guatapará, com apresentação da lista dos primeiros imigrantes vindos no Kasatu-maru em 1908. Muitos ex-moradores da Fazenda Guatapará prestigiaram a exposição, relatando fatos e memórias sobre o local. Alguns descendentes de imigrantes da imigração anterior à Segunda Guerra Mundial também se fizeram presentes no evento e puderam prestigiar a exposição.

Hoje o núcleo colonial é compartilhado entre japoneses e não-japoneses, o núcleo urbano foi declarado bairro urbano isolado ainda nos anos 90, mas pouca atenção se dá ao bairro e ao núcleo colonial pela Administração Municipal. O posto de atendimento médico municipal não presta mais os mesmos serviços feitos anteriormente, e a população local fica à mercê,

principalmente, os não-japoneses, tendo às vezes que se valer de carona na rodovia até a cidade que fica a 10 km de distância de Mombuca. As ruas do perímetro urbano isolado estão sendo asfaltadas depois de 4 décadas de aprovação do loteamento, com verba federal e estadual obtidas por financiamentos pelas administrações anteriores.

Portanto, ainda quando Guatapar era só um distrito de Ribeirão Preto, o Núcleo Colonial Guatapar já não tinha a atenção devida, sua existência era sustentada pela própria administração da AACEG, devido ao abandono por parte de Ribeirão Preto. Hoje, o Núcleo Colonial Guatapar, composto por brasileiros natos, imigrantes naturalizados e imigrantes que não falam a língua portuguesa é desprezado pela administração municipal de Guatapar, que são  lembrada em período eleitoral. E quanto aos vereadores que representam o Núcleo Colonial Guatapar, os descendentes de imigrantes japoneses somente representam as famílias vindas a partir de 1962.

Ou seja, os imigrantes japoneses de Guatapar ficaram esquecidos l no cemitério da Fazenda Guatapar e para as gerações atuais e as futuras o que resta é aprender a língua japonesa e partir para locais onde há prosperidade, que não seja lidar com a terra.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma investigação profunda sobre a fundação da Fazenda Guatapar e a inserção da mão-de-obra imigrante europeia e japonesa na colheita do café numa das maiores propriedades agrícolas do estado de São Paulo no desenvolvimento do antigo Oeste Paulista entre o fim do século XIX e início do século XX. O aprofundamento na busca por informações sobre a imigração japonesa na região de Ribeirão Preto a partir de 1908, a relação entre os fluxos migratórios do Pós-guerra e a formação do Núcleo Colonial Guatapar, proporcionaram a investigação sobre os reais motivos que levaram duas frentes de imigrantes se instalarem em um mesmo território, hoje, o município de Guatapar na região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Foi possível compreender o que realmente ocorreu na propriedade cafeeira desde a sua fundação com a busca de mão-de-obra assalariada na Europa, formando praticamente um novo vilarejo composto basicamente de trabalhadores em sua maioria provenientes da Itália, Espanha, Portugal, Alemanha e Áustria. Devido aos maus-tratos, greves em razão de se sentirem enganados, muitos italianos deixaram a Fazenda Guatapar, assim como a proibição do governo italiano de formação de novos grupos migrarem para o Brasil, fez com que a ideia de buscar a mão-de-obra japonesa fosse a saída para a colheita do café a partir de 1908. A Fazenda Guatapar abrigou 1624 imigrantes japoneses de 1908 até 1923, tornando-a a propriedade cafeeira com maior número de colonos japoneses. Foi possível compreender qual a relação entre a primeira frente migratória (1908-1923) e a formação do Núcleo Colonial Guatapar, onde não há qualquer relação de consanguinidade. Foi possível verificar uma relação de territorialidade e a busca pela terra para o desenvolvimento da agricultura em um país em franco desenvolvimento no final dos anos 50. A colônia japonesa hoje  responsável por grande parte da arrecadação municipal em razão da agricultura e do turismo, ainda não sistematizado e pouco aproveitado.

Foi elaborado uma ampla pesquisa das memórias da imigração japonesa no município de Guatapar desde 1908 quando ainda fazenda cafeeira, verificando através de registros históricos, cartográficos e bibliográficos a inter-relação com a imigração japonesa no mesmo território a partir de 1962 com a fundação do Núcleo Colonial Guatapar, conhecida na região metropolitana de Ribeirão Preto como Colônia Mombuca.

As pesquisas bibliográficas proporcionaram um vasto estudo e compreensão de como se deu a ocupação do território do atual município de Guatapar desde a sua fundação pela

compra de parte da Fazenda Lajeado por Martinico Prado com o objetivo de implantar um novo sistema de exploração da terra para o cultivo do café por meio da mão-de-obra assalariada por imigrantes.

Na biografia *In Memoriam 1843-1943 - Martinho Prado Júnior*, obra lançada em comemoração ao centenário de seu nascimento foi possível observar aos olhos da família Prado, a trajetória do fundador da Fazenda Guatapar e a busca por imigrantes italianos e japoneses como mão-de-obra para a colheita do Café, assim como a obra de Darrel E. Levi que apresenta, baseado em fatos e documentos a vida da Família Prado.

Na obra "A imigrao japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)" de Arlinda Rocha Nogueira, que apresenta números de imigrantes vindos para o interior paulista em busca da riqueza na colheita do café, foi possível equacionar os números da imigrao com quadros e informaçoes sobre os japoneses na Fazenda Guatapar.

Na leitura da obra de Masao Daigo, *A mata das ilusões* (1988) de Masao Daigo, que relata a biografia de Umpei Hirano, o intérprete que se tornou administrador da empresa agrícola de Martinico, foi possível compreender a vivência dos imigrantes no local de sua chegada em junho de 1908 até 1915 quando parte para Cafelândia com o objetivo de formar um novo núcleo colonial não mais como empregados, agora como proprietários da terra para cultivar o café e demais gneros alimentícios a qual dominavam a técnica agrícola.

A partir de informaçoes levantadas em outras bibliografias sobre a imigrao japonesa levaram a pesquisa sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia, e a obra "CAC, cooperativismo que deu certo" (1989) de Druzio Leme Padilha, relata toda a história da criao da Cooperativa Agrícola de Cotia, a partir da Vila Cotia, uma das primeiras povoaoes japonesas formadas a partir da migrao de um grupo que havia terminado o contrato na Fazenda Guatapar.

No Dossiê do Projeto de Lei n 4745/1962 que trata da solicitao de iseno de impostos de importao e de consumo, taxa de despacho aduaneiro de maquinaria de irrigao e drenagem para imigrantes japoneses instalados na Fazenda Guatapar, município de Ribeirão Preto, foi possível encontrar informaçoes e dados importantes para a pesquisa no que tange a formao do Núcleo Colonial Guatapar, como troca de ofícios entre os empreendedores japoneses, a embaixada do Japão e o governo brasileiro, assim como um recorte de uma revista relatando o empreendimento no município de Ribeirão Preto a ser vistoriado por Juscelino Kubitschek.

O Inventário Arquitetnico do Município de Guatapar (1998), iniciao científica da própria autora desta pesquisa que faz um breve relato da importância da Fazenda Guatapar

para o município de mesmo nome, esta que deu início a todo este levantamento sobre o município de Guatapar desde sua formao, nele constam informaçoes sobre o cotidiano da localidade e a relao com os prédios e ruínas existentes na região que comprovam os relatos de historiadores locais e documentos registrados em cartório como instrumento de preservao da história.

Quase ao final das pesquisas se teve acesso ao documento “A trajetória de Vida – Pedro Mombuca” - Laudir Vicente da Silva, relatando a trajetória de vida do autor que desejava publicao atráves de um livro. O documento foi concedido à Lilian Almeida, pesquisadora sobre a história econômica do café em Guatapar. O documento tem passagens que demonstram parte da história da colônia Mombuca entre 1938 a 1950, comprovando a existência de vida agrícola diferente da cafeicultura no local como o plantio de mandioca, plantio de arroz na várzea do Rio Mogi-Guaçu e de algodão no cerrado de solos mais pobres.

O Mapa do Município de Ribeirão Preto elaborado pelo Departamento Geográfico e Geológico (1935-1938) cedido pelo Núcleo Curadoria do Acervo Histórico, Centro Museu Geológico do Instituto Geológico/SMA, que inicialmente foi encontrado nas pesquisas de mestrado de Ana Carolina Gleria com o título: Um reconhecimento arquitetônico das fazendas cafeeiras do município de Ribeirão Preto (1870 1930). Atrves deste primeiro mapa encontrado onde foi possível detectar a colônia Mombuca e uma fábrica de farinha de mandioca próxima  estao Vila Albertina, mas de pouco resoluo, foram várias buscas pelo Arquivo Histórico de Ribeirão Preto, Instituto Cartográfico até encontrar o mesmo com ótima resoluo.

As visitas ao Museu da Imigrao Japonesa e as buscas por documentos e fotografias, também na Associao Agro Cultural e Esportiva Guatapar foram de extrema importância para a juno de todas as peças do "quebra-cabeças", e assim foi possível compreender a relao do povo japonês com a terra guataparense, ou seja, não existe ligao entre famílias japonesas da imigrao anterior à Segunda Guerra e a posterior, mas o que fez ocuparem o mesmo território, a agricultura, a terra, a irrigao e principalmente a busca por um solo acessível para se estabelecerem longe da crise que assolava o Japão na época.

Os mapas e documentos fornecidos pela Associao Agro Cultural e Esportiva de Guatapar, assim como a participao nas festas da colheita de 2017 e 2018, realizadas na colônia foram de suma importância corroborando com informaçoes e relatos de moradores e visitantes que indicavam os caminhos e possíveis fatos que pudessem comprovar a hipótese da pesquisa.

A *homepage* Fazenda Guatapar - Memórias da rede social *Facebook* que reúne aproximadamente 3500 seguidores que tiveram alguma relao com a Fazenda

Guatapar, teve papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas e busca de informaçoes atraves de relatos e comentarios de ex-moradores, descendentes de imigrantes japoneses, principalmente daqueles que passaram pela propriedade antes da Segunda Guerra Mundial, deixando claro que poucos ainda estao vivos ou lucidos para relatar os fatos ocorridos. Poucos sao os indivíduos descendentes de japoneses da imigraao pos-Guerra que interagem com a homepage, mas mesmo assim, tem acesso as informaçoes postadas.

Dada a importancia do tema, torna se necessario o desenvolvimento de pesquisas que visem a continuidade de estudos para o desenvolvimento econômico do município de Guatapar, que possam desencadear planos de desenvolvimento agrícola, turístico e de preservaao da memoria da localidade e assim contribuir para o Plano de Desenvolvimento Regional de Ribeirão Preto, conhecendo-se as verdadeiras vocaoes de Guatapar.

Nesse sentido, o resgate das memorias da imigraao japonesa no município de Guatapar de 1908 a 1923 e depois Pos-Guerra a partir de 1962 com a fundaao do Núcleo Colonial Guatapar fornece dados que comprovam a sua importancia para o desenvolvimento econômico e autonomia política ao município de Guatapar. A presença da colônia japonesa com a preservaao do idioma de origem, os costumes, a cultura, a agricultura e principalmente a resiliência característica do povo japonês faz de Guatapar um município próspero. A preservaao das ruínas da Fazenda Guatapar  de extrema importancia para a cultura, o turismo e a economia no estado de São Paulo, afinal, a Fazenda Guatapar foi a propriedade agrícola que mais recebeu imigrantes europeus, a base formadora do Estado de São Paulo e principalmente os japoneses, totalizando 1624 trabalhadores da lavoura da "cereja dourada", responsaveis por grande parte dos produtos agrícolas que consumimos diariamente em nossa alimentaao.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do passado é uma maneira de aprender a como se comportar melhor e não repetir os mesmos erros. No entanto, não se deve viver no passado, apenas usá-lo com ensinamento para as próximas gerações.

Assim, resgatar as memórias de toda a trajetória do imigrante japonês a partir de 1908 na Fazenda Guatapar, faz todo o sentido no entender de todos os porquês da escolha de uma região tão esquecida pelas autoridades de Ribeirão Preto e atualmente pela administrao municipal de Guatapar.

Não se trata de reconstruir ou restaurar a Fazenda Guatapar, se trata de assumir a sua vocao para o turismo rural sustentável, utilizando do que Guatapar já tem há mais de 100 anos, história, memórias.

Sabe-se que mesmo não havendo infraestrutura de apoio, como banheiros, administrao, alimentao, as ruínas da Fazenda Guatapar são visitadas com muita frequência por ex-moradores, por aventureiros, por ciclistas, motociclistas, fotógrafos, arquitetos. A história está lá, sendo contada com cada tijolo fora do lugar. O letreiro do Cine Guatapar acusa a história de uma fazenda que tinha uma vida cultural muito ativa.

Mesmo após a sua demolio, continua fazendo história, continua preservando a história com as árvores que ainda estão preservadas que foram plantadas por autoridades, a piscina do Palacete ainda está lá cheia de tijolos e não de água, mas está lá para contar história.

O antigo cemitério, mesmo não contendo ossadas de japoneses, ainda contem ossadas humanas e ainda é um local de rituais religiosos, trata-se do patrimnio imaterial, que mesmo estando em meio ao mato alto, continua contando a história de Guatapar.

A doao da área da Fazenda Guatapar ao município não resolve o problema sobre a preservao do Patrimnio Histórico e Cultural da comunidade, apenas transfere-se o problema, a Usina São Martinho apenas tenta se livrar de um crime contra às memórias do município, e a Administrao Municipal recebe com ar de vitória uma área a ser preservada e mantida com as mínimas condioes de preservao das ruínas e manuteno das mesmas, mas, ao contrário, autoriza o desmatamento criminoso para comercializao da madeira em olarias da região, percebe-se por este fato, qual a preocupao e a ateno dada às nossas memórias.

Cabe administrao municipal, poderes executivo e legislativo assumirem o papel que lhes realmente cabe, a de administrar de maneira sustentável um jovem município com tanta história velada por museus e casas de memória, assim como a criao de um Conselho de

Patrimônio Histórico efetivo, que acompanhe e cuide do patrimônio a que nós herdamos e que deixaremos aos nossos filhos, netos, bisnetos... para que seja dada continuidade à nossa história.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu Art. 23 (BRASIL, 1988, P.18):

É competência comum da União, dos Estados, o Distrito Federal e dos Municípios:
[...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]

Conclui-se que a memória e a história caminham juntas, embora tenham funções diferentes na sociedade. De modo geral, pode-se afirmar que a memória dá coragem e que todos somos resultado de tudo de bom e de ruim que nós e nossos antepassados viveram. Por isso, recordar é buscar forças para lutar pelos novos tempos que vivemos.

A história como ciência que tenta compreender a trajetória dos homens em sociedade ao longo do tempo, pode contribuir para trazer à tona a memória de grupos e pessoas que talvez nunca tenham tido voz no passado distante e no presente que ainda estamos construindo.

Utilizando de um provérbio japonês que diz:

“Estudando o passado, você aprende o novo.”

過去を勉強して、あなたは新しいことを学びます

“Kako o benkyō shite, anata wa atarashī koto o manabimasu”

Figura 75 - Imigrante japonês pela estrada do "varjão"



Fonte: www.facebook.com/pg/Colônia-de-Mombuca

REFERÊNCIAS

- 100 anos da Imigração Japonesa. (2008). *100 anos da imigração japonesa*. Acesso em 16 de novembro de 2018, disponível em <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/greetings.html>
- ALVIM, Z. (1986). **Brava gente! Os italianos em São Paulo (1870-1920)**. São Paulo: Brasiliense.
- AMORIM, G. (2001). **Os Desbravadores**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica.
- ARAI, Jhoni; HIRASAKI, Cesar. **100 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 284 p. Bilingue Português/Japonês.
- ARGOLLO, A. (2004). **Arquitetura do Café**. Campinas: UNICAMP.
- Associação Agro-Cultural e Esportiva de Guatapará. (2017). **Livro Comemorativo 50º Aniversário da Colônia Guatapará**. Guatapará: Mil Folhas.
- AUTORES, V. (2010). Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural. São Paulo: Paulo's.
- BUENO, Clodoaldo. **O Tratado de 1895 e o início das relações Brasil-Japão**. In: FRANCISCO HASHIMOTO (São Paulo) (Org.). **100 anos da imigração japonesa no Brasil: História, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008. Cap. 7. p. 139-149.
- BUENO, Clodoaldo. **O Tratado de 1895 e o início das relações Brasil-Japão**. In: FRANCISCO HASHIMOTO (São Paulo) (Org.). **100 anos da imigração japonesa no Brasil: História, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008. Cap. 7. p. 139-149.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (1959), "**O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses**". *Revista de Antropologia*, vol. 7, pp. 101-122.
- Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 41-62.
- CENÁRIO: **Por um merecido resgate histórico**. Motuca, 30 mar. 2015.
- CESARO, C. J. (2007). **Memória e Identidade regional no cinema de Udihara**. *Discursos fotográficos*, 97-112.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (São Paulo). Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992. 601 p.
- DAIGO, Masao. **A mata das ilusões**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1988. 187 p. Tradução Sonia Regina Longhi Ninomiya.

- DEZEM, Rogério. **Shindô-renmei: Terrorismo e depressão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. 203 p.
- GLERIA, Ana Carolina. **Um reconhecimento arquitetônico das fazendas cafeeiras do município de Ribeirão Preto (1870 1930)**. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**. São Paulo: T.a. Queiroz, 1987. 828 p.
- HASHIMOTO, Francisco (São Paulo) (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008. Cap. 10. p. 189-237.
- HAKKOSHA, N. (s.d.). **Imigração Japonesa: museus, história e depoimentos**. Fonte: Imigração Japonesa: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-1/>
- INMEMORIAM **Martinho Prado Júnior: 1843 - 1943**. 1843 - 1943. São Paulo: Elvino Pocai, 1944. 389 p.
- JANETE LEIKO TANNO (São Paulo). **Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930-1970**. In: FRANCISCO HASHIMOTO (São Paulo). **Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 63-77.
- JANETE LEIKO TANNO (São Paulo). **Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930-1970**. In: FRANCISCO KIKUTHI, Olímpio Massaki. **O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP: a relação com a agricultura**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2014. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_a_mambiente/dissertacoes/2014/olimpio-massaaki-kikuthi.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- LAGES, J. A. (2016). **Ribeirão Preto Revisitada**. Ribeirão Preto: Nova Enfim.
- LOPES, Luciana Suarez. **Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. 112 p. (Coleção Nossa História).
- MARTINS, S. (08 de novembro de 2004). Lei nº 10249. **Declara Ribeirão Preto Berço da Imigração Japonesa**. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - Usp, 1973. 247 p.

- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração Japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Massao Ohno, 1984. 190 p.
- OKUBARU, Jorge J.. **O súdito**. São Paulo: Mary Lou Paris, 2006. 542 p.
- ORNELLAS, Manoelito de. **Um bandeirante da toscana**. São Paulo: Edart, 1967. 165 p.
- PADILHA, D. L. (1989). **CAC, cooperativismo que deu certo**. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central.
- PESSINI, A. C. (1980). **O processo de aculturação e vida associativa na Mombuca**. Franca: UNESP.
- PRADO, M. L. (1944). **IN MEMORIAM Martinho Prado Júnior: 1843-1943**. São Paulo: Elvino Pocai.
- RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 10249, de 8 de novembro de 2004. **Declara Ribeirão Preto Berço da Imigração Japonesa**. Ribeirão Preto,
- ROSÁRIO, Denise Cristina. **Engenho Guatapará: Restauro e Reconversão**. 2000. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Paulista, Ribeirão Preto, 2000.
- ROSÁRIO, Denise Cristina. **Guatapará: Sua História, suas origens**. 1998. 10 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1998.
- ROSÁRIO, Denise Cristina. **Inventário Arquitetônico do Município de Guatapará**. Ribeirão Preto: Universidade Paulista - Unip, 1998.
- SAKURAI, Célia. **A imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1950-1980)**. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade**. In: FRANCISCO HASHIMOTO (São Paulo) (Org.).
- SOARES, A. L. (14-18 de julho de 2008). Imigração Japonesa em Santa Maria através do Jornal A Razão: 1956-1958. *Anais IX Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul*.
- SOUSA, A. C. (2003). MARTINICO PRADO: UM EMPRESÁRIO AGRÍCOLA NO INTERIOR PAULISTA. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, Eletrônica.
- TOYAMA, O. (2009). **Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa**. São Paulo: AGWM.

NOVA SEDE PARA O DISTRITO DE GUATAPARÁ, EM RIBEIRÃO PRETO

Uma verdadeira cidade deverá surgir — Terras
ferteis — Construídos os primeiros prédios

RIBEIRÃO PRETO, 16 (De Moacir A. Bernandez) — Guatapará é atualmente uma pequena estação, onde se encontram os trens da Mogiana e da Paulista, já no município de Ribeirão Preto. Além da estação, pouca coisa ali existia — um bar, a casa do chefe da estação e uma ou outra casa de empregados das duas ferrovias. No entanto, tudo indica, que dentro em breve ali surgirá uma nova cidade, pois o local possui todas as condições necessárias para desenvolver-se.

NOVA SEDE PARA O DISTRITO

O distrito de Guatapará existe de há muito, encravado na fazenda Guatapará, que, apesar de lhe proporcionar algumas vantagens, logicamente, impedia o seu desen-

volvimento. Diante disso, de comum acordo, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Ribeirão Preto e a Refinadora Paulista S.A., proprietária da fazenda Guatapará, deliberaram localizar a sede do distrito, célula-mater de futura cidade, em outro local que oferecesse boas condições para desenvolvimento. Foi escolhida, então, grande área fronteira à atual estação de Guatapará. Cinco alqueires de terras foram dados pela Refinadora Paulista, que ainda se comprometeu a construir os três prédios necessários à instalação do distrito — prédio para a vice-prefeitura, para o cartório do registro civil e para o Posto de Assistência Médico-Sanitária. Esses prédios já estão na fase de acabamento e ainda outro será construído para abrigar um posto policial.

O restante da área será dividido pela Prefeitura de Ribeirão Preto em trezentos lotes, que, vendidos a particulares, apressarão o desenvolvimento do novo distrito. Aliás nota-se grande interesse em torno desses lotes, pois as terras ali são da melhor qualidade, os meios de transporte são excelentes, pois o distrito está à margem de duas ferrovias e possui água em abundância, luz elétrica, etc.

Por outro lado, a Prefeitura de Ribeirão Preto, segundo informou o ten.-cel. Alfredo Condeixa Filho, prefeito municipal, vai iniciar imediatamente os trabalhos de conservação e melhoria da estrada que liga aquela estação a Ribeirão Preto.

Para o apressamento dessas medidas os irmãos Morganti, conforme informou o sr. Helió Morganti, emprestarão todo o apoio e colaboração.

Conta ainda o novo distrito uma grande cerâmica, já produzindo de 25.000 a 30.000 tijolos.

Está também prevista a instalação de linha telefônica direta e um posto telefônico ligado à rede automática de Ribeirão Preto.

Notícia do jornal Folha da Manhã publicada no dia 17/1/1953 sobre a mudança da sede do então distrito de Guatapará, da fazenda para a estação da Cia. Paulista.

ANEXO B

(...) Para tanto vou transcrever, em síntese, o significativo relato do saudoso Luiz Borba Moura, Ex-Oficial do Registro Civil e Tabelionato do Distrito de Paz de Guatapar, na época pertencente ao Município e Comarca de Ribeirão Preto. Ele exerceu a atividade no período de 02 de maio de 1945 a 01 de setembro de 1974, tendo residido neste Distrito 29 anos, 04 meses e 09 dias.

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA VILA DE GUATAPAR, DISTRITO DO MUNICÍPIO E COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO.

Guatapar é o nome originário de um cervídeo praticamente extinto na região, o qual também era conhecido por “veado cervo”.

A Fazenda Guatapar, originalmente São Martinho e embrião da formao do Distrito, depois Vila e finalmente cidade de Guatapar, foi formada em 1885, por Martinico da Silva Prado, irmão do Conselheiro Antônio da Silva Prado.

O Distrito foi criado em 30 de novembro de 1938, através do Decreto Estadual n. 9.775, pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo. O referido Distrito foi instalado na Fazenda Guatapar em 30 de abril de 1939.

DOCUMENTÁRIO

Pelo Decreto Lei Estadual n 9775, de 30 de novembro de 1938, que propiciou a maior reforma geográfica e administrativa do Estado de São Paulo, na gestão do Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor do Estado, foi criado o Distrito de Paz de Guatapar, no Município e Comarca de Ribeirão Preto. O mesmo foi instalado em 30 de abril de 1939, sendo o seu primeiro titular no Cartório de Registro Civil o senhor Fernando Egydio de Souza Aranha, filho do Coronel Martim Egydio de Souza Aranha, na ocasião gerente da Fazenda Guatapar, cujo Distrito foi instalado na referida área, a qual pertencia  Família Prado, os formadores da mesma. A Fazenda Guatapar foi uma das maiores do município de Ribeirão Preto, com dois (02) milhões de ps de café, sendo uma grande parte da produo tida como grãos finos, ingrediente básico de uma ótima bebida, tipo exportao, conforme medalhas ganhas nas exposioes realizadas em São Paulo e que ficavam expostas no escritório da fazenda. Em 1941, ou 1942, a Família Prado vendeu a Fazenda Guatapar para a Família Morganti, donos da Refinaria Paulista S/A, que possuía diversas usinas, dentre elas a Monte Alegre, em Piracicaba, a Tamoyo, em Araraquara, e outra no Estado do Rio de Janeiro. A família Morganti passou a ser amaior produtora de aucar do Estado de São Paulo e foi a primeira a montar refinarias nas suas usinas.

No ano de 1952 os Morgantis fizeram uma doao simples e pura, sem remunerao alguma,  Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de uma área de terras de 119.800 metros quadrados. A escritura foi lavrada no Cartório de Notas do 1 Ofício de Ribeirão Preto, cujo titular era o senhor Paulo Barreto, escritura essa registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 1 Circunscrio Imobiliária da Comarca de Ribeirão Preto, sob n. 167.421. Depois de feita a doao, os Morganti mandaram lotear essa área e também construir duas (02) casas, uma para o Cartório de Registro Civil e a outra para a Sub-Prefeitura, ambas com residências anexas para os seus funcionários. Ficaram também reservados os terrenos para a futura Igreja Católica, Praça, Grupo Escolar, Parque Infantil, Posto de Saúde, Posto Fiscal e Cadeia, inclusive tendo feito os benfeitores a doao de milhares de tijolos para parte dessas construçoes.

Como oficial Luiz Borba Moura residiu na Fazenda Guatapar, onde estava o Cartório, de 02 de maio de 1945  17 de março de 1955, dia em que transferiu sua residência e o escritório para a Vila de Guatapar, na parte fronteira  estão da Companhia Paulista, que também

servia de terminal para a Companhia Mogiana. Essa empresa ferroviária tinha um ramal com a extensão de 72 quilômetros, chamado Monteiro, onde havia um entroncamento que ligava Ribeirão Preto a Guatapar de um lado e do outro a Campinas. Eram várias estações intermediárias e atualmente está desativado. Havia diversos horários de trens, os quais traziam passageiros de Ribeirão Preto para São Paulo e vice-versa. O pessoal que morava na Vila de Guatapar tinha facilidade para viajar às cidades vizinhas como Rincão, Araraquara, São Carlos, Motuca, Guariba e Barrinha, assim como Ribeirão Preto e outras da região. Alem desse transporte, existia na Vila um ônibus, o qual saia com destino a Ribeirão pela manhã e voltava  tarde, passando por diversas fazendas do Distrito, s que o mesmo transitava por estradas de terra e quando chovia era uma lstima, os passageiros chegavam às suas casas com atraso e às vezes até de madrugada, isso quando o mesmo encalhava. O dono dessa empresa se chamava Olympio Camargo, o qual hoje (referência  época em que esse relato foi escrito) deve estar com 90 anos de idade,  vivo e passa uma temporada na Vila de Guatapar, onde possui uma casa, outra em Araraquara, onde um filho dele reside. O Juiz destaca no escrito que esse referido senhor sempre foi bom para as pessoas da Vila e do Distrito, era um homem educado e tratava todos com muita atenção, servindo no que podia. Depois que Luiz Borba Moura se mudou para a Vila, o Prefeito de Ribeirão era o senhor José da Costa, Costinha, como era chamado pelos seus amigos mais íntimos, sendo ele quem trouxe o Serviço Telefnico, instalado no ano de 1955, e foi um grande préstimo destinado aos habitantes da Vila e do Distrito. Esse nome ficou gravado no coração do povo, razão porque se deve prestar homenagens  esse digníssimo senhor José Costa, que, infelizmente, já  falecido. Na época que Luiz Borba Moura se transferiu para Guatapar não havia luz elétrica, a qual foi instalada em maio de 1956, pelo então Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, o jornalista Costbile Romano. Luiz ressalta que, um pouco antes da inauguração, ele e vários amigos estiveram com o Prefeito e expuseram outras reivindicações, dentre as quais solicitando as construções de um Grupo Escolar e um Parque Infantil, levando ao seu conhecimento que as crianças da Vila precisavam ir  Rincão diariamente para estudar. Ele teve noção dos pedidos, mas nada adiantou na reunião, porém, para surpresa de todos, no momento da ligação da luz, que foi  noite e com todo o povo na praça, após acionar o dispositivo ele se dirigiu às pessoas num belo discurso, no qual, muito emocionado, disse: “Mandarei construir na Vila de Guatapar um Grupo Escolar e um Parque Infantil”, o que começou a ser feito dias depois, com prioridade e sem falta de tempo. Tendo ambas as construções prontas, veio o próprio inaugur-las. Quando ele foi candidato a Deputado Estadual, Luiz Moura e os diversos amigos correligionários em Guatapar bastante contribuíram para a sua eleição, e isto foi feito por gratidão. Ele muito agradeceu tal colaboração. Durante o seu mandato como deputado ele vinha em todos os finais de semana de São Paulo para Ribeirão Preto. Numa dessas viagens, infelizmente ele sofreu um acidente de automóvel, do qual foi vítima fatal, tragédia que muito consternou o povo em geral. Na administração municipal do Coronel Alfredo Condeixas Filho, foi construída uma cadeia, com residência para o militar de serviço. Já no mandato do Dr. Welson Gasparini, foi ampliado o Grupo Escolar para a instalação do Ginásio Estadual, bem como o Posto de Saúde e a doação de uma ambulância para a Vila, a qual atendia também a zona rural do Distrito. Posteriormente, a administração do Dr. Antônio Duarte Nogueira foi igualmente muito boa para a Vila de Guatapar, que estava em pleno desenvolvimento e aumentando sua população, quando ele fez a ampliação do Posto de Saúde e mais duas salas no Ginásio. Todos os prefeitos mencionados pelo senhor Luiz foram sempre atenciosos com os pedidos da comunidade. Quando o Oficial do Registro Civil e Tabelionato, até então funcionando na Fazenda Guatapar, fixou residência na Vila, ele e os seus diversos amigos, companheiros leais nas reivindicações, reuniram-se com a finalidade de formar uma “Comissão Pr Construção da Igreja Católica”. Deram graças a Deus por terem cumprido a missão em parte, pois tiveram a cooperação do povo, bom, honesto, ordeiro e trabalhador de Guatapar, inclusive fazendeiros, sitiantes, meeiros, oleiros,

ferroviários, afinal toda a população. Luiz ressalta no texto que todos serão lembrados, e os que já faleceram sempre receberão uma Ave-Maria. E graças a Deus Guataparará foi uma Vila que se desenvolveu em pouco tempo e se transformou em cidade após árduas lutas para a emancipação, também com a participação daqueles que vieram de fora e a adotaram como “terra natal” por amor e consideração ao acolhimento. A comissão criada ficou assim constituída: para Presidente, Vicente Romalli; para Vice, Mário Mazzeiro; 1º secretário, Alfredo Castelhana; 2º Secretário, Luiz Borba Moura; Tesoureiro, Minor Ueta. Demais membros: Hermínio Felix Bonfim; Alcides Ferraz Camargo; José Luiz Felix Bonfim; Adelar Manoel de Carvalho; Sebastião dos Santos (Mota); José dos Santos (Motinha); Walter Herzer; Júlio Bontempo; José Alberto Bontempo; Basilio Castellani; Ângelo Testa; Brulino Garcia; Domingos Simões de Campos; Dario Voltarel; Domingos Belmonte; Jukiti Ykuhara (Campeão); Iukio Sakamoto; Aparecido Garcia; Vicente Sakamoto, Vicente Luccas; Ueta Thoithi (Xirota); Hilário Mendes Campos; Joaquim Silva; Osvaldo Pereira Maia; Breno Vieira de Aquino Leite; José Selli (Nino); Paulo Garcia (Nego); Olimpyo Camargo; João Rodrigues Seixas; Athilio Frediani; Duílio Frediani; Francisco Frediani; Antônio Soares da Silva; Euphrasio Ribeiro; João Carrile; Fernando Romalli; Nelson Cardoso; Leonildo Braghini; Luiz Braghini; Clovis Braghini; Odilon Cardoso; Roberto Mazzeiro; Dr. Orestes Moura Pinto; Wilson Montanheiro; Moisés Dias da Silva; José Carrilhe; Antônio Carrilhe; Waldemar Stivalletti; Felício da Silva; José Eluysio da Silva; Luiz Scaranaro; Henrique Soares (Barrinha); Mamede da Silva; Sebastião Candido de Souza; Benedito F. da Silva (Caboclo); Paulo Chierice; Ryoaki Myamura (Jaque); Alexandre Sant’Ana; Mário da Silva; Altino Stoque; Waldemar Stoque; Hildebrando Dias da Silva; João Carrille Sobrinho; José Linares Neto; Francisco Bretas; Lázaro de Moraes; Íris Christófaru; Hugo de Almeida; Mário Grillo Tochini; Osires de Oliveira; Pedro Ribeiro; Eloy Pereira de Carvalho; Guilhermino Pestana; João de Oliveira... Luiz Moura reconhece que pode haver a não inclusão de outros nomes também de suma importância para a história de Guataparará e pede desculpas, alegando falta de memória.

Quando a Comissão tencionava iniciar a construção da Igreja, o senhor Conde Lourenço Bacci Cassalli, proprietário da Fazenda Santa Margarida, no Distrito de Guataparará, italiano e que sempre viajava do Brasil para a Itália, pois ele era um grande acionista da companhia aérea italiana, a “La Itália”, prometeu mandar fazer uma planta para a futura Igreja. Tempos depois ele a trouxe, conforme sua promessa, planta essa vinda da Itália, a qual foi submetida ao senhor Arcebispo, que a achou excelente e a aprovou. Antes da construção da Igreja, as missas eram celebradas junto ao cruzeiro, em frente onde hoje está o templo católico. Luiz também ressalta no relato que os integrantes da “Comissão Pró Construção da Igreja” não podem esquecer-se dos senhores padres, que muito trabalharam e colaboraram, também animando o povo para essa finalidade. Entre eles o Juiz destaca os que a sua memória guarda: Frei Victorio Cestari, que foi quem rezou a primeira missa na Vila de Guataparará; Frei Paulo Kiury; Frei Lindolpho Barbosa; Frei Francisco Eugênio; Frei Francisco Medeiros da Silva; Frei Ignácio Murithy, o qual residia no Núcleo Colonial Mombuca, neste Distrito, dando assistência espiritual aos japoneses católicos que lá residiam, pois esse frei era natural da Suíça e morou no Japão por muitos anos, falava e escrevia muito bem o idioma japonês. Ele acabou indo embora para a sua terra.

Uma reunião da Comissão aconteceu para ser escolhido o Santo Padroeiro de Guataparará. Dentre as diversas propostas dos comissionados presentes, Luiz Borba Moura tomou a palavra para fazer um relato dos trabalhos e a meta das intenções, a qual era para vencer todos os obstáculos, a fim de construir a Igreja. Inclusive pediu à Comissão que se deveria prestar uma justa e sincera homenagem à ilustre Família Morganti, elegendo como Padroeiro São Pedro, o Príncipe dos Apóstolos e o fundador da Igreja Católica Apostólica Romana. Lembrou que o nome do santo era também o do Comendador Pedro Morganti, o patrono dessa grande e generosa família, a quem o povo de Guataparará muito deve. A proposta de Luiz Borba Moura foi aceita por unanimidade, a qual foi levada ao senhor Arcebispo. Ele gostou muito da idéia,

tanto que comentou com o senhor Frei que levou a notícia, que era a primeira Igreja da Jurisdição da Arquidiocese de Ribeirão Preto que iria ter como Padroeiro São Pedro.

Depois de coberta a Igreja, houve as festividades da comemoração e aconteceu a coroação da Rainha da Festa. Como é praxe em tais ocasiões, a escolha para presidir o ato seria a de uma pessoa de relevo na Vila e no Distrito. Coincidentemente estava presente o senhor José Martins de Azevedo e Souza com a Exma. Família, proprietária da Fazenda São Luiz, no Distrito de Guatapar, sendo a ilustre família de fazendeiros, antigos formadores de fazendas de café na região de Ribeirão Preto, católicos de formao e descendência. Luiz se dirigiu aos demais companheiros da Comissão e expressou a idéia de convidá-lo para promover o ato de coroao. Ao ouvir a honrosa solicitao, ele aceitou e muito agradeceu aos presentes. Passada uma temporada, o Juiz e os amigos empenhados na missão foram à Fazenda São Luiz fazer uma visita de cortesia  família do senhor Azevedo, e nesse dia aproveitaram têm para pedir ao mesmo que doasse o altar da Igreja. Ele acatou a solicitao e gentilmente mandou fazer a mesa para as celebraes religiosas, assim como a confeco dos paramentos, tudo providenciado pela firma construtora contratada. Os bancos do templo religioso foram doados pela família do senhor Honório Kanegae, sendo a porta de entrada providenciada pela família do senhor Eurípedes Delphino Gomes, na época fazendeiros no Município de Rincão. O responsável por esse tpico têm fez questão de não deixar no esquecimento dois personagens que muito ajudaram a Comissão de Festas, pois se trata de pessoas que foram boas, honestas, educadas e serviçais para o povo de Guatapar. São eles os dois soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, elementos pertencentes ao Batalhão de Ribeirão Preto, ambos destacados na Vila: Luiz Zucchermglio Filho e Sérgio Moreno, os quais faziam o policiamento nos dias de festas, com a boa vontade de colaborar, sempre tratando a todos com educao e respeito, como igualmente eram respeitados pelo povo do Distrito, incluindo a zona rural. Atualmente ambos são reformados (aposentados) e continuam residindo na cidade de Guatapar. O agradecimento têm  estendido às senhoras e senhoritas da Vila, que bastante contribuíram na organizao das procissões, confeccionando os andores, os enfeites e cuidando de tudo que houvesse necessidade para a Igreja. Finalizando, Luiz Moura faz questão de lembrar que levou ao conhecimento do senhor Padre que estava prestando os seus valiosos e sagrados serviços à comunidade, de que sempre houve conhecimento de nunca ter sido feita doao alguma dos terrenos onde está edificado o Templo, ao Bispado ou  Diocese de Ribeirão Preto. Luiz salienta que esses terrenos, enquanto a comunidade estivesse no estágio de Vila, de acordo com as escrituras mencionadas, com registro na 1 Circunscripo da Comarca de Ribeirão Preto, sob não 17.421, continuariam sendo da Prefeitura de Ribeirão Preto. Em consonância com as leis vigentes na época, a doao são poderia ser feita por uma lei municipal, com a apresentao de um projeto por um Vereador, teria que passar pelo crivo da Câmara e tornar-se Lei se o mesmo fosse aprovado, e depois teria a assinatura do Prefeito Municipal. A sugestão implicava que antes deveria ser feita uma consulta e a procura de um Vereador que fosse do mesmo partido do Prefeito, Dr. Welson Gasparini, homem de formao católica, bom e generoso, com a certeza de que ele faria o possível para regularizar a situao, na opinião pessoal de Luiz Borba Moura, mesmo porque em Guatapar haveria eleio no próximo ano, em outubro, quando seriam eleitos o Prefeito, o Vice e os Vereadores na primeira legislatura da municipalidade de Guatapar. Se o futuro Prefeito da recente elevao de Distrito  Município fosse uma pessoa sensata e com o desejo de acertar a situao, tudo bem, mas se fosse o contrário, iria por embarço, com a adesão do povo.

Antes de consolidar-se o monopólio da cana-de-ao na região, Guatapar tinha um grande número de fazendas em seu território: Fazenda Guatapar; Fazenda São Luiz; Horto Florestal Guarani, propriedade da Fepasa; Fazenda Restinga; Fazenda Piraju; Fazenda Aparecida; Fazenda Santa Maria; Fazenda Santa Margarida; Fazenda Figueiras; Fazenda Brejo Grande; Fazenda Belo Horizonte; Fazenda Recanto; Fazenda Santa Olympia; Fazenda Barreiro;

Fazenda Marajó; Núcleo Piraju; Fazenda Zentakorem (Núcleo Colonial Mombuca); diversas olarias, sítios e chácaras nas imediações da Vila. O agora Município de Guatapará tem uma extensão territorial de mais ou menos 406 km², com uma população de, também, mais ou menos 8.500 habitantes. Há em suas terras muitos alqueires de cana, uma pequena parte em café, outras culturas diversas como arroz, milho, feijão, soja e uma grande quantidade de eucaliptos para celulose, cuja fábrica está instalada no município limítrofe de Luis Antônio, mas bem próximo da divisa. Carece esclarecer que Guatapará, na época ainda Distrito, perdeu a demanda pela instalação da fábrica simplesmente por motivo político.

No Núcleo Colonial Mombuca estão assentadas diversas famílias de japoneses, todas, como o povo nipônico em geral, constituídas de conscientes trabalhadores que cultivam as terras com insano trabalho, inclusive cuidando de muitas granjas, com excelente produção de aves e ovos, que são mandados quase que exclusivamente para São Paulo, mesmo porque são filiados à Cooperativa Cotia, a maior do Estado de São Paulo e possivelmente do Brasil. A Cotia tem sede no município do mesmo nome e fica nas proximidades da capital paulista.

Mais informações:

Luiz Borba Moura também saboreou o prazer de fazer um pequeno histórico da Fazenda Guatapará, da qual teve pleno conhecimento em virtude de ter residido lá por dez anos. Com satisfação ele esclarece que a mesma, quando pertencia à Família Morganti, fornecia um (01) litro de leite para cada criança nascida na fazenda e também para as que vinham de fora, até as mesmas completarem dezoito (18) meses de idade. Esse leite era dado gratuitamente para essas crianças. A carne era vendida aos empregados ao preço de Cr\$2,50 o quilo e o leite a Cr\$0,30 o litro. Na fazenda havia uma banda de música; um cinema que funcionava aos sábados e domingos, posteriormente também às quartas; um clube para danças e festividades, com dois campos de bochas e um bar com doces, sorvetes e bebidas; um restaurante; um açougue; um bem montado armazém de secos e molhados, anexo uma loja de tecidos. Existia um campo de futebol bem fechado, com arquibancadas, um time com excelente técnica, pois era bem treinado e sempre aos domingos havia jogos. Quanto à saúde, um médico morava na fazenda e atendia diuturnamente. Chamava-se Dr. Orestes Moura Pinto e tratava a comunidade com competente atenção, preciosa amabilidade e sem distinção. Havia também um farmacêutico formado e muito prestimoso, chamava-se Arnold de Campos. Existia um pequeno hospital com dois leitos para atendimento de emergência e um enfermeiro, também residente na fazenda, que era conhecido por Afonso Minucci. O dia 11 de novembro, data consagrada à São Martinho, padroeiro da Fazenda Guatapará, era dia santo e ninguém trabalhava. Havia festas todos os anos e vinha um padre de Ribeirão Preto. Ele chegava uns dias antes para dar assistência espiritual e preparar as festividades para o dia do Padroeiro. Naquela oportunidade era feita uma enorme procissão, que percorria a maior das colônias, justamente chamada de São Martinho. Na importante peregrinação, com andores lindamente enfeitados, tomava parte todo o povo da fazenda e era acompanhada pela banda de música, dirigida pelo senhor maestro Marcílio Ferreira. Durante a programação havia jogos e várias diversões. Na véspera do Natal, o próprio mandatário, Hélio Morganti, distribuía presentes para as crianças até quinze anos de idade e donativos aos empregados e aos chefes dos setores. Pelos serviços de grande importância prestados à comunidade, a gentileza era também estendida ao senhor Hermínio Felix Bonfim, Fiscal Municipal e Juiz de Paz do Distrito, assim como ao autor desse tópico, Luiz Borba Moura, na qualidade de Oficial do Registro Civil. Os dois igualmente moravam na fazenda e cada um recebia uma caixa de vinho português e Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros). Esse relato é para comprovar a seriedade com que os Morganti tratavam os seus empregados e as outras pessoas a eles vinculadas. Havia assistência médica aos empregados na Santa Casa de Araraquara, que tinha convênio com a Usina Tamoyo e a Fazenda Guatapará, sendo que havia ambulância fixa

nas duas localidades para o traslado dos pacientes. Em certa ocasião, Luiz Moura foi informado em Araraquara, por pessoa sua amiga e relacionada à direção da Santa Casa, que todo o álcool e o açúcar consumido no hospital eram doados pela Refinadora Paulista S/A. Aos finais das safras do café, a fazenda promovia uma festa para os trabalhadores e colonos contratados. Essa confraternização festiva era feita no imenso terreiro de café da mesma, com um grande churrasco, muito chopp e refrigerante, tudo acompanhado com música e intensa alegria. Essa festa durava dois dias e os patrões também tomavam parte, portanto com bastante ordem e respeito. Esses são os relatos registrados sobre a estadia de Luiz Borba Moura na Fazenda Guatapar e principalmente em relação  formação da Vila de Guatapar, que hoje é uma comunidade emancipada. Tornou-se uma cidade com os requisitos basicos necessarios para a sobrevivencia do seu povo, sonho acalentado por varios anos, principalmente pelo ilustre filho adotivo e Ex-Oficial do Registro Civil de Guatapar.  de suma importancia salientar que foi ele e os fieis companheiros que, no ano de 1.963, ou 1.964, pois ha controversia na divulgação, deram entrada de um documento na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade da emancipação politica e administrativa, conforme lei em vigor naquela ocasião. A distinta Assembleia mandou fazer o pleito com essa finalidade, mas, infelizmente, a eleição foi perdida pela diminuta diferença de tres votos negativos. Naquela oportunidade era prefeito de Ribeirão Preto o Coronel Alfredo Condeixas Filho, o qual colocou a maquina administrativa municipal contra a intenção do povo guataparense, quando foi perdida a grande oportunidade. Finalmente, porem, apos a incessante continuação da batalha para a emancipação, finalmente Guatapar passou de Distrito  Municipio, e doravante a luta se concentrou na evolução da cidade. Concluindo este importante relato, Luiz Borba Moura formulou os seus sinceros e ardorosos votos de felicidades  cidade. Pediu tambem a Deus que iluminasse esse povo bom, ordeiro e trabalhador, com a proteção do seu padroeiro São Pedro (hoje a comunidade conta com dupla proteção, pois São Martinho tambem ostenta essa condição, em homenagem aos Martinho Prado, formadores da fazenda, origem da cidade de Guatapar). Era primordial que a escolha do primeiro Prefeito fosse feita com a consciencia tranquila, augurando que fosse um cidadão honesto, bom, imparcial e tivesse bastante fe nas forças que vem do Alto. Esses são os votos que o saudoso Ex-Oficial do Registro Civil de Guatapar fez, em 1.991, ao povo agraciado com a existencia do rio Mogi-Guaçu, com quem teve a honra de passar grande parte da sua vida, fazendo o melhor que podia para o engrandecimento da outrora Porto, posteriormente Vila e agora Cidade de Guatapar. As homenagens foram dignificadas na escrita de uma parcela da sua historia, como tambem da comunidade. “Que Deus abençoe essa terra querida, derramando Paz e Saude aos nativos e aos residentes adotados que compoem essa laboriosa comunidade”.

INFORME SÔBRE "GUATAPARÁ" - Revista "VISÃO" de 19 de janeiro de 1962.



Já foram iniciados os trabalhos de construção dos canais de irrigação e diques que servirão o Núcleo Colonial

GUATAPARÁ SERÁ COLÔNIA-PILOTO

Com a chegada das primeiras 12 famílias de lavradores selecionados no Japão a bordo do *Argentina Maru*, que aportou em Santos no dia 10 do corrente, entrou em funcionamento o Núcleo Colonial Guatapará, localizado numa área de 7.300 hectares adquirida à velha e tradicional Fazenda Guatapará, no município de Ribeirão Preto, SP.

Com mais de 7 mil alqueires de área, esta fazenda foi comprada em 1885 por Martinho Prado Junior e sua mulher Albertina, conforme ainda se lê na placa colocada num dos antigos prédios da propriedade.

Por ela passaram milhares de colonos italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e nacionais (principalmente nordestinos). Muitos imigrantes japoneses chegaram na primeira leva do *Kasato Maru* (1908) e levaram seguites passaram por Guatapará, nome que ficou ligado aos esforços pioneiros da imigração japonesa em nosso país.

Seu cafézal-modélo — só o terreno para secar café mede cerca de três alqueires — foi visitado por personalidades ilustres, como o Rei Alberto I, da Bélgica, em 1922, embaixadores e ministros. Ainda recentemente, hospedou Milton Eisenhower, por ocasião da visita oficial do irmão do ex-Presidente dos Estados Unidos ao Brasil. A casa principal é imponente, erguendo-se dentro de um imenso parque, onde existe até um campo de aviação.

Em 1941, a propriedade foi vendida à família Morganti (Renato Morganti e Lucina Torchi Morganti), grandes usineiros de açúcar em São Paulo. Os novos proprietários voltaram a in-

troduzir a cultura da cana-de-açúcar, erradicando cafeeiros velhos. Hoje restam cerca de 700 mil pés de café, que estão sendo renovados, com o plantio de novas variedades.

Além de café e cana-de-açúcar, a fazenda cultiva mamona (230 alqueires), arroz, feijão, milho, amendoim e algodão. "Estamos no momento executando um plano para plantar 680 alqueires de cana", informou o gerente da fazenda, Jacques Miocque, por ocasião da visita de Visão.

Foi em 1958 que a Jamic-Imigração e Colonização Limitada, empresa japonesa, com a colaboração e o apoio da Cooperativa Agrícola de Cotia e outras entidades, adquiriu uma parte da Fazenda Guatapará, à qual mais tarde deu o nome de Núcleo Colonial Guatapará, tendo o Instituto Nacional de Imigração e Colonização autorizado a entrada dos imigrantes.

Os 7.300 hectares (cerca de 3 mil alqueires) custaram 45 milhões de cruzeiros. Dessa área, 3.150 hectares são terras de varjão, à margem direita do rio Mogi Guaçu, e 4.150 hectares estão situados em locais mais elevados (em grande parte lavrados).

Toda a região do Mogi Guaçu já foi foco de malária. Houve época em que ninguém aceitava trabalhar naquela área, "pois só de passar na estação de estrada de ferro se apanhava a moléstia", segundo recorda um velho morador de Guatapará.

Com a extinção da malária, após a intensa campanha de dedetização realizada no pós-guerra, tornou-se viável a utilização dessas terras, inclusive

dos varjões, que sofrem constantes inundações.

Faltava, porém, um planejamento racional, completo, abrangendo uma série de estudos preliminares, principalmente sobre o regime de águas do Mogi Guaçu. Com base nos dados correspondentes ao registro do nível de rio durante 14 anos, foi feita uma projeção para 100 anos, prevendo-se assim o máximo de altura que a maior enchente poderá atingir.

O Engenheiro Miki Natsuaki, vindo especialmente do Japão, traçou o plano geral de utilização das terras. Há cerca de um mês chegaram os engenheiros Matsumoto, Kubota, Otsubo e Sato, todos especialistas em engenharia agrícola (mesmo no Japão existem poucos profissionais especializados nesta matéria). Cada um deles representa, no local, as províncias japonesas que participam do empreendimento, através de suas respectivas cooperativas de colonização. Trabalham na execução do plano geral de aproveitamento da terra (incluindo a construção de diques, sistema de drenagem, irrigação, instalação de comportas e bombas de irrigação e drenagem), sob a chefia do Engenheiro Kenjiro Shiraishi, que já tem experiência em trabalho de colonização no Paraguai. A equipe de técnicos conta com a assistência dos colegas brasileiros e japoneses da Cooperativa de Cotia, chefiados pelo Engenheiro Takeo Kawai.

Após os estudos, foi traçado o loteamento propriamente dito. Cada família de lavrador (que terá em média cinco membros, dos quais três, no

Pôrto do Recife na Iona

O pôrto do Recife dispõe de 46 guindastes elétricos exigindo reparos. Cinco desses guindastes já pararam de trabalhar, ante o agravamento de seus defeitos. Esta é apenas uma das mazelas que sacrificam um escoadouro de capital importância para a economia nordestina e que permanece abandonado, à espera de recuperação. **VISÃO** focaliza nesta reportagem a urgência das obras reclamadas pelo pôrto da capital pernambucana.

A idade média de certas instalações do pôrto do Recife é de 50 anos; alguns armazéns e a própria sede administrativa ameaçam ruir; um dos rebocadores, o velho *Cabedelo*, já completou 60 anos de serviços. Estes são apenas alguns dos problemas que aguardam solução urgente.

A lista de reivindicações não pára aí. Um lote de empilhadeiras adquiridas com a ajuda do EXIMBANK, de Washington, não foi ainda utilizado em virtude das péssimas condições de pavimentação do cais.

Os melhoramentos reclamados somam mais de 3 bilhões de cruzeiros, cálculo feito em fins de 1960 por uma comissão — especialmente nomeada pelo Governo de Pernambuco. Hoje em dia o plano quinzenal de melhoramentos portuários representa um investimento muito maior.

O Governo Estadual — que desde 1937 administra o pôrto — não tem os recursos necessários para a execução desse plano e o Governo Federal só intervém quando os problemas se tornam extremamente urgentes.

O que Pernambuco espera é que a União prossiga a sua anunciada política de encampação dos portos nacionais e dê ao Recife e ao Nordeste um pôrto bem aparelhado. A posição do Recife na costa brasileira justifica plenamente o avultado investimento.

Boas condições

Localizado no ponto mais saliente da costa pernambucana, o Recife está na rota das principais linhas de navegação que servem o Sul do continente e tem atrás de si o Nordeste do país. Seu único e importante concorrente é o pôrto de Salvador, atualmente com um movimento maior, graças à exportação do petróleo da Bahia.

As condições criadas pelas vias de acesso que servem a capital pernambucana tomam seu pôrto o entreposto preferido pelas importações e exportações do Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Esta importância se reflete no crescimento constante do movimento, que chegou a alcançar 2 milhões de toneladas por ano. Três quartos do vo-

lume exportado são representados pelo açúcar e pelo álcool, seguindo-se, pela ordem, o cimento, o algodão e outros produtos agrícolas.

Rota da falência

O crescimento, porém, tem agravado os problemas do pôrto, cujas instalações e administração permanecem estagnadas. Na época da safra do açúcar, registra-se o habitual congestionamento dos serviços portuários, e filas de navios aguardam sua vez para carregar.

A comissão indicada pelo Governo de Pernambuco para elaborar um plano quinzenal de melhoramentos, já aprovado pela Comissão do Plano Portuário, da União, indicou detalhadamente as medidas reclamadas pelo pôrto do Recife: melhoria no acesso ferroviário, pela construção de pontes que liguem a ilha onde está situado o pôrto à cidade; melhoria no acesso rodoviário; abertura do Canal Norte (o ingresso no pôrto é feito atualmente

pelo Canal Sul, única via existente), permitindo o acesso em linha reta e evitando a curva que os navios são obrigados a efetuar para ganhar a bacia de evolução; dragagem de aprofundamento e ampliação da bacia de evolução; prolongamento do quebra-mar cerca de 215 metros e construção de um espigão; construção de outros cais; pavimentação de toda a faixa portuária; construção de 400 metros de enrocamento de contenção; construção de duas pontes para descarga de petróleo; ampliação da zona portuária; construção de mais seis armazéns (o pôrto dispõe de 14 armazéns internos e um frigorífico, sendo 12 em estrutura metálica e dois em estrutura de concreto armado), pois a maioria está em péssimas condições; instalações para movimentação de mercadorias; instalações para granéis líquidos; recuperação de guindastes já existentes; aquisição de mais quatro guindastes (dois de 10 mil libras e dois automotores); instalação das 20 empilhadeiras já adquiridas e compra de mais 40; aquisição de seis tratores de 50 H.P. e 40 carréts de 3,5 toneladas.

Segundo a comissão, esses melhoramentos constituem a exigência mínima para que o pôrto equilibre a luta desigual em que está empenhado. Além disso, será necessário reforçar a frota de velhos rebocadores com uma unidade moderna, de 1.000 H.P., e aliviar o congestionamento pela aquisição de quatro alvarengas, que permitirão o trabalho simultâneo dos estivadores em terra e no mar.



As condições de pavimentação do cais do Recife são absolutamente lastimáveis

mínimo, com capacidade de trabalho) adquire uma área de cinco alqueires, que abrange cinco grupos de terras (a fim de que todos se coloquem em condições idênticas de aproveitamento), a saber:

- Parte de varjão irrigada para cultura de arroz e legumes.
- Parte de planalto para cultura de cereais, não irrigada.
- Parte de planalto para cultura de frutas cítricas.

- Parte de planalto para moradia e criação de suínos e galinhas.
- Área reservada no varjão e no planalto para fins diversos, principalmente campos experimentais, estradas para interligação de todos os lotes, canais, diques, reservatórios, e área urbana — o chamado Patrimônio Mombuca — onde serão construídos escolas, hospital, igreja, escritórios, mercado, praça de esportes, centro de diversões, etc. Nesse centro serão ainda instaladas máquinas de beneficiar arroz, *packing house* de laranja e instalações para processamento industrial de produtos agrícolas.

Nesse loteamento, cuja execução coube à firma paulista Takita & Samomiya, previu-se a separação dos lotes segundo a cultura mais indicada pelo tipo de solo e a distribuição das áreas residenciais, de forma a proporcionar um acesso de menor percurso aos usuários. Foram executadas análises das amostras de solo de vários pontos do Núcleo, nos laboratórios do Instituto Agrônomo de Campinas e da Cooperativa de Cotia. Efetuaram-se ainda 63 sondagens, sendo 11 no endicamento e 52 nos pontos estratégicos da gleba, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

Para a primeira etapa (a concluir dentro de um ano), projetaram-se as seguintes obras:

- Dique para a proteção do varjão contra inundação do Mogi Guaçu, numa extensão de 9 km.
- Sistema de canais e valas de drenagem para controle das águas pluviais e subterrâneas, com sistema misto de escoamento (por gravidade, quando o nível do rio o permitir, e por bombeamento, quando isso for impossível).
- Reservatório de controle para acumular as águas pluviais e de infiltração através do dique. Na época crítica, isto é, quando o bombeamento for necessário, a carga nas bombas diminuirá e posteriormente as águas acumuladas escoarão por gravidade quando o nível do rio baixar.
- Sistema de canais de captação das águas do córrego Mombuca (afluente do Mogi Guaçu) e das águas pluviais, para evitar a sua entrada no varjão.
- Sistema de canais e valas de irrigação, com captação e recalque das

águas do Mogi Guaçu, a montante do varjão.

- Sistema de estradas, pontes, bueiros e sifões ou aquedutos para a interligação e ao mesmo tempo delimitação dos lotes.
- Obras complementares, como casa de máquinas, adutoras, comportas, escoadouros, etc.

Por ocasião da nossa visita, máquinas da Civisan, de São Paulo, executavam o trabalho de escavação do canal e levantamento do dique, que começa nas proximidades da ponte sobre o Mogi Guaçu, na estrada estadual Bauru—Araraquara—Ribeirão Preto. O dique terá altura variável de 2,5 a 3,5 metros.

Cada família ficará com um terreno de cinco alqueires, cujo preço é da ordem de 1,5 milhão de cruzeiros, importância que inclui o custo do terreno, saneamento, obras de irrigação e toda assistência técnica, social, etc. (A idéia original, do falecido Kenkiti Simomoto, fundador e dirigente da Cotia durante 30 anos, era introduzir imigrantes de algumas posses, numa nova

Aquêles que têm prática de lavoura no nosso país e estão familiarizados com a nossa vida econômica e social ajudarão desse modo os colonos recém-chegados, colaborando para acostumá-los com nossos métodos de trabalho e hábitos. As 262 famílias procedentes do Japão ingressarão no quadro social da Cotia a fim de receber toda assistência técnica e social de que gozam os membros daquela cooperativa.

No Japão, a seleção dos colonos está a cargo das federações de cooperativas de seis províncias participantes do projeto Guataparã. Para evitar que, ao sair de suas aldeias, os emigrantes tenham que vender a preços vis suas propriedades, as cooperativas se encarregam de administrá-las até conseguirem preços razoáveis.

Além do planejamento geral existem também o plano de culturas e a previsão orçamentária (média) familiar, para os primeiros oito anos. O colono que chega ao Núcleo poderá iniciar suas atividades, sem outra preocupação que a de seguir o plano que lhe foi traçado. Assim, na área irriga-



Um aspecto da velha fazenda de Guataparã, no município de Ribeirão Preto (SP)

experiência de colonização.) Os colonos pagam inicialmente 680 mil cruzeiros, ficando com a propriedade da gleba, e o restante em prestações no prazo de 20 anos, a juros de 7,1% ao ano, com dois anos de carência, prestações essas pagas a título de taxa de utilização das benfeitorias (drenagem, irrigação, bombas, etc.). Decorridos 20 anos, a propriedade passará automaticamente às mãos dos colonos.

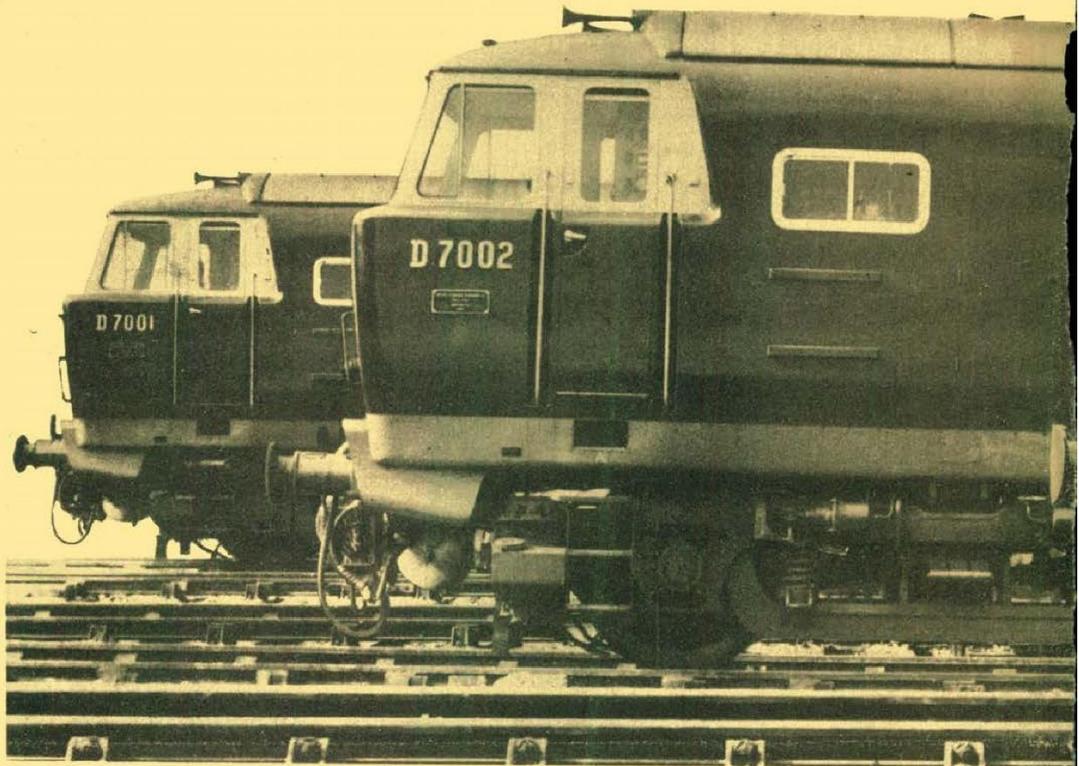
A fim de facilitar a fixação e a integração dos novos imigrantes, do total de 375 famílias exigidas para a colonização da gleba, 113 serão recrutadas entre os associados da Cotia.

da serão cultivados arroz, tomate, batata, cebola, adubo verde, e na área não irrigada, milho, mandioca, laranja e adubo verde. Tudo em sistema rotativo, de modo que a terra será utilizada incessantemente. Simomoto, aliás, quando falava em trazer imigrantes de algumas posses, pensava no exemplo do próprio Japão, onde as terras são cultivadas há séculos, sem cessar, e sem diminuir a produtividade.

Guataparã tem tudo para transformar-se numa espécie de colônia-piloto para aproveitamento de terras velhas, abandonadas ou então mal aproveitadas.

BS

Calkas: 185
 Lote: 41
 PL Nº 4745/1962
 51



95 novas locomotivas diesel-hidráulicas Hymek entram e
...E A BRISTOL SIDDELEY F

De hoje a 1963, 95 novas locomotivas diesel-hidráulicas, construídas pela Beyer Peacock (Hymek), entrarão em serviço no Setor Oeste da British Railways.

Projetadas para proporcionar disponibilidade muito mais alta que as locomotivas a vapor que vão substituir, estas locomotivas Tipo 3 serão usadas para transporte de passageiros e carga em linhas-tronco no Oeste da Inglaterra e Gales do Sul.

A locomotiva Hymek é impulsionada pelo motor diesel Maybach MD 870, da Bristol Siddeley, homologado a 1740 bhp.

Até hoje, mais de 300 motores diesel Maybach, da Bristol Siddeley, foram encomendados somente pela British Railways.

Abrangendo uma gama de potências que vai de 300 a 3000 hp, os motores diesel Maybach, da Bristol Siddeley, de alta velocidade, são construídos para grande variedade de aplicações, da tração ferroviária e da propulsão marítima à produção de eletricidade e outras instalações industriais. Reúnem alta performance e as qualidades de projeto dos motores diesel de alta, média e baixa velocidades: peso reduzido e capacidade; consumo de combustível e razão de desgaste extremamente baixos.

ESCRITÓRIO CENTRAL: MERCURY HOUSE 195, KNIGHTSBRIDGE, LONDON S.W.7,
 INGLATERRA — AERO-ENGINE DIVISION: P. O. BOX 3, FULTON, BRISTOL, INGLATERRA — POWER DIVISION: P. O. BOX 17, COVENTRY, INGLATERRA

Representantes no Brasil: COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Avenida Beira Mar, 200 — Rio de Janeiro — GB

ANEXO D

Arq. no 4704/62

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1962.

Exmo. Sr.
Embaixador Walter Moreira Salles
DD. Ministro da Fazenda
N e s t a

142405 JUN 662
MINISTERIO DA FAZENDA
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO
R. R. C.

Senhor Ministro,

TOMOTSUNE OHTA, sócio-gerente da "JAMIC"-
Imigração e Colonização Ltda., com sede à Rua Barão do Flamengo,
32 - sala 301, Rio de Janeiro e filiais em Belém do Pará e São
Paulo, cumprimenta mui respeitosamente a V. Ex^a. e tem a honra
de expôr o seguinte:

A "JAMIC" - Imigração e Colonização Ltda. -
adquiriu uma área de 7.300 hectares de terra da Fazenda Guatapa-
rá sita no Município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, no
ano de 1958, para estabelecer o "Núcleo Colonial Guatapará". No
mês de dezembro de 1961 o Instituto Nacional de Imigração e Colo-
nização concedeu autorização para a entrada de 262 famílias de i-
migrantes japoneses, e já se encontram estabelecidas na referida
fazenda, 30 famílias vindas do seu país de origem.

A fazenda Guatapará está intimamente ligada
à história da imigração japonesa. Centenas e centenas de famí-
lias japonesas, desde os primórdios da imigração nipônica no Bra-
sil, passaram pela Fazenda. Muitos são os japoneses que hoje -
evocam com saudade esta Fazenda, onde passaram os seus primeiros
anos de vida agrícola junto com os seus companheiros brasileiros.
Com a passagem dos anos, a terra ficou cansada e foi abandonada
pouco a pouco. Sendo assim, pode-se dizer que a Fazenda Guata-
pará é um dos exemplares das numerosas fazendas de terras cansa-
das e abandonadas, existentes hoje em dia no Brasil.

Um dos objetivos da compra da citada fazenda pela "Jamic" foi de tentativa de recuperação e aproveitamento de chamada terra cansada e abandonada, com os esforços e a técnica agrícola japonesa. Para execução deste programa, uma das maiores cooperativas do Brasil, a "Cooperativa Agrícola de Cotia", está empenhando todos os esforços para concretização do mesmo e ainda, todos os imigrantes que forem para esta Fazenda serão admitidos como sócios da Cooperativa e assim sendo, a "Cotia" dará instrução agrícola, assistência em material agrícola para fornecimento aos imigrantes, financiamentos, venda dos produtos a serem produzidos e outros auxílios indispensáveis ao bom funcionamento da Fazenda. A execução desse plano piloto de desenvolvimento não somente virá contribuir para o progresso econômico daquela região, mas também resolverá o grave problema que o Brasil ora enfrenta, no tocante ao aproveitamento das terras abandonadas ou mal utilizadas. E, ainda, proporcionará de maneira definitiva e intensiva, o aumento da produção agrícola que o Brasil necessita. Por essa razão, a tentativa foi apoiada pelas autoridades brasileiras. Tanto o Sr. Prefeito de Ribeirão Preto como o próprio Sr. Secretário de Agricultura do Governo Paulista, S. Ex.^a. Dr. José Bonifácio, tiveram a gentileza de enviar cartas de recomendação e apoio, pedindo ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização rápida - autorização para a vinda de imigrantes japoneses à mencionada - Fazenda.

Logo que obtêve a autorização para a entrada dos imigrantes japoneses ao local, foi iniciada pela "Jamic" a realização de obras de melhoramentos, principalmente a construção de um dique na parte baixa da fazenda supra citada, com as seguintes dimensões: 28 metros de largura na base, 5 metros de altura, 4 metros de largura na parte superior e 9 quilômetros de comprimento. O dique que está sendo construído com trabalhos incessantes, tem nesta data mais ou menos 80% já construído e deverá ser terminado em breve tempo. É um dique indispensável tanto para irrigação como para o escoamento das águas da parte baixa e abandonada. A par da construção do dique, foram iniciadas as obras de base para instalação de duas bombas de irrigação e duas de drenagem cujas características são as seguintes:

As bombas de irrigação têm cada uma o diâmetro de 900 mm e capacidade de 104 m³ por minuto. As bombas de drenagem têm cada uma o diâmetro de 800 mm e capacidade de 84 m³ por minuto. Como é do conhecimento geral, no Japão, a cultura do arroz está muito evoluída e assim sendo a irrigação e drenagem por meio de bombas é muito empregada em todo o país, desde época remota. Este tipo de bomba de capacidade a ser utilizada em Guatapaíra é comumente usada no Japão, sendo que a bomba de irrigação com o máximo de diâmetro utilizada chega a ter 2.200 mm.

2. Figurou como intenção da "Jamic" a aquisição das bombas acima referidas no comércio brasileiro, tendo sido procurados os fabricantes nacionais para atender a essa pretensão. Fomos porém informados que, atualmente, bombas de tal capacidade ainda não são fabricadas no Brasil. Diante disso, resolveu-se tendo em vista a permanência ainda no Japão de várias famílias de imigrantes que ainda aguardam embarque para o Brasil, trazer as bombas, máquinas, motores e demais implementos de fabricação japonesa, já adquiridos para instalação na fazenda em São Paulo, que serão usados exclusivamente pelos imigrantes em seus trabalhos agrícolas, não tendo objetivos comerciais. As máquinas e implementos em questão, deverão ser embarcados para o Brasil como bagagem do primeiro grupo que sairá do Japão nos primeiros dias de julho do corrente ano e embora transportados por esse grupo, serão de propriedade comum a todas as 262 famílias japonesas que irão instalar-se na fazenda bem como às famílias brasileiras que também lá trabalharão. Outro ponto pelo qual é necessário a urgente autorização para embarque de tais máquinas prende-se ao tempo de plantio das várias culturas, principalmente a de arroz, que sem o concurso das mesmas não poderão ser realizadas.

Como complemento às informações anteriores das características das bombas e motores especificamos abaixo a descrição detalhada das mesmas.

4945162

4.-
4

I)- MOTO-BOMBA PARA IRRIGAÇÃO (Bombas marca "Torishima"- Motor marca "YANMAR").

a)- Bomba marca "Torishima".

Tipo : "SP" Fluxo Misto com eixo horizontal
Diâmetro de Sucção e recalque : 900 mm
Altura manométrica : 7,5 m
Vasão : 104 m³/min.
Rotações : 340 RPM
Potência necessária : 270 HP
Sistema de acionamento : engrenagem de redução
Eficiência : 83%
Peso líquido : 5.000 kg

b)- Motor diesel estacionário marca "YANMAR".

Tipo : 6 MSL-T (equipado c/"super - Charger").
Potência : 270 HP
Rotações : 600 RPM
Número de cilindros : 6
Diâmetro do cilindro x curso do pistão : 200 x 280 mm
Sistema de injeção : direto
Consumo de combustível : 190 gr/HP/Hr.
Sobre-carga : 10%
Sistema de refrigeração : à água por meio de bomba
Sistema de lubrificação : tipo pressão p/meio de - bomba
Sistema de partida : a ar comprimido
Peso líquido : 5.750 kg.

II)- MOTO-BOMBA P/DRENAGEM (Bomba marca "Ebara"- Motor "YANMAR").

a)- Bomba marca "Ebara".

Tipo : "RSGE" Fluxo axial c/eixo horizontal
Diâmetro de Sucção e recalque : 800 mm
Vasão : 84 m³/min.
Altura manométrica : 3,5 m
Rotações : 400 RPM
Fôrça necessária : 110 HP
Sistema de acionamento : engrenagem de redução
Peso líquido : 6.000 kg.

4745162

5.-

b)- Motor marca "YANMAR".

Tipo	: 4 MSL
Potência	: 120 HP
Rotações	: 600 RPM
Número de cilindros	: 4
Diâmetro do cilindro x curso do pistão	: 200 x 280 mm
Sistema de injeção	: direto
Consumo de combustível	: 190 gr/HP/Hr.
Sôbre-carga	: 10%
Sistema de refrigeração	: à água p/meio de bomba
Sistema de lubrificação	: tipo pressão p/meio de bomba
Sistema de partida	: a ar comprimido
Pêso líquido	: 3.795 kg

3. Concluindo a explicação acima, vem solicitar a V. Exã. se digne determinar as providências necessárias - junto às autoridades competentes para que sejam facilitados na isenção de direito alfandegário quando da entrada das maquinárias citadas e acessórios.

Na expectativa do pronunciamento favorável de V. Exã., aproveita o ensejo para apresentar os protestos de mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,

JAMIC - IRRIGAÇÃO E COLONIZAÇÃO LTDA.

Tomotsune Ohta
Tomotsune Ohta - Sócio Gerente

0.º (Data) de 1962	à firma <u>Tomotsune Ohta</u>
Assinatura	<u>[Assinatura]</u>
Nome	<u>Ohta</u>
Função	<u>Sócio Gerente</u>
Assinatura	<u>[Assinatura]</u>
Nome	<u>Ohta</u>
Função	<u>Sócio Gerente</u>
Assinatura	<u>[Assinatura]</u>
Nome	<u>Ohta</u>
Função	<u>Sócio Gerente</u>

ANEXO E

EMBAIXADA DO JAPÃO
BRASIL

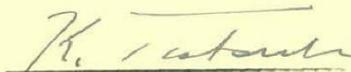
Rio de Janeiro, 29 de maio de 1962.

Senhor Ministro,

Pelo presente, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, o obsequioso empenho junto às autoridades competentes, no sentido de ser solucionado com a maior brevidade, o pedido da "JAMIC" - Imigração e Colonização Ltda., apresentado a Vossa Excelência, pelo seu ofício datado de 28 do corrente, no qual a mesma requer a intercessão do Senhor Ministro, em favor da liberação de ônus aduaneiros para um conjunto de bombas, máquinas, motores e demais implementos, a serem trazidos pelos imigrantes japoneses, destinado às obras de irrigação e drenagem na Fazenda de Guataparã, Estado de São Paulo.

Gostaria, todavia, de salientar a Vossa Excelência que os motivos expostos naquele pedido, estão perfeitamente enquadrados nos princípios estabelecidos no Acôrdio de Migração e Colonização recém-assinado, entre os Estados Unidos do Brasil e Japão, principalmente nos seus artigos 9º a 12º (conforme o texto aqui anexo), considerando, ainda, que a execução do plano piloto da Fazenda em aprêço, servirá, sobretudo, não somente para o progresso econômico da citada região, mas, também, para a renovação do sistema agrícola no Brasil.

Agradecendo de antemão pela atenção que o presente merecer de Vossa Excelência, renovo-lhe os protestos de alta estima e distinta consideração.



Keiichi Tatsuke
Embaixador do Japão.

Sua Excelência, o Senhor
Dr. Walter Moreira Salles
DD. Ministro da Fazenda
N e s t a

A N E X O

TEXTO DO ACORDO DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO RECENTE ASSINADO, ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E JAPÃO.

(SEUS ARTIGOS: 9º, 10º, 11º e 12º)

ARTIGO 9º - A migração dirigida de japoneses no Brasil, acompanhados ou não, de suas famílias, compreenderá as seguintes categorias:

- a) - agricultores, lavradores, criadores de gado, camponeses em geral, operários agro-pecuários e técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, que migrarem com a intenção de se estabelecerem imediatamente como proprietários, ou não;
- b) - associações ou cooperativas de agricultores, lavradores ou operários agro-pecuários que emigrarem em caráter coletivo com o fito de se estabelecerem como proprietários, ou não, em fazendas, empresas agro-pecuárias ou núcleos coloniais já existentes no Brasil ou a serem criados;
- c) -
- d) -

ARTIGO 10º - Os imigrantes japoneses que se estabelecerem no Brasil, mediante o regime da migração dirigida, gozarão das facilidades consignadas neste Acordo ou que vierem a ser concedidas em ajuste especial entre os dois Governos.

ARTIGO 11º - O Governo japonês, tanto quanto o permitirem as condições econômicas de seu país, autorizará, os migrantes que se vierem fixar no Brasil a trazerem:

- a) - equipamentos agrícolas, utensílios agrícolas e maquinária agrícola, inclusive tratores e máquinas de beneficiamento de produtos agro-pecuários, quando se tratar de agricultores, operários agro-pecuários e técnicos especializados nas

3

indústrias rurais;

b)

c)

ARTIGO 12º - O Governo brasileiro isentará os bens, referidos no artigo anterior, do regime de licença prévia, dos impostos de importação e consumo, da taxa de despacho aduaneiro, assim como de outros tributos que incidam sobre a entrada de mercadorias no país.

§ 1º - Os benefícios acima mencionados restringem-se aos bens absolutamente necessários ao início das atividades do imigrante e em quantidade proporcional à sua qualificação profissional e situação financeira.

§ 2º - Os bens isentos na forma do presente artigo não poderão ser vendidos senão depois de dois anos de sua entrada no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 4 745, de 1 962

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, maquinaria de irrigação e drenagem incluída na bagagem de imigrantes japoneses que deverão instalar-se na Fazenda Guataparã, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, de propriedade da JAMIC Imigração e Colonização Ltda.

(Do Poder Executivo)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, e de Finanças.)

GS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria compreendendo moto-bomba para irrigação (bombas marca "Torishima" — motor marca "Yanmar") e moto-bomba para drenagem (bomba marca "Ebara" — motor Yanmar"), incluídas na bagagem de imigrantes japoneses que deverão instalar-se na Fazenda Guataparã no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, de propriedade da "Jamic" Imigração e Colonização Ltda.

Art. 2.º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização encaminhou a este Ministério o pedido da "JAMIC" — Imigração e Colonização Ltda. no sentido de ser concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para o material destinado às obras de irrigação e escoamento de águas da Fazenda

Guataparã localizada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A maquinaria em apreço que compreende bombas de irrigação e de drenagem, inclusive motores, de fabricação japonesa, deverá acompanhar o grupo de imigrantes que aguarda no Japão embarque para o Brasil.

3. Esclarece a "JAMIC" Imigração e Colonização Ltda. que a Fazenda Guataparã é um dos exemplos das numerosas fazendas de terras cansadas e abandonadas existentes no Brasil. Um dos objetivos da compra da citada fazenda pela "JAMIC" foi de tentativa de recuperação e aproveitamento de chamada terra cansada e abandonada, com os esforços e a técnica agrícola japonesa. Para execução deste programa, uma das maiores cooperativas do Brasil, a "Cooperativa Agrícola de Cotia" está empenhando todos os esforços para concretização do mesmo; os imigrantes serão admitidos como sócios da Cooperativa, que dará instrução agrícola, assistência em material agrícola para fornecimento aos imigrantes, financiamentos, venda dos produtos e outros auxílios indispensáveis ao bom funcionamento da Fazenda.

Logo que obteve a autorização para a entrada dos imigrantes japoneses,

salienta ainda a "JAMIC", foram iniciadas, na Fazenda, obras de melhoramentos, principalmente a construção de um dique e obras de base para instalação das bombas acima aludidas.

O Instituto Nacional de Imigração considera justo o favor aduaneiro pleiteado, tendo em vista não só o interesse que representa para país a recuperação das terras do citado município paulista, como também a inevitável perda de divisas que ocorrerá caso a pretensão venha a ser negada.

Diante do exposto e considerando que se trata de um plano cuja execução é de interesse para o progresso econômico da região, tenho a honra de submeter à deliberação de V. Excelência, acompanhada do respectivo projeto de lei, a inclusa mensagem pela qual é solicitada isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro para maquinaria da irrigação e drenagem que deverá ser

embarcada para o Brasil como bagagem dos imigrantes japoneses que irão instalar-se na Fazenda Guataparã, no Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Miguel Calmon*.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Mensagem, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda, relativa a anteprojeto de lei que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, maquinaria de irrigação e drenagem para instalação na Fazenda Guataparã, no Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração. — *Hermes Lima*.

Lote: 41

Calha: 185
PL N° 4745/1962

69

ANEXO G

SÃO MARTINHO S.A

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56
NIRE Nº 35.300.010.485

Companhia Aberta

ATA DA 147ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2013

I – Data, Hora e Local: Realizada em 12 (doze) de agosto de 2013, às 9h30min, na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61 – cj. 132 – Brooklin Novo, na cidade de São Paulo - SP.

II - Presenças: Membros representando a totalidade do Conselho de Administração.

III - Convocação: Realizada no dia 07 de agosto de 2013.

IV – Composição da Mesa: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto e Secretário: Luiz Antonio Cera Ometto.

V – Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(1)** as informações trimestrais revisadas de abril a junho de 2013; **(2)** A contratação dos Auditores Independentes da Companhia e de suas Controladas para o exercício social de 1º de abril de 2013 a 31 de março de 2014; **(3)** A implantação da Política de Operações Financeiras da Companhia; **(4)** O contrato de exportação de açúcar pela Companhia com a Wilmar Sugar PTE LTD; **(5)** O voto a ser proferido na Assembleia Geral Extraordinária da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. – CNPJ nº 48.663.421/0001-29; e **(6)** A ratificação dos votos proferidos na Assembleia Geral Ordinária do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. – CNPJ nº 06.981.381/0001-13.

VI – Deliberações Tomadas por Unanimidade de votos: Abertos os trabalhos e instalada a presente Reunião, o Presidente colocou em exame, discussão e votação as matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram e aprovaram por unanimidade de votos:

(1) As informações trimestrais abril, maio e junho de 2013, revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

(5) O voto a ser proferido na Assembleia Geral Extraordinária da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A., para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: *a doação pela Companhia para o Município de Guataporá/SP de uma gleba de terras com área de aproximadamente 21,97 hectares ou 219.700 metros quadrados, destacada do imóvel rural denominado Fazenda Guataporá – Gleba A, objeto da*

Página 1 de 2

matrícula nº 91.254 do Livro 2-RG do 1º C.R.I. da Comarca de Ribeirão Preto – SP, localizada no município de Guataporá – SP.